

RetrAtoS de Assentamentos

V. 22 N. 1 2019



Retratos de Assentamentos

Volume 22, Número 1, 2019

Arte de Capa: *Arte em Aquarela: Regina Carmona/ Thatiany Mariano*
Diagramação: *Thatiany Mariano*

Retratos de Assentamentos

Volume 22, Número 1, 2019

ISSN 1516-8182
E-ISSN 2527- 2594

Esta publicação reúne em sua maior parte produtos de projetos de pesquisa financiados pelo CNPQ.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA.

Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara-SP

CEP: 14801-320 – Fone (16) 3301-7252

Revista eletrônica: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos>

E-mail: contato@retratosdeassentamentos.com

Retratos de Assentamentos

Volume 22, Número 1, 2019

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro

Reitor

Prof. Flávio Módolo

Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro

Pró-Reitoria Administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Territorial e Meio Ambiente – UNIARA

EDITORES

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker,
Henrique Carmona Duval

CONSELHO EDITORIAL

Delma Pessanha Neves, Helena Carvalho De Lorenzo, Leila Stein, Leonilde
Sérvolo de Medeiros, Luís Antônio Barone, Marcelo Alário Ennes, Maria
Aparecida Moraes Silva, Marilda Menezes, Oriowaldo Queda, Sérgio Pereira
Leite, Sérgio Sauer, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA/DIAGRAMAÇÃO/NORMATIZAÇÃO

Thatiany Mariano



Retratos de Assentamentos

E-ISSN 1516 8182

Volume 22, Número 1, 2019

<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos>

Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – Araraquara – SP – Brasil, 1994
v.22, n.1, 2019. 194p.

ISSN 1516-8182

E-ISSN 2527- 2594

SUMÁRIO | CONTENTS

Apresentação/Presentation	08
O varejo moderno de alimentos: modernidade e insegurança alimentar e nutricional / The modern retail food: food and nutritional modernity and insecurity Newton Narciso Gomes Jr Bárbara Loureiro Borges	11
Entre a segurança e a soberania alimentar: por uma abordagem crítica da produção e distribuição de alimentos / Between the security and the food sovereignty: a critical approach of the food production and distribution Valmir José De Oliveira Valério	32
Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura / Agriculture and family farming in Brazil: a literature review Antônia Francisca Lima Edvânia Gomes de Assis Silva Bruna de Freitas Iwata	50
A definição do espaço rural como local para o desenvolvimento territorial / Rural area as local for territorial development Daltro Cella Oriowaldo Queda Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante	45
Projetos agroecológicos no Pontal do Paranapanema: a visão de agricultores assentados e o papel das políticas públicas / Agroecological projects in the country of paranapanema: the vision of seed farmers and the role of public policies Otávio Gadiani Ferrarini Paulo Eduardo Moruzzi Marques	92
Mudanças climáticas nos assentamentos rurais: uma etnografia sobre a experiência de futuro / Climate change in rural settlements: an ethnography on the experience of the future Alexsandro Elias Arbarotti Rodrigo Constante Martins	116

Estudo exploratório sobre dinâmica do desmatamento em assentamentos localizados no território portal da Amazônia / Exploratory study on the dynamics of deforestation in settlements located in the Amazonian territory

Silvia Regina Starling Assad de Avila

Mario Avila

José Vicente Elias Bernardi

Antônio Felipe Couto Júnior

.....139

Contradições entre a legislação ambiental e a legislação indigenista no Brasil contemporâneo: o protagonismo *Mbyá Guarani* na autodemarcação da terra indígena *Tekoá Mirim* / Contradictions between the environmental legislation and the indigenous legislation in contemporary Brazil: the *Mbyá Guarani* protagonism in the self demarcation of the *Tekoá Mirim* indigenous land

Fábio do Espírito Santo Martins

Paulo José Brando Santilli

.....153

Da luta pela terra ao reconhecimento: considerações sobre a trajetória das famílias assentadas no PDS Santa Helena e o acesso a políticas públicas / From the fight against earth to recognition: considerations on the trajectory of families (PDS) Santa Helena and access to public policies

Bárbara El Khalil

Joelson Gonçalves de Carvalho

.....171



Realmente vivemos tempos sombrios!

A inocência é loucura.

Aquele que ri ainda não recebeu a terrível notícia

Que está para chegar.

Bertold Brecht

Sem dúvidas atravessamos um período político grave no país.

É nesse gravíssimo, quase estado de exceção, que lançamos mais um número de nosso periódico. Há um complicado processo, interligado aos interesses econômicos do capitalismo mundial e que se acentua com a extrema-direita no poder, o que tem implicado em deturpações não apenas na esfera do poder mas em toda a estrutura social.

Os primeiros ataques do novo (des) governo foram contra os mais frágeis, contra todas as formas do rural mais tradicional: indígenas, quilombolas, assentamentos de Reforma Agrária e extinção de ministérios ligados ao trabalho de modo geral. Se não houver resistência da sociedade como um todo, nossos índios terão ainda mais diminuídas as terras que já foram suas. Idosos e deficientes pobres estão ameaçados de sobreviver com quantias miseráveis.

O processo, cheio de calúnias e perversidades não é fácil de ser compreendido. O povo, hipnotizado pela TV, não tem conhecimento dos fatores que a Ciência Política pode elencar (afinal as pessoas têm que trabalhar, e muito, para sobreviver). Mas já estão sentindo as consequências. Enquanto isso, as elites e aqueles que com ela se identificam, encastelados em privilégios que tendem a aumentar, negam-se a reconhecer a farsa que levou este grupo ao poder – e da qual, muitos deles participaram.

De início, a sociedade parecia paralisada: alguns não conseguiam explicar o próprio voto e torciam timidamente “para tudo dar certo”, enquanto outros se manifestavam nas redes sociais, o que nem sempre dá resultados imediatos. Mas, de repente, o governo mexeu em um verdadeiro vespeiro – cortes na Educação! E então, a nação despertou: professores e estudantes nas ruas, indignação por toda parte...

E aqui vale uma reflexão para explicar esse “despertar”. Educação pública e gratuita é um VALOR criado inclusive pela burguesia como resultado de sua grande revolução e aqueles que estão na sala de aula tomam logo consciência de que esse direito fundamental lhes pode ser negado.

Os sintomas já eram claros: reforma do ensino médio, excluindo humanidades; abertura à privatização desse nível de ensino, reforma trabalhista para “desprofissionalizar” o magistério; perseguições políticas; criminalização na escola amordaçada (movimento escola sem partido).

Os cortes de verba atingirão todos os níveis de ensino, mas se concentraram nos mais altos patamares do sistema – o que parece, aos não esclarecidos, apenas eliminação de privilégios. Mas é preciso consultar estatísticas, e compreendermos então o porquê do ataque às Universidades Federais. Cresceram nelas, e não só nelas, as porcentagens de pobres, negros, gays e outros tipos de excluídos durante a última década. Desmascarou-se o mito das Universidades Públicas reservadas às elites. Um governo que criou 18 universidades colocou em cena uma outra face do processo. Para os poderosos é preciso barrar a ascensão desses grupos outrora excluídos e que agora chegam ao mestrado e precisam de bolsas para prosseguir – prática essa altamente democratizante. A Educação nesses níveis forma intelectuais engajados na luta pela humanização da sociedade: estudantes a intelectuais estão sempre ao lado das massas que lutam por melhores condições de vida. Portanto, cortem-se as bolsas e deixem o doutorado para as elites – esse o plano dos poderosos escondido pela ideologia de que sobrarão verbas para os primeiros degraus da escolaridade.

Mas os cortes não atingem só a Educação. A Saúde já está pagando seu preço e os alimentos, a base para um povo saudável, serão agora mais envenenados, com a liberação total de agrotóxicos – do começo de 2019 até meados de maio, 169 produtos foram liberados. E quanto aos custos, observem a especulação com os produtos essenciais (cereais principalmente) nas bolsas do futuro, o que se correlaciona com a fome no mundo – um processo de financeirização da alimentação que nos assombra.

Ao longo de 500 anos, o Brasil foi condenado a produzir para o mercado externo, destino contra o qual temos lutado principalmente pelas propostas de Reforma Agrária. Mas o fantástico poder do agronegócio reforça retrocessos a esse padrão histórico, agora com a sugestiva produção de commodities – ou seja, soja para o gado europeu e o gado nacional destruindo a floresta amazônica, do Bico do papagaio a Roraima.

Não por acaso, nosso periódico hoje se destaca com quatro textos sobre abastecimento interno e segurança alimentar, enquanto uma estratégia de desenvolvimento que se contrapõe à agroexportação. Que segurança teremos em relação à alimentação saudável? E quem continuará tendo acesso à comida? A fome, característica do Brasil no passado, e que o governo Lula combateu sem meias verdades, nos espreita. E quanto à soberania alimentar? As forças reacionárias já acabaram com a soberania no plano das nações. Quem se preocupa com soberania alimentar? – conceito complexo, conforme mostra um dos nossos artigos.

Tais temas são retratados em artigos de caráter mais teórico, tanto as questões de segurança e soberania alimentar como o papel fundamental que as agriculturas

familiares têm na sua realização. Afinal, mais de 70% dos alimentos que abastecem a população brasileira advêm das agriculturas familiares.

Preocupação central que permeia há muitos volumes de Retratos é a agroecologia e outras questões ambientais, como as mudanças climáticas, abordadas por meio das políticas públicas e das representações de assentados rurais. Torna-se impossível dissociar a agroecologia das formas de resistência. E neste sentido, entre contradições e resistências, a trajetória de luta pela terra, os obstáculos e as conquistas nos permitem o fechamento desta edição com um misto de esperança e atenção.

Já se tornou chavão a irônica observação de Marx: a história como tragédia, que se repete como farsa. Estaremos engolindo essa farsa para perceber ao final que a farsa pode ser pior do que tragédia, conforme sugere o filósofo esloveno Slavoj Žižek? Ou movimentos das massas tomarão as rédeas desta luta, da qual, Retratos de Assentamentos procura, a seu modo, participar, estimulando leituras críticas e comprometidas com os destinos da nação.

Os Editores



O varejo moderno de alimentos: modernidade e insegurança alimentar e nutricional

Newton Narciso Gomes Junior¹
Bárbara Loureiro Borges²

RESUMO: O quadro desanimador da questão alimentar brasileira é o cenário no qual se desenvolve o presente ensaio cujo olhar volta-se para a dimensão bi – fronte do problema: o sistema de abastecimento alimentar da produção ao varejo e as determinações do sistema quanto àquilo que se come desde a qualidade e forma que se organiza a oferta dos alimentos no mercado. Para darmos conta dessa intenção, nos dedicamos inicialmente a entender como a modernização do sistema varejista de alimentos implementada nos anos 1970 e que teve como marca a consolidação dos supermercados em substituição à diversidade de equipamentos varejistas convencionais, mercados, feiras, quitandas, empórios e armazéns, que respondiam pelo abastecimento alimentar urbano, especialmente nas classes populares. Nesse percurso nos debruçamos, também, sobre a ressignificação da ideia de comida e como isso abriu a possibilidade para o ingresso marcante de alimentos artificiais baratos e inseguros na dieta do brasileiro, contribuindo de um lado para a reduzir o custo de reprodução da força de trabalho ao mesmo tempo em que compensou a redução da disponibilidade de tempo para o preparo de refeições ante a compressão do espaço - tempo no cotidiano da população citadina.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança e Insegurança Alimentar e Nutricional; Supermercados; Comida; Soberania Alimentar.

ABSTRACT : The disheartening Picture of Brazilian's food question is the scenario in which the present essay is developed whose perspective turns to the twofold dimension of the problem: the food supply system of retail production and the determinations of the system as to what one eats from the quality and form that organizes the food supply in the market. In order to realize this intention, we initially set out to understand how the modernization of the retail food system implemented in the 1970s and marked by the consolidation of supermarkets as a substitute for the diversity of conventional retail equipment, markets, fairs, warehouses, which responded for the urban food supply, especially in the popular classes. In this course we also look at the re-signification of the idea of food and how it opened the possibility for the marked entry of cheap and insecure artificial foods into the Brazilian diet, contributing on the one hand to reduce the cost of reproduction of the workforce while at the same time compensating for the reduction of the availability of time for the preparation of meals before the compression of the space - time in the daily life of the city population.

KEYWORDS: Food and Nutrition Security and Insecurity; Supermarkets; Food; Food Sovereignty.

¹Membro permanente do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural MADER/FUP/UnB, líder do Grupo de Pesquisa CNPQ Abastecimento e Comida, pesquisador do Núcleo de Estudos Agrários NEAGRI - CEAM/UnB. E-mail: swnewtongomes@gmail.com

²Engenheira Florestal, UnB, Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural PPGMader/FUP/UnB. Pesquisadora do Diretório de Pesquisa Comida e Abastecimento, CNPQ/UnB. E-mail: bab.loureiro@gmail.com

INTRODUÇÃO

Atualmente a humanidade produz mais alimentos do que em toda a sua história. Segundo dados de Jean Ziegler, relator especial durante os anos de 2000 a 2008 sobre Direito à Alimentação da ONU, são produzidos hoje, alimentos para 12 bilhões de pessoas, comida suficiente para atender às necessidades alimentares de 1,5 vezes a população vivente na Terra (ZIEGLER, 2012). A contradição se acentua quando observamos que no mundo todo cerca de 821 milhões de pessoas estão em situação crônica de fome, enquanto outros 641 milhões são obesos (FAO, 2018).

Esse paradoxo de viver num mundo de famintos e de obesos escancara as falhas de um sistema alimentar submetido, sem regulação ou controle, às regras e necessidades do mercado e do capital. A consequência mais imediata desse cenário é a persistência da condição de insegurança alimentar, seja por restrições de acesso aos alimentos seja pelo acesso inadequado à comida. Em ambos os casos, a assimetria entre a renda disponível e os preços dos alimentos se apresenta como causa do desarranjo que vitima em alguma medida, mais da metade da população mundial.

Partindo da premissa de que o sistema agroalimentar não se reduz apenas a um simples modelo de produção de refeições, destaca-se nessa trama a velada relação direta entre os fenômenos da fome e da obesidade, conectados pela cadeia de distribuição que leva os alimentos do campo até a mesa do consumidor (ESTEVE, 2017; PATEL, 2007), em uma entrelaçada rede de diferentes intermediários e interesses que beneficiam principalmente a indústria agroalimentar e os supermercados. Deste modo, podemos concluir que a fome e a obesidade são sintomas do mesmo problema cuja superação impõe-se como urgente.

Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, em 2014 o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome³ pela forte redução do número de pessoas nessa situação verificada nas últimas décadas (FAO, 2016). No entanto, esse fato não se deu por questões relacionadas à produção e distribuição de alimentos ou por uma efetiva política de segurança e soberania alimentar, mas sim por questões econômicas relacionadas às políticas sociais de inclusão que permitiram o acesso da população mais pobre a esses alimentos.

Mas, se por um lado sair do Mapa da Fome é um avanço importante, de outro, conviver com cerca de 50% da população exposta às consequências devastadoras para a saúde em decorrência do excesso de peso sinaliza que o problema da insegurança alimentar e nutricional não foi superado. Dados da pesquisa VIGITEL de 2016 apontam um aumento de 60% da obesidade em adultos no Brasil nos

³O Mapa Mundial da Fome relaciona em quais países há parte significativa da população ingerindo uma quantidade diária de calorias inferior ao recomendado. Para sair do mapa, o país deve ter menos de 5% da população ingerindo menos calorias do que o recomendado.

últimos dez anos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017). E em relação à fome, as previsões para os próximos anos sinalizam que o quadro de IA tende a piorar em razão das mudanças políticas que determinaram o congelamento dos investimentos sociais por 20 anos, o recrudescimento do desemprego que atinge pelo menos 13% da população economicamente ativa, além das constantes investidas do governo desde 2015 contra os programas de transferência de rendas. (GTSCA2030, 2017).

O quadro desanimador da questão alimentar brasileira apresentado nas passagens anteriores é o cenário no qual se desenvolve o presente ensaio cujo olhar volta-se para a dimensão bi – frente do problema: o sistema de abastecimento alimentar da produção ao varejo e as determinações do sistema quanto àquilo que se come desde a qualidade e forma que se organiza a oferta dos alimentos no mercado.

Para darmos conta dessa intenção, nos dedicamos inicialmente a entender como a modernização do sistema varejista de alimentos implementada nos anos 1970 e que tiveram como marca a consolidação dos supermercados em substituição à diversidade de equipamentos varejistas convencionais, mercados, feiras, quitandas, empórios e armazéns, que respondiam pelo abastecimento alimentar urbano, especialmente nas classes populares. Nesse percurso nos debruçamos, também, sobre a resignificação da ideia de comida e como isso abriu a possibilidade para o ingresso marcante de alimentos artificiais baratos e inseguros na dieta do brasileiro, contribuindo de um lado para a reduzir o custo de reprodução da força de trabalho ao mesmo tempo em que compensou a redução da disponibilidade de tempo para o preparo de refeições ante a compressão do espaço - tempo no cotidiano da população citadina.

AS TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR: RAÍZES DA INSEGURANÇA ALIMENTAR

Os supermercados no Brasil, ganham força na trilha da urbanização tardia experimentada pelo país nos anos finais da década de 1960 e a seguinte, a partir de incentivos governamentais dentro da política de modernização do abastecimento que em tese deveria reduzir intermediações e transferir para os consumidores as vantagens de escala que aquele equipamento poderia oferecer.

Na realidade, dois movimentos ocorreram com a presença mais ativa dos supermercados na cena do varejo de alimentos; de um lado, a difusão de um espetacular rol de alimentos industrializados, inovadores que permitiam a estocagem por períodos dilatados de tempo, demandavam menos tempo no preparo das refeições e eram mais baratos que os gêneros in natura que compunham a cesta de alimentos tradicional. O movimento seguinte decorre deste primeiro. Os

supermercados pelas vantagens de preços que oferecem, em pouco tempo fizeram com que, praticamente, desaparecesse a rede capilar de varejo convencional, capturando para si toda demanda solvente de alimentos, produtos de higiene e limpeza dentre outros itens.

O modelo de varejo adotado no Brasil se baseou essencialmente no autosserviço⁴ norte-americano que, operando em larga escala e utilizando tecnologias de estoque e armazenamento, possibilitou o barateamento do preço de produtos secos e molhados (LEDA, 2017).

Em apenas um ano, entre os anos de 1969 e 1970, os supermercados aumentaram sua participação no varejo de alimentos de 1% para 13% (SUPERMERCADO MODERNO, 2010). No início dos anos de 1970, os supermercados já representavam 26% das vendas de gênero alimentícios do mercado brasileiro (ROJO, 1998). Destaca-se, ainda nos anos 1970, a chegada da rede francesa Carrefour em 1975 no Brasil, que introduziu um novo layout e mix de mercadorias no setor, com ampla área de vendas e estacionamento.

Devido à forte política fiscal de incentivo do Estado⁵ e a articulação com o capital internacional, o arranjo de autosserviço se difundiu rapidamente no Brasil como uma nova prática de consumo, tornando os supermercados com sua ampla exposição de novos produtos industrializados em símbolos de modernidade.

Apesar das crises econômicas da década de 80, para manter a margem financeira de ganhos, os supermercados aumentaram seu volume de vendas, por meio da diferenciação e da diversificação na linha de produtos, o que era possível pelo sistema de ganho financeiro baseado na diferença praticada entre os prazos de pagamento de fornecedores (à prazo) e de recebimento de vendas (à vista) (CYRILLO, 1987; BELIK, 1999). Ou seja, as vantagens de custo associadas à alta escala de operações de compras permitiam a fixação de preços mais estáveis e garantiam a competitividade do setor. A forma de pagamento à vista também determinou que o público consumidor fosse de alta renda, influenciando a instalação inicial dos supermercados em bairros mais ricos ou em zonas mais afastadas de difícil acesso sem o uso de automóvel (SAAB; GIMENEZ, 2000).

É nesse sentido que os supermercados inseriram uma dupla revolução em relação à forma de adquirir, consumir e se relacionar com os alimentos. Conforme afirma Patel (2008), os supermercados são invenções patenteadas e que respondem a uma necessidade específica em um tempo e local específico em que foram concebidos.

⁴No sistema de autosserviço os clientes escolhem a mercadoria nas prateleiras do estabelecimento e fazem o pagamento nos check-outs, onde estão dispostas as caixas registradoras.

⁵Em 1968, a lei nº7208 reconheceu os supermercados como uma categoria diferenciada de varejo de alimentos e que, portanto, deveriam ter uma carga tributária à parte.

Essa dupla dinâmica, segundo o autor, diz respeito à expansão do consumo de massa de um tipo de produto adequado à dinâmica de agregação de valor e de comercialização em larga escala: enquanto a revolução técnica deu conta do barateamento e da adequação do alimento a um outro ritmo de vida nas cidades, bem como às condições de transporte e comercialização em larga escala, a intervenção educativa se instaurou pela difusão de novos produtos e novos hábitos alimentares, bem como por uma nova forma de se expor e adquirir os produtos.

Essas características deram condições para que os supermercados se firmassem como polarizadores no mercado de alimentos, intensificando a estratificação do consumo e do tipo de acesso aos alimentos.

Com a consolidação do segmento moderno de varejo alimentar, o sistema convencional que se assentava na operação de equipamentos tais como feiras livres, mercados, quitandas, mercadinhos e armazéns definhou. A impossibilidade desses equipamentos tradicionais pela pequena escala de suas vendas alcançarem a escala de compras que permitiria a prática de preços equivalentes aos praticados pelos supermercados, reforçou a assimetria entre renda e preços dos alimentos nos setores populares, agravando sobremaneira as condições de insegurança alimentar e nutricional por restrições de acesso.

A condição de vendas exclusivamente à vista e a localização das lojas de autosserviço em regiões de maior densidade populacional e renda ou em espaços cujo acesso dependia de transporte individual geram uma situação paradoxal. |Aos segmentos mais pobres da sociedade só restava pagar mais caro pelos alimentos oferecidos pelas lojas convencionais localizadas nos bairros onde viviam ante a impossibilidade de mobilidade que lhes permitissem frequentar os novos espaços de varejo; o pequeno varejo das periferias, por sua vez abasteciam-se nos supermercados. As vantagens de preços conseguidas nessa operação, o varejo tradicional acrescentava sua margem de comercialização que incluía os riscos de inadimplência que o fornecimento à crédito, acarretava.

Ademais, a renda nesses segmentos sempre fora insuficiente para que as necessidades alimentares fossem preenchidas adequadamente, assim, era recorrente entre os consumidores, buscarem no crédito oferecido pelos comerciantes locais a fórmula para “esticar” o salário complementando a despesa com comida. Essa equação é a que oferece base para que nas periferias os preços dos alimentos sejam mais caros que nos centros onde prevalecem um padrão de renda mais elevada, decorrendo disto o paradoxo clássico do abastecimento, segundo o qual, os mais pobres se vêm obrigados a comprometerem uma parcela maior da renda disponível para gastos com alimentação do que os mais ricos.

Dessa condição para o avanço dos supermercados em direção aos bairros

populares mais consolidados foram poucos anos. Já em meados dos anos 1980 a supremacia do varejo moderno praticamente extinguiu o comércio tradicional das periferias menos estruturadas, zonas de expansão das fronteiras urbanas nas quais prevalecem a concentração da pobreza espalhada em aglomerados de população rarefeita. Essa conformação, baixa renda, e população ocupante espalhada condena desde sempre amplos segmentos populacionais a conviverem com desertos alimentares, ou seja, espaços vazios de opções de abastecimento nos quais as opções de compra praticamente resumem-se a alimentos artificiais na forma de salgadinhos, biscoitos, refrigerantes e afins ofertados em equipamentos precários de conveniência.

A crise econômica instalada no país no início dos anos 1990 e o confisco das poupanças que levou à redução da quantidade de moeda em circulação, o setor dos supermercados foi atingido pela queda nas vendas e teve seu ganho financeiro reduzido. A reação do setor foi introduzir mais linhas de produtos, aumentando o mix de mercadorias e visando baixar o custo e o preço (BELIK, 1999). Nesse período os hortifrutigranjeiros passaram a fazer parte da linha de produtos dos supermercados, tornando as Centrais (CEASA) obsoletas para o varejo.

O resultado dessa reação se deu de forma diferente no setor, enquanto as grandes redes que possuíam melhores condições de negociação com os fornecedores conseguiram se reestabelecer, as empresas menores que possuíam menos poder de negociação com os fornecedores passaram por situações de inadimplência e consequente quebra ao tentar competir com prazos e financiamentos ao consumidor semelhantes aos praticados nos grandes supermercados (BELIK, 1999).

Ainda como forma de driblar a crise econômica, os grandes supermercados se expandiram rapidamente para as periferias urbanas, em bairros mais estruturados, com características de polos regionais, massificando a sua pauta de produtos para todas as faixas de renda e rompendo com a lógica do paradoxo do abastecimento que ofertava produtos mais diversificados a preços mais baratos às classes mais ricas (REARDON; BERDEGUÉ, 2002).

O resultado foi o aumento colossal na concentração do setor de distribuição varejista, que associadas às limitações e abandono das políticas de organização do abastecimento alimentar pelo Estado e as vantagens competitivas dos supermercados, permitiram que as redes varejistas internacionais consolidassem o processo de dominação e verticalização do setor, inserindo novas tecnologias, logísticas de coordenação e controle da definição de preços e qualidade dos produtos.

No Brasil, nos anos de 1999 a 2001, os supermercados foram responsáveis por cerca de 85% do abastecimento nacional de produtos de grande consumo, com destaque para a rede Carrefour, líder de faturamento nesse período (SILVEIRA;

SANTOS, 2001; SAAB; GIMENEZ, 2000). O volume da venda de alimentos nos supermercados, em 2002, chegou a 44%, sendo controlado por apenas 0,9% estabelecimentos (FARINA *et al.*, 2005), demonstrando o predomínio dos supermercados no abastecimento alimentar.

Em 2000, apenas 05 empresas eram responsáveis por 33% do faturamento bruto do segmento varejista de alimentos no Brasil (SAAB; GIMENEZ, 2000). Em 2015, apenas cinco empresas concentravam 58% do faturamento dos supermercados (ABRAS, 2016). A empresa Companhia Brasileira de Distribuição, representada nas subsidiárias de varejo de alimentos Extra, Pão de Açúcar e Assaí Atacadista obteve sozinha um faturamento bruto de R\$ 76,9 bilhões, cerca de 47% do faturamento das cinco maiores. Em segundo e em terceiro lugar estão respectivamente as empresas Carrefour e Wall Mart. A Tabela 1 apresenta o ranking das cinco maiores distribuidoras do varejo de alimentos, com o faturamento bruto de 2015 e o respectivo número de lojas.

Tabela 1- Ranking das cinco maiores empresas de distribuição no varejo de alimentos.

Classificação	Empresa	Principais subsidiárias*	Faturamento Bruto (R\$)	Número de lojas
1	Companhia Brasileira de Distribuição	Extra, Pão de Açúcar, Assaí Atacadista, Mini Extra, Minuto Pão de Açúcar	76.933.000.000	2181
2	Carrefour Com. Ind. Ltda.	Carrefour Hipermercado, Carrefour Bairro, Carrefour Express, Atacadão	42.701.594.004	288
3	WalMart Brasil Ltda.	WalMart hipermercado, Maxxi Atacado, Sam's Club, Nacional, Big Hipermercados, Mercadorama, TodoDia, Bompreço	29.323.141.083	485
4	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	GBarbosa, Mercantil Rodrigues, Perini, Bretas e Prezunic	9.267.780.338	222
5	Companhia Zaffari Comércio e Indústria	Zaffari, Bourbon	4.508.000.000	31

* As informações sobre as subsidiárias das empresas foram obtidas nos próprios sítios eletrônicos das mesmas.

Fonte: ABRAS (2016).

A própria análise da variedade de subsidiárias dessas empresas revela a característica do processo de fusão e aquisição de empresas nacionais, o que tem sido uma estratégia recorrente para ampliar a participação no mercado ou até mesmo mantê-la e conseqüentemente eliminar a concorrência.

De 2015 para 2016, as principais redes de supermercados deram conta de que os problemas de mobilidade urbana estavam influenciando fortemente o comportamento dos consumidores de suas lojas. As grandes lojas, hipermercados localizados em áreas de grande circulação de veículos em vias expressas já não atraíam a clientela em virtude dos problemas de acesso, trânsito, estacionamento, etc. |O deslocamento de parte da demanda para lojas de vizinhança, menores e que haviam resistido ao tsunami das grandes redes foi a chave para que uma nova estratégia de operação fosse implementada.

Por intermédio de aquisições de cadeias de lojas familiares, locais e de menor porte, as grandes redes inauguravam um arranjo de lojas de vizinhança com características de lojas do bairro. Entre 2015 e 2016 as lojas de bairro saltaram das 61 unidades existentes para 614 em todo o Brasil, praticamente concentradas em grandes e médios centros urbanos (ABRAS, 2016).

Outra estratégia adotada pelos supermercados para ampliar a participação no mercado e concentrar a distribuição de alimentos gerando mais lucro foi a criação de marcas exclusivas, que geralmente apresentam preços menores que os similares das marcas líderes. No caso da Cia Brasileira de Distribuição, cinco marcas próprias de alimentos se difundem entre aproximadamente 900 produtos (Qualitá, Taeq, Casino, Club dos Sommeliers).

O fator de sucesso financeiro dos segmentos de supermercados está associado ao alto investimento em logística e a possibilidade de competir através dos preços, que associado ao aumento da escala de operações permitem a consolidação da concentração e impulsionando a lógica da fidelização e conveniência para os clientes (SAAB; GIMENEZ, 2000). O aumento da automação comercial, a modernização da tecnologia de informação e o aprimoramento de modelos de gestão também otimizaram a atuação desse setor.

Essas particularidades refletirão na relação estabelecida com os fornecedores dos supermercados. Operando sob condições de oligopólio, a autonomia dos fornecedores tende a ser muito fraca. Para garantir o fornecimento com o mínimo de riscos envolvidos, deve-se ter escala capaz de suprir a demanda de várias lojas ao mesmo tempo, além de organizar uma logística eficiente de distribuição até as centrais de expedição (GOMES JÚNIOR; ALY JÚNIOR, 2015).

Nesse sentido, a relação dos fornecedores com as redes de supermercados se dá

de forma nociva para pequenos e médios produtores e fornecedores. Bezerra *et al.* (2016), salientam os mecanismos que o setor se utiliza para beneficiar-se dos seus fornecedores, tais como: diminuição da margem de lucro para os fornecedores; cobrança de taxas para a comercialização nas lojas; responsabilidade do prejuízo caso os produtos não sejam adquiridos; ameaças de quebra de contrato caso suas demandas não sejam atendidas.

Cabe destacar que essas vantagens competitivas e o aumento da escala de comercialização das grandes redes de varejo fragilizaram boa parte da concorrência. Esse movimento associado à internacionalização da grande distribuição comercial de autosserviço influenciou drasticamente na ruína dos aparelhos tradicionais de comercialização e do comércio de pequena escala, como as mercearias, armazéns, açougues, feiras livres.

A consolidação dos grandes supermercados trouxe consequências drásticas ao comércio tradicional existente, pois as lojas que vendem os mesmos produtos tiveram suas vendas reduzidas pela dificuldade de competir em preço, oferta e variedade de produtos com as grandes redes. De modo geral, o pequeno varejo sofre os impactos da migração dos consumidores para lojas de maior porte em busca de volumes maiores e preços mais atrativos.

As consequências do padrão internacionalizado das grandes foi demonstrado em um estudo da rede Amigos de la Tierra na Grã-Bretanha que verificou que o desaparecimento do pequeno comércio tem impacto direto na economia local, com diminuição da renda da comunidade. Enquanto 50% dos lucros do comércio local realizado na forma de aparelhos tradicionais retornam ao município, apenas 5% do lucro das grandes empresas de distribuição são reinvestidos (AMIGOS DE LA TIERRA, 2005). No Brasil, o impacto na economia local também pode ser verificado quando se observa que 87,3% do varejo de vizinhança é familiar (ABRAS, 2017).

Essas modificações nas condições de arranjo de comercialização das cidades alteraram a forma como a população lida com a aquisição de alimentos, tanto em relação ao espaço, quanto na definição do que é considerado alimento.

A HOMOGENEIZAÇÃO DOS HÁBITOS ALIMENTARES: COMIDA OU PRODUTO ALIMENTÍCIO?

A perda de capilaridade e diversidade das redes tradicionais de varejo e a consolidação do sistema de varejo moderno em larga escala, associado à necessidade frequente de aumentar o mix de produtos oferecidos ao consumidor impulsionaram o desenvolvimento da indústria de alimentos e conseqüentemente a modificação

do padrão alimentar, substituindo produtos frescos e tradicionais em detrimento de alimentos industrializados. A introdução de novos produtos industrializados no cotidiano da população conduziu a uma progressiva diluição dos hábitos alimentares da relação entre a vida doméstica e o consumo e preparo dos alimentos.

Não menos ameaçador foi a construção no imaginário da sociedade que a modernidade se traduzia na possibilidade de a todo tempo e a qualquer tempo contar-se com uma oferta de alimentos que desconhece sazonalidade, nacionalidade, identidade cultural com as práticas e hábitos alimentares. A presença de frutas, legumes, verduras, grãos e até mesmo carnes exóticas nas prateleiras e unidades de frio nos supermercados levou que o consumidor cresse que a Cocanha da mitologia da Idade Média, a terra da primavera eterna (MONTANARI, 2013) convertera-se em realidade.

Nesse sentido, o aparecimento e crescimento das grandes redes oligopolizadas mudou radicalmente os hábitos de alimentação e consumo da população, subordinando essas necessidades básicas a uma lógica mercantil e aos interesses econômicos das grandes empresas. Ou seja, a distribuição e o consumo de alimentos deixa de estar associada às necessidades básicas da população e passa a ser determinada pelo que é rentável e lucrativo para o capital.

Para Steel (2008), as mudanças de processamento e distribuição dos alimentos foram decisivas para o afastamento da sociedade e da natureza, contribuindo de forma decisiva para a invisibilidade dos alimentos. Com o deslocamento da produção de alimentos para as margens, tanto em relação à geografia quanto na relação com as pessoas, os alimentos passaram a ser adquiridos em pré-prontos. Ao mesmo passo que a população foi gradualmente deixando de ter conhecimento sobre a procedência e formas de distribuição dos alimentos.

Outro fator decisivo está relacionado às condições de acesso aos alimentos na cidade. A intensificação da jornada de trabalho empurrou a aquisição de alimentos para lugares concentrados, que funcionam em horários estendidos e onde pode-se encontrar todos os itens antes adquiridos em diferentes estabelecimentos - açougues, padarias, varejões e sacolões, mercearias, feiras - em um só lugar, como os supermercados. Ou seja, a aquisição de alimentos deixou de ser uma questão do que a população gostaria de comprar, mas do que estaria disponível a esses sujeitos, dadas as restrições de mobilidade física e horários disponíveis.

Segundo Wilkinson (2002), as mudanças na demanda de alimentos abriram novos flancos para atores apropriadores operando à montante (na produção rural) e os processadores, sobretudo com a transformação da linha de produtos baseados em *commodities* em especialidades e ingredientes saudáveis.

Desse modo, o papel exercido pelo grande varejo passou a contestar a ideia dos consumidores ordenarem o sistema produtivo e ditarem a oferta de alimentos. Ou seja, as preferências dos consumidores passaram a ser cada vez mais relacionadas aos produtos ofertados pelos supermercados, os quais por serem cada vez mais concentrados dificultam a existência de locais que ofertem produtos diferentes dos comercializados nessas grandes redes (CUNHA, 2016), como é o caso da diminuição e desaparecimento dos aparelhos de abastecimento de vizinhança.

Desse modo, o papel exercido pelo grande varejo subordinou as preferências e escolhas dos consumidores à sua pauta. A escala em que operam os supermercados praticamente elimina a possibilidade de produtores locais ou mesmo regionais, de individualmente ingressarem no sistema como fornecedores. Os supermercados das grandes redes, na prática ordenam a produção de acordo com seus interesses comerciais e subordinam as operações de aquisições na produção por intermédio de suas plataformas. Essa forma de operação reflete uma oferta composta por um número restrito de variedades de frutas, legumes, verduras, domínio de grandes indústrias na oferta de mercadorias processadas, alimentares ou não, ao mesmo tempo em que inviabiliza pela concorrência, a existência de equipamentos de varejo que operem com outra lógica (CUNHA, 2016).

Nesse sentido, a escolha dos produtos nos supermercados é determinada por uma aliança entre o grande varejo com as agroindústrias alimentares para aumentar o consumo de produtos com sabores específicos, com altos teores de gorduras, açúcares e sódio (CUNHA, 2016). A maioria dos alimentos comercializados é processada com doses elevadas de aditivos químicos sintéticos, como corantes, conservantes, antioxidantes, espessantes, estabilizadores, intensificadores de sabor, reguladores de acidez, amidos modificados etc., conferindo aos produtos uma cor mais atraente, a aparência de recém-fabricado ou um sabor intenso (ESTEVE, 2017).

É importante destacar que esses alimentos ultraprocessados são, na verdade, formulações criadas pela indústria de alimentos, contendo apenas resquícios ou mesmo nada dos alimentos originais e com grandes quantidades de óleo, sal e açúcar. São considerados “produtos de conveniência”, que vêm em uma caixa, podem permanecer meses numa prateleira, podem ser comidos durante o caminho e serem servidos sem a necessidade de ligar o fogão (DIAS; CHIFFOLEAU, 2016).

Com a disseminação dos produtos industrializados, a modificação dos hábitos alimentares se deu forma mais intensa e rápida. As novas técnicas de processamento e conservação pela via de envasamentos e refrigeração mais do que garantirem a estabilidade da oferta forneceram as condições necessárias para a racionalização dos tempos das pessoas, consumido num cotidiano de longas jornadas de trabalho

e de crescentes problemas com deslocamentos entre o domicílio e os locais de trabalho. A artificialização da comida foi apresentada como a saída melhor para contornar a falta de tempo e livrar a todos das tarefas de produzir refeições ao invés de empregar o tempo disponível para descansar (LEDA, 2017).

As alterações no consumo também se baseiam em estratégias de marketing de promoção de hábitos alimentares para definir o padrão de escolha alimentar do consumidor, como o surgimento periódico de alimentos “milagrosos” e “saudáveis”, que prometem perda de peso, controle do colesterol, fortalecimento do sistema imunológico, redução dos riscos de diabetes, entre outros. Esse enfoque revela como a indústria vem se apoderando de alimentos termogênicos e funcionais e levando o consumidor a adquirir apenas os alimentos desses segmentos produzidos de forma industrial, quando na verdade todos os alimentos in natura, ou seja, alimentos verdadeiros com pouca ou nenhuma transformação, podem ter um papel benéfico na saúde humana e uma função relevante em termos nutritivos.

A ampliação no consumo dos produtos ultraprocessados também está relacionada às estratégias mais sofisticadas de marketing e a questões logísticas, que desenvolveram mercadorias mais fáceis de estocar, transportar, exibir e conservar nas prateleiras (FISCHLER, 2007). Estratégias essas que estão disponibilizadas de forma mais fácil às grandes empresas transnacionais que dominam o ramo da distribuição. Cerca de 25% e 55% das compras nos supermercados são compulsivas, resultantes de estímulos externos, ou seja, baseadas na forma como os supermercados oferecem os produtos (ESTEVE, 2017).

O símbolo da modernidade do supermercado e a suposta autonomia de escolha do que comprar é uma falácia, em que toda a dinâmica estabelecida dentro de um supermercado tem um interesse ofensivo de marketing. Esteve (2017) pontua que tudo em um supermercado é concebido para incentivar a compra, comparando o papel do consumidor como o de uma cobaia em um laboratório, induzido por cores vivas, anúncios de ofertas e promoções, tamanho dos carrinhos e cestas, formas de disposição dos produtos nas prateleiras e até estreitamento dos corredores a fim de aproximar os consumidores. Patel (2008) acrescenta que a oferta dos supermercados não é baseada nas preferências dos consumidores, ou por características das estações climáticas ou geográficas de um território, mas pelo poder das corporações alimentares.

Os consumidores são encorajados a acreditar que a escolha individual os salvará dos males coletivos como a fome e a obesidade, mas é justamente essa liberdade de escolha que gesta esses males (PATEL, 2008). O autor acrescenta que não pode significar “liberdade de escolha” quando as opções nas gôndolas dos supermercados

de cereais, por exemplo, apresentam mais de 20 marcas, mas todas contendo cereais açucarados, conservantes, aditivos químicos e sabores artificiais.

Dessa forma, a perda de autonomia na escolha de diferentes produtos é escamoteada por uma suposta variedade da oferta de alimentos, que ao serem produzidos utilizando cada vez menos culturas (principalmente soja e milho) e quantidades excessivas de açúcares e gorduras, substituem as variedades de alimentos frescos antes referenciados socialmente nos hábitos alimentares da população, como no caso da substituição da banha de porco pelo óleo refinado de soja. De acordo com Gomes Júnior e Aly Júnior (2015), há um estiolamento do próprio significado do que é comida, alterando todas as relações que a comida construiu com a história dos indivíduos e suas sociabilidades através dos tempos.

A contínua desconstrução das práticas alimentares também demarca a posição dominante e imperiosa da indústria de alimentos finais dentro do sistema agroalimentar, que segue a tendência de concentrar capitais. Uma campanha realizada pela ONG Oxfam intitulada *Behind the Brands* (Por trás das marcas) revela que apenas dez empresas multinacionais controlam uma parte importante do mercado mundial de alimentos. As empresas Nestlé, PepsiCo, Unilever, Mondelez, Coca-Cola, Mars, Danone, Associated British Foods (ABF), General Mills e Kellogg's faturam juntas US\$ 1,1 bilhão diariamente (OXFAM, 2016). A campanha da Oxfam também apresenta como uma mesma empresa congrega diferentes tipos de marcas e produtos, como, por exemplo, a Nestlé, que atua na produção industrial de produtos que variam de chocolates, cafés solúveis, temperos, ração de animais domésticos e até água engarrafada.

Outro exemplo é a empresa Cargill, a maior empresa no ramo do agronegócio brasileiro, que em 2016 teve um lucro líquido de R\$ 661,4 milhões. Além de atuar na produção de *commodities* agrícolas, atua no ramo de produção de rações animais, produtos alimentícios, tais como atomatados, maioneses, molhos para salada, óleos de cozinha, produtos farmacêuticos e cosméticos.

A forma como essas empresas controlam a cadeia de produção e processamento de alimentos está diretamente relacionada com o que é ofertado nos supermercados e comprado pelos consumidores. Nesse formato de concentração, as empresas é quem determinam o que o consumidor vai adquirir e não o contrário, ou seja, o consumidor até pode escolher marcar diferentes, mas estará comprando da mesma empresa. Conforme salienta Patel (2008), a comida que comemos não é produzida para nós, nós é que somos produzidos para a nossa comida.

Todas essas modificações na forma de produção, processamento e distribuição dos alimentos submetidas aos interesses das grandes empresas do sistema

agroalimentar e à lógica comercial influenciaram radicalmente nos hábitos alimentares da população, aumentando o consumo de alimentos processados e congelados. Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2008/2009 sobre tipo e a quantidade de alimentos adquiridos pelas famílias brasileiras apontam desequilíbrios nas dietas alimentares, bem como um aumento na frequência de consumo alimentar fora de casa (IBGE, 2010).

Em relação à evolução da disponibilidade de alimentos nos domicílios entre 2002-2003 e 2008-2009, a pesquisa revela que houve um aumento no consumo de alimentos ricos em gorduras, açúcares, como embutidos (25%), refrigerantes (16%), bebidas alcoólicas (28%), refeições prontas e misturas industrializadas (40%). Ao mesmo tempo em que houve diminuição do consumo de alimentos tradicionais na cesta básica brasileira como arroz, feijões, mandioca.

Apesar de consumir mais calorias, proteínas e gorduras, a alimentação contemporânea além de ser menos adequada nutricionalmente também é menos variada. De acordo com a FAO (2007; 2010), 75% das variedades agrícolas desapareceram ao longo do século passado e 90% da alimentação mundial é baseada em apenas quinze variedades de cultivos agrícolas e na criação de oito espécies de animais.

A preferência pelo consumo de alimentos ultra - processados, energeticamente **mais** densos e baseados em poucas variedades agrícolas está diretamente relacionada ao aumento de doenças crônicas como diabetes, obesidade, problemas cardíacos e cânceres.

Isso ocorre, porque além de ter um perfil nutricional desequilibrado, baseado em sódio, açúcar, gordura e aditivos químicos que lhes conferem sabores e aromas artificiais, essas imitações de alimentos desregulam o metabolismo humano, pois não possuem vitaminas, minerais e fibras requeridos, fazendo com que gorduras e açúcares sejam absorvidos muito rapidamente potencializando os agravos de saúde na forma da incidência de doenças crônicas não transmissíveis. Outra característica desse tipo de alimento é o fato de serem produzidos para tornarem-se viciantes e associados a sensações de prazer extremo ao mesmo tempo em que remetem a uma sensação de permanente insaciabilidade o que, ao fim e ao cabo, induzem ingestão muito além do que o necessário para o organismo humano.

Esses alimentos artificiais passaram a ser ofertados cada vez mais na forma de comida pré-preparada requerendo tão somente breve aquecimento em fornos micro-ondas nas suas próprias embalagens para converterem-se em refeições. A comida pré-preparada se encontra com outros símbolos da modernidade que evoca praticidade e rapidez em todas as tarefas como forma de se adaptarem a um cotidiano

pressionado pela escassez de tempo para as atividades privadas.

Essa ideia de alimento prático vendida como expressão da vida moderna, tem se prestado a contribuir com a vulgarização da ideia de comida. Na medida em que a praticidade dos alimentos pré-preparados se torna mais presente na dieta das pessoas mais se distanciam as práticas e hábitos alimentares convencionais associados às rotinas do cozinhar, do tomar as refeições em família. Os novos hábitos tendem a diluir a percepção da compressão do espaço – tempo que se abate sobre a rotina dos cidadãos a partir de uma noção de praticidade que se completa no consumo descuidado da comida na mesa do escritório, à frente da televisão ou do celular conectado às redes sociais. A vulgarização da comida come o sentido do que é uma refeição, banaliza hábitos e tradições alimentares por intermédio de uma miríade de preparos à disposição em qualquer supermercado ou loja de conveniência.

A aparente diversidade e praticidade dos itens ofertados pelo varejo moderno, a diminuição do tempo livre para aquisição e preparo dos alimentos, a supressão dos alimentos tradicionalmente consumidos pela população brasileira são fatores que causam a alteração dos ambientes alimentares, ocasionando situações de vazios alimentares no que tange ao acesso e qualidade da alimentação da população.

Um vazio alimentar, ou deserto alimentar, é um local de acesso limitado a alimentos nutritivos saudáveis, seja por falta de renda monetária, tempo, condições de mobilidade e/ou distância. Esses desertos alimentares não dizem respeito apenas às dificuldades em torno de espaços onde são possíveis acessar alimentos de qualidade, mas também à menor possibilidade de diversidade em decorrência do estreitamento do catálogo de produtos (STEEL, 2008).

Ou seja, apesar da evidência dos malefícios dos alimentos ultraprocessados, os alimentos in natura e frescos estão distantes do cotidiano de regiões mais afastadas e socialmente vulneráveis, relacionando a questão da alimentação com a necessidade de um planejamento urbano associado às necessidades básicas e diárias da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A industrialização e distribuição de alimentos sob o controle de poucas empresas que dominam praticamente todas as cadeias do sistema junta-se à explosão dos números de doenças crônicas não contagiosas que atingem amplos setores da população que convivem com o excesso de peso associado a uma dieta sustentada no consumo de comida que não é comida, de comida que imita comida e dão forma à condição de insegurança alimentar e nutricional decorrente da subversão da ideia e significado do que é comida.

Para garantir a segurança alimentar e nutricional deve-se considerar a premissa da oferta permanente e em quantidade suficiente de alimentos. Para Gomes Júnior

(2015), essa oferta deve estar disponível e ser apropriada internamente, de forma que não impeça a demanda agregada de alimentos por assimetrias entre procura e disponibilidade ou por instabilidade nos preços.

No entanto, um quadro de segurança alimentar e nutricional também deve abordar “aspectos relacionados às técnicas de produção e pesquisa agrícolas, à matriz industrial de transformação e processamento, à propaganda, ao meio ambiente, à autonomia do país em produzir e consumir aquilo que é parte das tradições de seu povo” (GOMES JÚNIOR, 2015, p.15).

Nesse sentido, somado à necessidade de democratizar a produção agrícola e a distribuição de alimentos, dois importantes pontos de enfoque em torno da garantia da segurança alimentar e do abastecimento alimentar urbano dizem respeito às políticas públicas e ao mercado consumidor.

Cassol e Schneider (2015) sugerem que essa interação se dê entre as formas de produzir e comercializar e os modos de consumir e se alimentar, a fim de aprimorar o campo de ação das políticas públicas e o papel dos atores e mediadores sociais, bem como suas formas de organização.

Diante da ótica das políticas públicas de abastecimento alimentar e da garantia de segurança alimentar, Maluf (1999) destaca a importância do Poder Público promover e estimular ações que contribuam para um sistema integrado de abastecimento, que contemple aspectos da produção e distribuição dos alimentos em formas mais equitativas.

Além da promoção de ações equitativas, que garantam a produção diversificada e suficiente, assim como a distribuição em quantidade e regularidade necessárias, a garantia da manutenção da oferta de alimentos envolve também a constituição de estoques reguladores, estratégicos e de emergência, sob controle de um governo central que intervenha no mercado central e promovam políticas assistenciais de distribuição de alimentos (GOMES JÚNIOR, 2015).

Nesse sentido, é preciso levar em conta que as ações de abastecimento devem propiciar o acesso aos alimentos por todos os segmentos da população, em quantidade e qualidade apropriada. Contudo, Gomes Júnior (2015) ressalta que a garantia de acesso regular e permanente aos alimentos se reporta às condições para a realização do direito humano à alimentação. Essas condições não estão ligadas apenas à sincronização dos preços dos alimentos com a renda disponível para a sua aquisição, mas decorrem das restrições ao acesso de alimentos relacionadas às falhas nos arranjos de desenvolvimento social e econômico, como, por exemplo, problemas ambientais, desemprego, falhas na saúde e na educação pública.

Esse processo se soma à estratégia da “democracia alimentar”, defendida por Lang (2009), que trabalha a incorporação do princípio da cidadania alimentar

em termos de iniciativas que melhorem a alimentação de toda a população, e não apenas de uma parte dela. É nesse âmbito que se destaca o conceito da soberania alimentar, cunhado para ser um contraponto ao modelo de produção do agronegócio, das políticas que transformam os alimentos em mercadorias e que visam atender a segurança alimentar de toda a população.

Dessa forma, a proposta de soberania alimentar se materializa no direito que cada país tem em além de acessar aos alimentos, produzi-los a partir de suas próprias políticas e estratégias sustentáveis, lhes garantindo soberania sobre suas existências (STÉDILE, CARVALHO, 2011).

Assim a Soberania Alimentar se torna a via possível para garantir a Segurança Alimentar da população, através da realização do direito humano à alimentação adequada, que se concretiza no acesso regular a alimentos de qualidade e em quantidades suficientes, tendo como base práticas alimentares adaptadas às tradições e diversidades culturais que assegurem a promoção de saúde e sejam sustentáveis do ponto de vista social, econômico e ambiental

Cunha (2016) trabalha com o conceito do “Novo-Ancestral”, para afirmar que não se trata mais de apenas reconfigurar a cadeia de fornecimento ou de restabelecer a autonomia da preferência do indivíduo em suas decisões de consumo. Para o autor, trata-se do reconhecimento de novos valores atribuídos aos alimentos, que expressam a qualidade e a representação social ou local. Ou seja, é a valorização de elementos ligados ao local de produção, às variedades ofertadas, à forma de produção e apresentação dos produtos, os quais são refletidos na valorização dos produtos que estabelecem conexões e associações com as relações sociais do processo produtivo (origem do produto). Toda essa configuração é marcada pela mediação da pessoalidade das relações comerciais da escolha, avaliação e negociação do produto, que envolvem vínculos de confiança com o vendedor.

Reivindicar a soberania alimentar e uma nova forma de organização da produção, distribuição e consumo de alimentos, não implica retornar a um passado arcaico e nem a uma abordagem localista, conforme aponta Esteve (2017), mas de formas de promover um sistema alimentar mundial democrático, a serviço do bem-estar e da garantia de sobrevivência digna dos seres humanos.

Diante do exposto, considera-se que o sistema de abastecimento alimentar deve ser tema central nas discussões sobre Segurança Alimentar e Soberania Alimentar, tendo em vista seu papel no aprimoramento dos canais de comercialização e das formas de acesso mais justas à alimentos diversificados e seguros.

REFERÊNCIAS

ABRAS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS. Pequeno Mercado Eficiente. **SuperHiper**, São Paulo, jun., 2017.

ABRAS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS. Ranking ABRAS 2016. **SuperHiper**, São Paulo, abr., 2016.

BELIK, W. **Muito além da porteira**: Mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil. 1999. 146p. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

BEZERRA, J. E.; AGNER, M. R.; AZEVEDO FILHO, G. L. S. A expansão das redes de supermercado em Brasília (DF). In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 23., 2016, São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão: UFS/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2016**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2016. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

CASSOL, A. SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova**, São Paulo, v. 95, p. 143-177, 2015.

CUNHA, A. R. A. A. Abastecimento alimentar: a superação do padrão Velho-Obsoleto para o Novo-Ancestral. In: CRUZ, F. T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 53-69.

CYRILLO, D. C. **O papel dos supermercados no varejo de alimentos**. São Paulo: IPE/USP, 1987.

DIAS, J.; CHIFFOLEAU, M. **Surpresa: indústria alimentícia com pinta de “saudável”**. (2016). Disponível em: <<https://outraspalavras.net/brasil/surpresa-industria-alimenticia-pretende-se-saudavel/>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

ESTEVE, E. V. **O negócio da comida** – quem controla nossa alimentação?. São

Paulo: Expressão Popular, 2017.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. (2016). **The State of Food Insecurity in the World 2013**. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/018/i3458e/i3458e.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. (2018). **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2017** - Fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición. Roma: FAO/FIDA/OMS/PMA/UNICEF, 2018.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED. (2007). La ADRS y la agrobiodiversidad. **Agricultura y desarrollo rural sostenible**. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/sd/sda/sdar/sard/SARD-agroecology%20-%20spanish.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED. (2010). **Biodiversidad agrícola: utilizarla para que no se pierda** Disponível em <www.fao.org/news/story/es/item/46805/icode/>. Acesso em: 25 jan. 2019.

FARINA, E. M. M. Q; NUNES, R.; MONTEIRO, G. F. A. Supermarkets and their impacts on the agrifood system of Brazil: the competition among retailers. **Agribusiness**, v. 21, n. 2, p. 133-147, 2005.

FISCHLER, C. A “McDonaldização” dos costumes. In. FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. (Orgs.). **História da alimentação**. 6.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2007. p. 841-862.

GOMES JÚNIOR, N. N. **Segurança Alimentar e Nutricional e Necessidades Básicas Humanas**. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

GOMES JÚNIOR, N. N.; ALY JÚNIOR, O. Soberania alimentar e agronegócio: notas além da porteira. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 18, n. 2, p. 305-319, 2015.

GTSCA2013 - GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA AGENDA 2030. **Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável**.

Disponível em: < <https://brasilnaagenda2030.org>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LANG, T. Reshaping the food system for ecological public health. **Journal of Hunger & Environmental Nutrition**, v.4, n.3, p. 315-35, 2009.

LEDA, L. C. **Sistema tradicional de varejo de alimentos e sua importância para a segurança alimentar: o caso do Distrito Federal**. 2017. 130p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Planaltina, 2017.

MALUF, R. S. Ações Públicas locais de abastecimento alimentar. **Polis Papers**, São Paulo, n.5, 1999.

MAZON, M. S. **Abastecimento alimentar no Brasil e as reformas liberalizantes: Estado e mercado em questão**. 2010. 249p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MONTATARI, M.; **Comida como Cultura**. São Paulo, Editora SENAC, 2013.

MONTANARI, M.; FLANDRIN, J. L. **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, v. 2, 1998.

OXFAM. (2016). **Behind the Brands**. Disponível em: <<https://www.behindthebrands.org/brands/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

PATEL, R. **Stuffed and Starved**. New York: Melville House, 2007.

REARDON, T.; BERDEGUÉ, J. A. The rapid rise of supermarkets in Latin America: challenges and opportunities for development. **Development policy review**, v.20, n.4, p. 371-388, 2002.

ROJO, F. J. G. **Supermercados no Brasil: qualidade total, marketing de serviços**,

comportamento do consumidor. São Paulo: Atlas, 1998.

SAAB, W. G. L.; GIMENEZ, L. C. P. (2000). **Aspectos atuais do varejo de alimentos no mundo e no Brasil**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

SILVEIRA, M. L.; SANTOS, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. (2011). Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2018

STEEL, C. **Hungry city**. How food shapes our lives. London: Chatto&Windus, Vintade, 2008.

SUPERMERCADO MODERNO. **39º Relatório anual: Ranking do autosserviço**. São Paulo, abr., 2010.

WILKINSON, J. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.18, p.147-174, 2002.

ZIEGLER, J. **Destruição massiva: Geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2012.



Entre a segurança e a soberania alimentar: por uma abordagem crítica da produção e distribuição de alimentos

Valmir José de Oliveira Valério¹

RESUMO: Devido ao fato de compor um debate ainda recente, sobretudo no âmbito acadêmico, o estudo da produção e abastecimento alimentar através dos conceitos de segurança alimentar e soberania alimentar tem provocado equívocos e imprecisões. Utilizados de maneira conjunta e “pacificada”, os conceitos deixam escapar as contradições resultantes do confronto teórico e político inerente a cada definição. Referenciados em uma perspectiva espacial, enquanto a segurança alimentar está lastreada na generalização do movimento dos alimentos no espaço, de acordo com os interesses do capital comercial e industrial, a soberania alimentar tem como fundamento a produção local para abastecimento local/regional, cujo protagonismo e controle são exercidos pelo campesinato e não pelos atravessadores. De tal modo, tendo em vista os sentidos espaciais específicos que resultam de cada forma de organização da agricultura e da comercialização de alimentos, neste artigo analiso as implicações teóricas e práticas no âmbito da relação entre os conceitos de segurança e soberania alimentar.

PALAVRAS-CHAVE: Soberania alimentar; Segurança alimentar; Dependência; Produção de alimentos; Abastecimento alimentar.

ABSTRACT: For being a recent debate, especially in the academic sphere, the study of food production and supply through the concepts of food security and food sovereignty has led to misconceptions and inaccuracies. Used in a joint and “pacified” way, the concepts let escape the contradictions resulting from the theoretical and political confrontation inherent in each definition. Referenced from the spatial perspective, while food security is based on the generalization of the food movement in space, according to the interests of commercial and industrial capital, food sovereignty is based on local production for local / regional supply, whose control are exercised by the peasantry and not by the middlemen. Thus, in view the specific spatial meanings resulting from each form of organization of agriculture and food marketing, this article analyzes the theoretical and practical implications of the relationship between the concepts of food security and food sovereignty.

KEYWORDS: Food sovereignty; Food safety; Dependency; Food production; Food supply.

¹Mestre e doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) - campus de Presidente Prudente/SP Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA / FCT / UNESP Bolsista de doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) E-mail: valjvalerio@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Na ciência, não há espaço para ingenuidades que associem a pesquisa científica a qualquer tipo de posicionamento dúbio ou, pior ainda, de pretensa neutralidade. De tal modo, o praticante de ciência *não pode*, jamais, adotar uma postura supostamente neutra ou que dê margem para interpretações nesse sentido, a não ser que queira advogar por “uma concepção mítica do que seja a ciência” (JAPIASSU, 1975, p. 11). Essa postura de neutralidade se manifesta em graus variados e de diferentes maneiras. De forma deliberada ou por imprecisão teórica e conceitual, algumas abordagens relacionam conceitos que, à luz da sua definição, mostram sentidos diametralmente opostos. Este tipo de abordagem “pacificada” tem por efeito ocultar (*ou enfraquecer*) concepções contrárias ao modelo hegemônico, de maneira a impor uma perspectiva conservadora em relação a propostas de desenvolvimento que não estejam alinhadas ao projeto dominante. No caso específico deste artigo, meu objetivo é colocar luz sobre as implicações teóricas e práticas da associação “despreocupada” da segurança à soberania alimentar, numa postura que desconsidera as particularidades de cada concepção em termos de projetos de sociedade ou, mais especificamente, de diferentes propostas de produção e abastecimento alimentar.

Mais que implicações meramente teóricas e conceituais, a operacionalização dos diferentes conceitos por meio de políticas públicas e/ou movimentos sociais resulta em propostas de desenvolvimento intrinsecamente conflitantes. Assim, com as atenções voltadas aos significados da produção e abastecimento sob diferentes perspectivas e modelos de sociedade, sobretudo no que se refere à dimensão do movimento dos alimentos no espaço, avalio os sentidos teóricos e práticos que demarcam uma abordagem crítica da produção e do abastecimento alimentar. Quando me refiro ao *movimento dos alimentos no espaço*, não quero com isso reduzir o espaço à dimensão das distâncias, mas sim destacar a importância da identificação dos circuitos espaciais e das distâncias percorridas pelos alimentos que abastecem determinado recorte territorial (VALÉRIO, 2015).

Por conseguinte, de início demarco a minha compreensão acerca dos contornos básicos (teóricos, políticos e práticos) que definem e, ao mesmo tempo, particularizam os conceitos de segurança alimentar e soberania alimentar. Em seguida, para além do embate teórico e conceitual, destaco os diferentes projetos de sociedade em disputa. Para tanto, a partir da abordagem oficial (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006) em torno da relação entre segurança e soberania alimentar, analiso o uso dos conceitos sob diferentes perspectivas teóricas e políticas, assim como as implicações práticas que resultam da sua operacionalização por meio de políticas públicas e/ou movimentos sociais.

SEGURANÇA ALIMENTAR: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DEPENDÊNCIA

O conceito de segurança alimentar surge, de acordo com Custódio et al. (2011, p. 02), no contexto europeu do início do século XX, definido naquele momento como “a capacidade de cada país de produzir sua própria alimentação, evitando assim vulnerabilidades”. Da mesma forma, Menezes (1998) afirma que o termo segurança alimentar nasce logo após o término da 1ª Guerra Mundial, no contexto da percepção de que “**um país poderia dominar outro, se tivesse o controle sobre seu fornecimento de alimentos**”. De tal modo, o controle sobre o abastecimento alimentar representava uma importante arma, sobretudo quando utilizada por uma grande potência em relação a um país menos preparado e incapaz de produzir os alimentos necessários para atender a demanda da sua própria população. Portanto, a expressão “segurança alimentar” representa, na sua origem, um termo geopolítico fundado na concepção de estratégias militares (MENEZES, 1998, não paginado). (Grifo nosso)

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 fortalece a difusão do conceito de segurança alimentar. Entretanto, isso acirra as divergências quanto aos seus conteúdos e significados. Internamente às recém-criadas organizações intergovernamentais, tais como a FAO (*Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação*) e outras, existia uma forte tensão política entre os organismos que compreendiam o acesso aos alimentos em quantidade e qualidade como um direito humano inalienável dos povos e os que entendiam que a segurança alimentar poderia ser assegurada pela atuação dos mecanismos de mercado, entendimento este compartilhado pelo *Fundo Monetário Internacional* (FMI), *Banco Mundial* (BM), entre outros (MACEDO et al., 2009).

Até meados da década de 1970 os debates sobre o tema do abastecimento alimentar estiveram vinculados estritamente ao questionamento quanto à capacidade de produção de cada país. Por ocasião da 1ª *Conferência Mundial de Segurança Alimentar*, realizada pela FAO no ano de 1974, em um momento de baixa dos estoques mundiais de alimentos, derivada da quebra de safras em importantes países produtores, a ideia de segurança alimentar se afirmava como algo estritamente ligado à produção agrícola, fato que, concomitantemente, fortalecia o discurso da revolução verde. Com isso, o discurso hegemônico afirmava que o flagelo da fome e da desnutrição desapareceria com o aumento da produção agrícola, assegurado pela utilização maciça de insumos químicos, sobretudo fertilizantes e agrotóxicos. Embora a produção agrícola tenha aumentado quantitativamente, a fome e a desnutrição permaneceram, atingindo gravemente uma grande parcela da população mundial (MENEZES, 1998, não paginado).

No Brasil, os debates em torno da segurança alimentar têm seus passos iniciais ainda em 1938, quando Josué de Castro elabora os primeiros *Inquéritos Alimentares*, análises pioneiras e clássicas sobre o fenômeno da fome no Brasil. Conforme nos indicam Macedo et al. (2009), estes trabalhos constituem o mais importante marco histórico do estudo da fome no país, com o qual Josué de Castro define **a fome como um problema político**. Desde então, ocorreram diversas iniciativas governamentais relacionadas à questão da fome, porém, nenhuma com êxito e continuidade. Segundo Maluf et al. (1996) é apenas no ano de 1986 que o tema da segurança alimentar surge no Brasil como elemento definidor de uma proposta política de abastecimento alimentar. À época, a segurança alimentar constituía apenas uma noção que buscava “avaliar o controle do estado nutricional dos indivíduos, sobretudo a desnutrição infantil, sob a égide da Vigilância Alimentar e Nutricional”.

Enquanto objetivo estratégico de governo, a segurança alimentar referenciaria a elaboração das políticas agrária, agrícola e agroindustrial, além da comercialização, distribuição e consumo dos alimentos numa perspectiva de descentralização e diferenciação regional. A descentralização seria, assim, fundamental para o estabelecimento da segurança alimentar, pois favoreceria a participação e o controle social das ações do governo. Ainda no contexto da segurança alimentar, é significativo o fato da *Associação Brasileira de Agribusiness* (ABAG) ter celebrado a sua fundação com a publicação de um livro no qual é proposto um tipo de “**abordagem de agribusiness da segurança alimentar**, avaliada como ‘a principal responsabilidade social’ dos agentes envolvidos no chamado ‘agronegócios’, que, por sua vez, seriam seus principais promotores”. Apesar das aparentes “boas intenções” do setor, fica claro o viés de valorização das próprias atividades, no qual a segurança alimentar é concebida como instrumento dinamizador do processo de desenvolvimento do próprio agronegócio, capaz de assegurar “uma demanda sustentada que lhe permite retomar o crescimento” (MALUF et al., 1996).

As ações voltadas ao enfrentamento da questão da fome no Brasil registraram um importante passo com a criação do movimento *Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida*, movimento de escala nacional surgido no ano de 1993. Este movimento teve o mérito de colocar em relevo o drama vivido por aproximadamente 32 milhões de brasileiros nos campos e nas cidades, “além de colaborar fundamentalmente para a implantação do *Conselho Nacional de Segurança Alimentar* (CONSEA)”. Criado em abril de 1993 como órgão de aconselhamento da Presidência da República, o CONSEA era composto por ministros e representantes da sociedade civil. No contexto da atuação do movimento *Ação da Cidadania* com o apoio do CONSEA, foi realizada em julho de 1994 a primeira *Conferência Nacional*

de *Segurança Alimentar* (CNSA). Apesar das contribuições, esta primeira fase do CONSEA teve uma curta duração, sendo substituído ainda no final de 1994 pelo *Programa Comunidade Solidária*, que restringia a segurança alimentar à dimensão puramente assistencial (MALUF et al., 1996).

A primeira fase do CONSEA durou entre 1993 e 1994, sendo retomado apenas no ano de 2003. Na abordagem oficial (CONSEA, 2009), a proposta de construção de um sistema e de uma política nacional de segurança alimentar tem origem na efetivação de dois eventos realizados na década de 1980, um de caráter mais técnico e outro político. O primeiro, a elaboração do documento *Segurança Alimentar: proposta de uma política de combate à fome*, no âmbito do Ministério da Agricultura, ocorrido no ano de 1985. O segundo, a realização da *Primeira Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição* (CNAN), no ano de 1986. As proposições no âmbito do CNAN “levaram, entre outras, à introdução do qualificativo *nutricional* à noção de segurança alimentar”, o que viria a compor, posteriormente, a *Lei de segurança alimentar e nutricional* (LOSAN) (CONSEA, 2009).

Sancionada em setembro de 2006, a Lei de segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2006) consagra pela primeira vez o conceito de *soberania* alimentar. A Lei coloca a soberania alimentar como um dos princípios que a orientam, junto com o direito humano à alimentação. Apesar de representar um avanço, a soberania alimentar concebida no plano oficial vincula o “princípio da soberania alimentar” à segurança alimentar. Ou seja, de acordo com a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, a soberania alimentar está contida e subordinada à segurança alimentar, numa concepção que se limita à soberania enquanto capacidade de produção dentro do *território nacional*, o que representa apenas *uma* das escalas da soberania alimentar concebida originalmente no bojo da Via Campesina.

Ao se limitar à escala do território nacional, a concepção legal sobre soberania alimentar fecha os olhos para a existência de *outras escalas*, nas quais os alimentos ficam sujeitos à lógica predominante no atual sistema de produção e abastecimento alimentar, de modo que os alimentos peregrinam por todo o território numa lógica de valorização que desconsidera a qualidade da comida, além de minar a reprodução camponesa pela drenagem da renda, aprofundar o consumo de combustíveis fósseis e encarecer o produto final para o consumidor. Subentendidas à escala do território nacional, o abastecimento alimentar contempla uma rede de escalas que envolvem uma diversidade de sujeitos e territórios. É aí que o conceito de soberania alimentar utilizado no plano oficial encontra seus limites, pois por mais que a demanda nacional seja satisfeita em sua maior parte pelo abastecimento interno, o controle dos circuitos alimentares nacionais figura

como trunfo do capital comercial no processo de valorização e não como expressão da capacidade de articulação dos sujeitos em um determinado território.

O conceito de segurança alimentar formulado pela FAO (CONSEA/FAO/ IICA, 2009) nos anos noventa definiu a alimentação como um direito humano de todas as pessoas, a ser garantido pelos governos. Apesar de consolidar um passo importante, estabelecendo que os governos resolvam os problemas relacionados à fome, a persistência do flagelo tem demonstrado que isso não é suficiente. Os debates oficiais em torno da segurança alimentar defendem o direito das pessoas a terem **acesso a alimentos** saudáveis e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação adequada e ao direito fundamental de estarem livres da fome. Entretanto, alinhada com o neoliberalismo e a *Organização Mundial do Comércio* (OMC), a definição de segurança alimentar busca garantir, na verdade, o acesso a alimentos por meio da liberalização do comércio mundial e da abertura de oportunidades para as empresas transnacionais, especialmente da indústria química (STÉDILE; CARVALHO, 2013).

Na sua definição, a OMC (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2014) afirma que a segurança alimentar diz respeito ao atendimento consistente das necessidades nutricionais de uma dada população ou país. Isso seria efetivado com o “**acesso físico e econômico** a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva”. A OMC ainda chama a atenção para o fato de que “segurança alimentar” e “autossuficiência” representam diferentes propostas, destacando que um debate fundamental é saber se as políticas visando a “autossuficiência” *ajudam ou atrapalham a segurança alimentar*.

As propostas contidas na definição de segurança alimentar projetam, na prática, o aprofundamento da dependência, tanto dos consumidores em relação aos alimentos controlados por sujeitos estranhos ao lugar, do campesinato produtor de alimentos em relação aos baixos preços pagos pelos atravessadores, como também em relação à utilização generalizada de derivados de petróleo. Nesse contexto, o termo “*petroalimentos*” (VIVAS, 2014) busca traduzir essa condição de dependência em relação aos combustíveis fósseis, resultante da vigência do atual sistema hegemônico de produção e distribuição de alimentos, eufemisticamente apresentado como segurança alimentar.

Na dimensão dos *circuitos espaciais*² e das distâncias percorridas pelos alimentos, a segurança alimentar explicita suas interfaces de degradação, sobretudo quanto à generalização do consumo de derivados de petróleo e as implicações para o homem

²Os *circuitos espaciais de produção* dizem respeito às diferentes etapas pelas quais passam determinados produtos, “desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final” (SANTOS, 1996, p. 49). Neste artigo, denomino como *circuitos alimentares* a totalidade das etapas pelas quais passam os alimentos (incluindo as etapas pré-plantio) desde campo até o consumidor final.

e o meio ambiente. Referenciado na oferta de alimentos a partir da ativação de extensas redes de transporte, o conceito de segurança alimentar tem no seu cerne a dependência do consumo de derivados de petróleo. De tal modo, por detrás dos alimentos consumidos segundo a proposta da segurança alimentar existe uma agricultura altamente dependente, desde o cultivo, colheita até a comercialização e o consumo. Com promessas de “modernizar a agricultura” e eliminar a fome no mundo, a “revolução verde” tornou-nos dependentes em relação a esse combustível fóssil, o que resultou em uma *privatização da agricultura* que deixou tanto camponeses como consumidores sob controle das grandes corporações (VIVAS, 2014).

Segundo nos indica a autora, o uso intensivo de adubos e pesticidas químicos representa mais um exemplo de como a atual proposta hegemônica de produção e abastecimento alimentar (a segurança alimentar) é viciada e dependente de petróleo, pois pressupõem quantidades elevadas de fertilizantes fabricados a partir de seus derivados, como amoníaco, ureia, etc., elementos que são utilizados para substituir os nutrientes do solo, esgotados pela exploração intensiva inerente a este modelo predatório de agricultura. Assim, empresas multinacionais petrolíferas como Repsol, Exxon Mobile, Shell e Petrobrás, contam com investimentos na produção e comercialização de uma variedade de fertilizantes agrícolas. Os pesticidas químicos sintéticos representam outra importante fonte da dependência a que estamos submetidos em relação aos combustíveis fósseis, pois impõem quantidades crescentes de petróleo para fabricá-los (VIVAS, 2014).

A dependência em relação ao petróleo pode ser observada, também, pelas longas viagens a que os alimentos são submetidos, desde o local onde são cultivados até o consumidor final. Segundo estimativas descritas por Vivas (2014) para o caso europeu, entre o campo e o prato os alimentos viajam em média 5 mil quilômetros, fato que impõe o consumo de petróleo como parte integrante da produção e do abastecimento alimentar. Mais que alimentos, *petroalimentos*. A busca pela maximização dos lucros faz com que a produção de alimentos seja “deslocalizada” e concentrada em determinados pontos, independentemente das consequências em termos de redução da qualidade dos produtos, desestruturação do campesinato e poluição ambiental.

Além disso, o modelo supermercadista de abastecimento alimentar implica no consumo generalizado de plásticos derivados de petróleo, pois os alimentos assim adquiridos contém uma variedade de embalagens: uma primeira que envolve o alimento, uma segunda que o rotula e o faz “atraente” para a exibição nas prateleiras e, finalmente, sacolas para o transporte até a residência do consumidor final. Isso resulta em um aumento contínuo da emissão de resíduos sólidos para

o meio ambiente, poluindo água (inclusive os oceanos), terra e ar. A compra a granel, historicamente praticada, fica cada vez mais na história, pois atualmente os supermercados embalam praticamente tudo (VIVAS, 2014).

Portanto, quanto mais se acentua a “agricultura industrial” e o abastecimento alimentar referenciado na ativação de extensas redes de transporte (segurança alimentar) no bojo do modelo supermercadista, mais intensivo, *quilométrico* e dependente dos derivados de petróleo. Antagônico ao modelo dominante, os sistemas camponeses, agroecológicos e locais demandam menos recursos e combustíveis. Nesse sentido, é indispensável investir em propostas alternativas, capazes de assegurar os alimentos necessários no presente e no futuro, em consonância com a preservação do meio ambiente e do trabalho no campo, bases fundamentais sobre as quais é possível a construção de *sistemas locais e autônomos de abastecimento alimentar*, adequados à necessária mudança na forma como produzimos e consumimos a nossa comida (VIVAS, 2014). Mais que segurança (dependência), soberania alimentar, ou seja, *autonomia local* na tomada de decisões sobre produção e consumo de alimentos, conforme apresento em seguida.

SOBERANIA ALIMENTAR: DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA AO CONTROLE CAMPONÊS DO MOVIMENTO DOS ALIMENTOS

Diante da dependência subentendida à proposta da segurança alimentar, em meados dos anos 1990 as organizações camponesas reunidas no bojo da Via Campesina contestaram a sua hegemonia, propondo como alternativa o conceito de *soberania alimentar*³. Para tanto, partiram do princípio de que a alimentação não é uma mercadoria, mas sim um direito humano inalienável. A produção e distribuição de alimentos representam uma questão de sobrevivência e, portanto, de soberania pública e nacional. Nesse sentido, soberania alimentar significa que, muito além do simples acesso aos alimentos, a população de cada país tem o direito de produzir e controlar o próprio alimento, pois isso é o que lhes assegura a soberania sobre suas próprias vidas (STÉDILE; CARVALHO, 2013).

Segundo Desmarais (2013, p. 42-43), a soberania alimentar ocupa o centro do modelo alternativo de agricultura proposto pela Via Campesina⁴, no qual

³Conforme definido originalmente (VIA CAMPESINA, 1996), o conceito de soberania alimentar contempla múltiplas dimensões, desde o acesso à terra e à água, o controle das sementes e dos fluxos alimentares, até o controle da renda gerada pelo trabalho no campo (*o controle dos circuitos espaciais dos alimentos em sua totalidade*), a utilização de processos agroecológicos, etc., além da questão da qualidade, diversidade e adaptabilidade dos alimentos às mais variadas condições edafoclimáticas e culturais dos povos. Não obstante a abrangência da definição original, dados os limites deste artigo, optei por destacar a importância da identificação dos circuitos espaciais e das distâncias percorridas pelos alimentos.

⁴Composta por organizações e movimentos sociais de diversas partes do mundo, a Via Campesina constitui um movimento internacional de camponeses surgido no ano de 1993 (DESMARIS, 2013).

figura, na atualidade do comércio globalizado e liberalizado, como “nada menos que revolucionário”. De tal modo, a concretização dos objetivos contidos na sua definição requer uma reforma agrária concebida de maneira ampla, que vá além da distribuição de terras, de maneira a envolver “uma reforma abrangente dos sistemas agrícolas para favorecer a produção e a comercialização da pequena agricultura”.

A Via Campesina defende uma mudança sobre “quem define e determina o propósito e os termos do conhecimento, da pesquisa, da tecnologia, da ciência, da produção e do comércio relativos aos alimentos” (DESMARAIS, 2013, p. 46). De acordo com a autora, o modelo camponês defendido pela Via Campesina não implica numa aversão à modernidade, à tecnologia ou mesmo ao comércio, mas sim na sua *integração cuidadosa* com práticas tradicionais. De maneira geral, a Via Campesina declara explícita rejeição ao modelo neoliberal de desenvolvimento do campo e *uma recusa total de ser excluída da política de desenvolvimento agrícola* (p. 48-49), da qual reivindica o campesinato como protagonista.

Além disso, o controle da produção é fundamental para que os povos tenham acesso garantido a seus próprios alimentos, além de assegurar que os alimentos sejam compatíveis com o meio ambiente em que vivem, com as necessidades nutricionais e com os seus hábitos e culturas alimentares. O conceito de soberania alimentar define que *cada comunidade, cada cidade, cada região ou nação tem o direito e o dever de produzir seus próprios alimentos* (FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007). Não obstante a existência de adversidades naturais, presentes em várias partes do planeta, a humanidade conta com conhecimentos suficientes para garantir a produção (STÉDILE; CARVALHO, 2013, p. 51-52), tanto em termos de quantidade como de qualidade, compatibilidade e variedade.

Interessados em compartilhar os fundamentos da soberania alimentar na construção de políticas alternativas de acesso à terra e combate à fome, diversos Fóruns, Conferências e Reuniões têm se dedicado ao assunto⁵. A Declaração de Nyélény⁶ afirma que a soberania alimentar constitui um direito dos povos a alimentos nutritivos, acessíveis, sintonizados à diversidade cultural e ecológica, além do *direito de decidirem sobre seu próprio sistema alimentar e produtivo*. Dessa forma, aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos são postos no centro das políticas alimentares, acima das diretrizes dos mercados e das empresas capitalistas. A soberania alimentar nos apresenta, assim, uma importante alternativa ao livre comércio corporativo e ao regime alimentício cada vez mais

⁵Cimeira Mundial da Alimentação, Roma/Itália, 1996; Fórum Mundial de Soberania Alimentar, Havana/Cuba, 2001; Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, Porto Alegre/Brasil, 2006; Fórum mundial de Soberania Alimentar, Selingue/Mali, 2007, entre outros.

⁶A Declaração de Nyélény refere-se aos principais assuntos debatidos e deliberados por 600 delegados de 80 países no âmbito do Fórum mundial de soberania alimentar, realizado no Mali no ano de 2007.

industrializado, canalizando “os sistemas alimentares, agrícolas, pastoris e de pesca para a *prioridade das economias locais e os mercados locais e nacionais*” (FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007).

Na esteira das ações promovidas pelos movimentos sociais, sobretudo àqueles vinculados à Via Campesina, os debates em torno do conceito de soberania alimentar buscam alternativas para o desenvolvimento da produção local de alimentos. Mais que isso, os debates em torno da soberania alimentar buscam “garantir a produção de alimentos na linha direta da decisão dos povos, da classe trabalhadora sobre o que, como, quanto e em quais condições se produzir” (THOMAZ JUNIOR, 2008, p. 08). Nesse sentido:

A Soberania Alimentar supõe novas relações sociais, libertas das determinações do capital, portanto da opressão e das desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais, sendo que o direito de acesso à terra, à água, aos recursos públicos para produzir, às sementes e à biodiversidade seja garantido para aqueles que nela produzem os alimentos, social e culturalmente definidos pelos trabalhadores, ou seja, produtores e consumidores (THOMAZ JUNIOR, 2008, p. 25).

O documento preparado pelo *Comitê Internacional de Planejamento para a soberania alimentar* (IPC) a pedido da *Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação* (FAO), considera a soberania alimentar como um **conjunto de políticas e ações** necessárias para que a reforma agrária e o desenvolvimento rural possam verdadeiramente reduzir a pobreza e cumprir o direito à alimentação, à terra, à elaboração de políticas próprias de agricultura e alimentação em respeito aos territórios indígenas, pescadores tradicionais, etc. e o estabelecimento de prioridade para a produção alimentar voltada aos mercados locais (CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2006).

Em uma definição ampla, a Via Campesina (1996) considera a soberania alimentar como o **direito de todos os povos** e/ou países poderem decidir sobre suas próprias políticas de agricultura e alimentação, de forma a privilegiar a produção local para o abastecimento das áreas próximas e, assim, assegurar o direito de cada nação manter e desenvolver a sua própria capacidade de produzir seus alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural, ambiental e produtiva).

Para que a soberania alimentar traduza os anseios preconizados na sua definição original, faz-se necessário considerar a complexidade da questão alimentar, o que impõe defini-la para além de um simples **direito de acesso à alimentação**,

na dimensão do direito ao **controle dos circuitos alimentares**, de maneira que os alimentos sejam produzidos e consumidos numa perspectiva de soberania local/regional (circuitos espaciais os mais curtos possíveis), sem a participação de intermediários entre o produtor e o consumidor⁷. O conceito de *soberania alimentar* expõe esta perspectiva de maneira a considerar as distâncias percorridas pelos alimentos, assim como os sujeitos e territórios existentes entre os extremos da alimentação, desde a semente lançada na terra até a disponibilização do alimento para as pessoas⁸.

Portanto, se a produção e distribuição dos próprios alimentos é parte fundamental da soberania dos povos, esta não pode ser negociada ou depender da vontade política de governos de outros países. Menos ainda estar subordinada aos mercados. Conforme já nos advertiu José Martí, ***um povo que não pode produzir seus próprios alimentos é um povo escravizado. Escravizado e dependente de outra nação que lhe propõe as condições para sobreviver.*** A soberania alimentar contrapõe-se a hegemonia do neoliberalismo, situando aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro das políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das corporações transnacionais. Assim definida, a soberania alimentar é mais que um conceito. É um princípio ético e um estilo de vida que não se limita a uma definição acadêmica, pois surge de um processo coletivo e participativo, popular e progressista (STÉDILE; CARVALHO, 2013, p. 52-53).

Logo, a soberania alimentar estabelece:

[...] el derecho de los pueblos a definir sus propias políticas agrícolas y alimentarias, que incluyen protección del ambiente, regulación de la producción de la pesca y el comercio interno agrícola para el desarrollo sustentable, protección de los productores locales y los mercados nacionales contra las importaciones y los límites en el mercado y la pérdida de valor de los productos sociales y económicos. Esto respalda el derecho a decidir cómo organizar qué se produce y ordenar la distribución y consumo de alimentos en relación con las necesidades de las comunidades, en cantidades suficientes y calidad óptima, dando prioridad a los productos y variedades locales (STÉDILE; CARVALHO, 2013, p. 54).

A soberania alimentar define, assim, uma alternativa às políticas neoliberais, de modo que os cidadãos possam determinar suas próprias políticas alimentares

⁷A soberania está, nesse sentido, no domínio integral da territorialidade produção-distribuição pelo campesinato, o que favorece, por um lado, **alimentos de baixa quilometragem**, maior qualidade e menores preços e, por outro, a incorporação da maior parte da renda gerada e o fortalecimento da família camponesa e da renda local e regional.

⁸Conforme definida pela Via Campesina (1996), a soberania alimentar se inicia antes da semente ser lançada na terra, com a utilização de processos agroecológicos e a produção interna da maior parte dos insumos utilizados.

e agrícolas e, com isso, decidirem o que, como, onde e quem produz. É o direito de terem acesso à água, à terra e às sementes. Para tanto, demandam políticas baseadas na solidariedade entre produtores e consumidores, posto que é impossível manter políticas soberanas com base no livre mercado. A proposta da soberania alimentar assegura a oferta de alimentos socialmente sustentáveis e ecologicamente produtivos, que geram trabalho para as pessoas em todos os lugares (NICHOLSON, 2013, p. 41).

Nesse sentido, a produção com base em processos agroecológicos compõe *uma* das dimensões que compõem soberania alimentar, sendo indissociável desta, pois a sua utilização implica na independência (mesmo que relativa) do produtor em relação à indústria. Assim, a soberania alimentar restrita apenas à dimensão do controle dos fluxos alimentares (circuitos espaciais percorridos pelos alimentos) funciona como um tipo de “soberania relativa”, pois ainda subordinada ao capital via utilização de insumos derivados do paradigma de industrialização da agricultura (quimicalização, tecnificação, engenharia genética, etc.).

Apesar de muito ambicioso e de difícil implantação em sua integralidade, acredito que o desafio da soberania alimentar deve ser encarado como referência a ser seguida, pois quanto mais próximos estivermos da sua concretização (*mesmo que inicialmente restrita à dimensão do controle dos fluxos alimentares*), menores serão as distâncias percorridas, os preços e a deterioração dos alimentos. Se hoje a soberania alimentar constitui um grande desafio, amanhã pode compor a base para uma nova relação entre alimento e alimentação, produtor e consumidor, numa utopia realista que considere a importância de encarar o alimento na dimensão da *comida* e não apenas da *mercadoria*.

PARA ALÉM DO CONFRONTO TEÓRICO E CONCEITUAL: PROJETOS DE SOCIEDADE EM DISPUTA

Das definições apresentadas até agora acerca da segurança e da soberania alimentar, sobressaem distintos projetos de sociedade ou, mais especificamente, diferentes propostas de produção e abastecimento alimentar. Considerado a partir dos circuitos espaciais e das distâncias percorridas, o movimento dos alimentos demarca os sentidos e interesses por detrás de cada concepção. Se a soberania emana produção local para abastecimento local e regional, a segurança projeta o abastecimento referenciado na ativação de extensas redes de transporte. É óbvio que, no âmbito do atendimento regular das necessidades alimentares demandadas pela população de determinado território, existe uma relação direta entre soberania alimentar e segurança alimentar. Não obstante, é importante destacar que,

considerada a partir das referências da soberania alimentar, *a segurança alimentar é sempre o produto e não o processo*. Isto é, a segurança (garantia de acesso suficiente e regular) surge a partir da soberania (controle camponês da produção e distribuição local/regional).

Contudo, no plano institucional essa lógica é claramente pervertida. De acordo com a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que institui o *Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN)*, a soberania alimentar e o direito humano à alimentação compõem os dois *princípios orientadores* de ações intersetoriais relacionadas à segurança alimentar e nutricional. Nessa concepção, a soberania está contida e subordinada à segurança, em uma definição que restringe a soberania ao potencial produtivo na escala do território nacional.

Por conseguinte, a única associação razoável do ponto de vista da precisão conceitual que pressupõe o debate entre segurança e soberania alimentar (*principalmente quando consideramos o contexto histórico e político em que surgem os diferentes conceitos*), consiste em inverter a hierarquia apresentada no plano institucional. Ou seja, ao contrário do entendimento de que a soberania alimentar está contida na segurança alimentar (como apresentado pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), penso que é a segurança que se subordina à soberania. Isso porque a soberania alimentar (produção local para abastecimento local e regional) contempla a segurança alimentar (garantia de acesso regular aos alimentos), enquanto o oposto não é verdadeiro.

A abordagem legal sobre soberania alimentar anula os sentidos teóricos e, principalmente, políticos inerentes à concepção original (VIA CAMPESINA, 1996). De um movimento organizado a partir “de baixo” através de associações camponesas reunidas no arco da Via Campesina para contestar o modelo hegemônico de produção e abastecimento, com o objetivo de buscar formas de desenvolvimento lastreadas na produção e distribuição local/regional de alimentos com base em processos agroecológicos, a soberania alimentar é descrita meramente como um “princípio” (junto com o direito humano à alimentação) que orientaria a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional.

Nessa concepção de “colocar as coisas no seu devido lugar”, em uma abordagem que relaciona a agroecologia à construção da soberania alimentar por meio da agricultura camponesa, Altieri (2010, p. 23) argumenta que os “sistemas de produção baseados na agroecologia⁹⁴” e na soberania alimentar “*podem melhorar a segurança alimentar*”, pois contribuem na conservação dos recursos naturais, da agrobiodiversidade, dos solos e da água. A segurança alimentar representa,

⁹⁴Aplicação de conceitos e princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (ALTIERI, 2010, p. 23).

nesse contexto, a garantia de acesso regular aos alimentos demandados pela população de determinados territórios, **a partir dos próprios territórios** e com base em processos agroecológicos. Nesse sentido, a diferença em relação à definição oficial de segurança alimentar (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006) está no questionamento enfático em relação à **onde, como e por quem os alimentos são produzidos**.

O fulcro da questão está no fato de que a produção e distribuição de alimentos referenciados na generalização do movimento dos alimentos no espaço (a garantia de acesso suficiente e regular ou a *segurança alimentar*) pode existir sem que haja a soberania, como prova a vigência do atual sistema hegemônico de produção e abastecimento alimentar (ESTEVE, 2017; MCMICHAEL, 2016; PLOEG, 2008). Já a produção local para abastecimento local/regional com base em processos agroecológicos (a *soberania alimentar*), quando adotada, nunca está sozinha, posto que implica necessariamente no fortalecimento da segurança alimentar, ou seja, na garantia de acesso suficiente e regular aos alimentos necessários para uma determinada população.

De tal modo, o embate entre os conceitos de segurança e soberania alimentar ocorre no âmbito da negação do segundo por parte do primeiro, incumbido da tarefa de “naturalizar” o abastecimento via generalização do movimento dos alimentos no espaço. Com isso, “há um confronto entre modos de fazer agricultura” (e de diferentes formas de distribuição de alimentos), sobretudo em relação àqueles que sejam capazes de projetar um futuro promissor a partir da necessidade de produzir alimentos para toda a humanidade de maneira efetivamente sustentável. Não obstante, devido à sua prioridade estar assentada na maximização dos lucros e não no atendimento das necessidades alimentares das pessoas, essa não pode ser a agenda do capital, a não ser “como farsa ou cinismo”. Em tempos de crise o capital pode até admitir o debate da “segurança” alimentar, “*mas não pode, sem trair a si mesmo, aceitar o debate acerca da ‘soberania alimentar’*” (CALDART, et al., 2012, p. 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A precisão teórica e conceitual pressupõe uma postura clara em relação aos contornos específicos que definem diferentes propostas de produção e distribuição de alimentos. Nesse sentido, conforme detalhei anteriormente, soberania alimentar e segurança alimentar só podem estar juntas no âmbito da vigência da primeira, posto que assim fica assegurado o acesso suficiente e regular aos alimentos (segurança alimentar). Da maneira que está formatado o atual sistema hegemônico

de produção e distribuição, fundado na generalização do movimento dos alimentos no espaço, segurança alimentar e soberania alimentar são, a rigor das suas definições, *reciprocamente excludentes*. Isso porque, enquanto diferentes propostas de produção e abastecimento alimentar, ao passo que a segurança alimentar busca garantir a reprodução do sistema hegemônico, ou seja, o abastecimento alimentar referenciado na ativação de extensas redes de transporte, sobretudo rodoviário, a soberania alimentar tem por prioridade a superação de tais relações, principalmente no que diz respeito à dependência e à fragilidade dos atuais mecanismos de produção e distribuição.

A fragilidade do atual sistema de produção e abastecimento alimentar foi exposta de maneira incisiva na recente greve dos caminhoneiros, iniciada no dia 21 de maio de 2018 em praticamente todos os estados do Brasil. Motivada principalmente pela constante alta nos preços do diesel, decorrente da implantação da recente política de preços dos combustíveis praticada pela Petrobrás, que levou a reajustes diários, supostamente atrelados à variação internacional do petróleo, essa greve explicitou os contornos da dependência a que estamos sujeitos em relação ao abastecimento referenciado na ativação de redes de transporte em grandes distâncias, quase que exclusivamente baseadas no modal rodoviário. No que concerne ao abastecimento alimentar e, mais especificamente em relação às frutas, legumes e verduras, os efeitos foram sentidos rapidamente e em todo o território nacional, principalmente nas grandes centrais de distribuição (CEASA, CEAGESP, etc.).

Pelo fato do sistema hegemônico de abastecimento alimentar estar assentado na centralização dos produtos via grandes entrepostos de alimentos, as implicações da paralização dos caminhoneiros extrapolaram as centrais e em passo acelerado chegaram aos consumidores, como apontam Tomazela; Batista; Jansen e Souza (2018) em relação ao comprometimento do abastecimento de diversos supermercados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Com isso, vários itens começaram a faltar nas prateleiras, ocasionando uma alta abrupta nos preços. O preço do saco de batatas (60 kg), por exemplo, que antes da greve era vendido por R\$ 60,00, passou a ser negociado por até R\$ 300,00. A unidade da CEAGESP de Presidente Prudente/SP chegou a funcionar com horário reduzido devido à falta de diversos produtos. De acordo com um dos permissionários entrevistados neste dia, “o que está salvando é o que vem daqui”, referindo-se aos alimentos produzidos no município e região, que tem mantido o abastecimento de algumas frutas, legumes e verduras.

Como o acesso aos alimentos é intermediado pelo poder de compra, a alta dos preços implica diretamente na redução do acesso das famílias aos alimentos, sobretudo para as mais carentes. Independentemente da ocorrência de uma

situação extrema, como a paralização dos caminhoneiros (cujas implicações para o abastecimento foram agravadas pela absoluta dependência em relação à generalização do movimento dos alimentos no espaço), os custos decorrentes do transporte e armazenamento recaem, invariavelmente, nos preços pagos pelos consumidores finais. Portanto, a defesa da soberania alimentar é a defesa de uma alimentação emancipada do jugo do capital, de maneira que o movimento dos alimentos traduza o controle dos fluxos nas escalas local e regional (*circuitos curtos*), no âmbito do estabelecimento de relações diretas entre produtores e consumidores e, por conseguinte, de fortalecimento do sistema de produção e abastecimento alimentar, assim como da democratização do acesso das pessoas aos alimentos.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente/SP, ano 13, nº. 16, p. 22-32, 2010. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362/1347>>. Acesso em: 12/02/2018.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Dispõe sobre a criação da Lei de segurança alimentar e nutricional. **Lei de segurança alimentar e nutricional: conceitos**, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/consea/3conferencia/static/Documentos/Cartilha_CONSEA-2007_NOVO.pdf>. Acesso em: 03/05/2014.

CALDART, et al. **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL. **A Reforma Agrária no contexto da Soberania Alimentar, o direito à alimentação e diversidade cultural: “Terra, Território e Dignidade”**. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.icarrd.org/po/icard_doc_down/Issue_Paper5.pdf>. Acesso em: 12/08/2009.

CONSEA/FAO/IICA. **Construção do Sistema e da Política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira**. Brasília: 2009. Disponível em: <https://www.fao.org.br/download/Seguranca_Alimentar_Portugues.pdf>. Acesso em: 01/05/2014.

CUSTÓDIO, M. B. et al. Segurança alimentar e nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. Campinas: **Segurança Alimentar e Nutricional**, 2011. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/volume_13_6_2011/1-Seguranca-alimentar_13-06-2011.pdf>. Acesso em: 18/03/2014.

DESMARAIS, A. A. **A Via Campesina**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007, Selingue/ Malí. **Declaração de Nyélény**. Disponível em: <<http://www.nyeleni.org/spip.php?article327>>. Acesso em: 24/05/2013.

JAPIASSU, H. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

MACEDO et al. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Simbio-Logias**, v. 02, n. 01, 2009. Disponível em: <http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbio-Logias/A_Construcao_da_Politica_de_Seguranca.pdf>. Acesso em: 30/05/2014.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, vol. IV, p. 66-88, 1996.

MENEZES, F. **O conceito de segurança alimentar**. São Paulo, Actionaid, 1998. Não paginado. Disponível em: <<http://amar-bresil.pagesperso-orange.fr/documents/secual/san.html>>. Acesso em: 18/03/2014.

NICHOLSON, P. Soberanía alimentaria: alianzas y transformación. In: ILSA (Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativos); FOOD FIRST (Institute for Food and Development Policy). ¡Movimientos alimentarios uníos! Estrategias para transformar nuestros sistemas alimentarios, Bogotá: **Colección en clave de sur**, 2013.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. de. Soberanía alimentaria: una necesidad de los pueblos. In: ILSA (Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativos); FOOD FIRST (Institute for Food and Development Policy).

¡Movimientos alimentarios uníos! Estrategias para transformar nuestros sistemas alimentarios, Bogotá: **Colección en clave de sur**, 2013.

THOMAZ JUNIOR, A. Totalidade Viva do Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar. (Uma Reflexão Autocrítica da Classe Trabalhadora e a Luta de Classes no Brasil). In: BATISTA, R. L.; TUMOLO, P. Trabalho, Economia e Educação. Londrina: **Práxis**, 2008.

TOMAZELA, J. M.; BATISTA, R.; JANSEN, R.; SOUZA, D. **Greve de caminhoneiros provoca falta de alimentos e combustível em SP e no Rio.** (2018) Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,greve-de-caminhoneiros-provoca-falta-de-alimentos-e-combustivel-em-sp-e-no-rio,70002320482>>. Acesso em: 24/05/2018.

VALÉRIO, V. J. de O. **A segurança da dependência e os desafios da soberania:** expansão da agroindústria canavieira e a geografia do abastecimento alimentar no município de Tupi Paulista/SP. 2015. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Presidente Prudente/SP.

VIA CAMPESINA. **The right to produce and access to land.** Rome: Via Campesina, 1996. Disponível em: <<http://www.voiceoftheturtle.org/library/1996%20Declaration%20of%20Food%20Sovereignty.pdf>>. Acesso em: 25/11/2011.

VIVAS, E. **Uma alimentação viciada em petróleo.** Barcelona, 2014. Disponível em: <<http://esthervivas.com/portugues/uma-alimentacao-viciada-em-petroleo/>>. Acesso em: 07/08/2014. (não paginado).

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). **Food security:** definition glossary. [2014]. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/glossary_e/food_security_e.htm>. Acesso em: 07/02/2015.



Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura

Antônia Francisca Lima¹
Edvânia Gomes de Assis Silva²
Bruna de Freitas Iwata³

RESUMO: O presente artigo apresenta como objetivo geral elaborar uma revisão de literatura referente ao tema da agricultura, seu surgimento e evolução histórica no mundo, bem como, discutir os vários significados da agricultura familiar e sua importância para a produção e abastecimento brasileiro, à luz das teorias acadêmicas e dos investimentos governamentais, a partir da década de 1990. A metodologia empregada consistiu de levantamento bibliográfico. A pesquisa evidenciou que a agricultura familiar, apresenta uma diversidade de classificação, bem como ideias pré-concebidas, associando à produção de baixa renda, precária ou de subsistência, porém suas principais características residem na gestão da propriedade compartilhada pela família, atividade agropecuária como principal fonte geradora de renda e uma relação particular mantida pelo agricultor familiar com a terra, seu local de trabalho e moradia. Os dados mostraram que mais de 70% dos alimentos, que abastecem a população brasileira, advém da agricultura familiar, sendo que metade dos estabelecimentos familiares, concentram-se na região Nordeste. Nesse cenário, destacam-se os programas governamentais voltados a esse público, principalmente os financiamentos das atividades produtivas.

Palavras-chave: Sistemas Agrários; Agricultura Familiar; PRONAF.

ABSTRACT: This article has as main objective to elaborate a literature review on the theme of agriculture, about its emergence and historical evolution in the world, as well as to discuss the various meanings of family agriculture and its importance for Brazilian production and supply in the light of theories academic and governmental investments, from the 1990s. The methodology used consisted of a bibliographic survey. The research showed that family farming presents a diversity of classification, as well as preconceived ideas, associating the production of low income, precarious or subsistence, but its main characteristics reside in the management of the property shared by the family, agricultural activity as main source of income and a particular relationship maintained by the family farmer with the land, his place of work and housing. The data showed that more than 70% of the food, which supplies the Brazilian population, comes from family farming, and half of the family establishments are concentrated in the northeast of Brazil. In this scenario, we should emphasize the importance of governmental programs aimed at this public, mainly the ones that are responsible for financing of productive activities.

KEYWORDS: Agrarian Systems; Family Farming; PRONAF.

¹Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí, campus ministro Petrônio Portela. E-mail-francisca.lima@ifpi.edu.br.

²Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail-edvania@ufpi.edu.br.

³Professora Doutora do Instituto Federal Piauí – IFPI, Departamento de Gestão Ambiental. E-mail- iwata@ifpi.edu.br.

INTRODUÇÃO

A agricultura compreende a atividade econômica responsável pela produção de alimentos que ao longo da história da humanidade ocupou as terras férteis de vales de rios e posteriormente, desenvolveu técnicas e procedimentos que tornaram os solos mais produtivos, buscando sempre uma maior produtividade. Com o advento da indústria e o fortalecimento das cidades, a agricultura tornou-se um setor dependente das inovações técnicas industriais e estabeleceu-se uma interdependência entre os setores. É a agricultura que gera o alimento consumido por toda a população, seja essa população rural ou urbana.

No Brasil, assim como no restante do mundo, as revoluções tecnológicas marcaram a evolução agrícola e acabam por demonstrar a existência de uma dualidade nesse setor, no qual, coexistem uma agricultura altamente mecanizada e avançada tecnologicamente, que dispõe de todo capital necessário à sua expansão e outra agricultura, que produz mais de 70% dos gêneros alimentícios consumidos pela população do país, como feijão, arroz, farinha, milho entre outros. Assim, a agricultura familiar convive com a escassez de recursos para novos investimentos em máquinas e equipamentos, sendo muitas vezes associada à agricultura de subsistência, de baixa renda ou precária.

Portanto, a partir dessas considerações, esse trabalho tem como objetivo uma revisão de literatura referente à agricultura mundial, suas técnicas e revoluções marcantes, bem como discutir no Brasil especificamente, a agricultura familiar e as várias conceituações que tem recebido a partir da década de 1990, tanto na literatura acadêmica, como nos organismos governamentais.

A relevância do tema decorre de dois fatores no que concerne conhecer para compreender o papel que a agricultura desempenha no seio da sociedade, bem como, identificar as principais características da agricultura familiar no Brasil, a partir de sua contribuição no abastecimento interno das necessidades alimentares da população e na geração de emprego e renda.

Na primeira parte, buscou-se evidenciar o desenvolvimento e as transformações ocorridas na agricultura praticada pela humanidade, tanto no âmbito histórico como geográfico, por meio da teoria de sistemas agrários (MAZOYER; ROUDART, 2010). Já no segundo momento, embasado nas obras de Wanderley (1996, 2009) e Abramovay (1997, 2007) acerca dos vários sinônimos referentes à agricultura familiar, procurou-se desmistificar as conotações históricas, concebidas de um setor precário e atrasado. Para isso, a metodologia aplicada consistiu-se do levantamento bibliográfico referente à agricultura de forma generalizada e a agricultura familiar no caso brasileiro.

AGRICULTURA – ORIGEM E EVOLUÇÃO

Historicamente, os setores que englobam a economia dos países são classificados como setor primário, setor secundário e setor terciário. A agricultura encontra-se inserida no setor primário, que compreende as atividades agrícolas, pecuárias e extrativas.

De forma generalizada costuma-se definir a agricultura como o conjunto de técnicas utilizadas para cultivar plantas com o objetivo de obter alimentos, fibras, energia, matéria-prima para roupas, construções, medicamentos, ferramentas, etc. Sua origem remota ao período neolítico há mais de 10 mil anos, em algumas regiões pouco numerosas e relativamente pouco extensas do planeta. Embora datem seu início, há tempos bem remotos, convém lembrar que o homem surgiu há mais de 100 mil anos. Foi nesse período histórico que ocorreu a evolução da pedra lascada para a pedra polida, bem como, o surgimento da cerâmica (MAZOYER ; ROUDART, 2010).

Segundo os autores Mazoyer e Roudart (2010), a agricultura tem início a partir da autotransformação de alguns dos sistemas de predação muito variados que reinavam então, no mundo habitado. Essas primeiras formas de agricultura eram certamente praticadas perto de moradias e aluviões das vazantes dos rios, ou seja, terras já fertilizadas que não exigiam serem desmatadas.

É somente após a passagem de nômade à sedentário, que foi possível para a humanidade desenvolver essa atividade econômica. Porém, durante toda a sua existência, o homem sempre retirou da natureza a sua sobrevivência, inicialmente através da coleta, caça e pesca, até que ocorresse a consolidação da prática agrícola, estas foram as principais formas de manutenção da vida humana.

A agricultura, enquanto prática de sobrevivência da sociedade, surge quando algumas condições se materializam no seio dessa sociedade tais como: mudança no modelo de consumo alimentar, novos instrumentos de trabalhos para coleta e armazenagem. Neste último caso, ocorre a sedentariedade humana.

Para Mazoyer e Roudart (2010), cada região do planeta, em função das condições climáticas, inicialmente se adaptou a determinados tipos de cultivos. Nas regiões áridas, ocorreram sistemas agrários hidráulicos, cultivos de inundação ou cultivos irrigados e constituíram-se desde o fim da época neolítica na Mesopotâmia, nos vales do Nilo e do Hindu, nos oásis e nos vales do império Inca.

Já nas regiões tropicais, sistemas hidráulicos de outro tipo, baseados na rizicultura aquática, desenvolveram-se por etapas sucessivas, reestruturando primeiro os espaços mais regados e drenados (planícies e interflúvios), em seguida, os espaços acidentados (montante dos vales), ou de difícil proteção e drenagem

(jusante dos vales e deltas), ou, ainda, espaços que exigiam irrigação. Ao mesmo tempo, as ferramentas e os equipamentos foram aperfeiçoados e o número de colheitas aumentou a cada ano.

Por fim, nas regiões intertropicais com pluviometria intermediária, o desmatamento levou à formação de sistemas de savanas muito variados: sistemas de cultivo temporários com uso da enxada e sem criação animal, como os sistemas da região dos planaltos congolezes; sistemas de cultivo com pastagem e criação animal, como os sistemas das regiões de altitude do leste africano e diversos sistemas sahelianos, com parque arborizado com *Acácia álvida*.

A partir de centros iniciais de erradiação da agricultura, como o Oriente Médio, América Central e China, o mundo conhece os avanços das técnicas na produção agrícola, surgindo um aumento significativo da produção. O desenvolvimento desse novo modo de vida sedentário foi condicionado por toda uma série de inovações que permitiram explorar e utilizar mais intensamente os novos recursos. As foices formadas por lâminas de pedra talhada e as foices dentadas permitiam colher em poucas horas grãos suficientes para alimentar uma família inteira (MIGUEL, 2009).

Ressalta-se que inicialmente, os instrumentos de trabalho utilizados na prática agrícola, não haviam sido criados especificamente para esse fim, tais quais: foices, moinhos e peças de cerâmicas para armazenamento. Continuamente com o desenvolvimento de novos instrumentos de trabalho, a agricultura se destaca na geração de alimentos e manutenção das sociedades, juntamente com o uso de animais de tração incorporados ao processo produtivo.

Foi no período neolítico que ocorreu a domesticação de animais. A distribuição desses animais pelo globo, assim como, os cultivos agrícolas estiveram condicionados a fatores climáticos entre outros. Os sistemas agrários que surgiram eram classificados em sistemas pastorais e de cultivo de derrubada-queimada.

Cada sistema mencionado se estendeu por regiões do planeta em função das vegetações e climas apresentados. Os sistemas agrários de cultivo de derrubada-queimada com o aumento populacional ocasionaram desmatamento e posteriormente, desertificação (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Depois do surgimento das primeiras áreas de erradiação da agricultura, esta atividade econômica se expandiu para outras regiões mais extensas e distantes como: Europa, África, Oeste da Ásia, partes norte e sul da América e posteriormente, para o Pacífico. Os cultivos desenvolvidos, tanto nas áreas iniciais, como nas extensões surgidas, se diferenciavam no tocante aos cereais cultivados, principalmente em função da dinâmica climática.

Com o desenvolvimento da agricultura mediante o avanço das técnicas, passou

a ocorrer uma maior fixação das populações a determinados locais, que culminou com o aumento populacional acelerado, ocasionando uma maior demanda por terras objetivando a produção de cereais para alimentar a humanidade. Mudanças nos hábitos alimentares acabaram por gerar uma crise no sistema agrícola que mostrava sua capacidade deficitária para a produção de alimentos. As respostas aos problemas surgem em formas de guerras entre as comunidades ou famílias e as migrações populacionais (OLIVEIRA JÚNIOR, 1989).

Para Oliveira Júnior (1989), há o desenvolvimento de dois sistemas de cultivos: sistema agrário de floresta (rotação de culturas) e o sistema agrário com pousio criação e tração animal. O primeiro, resultou das migrações populacionais do Oriente Médio que se estabeleceram nas regiões subtropicais da África, Mediterrâneo e regiões temperadas da África. Novas ferramentas surgem como o machado, foices de pedra e a ampliação das áreas derrubadas e queimadas com aumento das áreas cultivadas que resultaram nas savanas, desertificação e erosão dos solos. Já o segundo sistema, surgiu por volta do ano 1.000 a. C. e permaneceu até o século XIX. Nesse sistema, o homem já possuía instrumentos de trabalho para lavrar a terra. Com o surgimento das relações de trocas e divisão social do trabalho, na medida em que parte dos trabalhadores passa a produzir instrumentos agrícolas como pá e arado.

É no sistema agrário com pousio, criação e tração animal que, ocorre o desenvolvimento dos transportes e a produção quadruplica em função tanto dos rendimentos das culturas, como do aumento das áreas cultivadas. Destaque para o aumento dos alimentos produzidos para os animais como feno (OLIVEIRA JÚNIOR, 1989).

Nesse período, as mudanças no sistema de produção do feudalismo para o capitalismo fizeram emergir uma ampliada divisão social do trabalho agrícola como meeiros, arrendatários, assalariados agrícolas e senhores feudais.

O advento de novos equipamentos usados nas práticas agrícolas ocasionou um aumento da produção de alimentos que gerou crescimento populacional. Contraditoriamente passou a ocorrer uma insuficiência de alimentos para todos e nova crise na produção agrícola, que ocasionou aumento da pobreza, fome e desnutrição surgindo epidemias e doenças como a peste negra em 1340, permanecendo pelos séculos XVII e XVIII. As soluções apresentadas para resolver as crises eram amplas e envolviam todos os agentes da sociedade, contavam com um aumento do espaço agrícola, progresso das forças produtivas, obras de drenagem e irrigação, melhoria das estradas e transportes até a descoberta de novas terras como América e Oceania e partes da África e Ásia (OLIVEIRA JÚNIOR, 1989).

Com o avanço das técnicas agrícolas e uma divisão social do trabalho se diversificando, o comércio e a indústria começaram a lançar suas bases de sustentação, resultando num aumento do poder das vilas sobre o campo. Desse modo, as cidades se formaram a partir do avanço das técnicas de produção agrícola, que permitiu a formação de um excedente de produtos alimentares. A existência desse excedente cedeu espaço para que algumas pessoas pudessem dedicar-se a outras atividades não-agrícolas (SANTOS, 1988).

O aumento da produção agrícola ao longo dos tempos, que ocorreu em função das mudanças das formas de produzir e do advento de novos equipamentos e métodos de produção, foram as bases das revoluções na agricultura na era contemporânea, que contribuíram modificando a estrutura de produção até então conhecida com o acréscimo de novos equipamentos e mudanças no mundo do trabalho no que tange à divisão social do trabalho (MAZOYER; ROUDART, 2010).

A Primeira Revolução Agrícola caracterizada pelo cultivo das terras de pousio surgiu no centro norte do continente Europeu no século XVIII e se estendeu até a primeira metade do século XX. Essa revolução foi notadamente marcada pelo desenvolvimento de novos equipamentos (ceifadeiras, debulhadoras e batedeiras), fertilização do solo com o uso de esterco e cultivo de leguminosas para alimentação animal visando uma seleção animal. Concomitantemente com o surgimento e fortalecimento do capitalismo, nova divisão social do trabalho resultado do início da indústria.

A Segunda Revolução Agrícola marca o processo de formação e consolidação da industrialização da agricultura, com o desenvolvimento das indústrias químicas e mecânicas na produção de insumos em massa, dependência cada vez menor da agricultura dos recursos locais e maior em relação aos avanços da indústria após a Primeira Guerra Mundial, que puderam ser percebidos com o melhor armazenamento e conservação dos produtos agrícolas e ampliação do mercado nacional e internacional.

Essas revoluções ocorreram de forma diferenciada pelo globo gerando as desigualdades regionais contemporâneas. Dessa forma, os sistemas agrícolas diversificados cedem lugar à agricultura especializada como as monoculturas, nas quais predominam as vantagens físicas (fertilidade natural do solo) e econômicas (maquinário). Nesse novo cenário, a agricultura passa a depender dos insumos, máquinas, equipamentos e comercialização gerados pela indústria (OLIVEIRA JÚNIOR, 1989).

Nessa conjuntura que se estabelece tomando como referência as revoluções agrícolas, principalmente no que concerne a forma como cada sociedade se

apropriou das técnicas, foram lançadas as bases do sistema colonial que passou a vigorar no mundo após a descoberta de novas terras na América, África, Ásia e Oceania. A expansão do capital, principalmente europeu, buscou novos mercados para os produtos da manufatura e mais tarde indústria, causando o desmantelamento do sistema de produção agrícola autossuficiente das colônias.

Nas antigas colônias foram implantados os *plantations* que apresentavam como principais características a mão de obra escrava, monocultura, produção voltada para o mercado externo e uso de grandes propriedades (latifúndios). Esta estrutura apresentada se mantém até os dias atuais, exceção feita à mão de obra de escrava.

Conforme observam Mazoyer e Roudart (2010, p.250), ao estudar o processo de colonização do império inca pelos conquistadores europeus.

Diferentemente das especializações agrícolas regionais do sistema inca, que eram apenas parciais e participavam do equilíbrio agroalimentar do país, as novas especializações regionais assumiram, na maioria das vezes, a forma de monoproduções agroexportadoras tão extensas quanto possíveis, contribuindo para o abastecimento agroalimentar dos países desenvolvidos da Europa e da América do Norte, e conseqüentemente, reduzindo o espaço de subsistência dos camponeses indígenas.

No cenário da colonização, foram criadas as bases de uma economia entre regiões desiguais com uma nova divisão social do trabalho entre nações, na qual, os países colonizadores intensificaram a produção industrial e os colonizados, a de produtos primários, especialmente os produtos agrícolas que persistem até a atualidade.

Desse modo, compreender como surgiu e se fortaleceu o setor agrícola ao longo da história, conhecendo suas nuances e obstáculos superados, permite visualizar um projeto futuro para que esse ramo da economia alavanque o desenvolvimento de países com base primária, possibilitando aos mesmos, alçar um patamar de melhoria de qualidade de vida no seio de sua nação. Nesse ínterim, é necessário entender o fortalecimento de um segmento da agricultura voltada a atender a um público alvo bem específico, compreendida nesse trabalho como agricultura familiar e seus componentes os agricultores familiares.

AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS E DISCUSSÃO

Historicamente, o homem passou de um meio natural para um meio técnico e após a década de 1970 chega-se ao meio técnico-científico-informacional, onde se faz cada vez mais latente o papel das ciências enquanto mola do crescimento da humanidade (SANTOS, 2006).

Nessa nova etapa histórica, chama a atenção os grandes investimentos feitos em pesquisa e na evolução do processo industrial como forma de ampliação da produtividade e dos lucros para o sistema capitalista. Do mesmo modo, o setor agrícola que esteve presente na origem de todas as sociedades se modernizou e levou ao surgimento de dois tipos de agriculturas nos países em desenvolvimento. Uma altamente mecanizada voltada para o mercado externo, e, outra bastante heterogênea e diversificada, oriunda do campesinato, na qual se insere a agricultura familiar.

Embora existam diferentes opiniões sobre o conceito e a importância da agricultura familiar, as concepções mais conhecidas partem do pressuposto que neste tipo de produção agrícola a propriedade das terras e trabalho estão intimamente ligados, visando garantir o sustento da família mediante a produtividade da terra (LAMARCHE, 1997).

Para Chayanov (1974) a diferença entre a empresa capitalista e a produção familiar reside na evidência de que, enquanto a primeira explora o trabalho assalariado, como meio para maximizar seus lucros, a produção familiar objetiva principalmente atender as necessidades e a reprodução da família.

Ainda, Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (2018, p.10, tradução nossa), a agricultura familiar pode ser definida como:

Um modo de produção agrícola, silvicultura, pesca, pecuária e aquicultura que administra e opera para uma família e que depende predominantemente de trabalho familiar, incluindo homens e mulheres. A família e exploração estão ligados, eles evoluem juntos e eles combinam funções econômicas, ambiental, social e cultural⁴.

Assim a importância da agricultura familiar estar na capacidade de promover a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, a mitigação da pobreza, a conservação da biodiversidade e a preservação das tradições culturais. Nesse sentido podendo ser definido como uma forma de vida.

Corroborando com o conceito da FAO, Ploeg (2014), destaca que a agricultura familiar representa uma forma pela qual as pessoas cultivam e convivem, ou seja, a realidade dessa forma de produção vai além dos dois principais aspectos comumente usados para descrevê-las: família como proprietária das terras e trabalho realizados por seus membros.

No entanto, Wanderley (1996) chama a atenção para estas duas últimas

⁴Un modo de producción agrícola, forestal, pesquera, ganadera y acuícola que se administra y opera por una familia y que depende predominantemente de la mano de obra familiar, incluidos hombres y mujeres. La familia y la explotación están vinculadas, evolucionan conjuntamente y compaginan funciones económicas, ambientales, sociales y culturales.

características citadas por Ploeg, visto que “o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção trabalho, tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” de modo a evitar uma definição da categoria agricultura familiar de forma genérica.

Outro fator a se considerar em relação à agricultura familiar diz respeito aos vários sinônimos que a mesma pode receber, como pequena produção, pequeno agricultor, agricultura de baixa renda ou de subsistência e até mesmo o termo camponês (DENARDI, 2001). Percebendo assim, o quanto torna difícil estabelecer um conceito para essa categoria de trabalhadores. Deste modo, é mister destacar algumas distinções entre estes conceitos associados à agricultura familiar.

CAMPESINATO E PEQUENA PRODUÇÃO NO CAPITALISMO

O espaço rural brasileiro é bastante heterogêneo, levando muitas vezes a interpretação de um camponês pejorativo que o habita, um personagem responsável por sua própria miséria e isolamento (WANDERLEY, 2009), bem diferente daquele camponês europeu, ou da forma de campesinato estabelecido na Europa. A agricultura camponesa tradicional é uma das formas sociais de agricultura familiar, porém tem particularidades no que dizem respeito aos objetivos econômicos e sociais de acordo com a autora supracitada.

Já para os clássicos marxistas o camponês é uma categoria a entrar em extinção visto que não vende sua força de trabalho e nem vive basicamente da exploração do trabalho alheio. Para essa corrente de pensamento o campesinato só sobreviverá ao avanço do capitalismo se o camponês transformar-se-á em agricultor familiar, assim Lênin (1980, p.18) ao estudar a formação do capitalismo nos Estados Unidos e Rússia, destaca que o trabalho familiar não existe no campesinato, pois:

A expressão fundada no trabalho familiar é um termo vazio, uma frase declamatória sem qualquer conteúdo, que contribui para confundir as mais diversas formas sociais da economia, beneficiando apenas a burguesia. Essa expressão induz ao erro, ilude o público, levando-o a acreditar na não existência de trabalho assalariado.

Assim, de acordo com o supracitado autor, o capitalismo usa todos os recursos necessários para crescer e desenvolver seus objetivos na agricultura, abarcando deste modo as outras formas de produção e nessa forma de produção o camponês está sujeito ao mercado tanto no que tange ao consumo pessoal quanto para desenvolver suas atividades.

Para Abramovay (2007) o trabalho e vida do camponês vão além da produção

para sobrevivência e se estabelece como um modo de vida, visto que a família e a comunidade dão sentido às atividades camponesas, assim a terra também não é apenas um simples fator de produção, pois forma uma unidade indissociável da existência da categoria, levando à agricultura camponesa a construir-se a partir de valores familiares que envolvem uma reciprocidade.

Enquanto Felício (2006, p.15), enfatiza que o camponês só pode ser agricultor familiar, visto que:

O conceito de agricultura familiar está presente desde a origem do campesinato, sendo responsável por explicar que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

Nessa definição a centralidade do poder familiar reside na gestão da produção, na formação do modo de vida e no acesso às terras constituem essa categoria social. A terra entendida como meio de produção para a agricultura familiar, visualizada na pequena propriedade que usando mão de obra familiar garante apenas o abastecimento familiar.

Quanto à origem da pequena propriedade e pequena produção no Brasil, Silva (1984, p.9), ressalta:

O latifúndio escravista era o eixo de atividade econômica da colônia, definindo as duas classes sociais básicas: Os senhores e os escravos. Mas em torno deles havia uma massa heterogênea de brancos que não eram senhores, de negros livres, que não eram escravos, de índios e de mestiços, e desempenhavam uma série de atividades.[...]. Outros ainda eram agricultores, ocupavam certos pedaços de terra, onde produziam sua subsistência e vendiam parte da produção nas feiras das cidades. Aí está a origem da pequena produção no Brasil e sua estreita ligação com a produção de alimentos.

Deste modo, percebe-se a origem da pequena propriedade e da pequena produção como uma necessidade complementar dos grandes latifúndios, que a época escravocrata era praticada por agricultores que nem eram senhores nem escravos, visto que nos latifúndios a produção estava direcionada para o mercado externo, e, não a atender as necessidades alimentares da colônia.

Há de salientar que a pequena propriedade, assim como pequena produção sempre sofreram críticas em função do tamanho da escala produtiva sobre a qual se organizava, sendo considerada incompatível com o modelo capitalista de exploração

da agricultura (LÊNIN, 1982; LIPIEZ, 1988). Note-se que nessa argumentação não há uma percepção do aumento da produtividade, ou seja, não acreditava na capacidade da pequena produção assimilar os avanços técnicos, organizacionais e econômicos a disposição dos capitalistas que facilitariam sua integração com a indústria (MALAGODI, 2017).

Notadamente Sorj (1986), enfatiza que a penetração do modo de produção capitalista não levou à extinção das pequenas propriedades, ao contrário elas passaram por transformações favorecendo o surgimento de uma agricultura altamente capitalizada. Outro fator a ser considerado é que como consequência da existência dessas unidades de produção, emerge um exército industrial de reserva para a grande produção agrícola forçando para baixo os preços da mão de obra (KAUTSKY, 1986; SILVA, 1984).

Nessas circunstâncias, Silva (2016) chama a atenção para a importância do camponês, da pequena propriedade e pequena produção como categorias que estão na gênese da agricultura familiar.

[...] o camponês é a matriz ancestral do agricultor familiar, por determinar que a natureza da exploração agrícola e a lógica do consumo se fundamentam na satisfação das necessidades do grupo doméstico e por defender o patrimônio natural como espaço de vida e de reprodução social.[...] a pequena propriedade, a pequena produção e o camponês são categorias elementares endógenas e complementares do universo simbólico haja vista invocarem um paralelismo recíproco que confere particularidades imanentes para a continuidade dessa atividade.

Deste modo, conclui-se que as categorias em discussão não podem ser separadas do agricultor familiar, visto que o trabalho em bases familiares estava presente na origem das sociedades. Embora seja subordinado à lógica capitalista o camponês e sua produção permanecem alicerçados em valores éticos, morais, culturais de identificação de uma categoria que permite sua permanência na sociedade por representarem um modo de vida, que conseguiu se adaptar e evitar sua extinção.

AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Segundo dados da FAO (2018) cerca de 80% da produção mundial de alimentos provem da agricultura familiar, sendo responsável por uma ocupação de 85% das terras cultivadas da Ásia, 83% das Américas do Norte e Central, 68% do continente Europeu, 62% da África e 18% da América do Sul. Ainda destaca que no Brasil mais de 80% das explorações agrícolas são do tipo familiar, e, esse cenário brasileiro,

permite que o país se destaque como a 8ª maior produtora de alimentos no mundo nesse segmento (SEAD, 2018).

Assim a partir da década de 1990, as discussões sobre a agricultura familiar ganham destaque no cenário nacional brasileiro, acarretando a produção de diversos trabalhos acadêmicos especialmente na Geografia Agrária. Nessas publicações se confundem os conceitos de camponês e agricultor familiar.

Importante ressaltar que o debate acadêmico sobre o termo agricultura familiar é originário dos Estados Unidos da América e da Europa, conforme Navarro (2010 citado por SILVA, 2016, p. 60), pois ao analisar a colonização dos Estados Unidos em algumas regiões, observou-se a presença de colonos migrantes do velho continente denominados de “farmers”, agricultores que gradualmente se integraram ao mercado, especificamente após 1950 com os incentivos das políticas estatais que visavam modernizar as propriedades.

Fernandes (2001, p. 29) elucida que os teóricos da agricultura familiar defendem:

[...] que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal.

Para o autor supracitado, há de se entender a agricultura familiar e os agricultores familiares como empresas familiares, as quais possuem características comerciais de empresa, mas conservam ainda traços típicos de atividades familiares, sendo necessário compreender a existência do campesinato como resultado de conflitos pela terra, ou seja, essa categoria está subordinada ao capitalismo, mas tem a opção de lutar contra o capital para mudar seu futuro e evitar sua exclusão.

No viés acadêmico existem diversos trabalhos que visam estabelecer as diferenças e semelhanças entre camponês, agricultor familiar e pequeno agricultor e ainda se destacam trabalhos que caracterizam a agricultura familiar como um setor da produção agrícola de “baixa renda”, “pequena produção”, e até “agricultura de subsistência” (ABRAMOVAY, 1997). Todavia as discussões apresentavam como principais características da agricultura familiar uma gestão da propriedade compartilhada pela família e a atividade agropecuária como principal fonte geradora de renda.

O agricultor familiar possui uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia, e, esse tem sido um dos motivos que o levam a buscarem novas formas de produção que não agridam, nem destruam a natureza, valorizando o trabalho humano e contribuindo para o bem estar das populações do campo e das cidades (WANDERLEY, 2009). Aliado a este motivo ainda existe a produção diferenciada como forma de concorrer com a produção patronal alicerçada no agronegócio.

Abramovay (1992) ao discutir a agricultura familiar salienta que o campesinato encara seu processo de destruição no mercado capitalista, compreendendo uma categoria de camponês bem heterogênea, representada por posseiros, rendeiros, assentados, pequenos proprietários; enquanto Fernandes (2003) salienta que o mercado não foi o responsável pela recriação do campesinato, mas as lutas desenvolvidas pelos movimentos sociais no processo de acesso à terra no Brasil.

Porém, mesmo se diversificando e integrando-se ao mercado a agricultura familiar muitas vezes continua de subsistência nos países em desenvolvimento. Nesse sentido, Lamarche (1994 citado por WANDERLEY, 1996, p. 6) esclarece as distinções entre a produção camponesa e a de subsistência, enfocando que no primeiro caso busca-se um crescimento patrimonial, pois:

[...] conforme os objetivos a que se propõem os agricultores, para si mesmos e para suas famílias, e conforme, também, os contextos socioeconômicos locais e o respectivo nível de desenvolvimento, deve-se distinguir as unidades de produção camponesas de outras consideradas de subsistência. Se a função de subsistência está bem presente no modelo camponês, ele não se reduz jamais a isto; há neste modelo, profundamente arraigada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar.

Nessa perspectiva, o camponês não é um elemento inerte ao mercado, usa-o para gerar demandas e necessidades, não para o lucro; enquanto a produção de subsistência compreende situações que por motivos históricos e sociais diferentes, agricultores podem organizar sua produção, visando a sobrevivência imediata, não estando voltados para um planejamento futuro que culmine com um crescimento do patrimônio dessas famílias.

Já no campo jurídico, principalmente visando a auxiliar a política de crédito direcionada ao setor, a Lei nº 11.326 de julho de 2006, em seu artigo 3º definiu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público como:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e em-

preendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1o O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais [...] (BRASIL, 2006, p.1).

A lei acima citada foi criada visando fomentar a política de crédito destinada a este setor especialmente no que tange a sustentabilidade da continuidade do programa de reforma agrária por meio da expansão de assentamentos rurais que acabam por contribuir em última instância para a geração de emprego e renda no campo e, conseqüente, diminuição do êxodo rural. Além do público alvo já mencionado, a legislação pode englobar outros tipos de trabalhadores rurais para que os mesmos tenham acesso mais facilitado ao crédito rural.

Outra característica da agricultura familiar conforme a legislação em vigor refere-se à área do espaço físico ocupado pelo agricultor não podendo ser superior a quatro módulos fiscais, salienta-se que o módulo fiscal no país sofre variação de Estado para Estado.

Acerca da preocupação com a conceituação da agricultura familiar, bem como os diversos sinônimos que recebe pela literatura e pela legislação, o que mais chama a atenção nesse segmento, contrariando o julgamento prévio do desempenho econômico das atividades do setor que historicamente foi concebido como agricultura de baixa renda e subsistência, tem sido sua representatividade no cenário brasileiro (ABRAMOVAY, 1997). Relevância comprovada pelos dados do Censo Agropecuário de 2006, mostrando que:

[...] 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares. São aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos, sendo que a metade deles está na Região Nordeste. [...] constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; responde por 35% do produto interno bruto nacional; e absorve 40% da população economicamente ativa do país. [...] produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além

de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país (MDA⁵, 2007, p.3).

Percebe-se, com base nas informações apresentadas, a importância econômica da agricultura familiar, ao se considerar sob três óticas, enquanto mecanismo de controle dos preços internos dos alimentos consumidos no país, quanto ao abastecimento do mercado interno e como uma forma relevante de ocupação da população na geração de emprego. Ressalte-se que essa visibilidade da agricultura familiar no país deveria alavancar a reforma agrária como meio de garantir sustentabilidade ao modelo de crescimento.

Os dados ainda mostram uma elevada concentração de agricultores familiares na região Nordeste do país, o que pode muitas vezes, ser confundido com a precariedade desse setor, conforme destaca (WANDERLEY, 1996, p. 9):

No Brasil, a construção de um espaço camponês se efetuou na maioria dos casos, sob o signo da precariedade estrutural, que o torna incapaz de desenvolver todas as potencialidades do próprio sistema clássico de produção e de vida social, diferenciando-o, portanto, da estrutura europeia, antes considerada, capaz de fechar o círculo da subsistência.

Deste modo, independente dos sinônimos empregados, agricultor familiar, pequeno agricultor ou agricultor de subsistência, o que permanece nos conceitos e definições diz respeito às diferenciações da agricultura familiar brasileira e a ocorrência da mesma, em outros países. É mister, destacar que nas regiões brasileiras com elevadas populações e recursos escassos, como a nordestina, ela emerge não somente como uma forma de garantia alimentar, mas como uma forma de geração de emprego.

O Decreto - lei nº 1.946, de 28 de junho de 1996 criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) objetivando estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários, desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

Embora o volume de financiamentos do PRONAF seja bastante significativo, ele ainda não conseguiu eliminar as disparidades regionais no setor agropecuário, como bem elucida Couto (2011, p.24):

Dados do IBGE revelam também que metade dos agricultores familiares concentra-se no Nordeste brasileiro. Essa forte concentração nunca mereceu, de nenhum governo, política agrário-agrícola que correspondesse à re-

⁵Ministério do Desenvolvimento Agrário.

apresentação numérica desses agricultores. Ao contrário, no caso do crédito do Pronaf, os últimos dez anos mostraram um aumento da desigualdade interregional.

Portanto, é dentro deste parâmetro, o do financiamento governamental, que tem se definido e estudado esse setor, a partir da década de 1990 no Brasil. Uma vez que a agricultura familiar vem se destacando, tanto no que tange à produção voltada para o mercado interno, como na geração de emprego para regiões como a nordestina, mesmo diante da ampliação das desigualdades. São essas mudanças advindas de uma maior dinamização da agricultura familiar no meio rural que tem contribuído para o desenvolvimento rural de algumas regiões nestes espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreendermos a história da humanidade é necessário que entendamos a evolução histórica da agricultura, pois somente a partir do domínio das técnicas agrícolas, o homem pode deixar de ser nômade e tornar-se sedentário, levando a uma evolução das práticas agrícolas e por consequência, a aumentos populacionais, culminando com a expansão das ocupações humanas pelo planeta.

Nesse sentido, é fundamental distinguir a agricultura como ela é efetivamente praticada e como pode ser observada, constituindo-se, assim, em um objeto real de conhecimento. Para compreender o processo de evolução agrícola no mundo, fez-se necessário, adotar um sistema de observação que tomou como referencial os sistemas agrários, pois a análise perpassa a um enfoque sistêmico, que incorpora as interações entre o agricultor e sua família, os recursos naturais físicos e biológicos necessários à produção e as técnicas utilizadas para sua transformação.

As revoluções que ocorreram na história da agricultura, se processaram de forma diferenciada pelo globo gerando as desigualdades regionais contemporâneas. Dessa forma, os sistemas agrícolas diversificados cederam lugar à agricultura especializada, como as monoculturas, nas quais predominam as vantagens físicas (fertilidade natural do solo) e econômicas (maquinário). No entanto, as formas mais tradicionais de agricultura continuaram a subsistir e resistir dentro do sistema capitalista. É nesse sentido, que a agricultura familiar se fortaleceu por diversas regiões do globo.

No caso brasileiro, a agricultura familiar passa a ser bastante debatida no meio acadêmico a partir da década de 1990. Muitas vezes sendo associada à agricultura de subsistência, de baixa renda ou agricultura camponesa. Mas de fato, o que caracteriza esse setor é uma gestão da propriedade compartilhada pela família e a atividade agropecuária como principal fonte geradora de renda. O agricultor familiar ainda possui uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia.

Foi somente com a criação de programas de financiamento como o PRONAF,

que a agricultura familiar passou a receber maior atenção de outros setores da sociedade, especificamente, o setor público, que definiu o setor e suas políticas de fortalecimento, no entanto, apesar da atenção ao setor dos agricultores familiares e de sua representatividade no cenário brasileiro, na geração de emprego e na participação do produto interno, no tocante ao destino da produção, pouco se tem realizado para seu dinamismo na economia do país, especificamente em regiões que carecem de maiores investimentos, em função do número de agricultores ocupados, como o Nordeste.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p.73-78, abr./jun.1997.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Seção 1, p.1, 2006.

BRASIL. Decreto - lei nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Seção 1, p. 11854, 1996.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COUTO, V. A. **Agronegócio & agriculturas familiares: crítica do discurso Único para dois brasis**. Salvador: UFBA, 2013.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.3, p.56-62, jul./set.2001.

FAO. Food and Agricultural Organization. **El trabajo de la FAO en la Agricultura Familiar: Prepararse para el Decenio Internacional de Agricultura Familiar (2019-2028) para alcanzar los ODS**. Nova York, Estados Unidos: FAO, 2018. Disponível

em: < <http://www.fao.org/3/ca1465es/CA1465ES.pdf>>. Acesso em: 10 set.2018.
FELÍCIO, M. J. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **Campo-Território**, Maringá, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

_____. **Reforma Agrária no governo Lula: a esperança**. Presidente Prudente: NERA, 2003.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Uma realidade multiforme. v.1, 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1997.

LÊNIN, V. I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Tradução de Maria Beatriz Miranda Lima. São Paulo: Editora Debates, 1980.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

MALAGODI, E. Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e Camponesa? *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. v., capítulo, p.40-62.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Brasília; São Paulo: Nead/MDA; Ed. Unesp, 2010.

MIGUEL, L. A. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 133-147. (Série EAD/UFRGS).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/MDA. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. 2007. Disponível em <http://>

www.pronaf.gov.br/. Acesso em 14 de outubro de 2017.

OLIVEIRA JÚNIOR, P. H. B. **Notas sobre a história da agricultura através do tempo**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989.

PLOEG, J. D.V. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas**. Rio de Janeiro, v. 1, n. Extra, p. 7-14, fev. 2014.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____, **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. 2018. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>. Acesso em: 10 set. 2018.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, A. J. **Agricultura familiar e a territorialização / desterritorialização/ reterritorialização provocada pelo agronegócio no cerrado piauiense: hibridismo sociocultural marginal em Uruçui**. 2016.325f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Camponato Brasileiro. *In*: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20º, 1996, Caxambu/MG. **Anais**. Caxambu/MG. 1996.

_____. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Agriculturas**. [s.l:s.n], v.especial, p.33-46, 2009. Disponível em: <http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=getblob.php&o_id=238382&a_id=211&a_seq=o>. Acesso em: 12 abr.2018.



A definição do espaço rural como local para o desenvolvimento territorial

Daltro Cella¹
Oriowaldo Queda²
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante³

RESUMO: A classificação dos territórios em rurais e urbanos ainda é uma definição necessária para descrever a geografia dos países e subsidiar os elaboradores de políticas públicas para as necessidades do local e para orientar a sociedade em ações específicas naquele território. O objetivo deste trabalho é levantar o que é rural e o que é urbano para auxiliar na implantação de políticas públicas que levem ao desenvolvimento do território. Para isso, este trabalho buscou na literatura quais são os critérios adotados pelos países e organizações para determinar o que qualifica um espaço territorial como rural e uma área como urbana. Para os estudos pesquisados, constatou-se a preocupação em elaborar uma definição espacial e não apenas setorial a respeito do rural e do urbano. Para o Brasil os trabalhos consultados demonstram que existe uma grande parcela da população que vive em áreas que não são claramente rurais ou urbanas. Isto gera dificuldades na elaboração de políticas públicas que estimulem projetos que valorizam o local dentro de um processo de desenvolvimento econômico e social. Pequenas mudanças na forma de classificar esses territórios poderão trazer grandes impactos sobre quem nele vive. Cabe aos pesquisadores e os formuladores de políticas públicas a tarefa de escolher qual a melhor definição do que é o espaço rural para a execução dessas políticas de desenvolvimento do território.

PALAVRAS-CHAVE: Território Rural; Território Urbano; Políticas Públicas.

Abstract: The classification of rural and urban territories is still a necessary definition to describe the geography of the countries and to subsidize the public policy makers for the local needs and to guide society in specific actions in that territory. The objective of this work is to raise what is rural and what is urban in order to allow the implementation of public policies that lead to the development of the territory. In order to do this, this work sought in the literature what are the criteria adopted by countries and organizations to determine what qualifies a territorial space as rural and an area as urban. For the studies researched the concern was to elaborate a spatial and not only sectorial definition regarding the rural and the urban. For Brazil, the works consulted show that there is a large part of the population living in areas that are not clearly rural or urban. This creates difficulties in the implementation of public policies that stimulate projects that value the place within a process of economic and social development. Small changes in the way these territories are classified can have major impacts on who lives in it. It is the task of researchers and policy-makers to choose the best definition of what the rural area is for the implementation of these land development policies.

Keywords: Rural Territory; Urban Territory; Public Policies.

¹Doutorando do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente na Universidade de Araraquara (Uniar) e docente na Faculdade de Tecnologia de Catanduva/SP. E-mail: daltro_cell@yahoo.com.br

²Docente do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (Uniar). E-mail: oqueda@usp.br

³Coordenadora e Docente do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (Uniar). E-mail: vbotta@techs.com.br

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é contribuir para o entendimento do que é rural e o que é urbano para assim possibilitar a implantação de políticas públicas que levem ao desenvolvimento de territórios. Para isso, este trabalho buscou na literatura quais são os critérios adotados pelos países e organizações para determinar o que qualifica um espaço territorial como rural e uma área como urbana.

O espaço territorial rural é o local onde ocorre a mescla de atividades econômicas, hábitos e culturas. Até o século XX, o espaço rural era tido como sinônimo de agricultura ou produção primária, caracterizado por uma área de privações e de escassez de recursos. Essa imagem contrastava com o urbano, que era associado ao desenvolvimento, ao progresso e a uma melhor qualidade de vida. Essa era uma visão simplista a respeito do conceito de rural, considerando-o apenas como oposto ao modo de vida urbano.

O desenvolvimento rural depende da interação da agricultura com outras atividades econômicas, como a indústria, o comércio, o artesanato, e os serviços. Portanto, a agricultura tem que estar inserida no contexto do território, pois envolve trabalho, preservação dos recursos naturais paisagísticos e do meio ambiente. Assim, o território é o local de interação entre os atores e setores proativos da economia.

Para Kageyama (2008) há duas ideias sobre o que é rural: uma que ruralidade tem na sua essência a questão geográfica e a outra que rural é uma área afastada ou isolada. Dessa forma, o rural poderia ser entendido como uma região mais distante, especializada na produção primária (agricultura, pesca, pecuária), com baixa densidade populacional, pobres, conservadoras e com dificuldades para se ajustar aos sinais do mercado.

De acordo com Kageyama (2008), os critérios mais utilizados para definir área rural são o tamanho da população e a sua densidade. Mas há muitas controvérsias sobre esses critérios simplificados da definição do que é rural. Os aspectos demográficos são necessários, mas não suficientes para essa definição, uma vez que muda muito entre regiões mais densamente povoadas para regiões menos povoadas. Além dos aspectos demográficos devem-se considerar também os elementos econômicos, sociais e culturais.

A menor densidade populacional permite, segundo Abramovay (2000) aos habitantes do território reduzir o sentimento de solidão causado pelo anonimato da vida metropolitana, melhorando e recuperando as relações familiares, comunitárias e de vizinhança. Ou seja, há um aumento no sentimento de pertencimento daquele território. Para Abramovay (2000, p.13) estes valores podem “transformar-se em fontes de desenvolvimento e a geração de renda vai depender tanto da organização dos habitantes e das instituições rurais, como, sobretudo, do tipo de relação que

conseguem estabelecer com as cidades”.

Os elementos que definem o que é rural, segundo Kageyama (2008), foram se adaptando com a evolução da sociedade e com a maior ocupação dos territórios pelas propriedades rurais de diferentes tamanhos. A modernização da agricultura por meio da adoção da tecnologia nos sistemas de produção, associado ao atendimento das demandas da indústria de processamento da produção primária, possibilitou uma maior aproximação cultural entre os habitantes do campo e das cidades, ampliando o entendimento do que é o território rural e urbano. Essa aproximação explica o aumento da interdependência das atividades produtivas e de serviços entre o campo e as cidades.

Em seu trabalho para o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), Abramovay (2000), questiona como a questão demográfica, econômica, política e cultural do meio rural brasileiro seleciona quem nele permanece. Confronta com o que ocorreu nos países capitalistas centrais, onde o meio rural teve participação ativa no desenvolvimento econômico e social destas nações e, seu dinamismo não foi obstáculo à criação de novas vagas de trabalho. Diferentemente do Brasil em que as áreas rurais são aquelas que se encontram fora do limite das cidades e são vistas por parte da sociedade brasileira como um local de atraso nas condições de desenvolvimento. Enquanto predominar este tipo de pensamento no Brasil, será difícil explicar que as áreas rurais podem ser dinâmicas e desenvolvidas. Na América Latina e no Brasil o que deve ocorrer é um esforço procurando entender as relações entre as regiões rurais e as cidades de que dependem, sem considerar o desenvolvimento como algo exclusivo das regiões urbanizadas. A ruralidade é um conceito de natureza territorial e multisetorial onde se devem levar em consideração as economias regionais e a densidade populacional.

Para Kageyama (2004), rural não é sinônimo de agrícola e nem exclusivo deste; o rural envolve pluriatividades e é multifuncional (funções produtiva, ambiental ecológica e social); apresenta baixa densidade populacional; e, não há isolamento entre os espaços rurais e urbanos, pois há uma rede que envolve os espaços rurais e urbanos por meio de atividades comerciais, sociais e institucionais.

Segundo Abramovay (p.26, 2000), “a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização”. A noção de desenvolvimento tem que estar vinculado a valorização da ruralidade por toda a sociedade contemporânea. Pois o espaço rural é uma forma das pessoas aumentarem sua relação com a natureza; habitar em áreas menos povoadas; e, também um local que pode apresentar uma maior inserção nas dinâmicas urbanas.

Nesse contexto, a agricultura desempenha um papel importante nas dinâmicas regionais aumentando a relação cidade-campo, mercado interno e externo. Assim,

o importante é compreender a dinâmica de desenvolvimento de uma região, sem que ocorra um afastamento das interações com as aglomerações urbanas.

METODOLOGIA

A consecução dos objetivos pretendidos para esta pesquisa demandou um estudo bibliográfico acerca do tema central, ou seja, o espaço rural. Assim, procurou-se resgatar e aprofundar a compreensão acerca do ambiente rural. Esta revisão teórica apresenta uma reflexão sobre as especificidades do que é o espaço rural. Posteriormente discutiu a problemática econômica e social relacionada a este meio no Brasil e no mundo sob as condições de desenvolvimento do território.

AS DIFERENTES FORMAS DE DEFINIR O ESPAÇO RURAL NO MUNDO

Não há uma única forma de definir o que é o espaço rural no mundo, pois os conceitos de rural e urbano são multidimensionais. Às vezes, a densidade populacional é a preocupação determinante, em outros casos é o isolamento geográfico. Outras vezes, o pequeno tamanho da população caracteriza um lugar rural, mas o quão pequeno é o rural?

Analizando a literatura a respeito da densidade populacional e seus impactos nas relações sociais nos Estados Unidos e na França, Abramovay (2000), concluiu que em locais de maior dispersão populacional há limites no aproveitamento de oportunidades e de desenvolvimento. Isso ocorre devido aos baixos indicadores sociais e situações geográficas preocupantes, tais como o envelhecimento da população e a masculinização do território rural. Esta situação de envelhecimento e predominância masculina, também foi observada no Brasil por meio da análise do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por outro lado, há uma tendência, especialmente em países desenvolvidos e em desenvolvimento, de uma intensificação da migração de famílias de média e alta renda e com maior nível de escolaridade, saírem de centros urbanos para áreas não tão densamente povoadas onde encontram mais segurança e menos transtornos do que em áreas metropolitanas.

Ao analisar o emprego rural não agrícola e a diversidade rural na América Latina, Dirven (2004, p.51), apresenta cinco definições do que é rural: baseada na população máxima da localidade em torno de 2.000 pessoas, que é utilizada pela maioria dos países; pelo número de habitações contíguas (Peru); pelas definições legais (Brasil, Equador, Guatemala, Uruguai); por encontrar-se fora da “cabeceira municipal” (Colômbia, República Dominicana, El Salvador, Paraguai); e, baseada em “características não rurais” (Costa Rica e Haiti). Nenhum país usa a mesma definição para o que é rural. Segundo Kageyama (2008) todas as definições

apresentam a ideia de que rural é uma área de baixa densidade populacional e de grandes distancias dos núcleos mais urbanizados.

Pesquisando na literatura internacional indicadores para as regiões rurais, Abramovay (2000) levantou que há diferentes maneiras de classificar o espaço rural no mundo: pode ser pela simples delimitação administrativa, sendo urbanas as sedes dos municípios e distritos (Brasil, Equador, Guatemala, El Salvador e República Dominicana); outros países utilizam o critério de ocupação da mão de obra na agricultura como definição do que é rural, como ocorre no Chile, em Israel e na França; ou, pelo número de habitantes nas sedes municipais (Espanha, Portugal, Itália, Grécia - onde é rural assentamentos humanos contíguos com menos de 10 mil habitantes e tem certo distanciamentos dos centros metropolitanos; e, Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua e Panamá – onde o limite que determina o que é rural varia entre 1.000 e 2.500 habitantes).

Para os europeus, segundo Abramovay (2000), o conceito de ruralidade está cada vez mais ligado à questão da preservação do meio natural, uma vez que, há uma intensificação das políticas e práticas produtivas voltadas à exploração sustentável da biodiversidade. O *Istituto Nazionale di Sociologia Rurale* (INSOR), citado pelo INEA (2000), classificou o território italiano com base no percentual da “superfície verde” sobre o total da superfície das *comunas* italianas. Este estudo partiu do pressuposto de que o rural se identifica com um ambiente natural em que a “superfície verde” predomina sobre aquela edificada. Além da “superfície verde”, somaram-se as informações sobre densidade populacional para reagrupar as *comunas* italianas em ruralíssimas, rurais, intermediárias e urbanas. Segundo essa nova tipologia de classificação, foi possível concluir que as *comunas* rurais e ruralíssimas cobriam 82,9% das áreas de terras e respondiam por 37,5% da população italiana. Assim, o meio rural deixa de ser um simples espaço produtivo e passa a ter uma importância social cada vez maior do ponto de vista ambiental, recreativo e residencial. Ou seja, há uma redefinição do que é rural, vinculando este espaço e seus recursos naturais aos interesses da sociedade.

Ao realizar um estudo sobre a organização espacial e a densidade populacional das regiões rurais do sul da Ásia, Qadeer (2000) encontrou locais com densidades populacionais comparáveis as áreas metropolitanas ocidentais. Chamou estes locais de alta densidade populacional de “*ruralopolises*”, ou seja, uma fusão de sistemas econômicos e sociais com organizações espaciais metropolitanas. Este trabalho nos fornece uma referência internacionalmente aceita de que se considera área urbana quando se tem uma densidade igual ou superior a 400 hab/Km².

Ocaña-Riola e Sánchez-Cantelejo (2005) buscaram uma definição operacional para área rural por meio da construção de um índice de ruralidade para a Espanha,

que não fosse baseado somente no tamanho da população e na densidade demográfica. As variáveis utilizadas para cada município espanhol foram: a densidade populacional; o número de pessoas com mais de 65 anos por 100 habitantes; número de pessoas com idade entre 0-14 anos por 100 habitantes; número de economicamente inativos por 100 pessoas em idade ativa; número de aposentados por 100 habitantes; número de pessoas que trabalham na agricultura, na criação de gado ou pesca por 100 trabalhadores; número de casas em mau estado ou total ruína por 100 casas.

A seleção dessas variáveis por parte de Ocaña-Riola e Sánchez-Cantelejo (2005), foi justificado por serem representativas do conceito de ruralidade na Espanha. Também porque podem ser medidas, quantificadas, serem de fácil acesso e de atualização imediata. O índice foi construído a partir de uma análise fatorial de componentes principais, dando origem a um único fator que está correlacionado ao envelhecimento da população, dependência econômica, agricultura, pecuária ou pesca, habitabilidade de habitação e densidade populacional. O envelhecimento da população e a percentagem de menores de 14 anos foram as variáveis que apresentaram um alto grau de correlação com o fator ruralidade.

Segundo Ocaña-Riola e Sánchez-Cantelejo (2005), na Espanha e na União Européia, a ligação entre rural e agrícola está perdendo terreno para um novo conceito de rural relacionado com as atividades de relaxamento, lazer e ao ar livre. Ao longo dos últimos anos, a proteção do ambiente, o desenvolvimento das zonas naturais e a promoção do turismo rural levaram a sociedade a considerar as zonas rurais como um espaço recreativo e ambiental. Esta nova percepção da área rural como destino turístico e de lazer está trazendo recuperação demográfica, econômica e social em áreas que sofreram severo declínio populacional durante o êxodo rural espanhol da década de 1960.

Todas essas delimitações arbitrárias internacionais do que é rural acabam por refletir tradições históricas e geográficas. Isto dificulta a comparação das informações entre os diferentes países devido à falta de homogeneidade nos critérios de definição do que é rural, especialmente se for considerado o simples critério populacional para essa delimitação, conforme pode ser observado nos trabalho de Veiga (2004) para o Brasil.

Para o Brasil, o Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) define como rural a área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores nas seguintes situações: rural-de-extensão urbana, rural-povoado, rural-núcleo, rural-outros aglomerados, rural-exclusive aglomerados. Quanto à classificação dos domicílios, o IBGE (2010) classifica-os em oito categorias, sendo três urbanas (Cidade ou vila, área urbanizada; Cidade ou vila, área não urbanizada;

Área urbana isolada) e cinco rurais (Aglomerado rural de extensão urbana; Aglomerado rural, isolado, povoado; Aglomerado rural, isolado, núcleo; Aglomerado rural, isolado, outros aglomerados; Zona rural exclusive aglomerado rural).

Para Veiga (2004), o Brasil é menos urbano do que o IBGE apresenta se levarmos em consideração as recentes metodologias adotadas no primeiro mundo e se avaliarmos os indicadores disponíveis sobre o que é rural para as sociedades mais desenvolvidas. No Brasil, para Veiga (2002), não deveria ser considerado urbano os municípios com menos de 20 mil habitantes. É um critério de classificação simples e objetivo, mas que falha ao determinar como rural os municípios com grande densidade demográfica situados nas grandes regiões metropolitanas do país. Ao levar em consideração esse critério, Veiga (2002) verificou que dentre os 5.507 municípios existentes no Brasil no ano de 2000, 4.024 municípios seriam considerados rurais.

Kageyama (2008, p.39) discorda dessa classificação simplificada realizada por Veiga (2002). Para Kageyama (2008), o ideal é a combinação de critérios envolvendo população e densidade demográfica, como foi feito por uma pesquisa conjunta entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2002) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Segundo Kageyama (2008), com base nos dados do IBGE, IEA e Unicamp, Veiga (2002) classifica de forma equivocada como “urbanos” apenas 455 municípios brasileiros (aglomerações metropolitanas, outras aglomerações e centros urbanos). São classificados como municípios de pequeno porte aqueles que possuem menos de 50 mil habitantes e menos de 80 habitantes por quilômetro quadrado (hab/Km²). Médio porte são aqueles municípios que possuem entre 50 e 100 mil habitantes e mais de 80 hab/Km². Juntos esses dois grupos totalizam 567 municípios, que adicionados aos 455 anteriores totalizam 1.022 municípios urbanos no Brasil.

PRINCIPAIS CRITÉRIOS UTILIZADOS POR PAÍSES E ORGANIZAÇÕES PARA DEFINIR ÁREAS RURAIS E URBANAS

Para os países em desenvolvimento, as áreas rurais são classificadas por Wiggins e Proctor (2001, p. 432) em cinco tipos baseadas em duas variáveis que permitem generalizações úteis a respeito das áreas rurais: abundância de capital natural e pelos custos mais elevados de deslocamentos dos bens e das pessoas. Os custos de movimentações estão diretamente relacionados com a distância da área rural em relação aos centros urbanos. As regiões mais próximas apresentam uma interação mais intensa entre a zona urbana e a rural (zona peri-urbana), permitindo o deslocamento diário das pessoas de uma zona para outra. As áreas rurais mais distantes (rural remoto) não apresentam

infraestrutura adequada, há dificuldades nos deslocamentos e consequentemente os custos para os fluxos de pessoas e bens são mais elevados. Outra forma de diferenciar as áreas rurais em países em desenvolvimento é a quantidade e qualidade de seus recursos naturais, que podem estimular o desenvolvimento e/ou atraso da área rural. Normalmente, a dotação dos recursos naturais disponíveis trazem vantagens comparativas para o crescimento econômico da região.

O Quadro 1 apresenta uma série de critérios utilizados na definição das áreas rurais e urbanas para alguns países e organizações do mundo. A maioria dos países latinos americanos utiliza-se de dois critérios: divisão política-administrativa e tamanho da população. A divisão-política administrativa é um critério legal porque o perímetro urbano é delimitado por meio da legislação, e por exclusão do território urbano determina-se o espaço rural, como é o caso brasileiro. O outro critério classificatório utilizado é o tamanho da população de uma localidade, que aparece em países como a Argentina e o México (IBGE, 2017).

Outros países adotam mais de um critério para definição do que é área rural ou urbana, como é o caso da Austrália (utiliza a densidade demográfica, a oferta de serviços e aglomerações de habitações); Chile (tamanho da população e participação da agricultura); Cuba, Honduras, Nicarágua e Panamá (se valem do tamanho da população e oferta de serviços); e, Uruguai (utiliza a oferta de serviços e a divisão administrativa). Somente o Chile utiliza a participação da agricultura como critério para a definição do território em urbano ou rural (IBGE, 2017).

Os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da União Europeia costumam usar a densidade demográfica como critério para classificar as áreas rurais e urbanas, conforme apresentado no Quadro 1. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2011), classificou o território de seus países membros em regiões predominantemente rurais, intermediárias e predominantemente urbanas com base na porcentagem de população que vive em unidades rurais locais. A base de dados metropolitana identificou a existência de 1.200 áreas urbanas (com uma população de 50.000 ou mais habitantes) em mais de 30 países da OCDE⁴. Em 2014, dois terços da população urbana da OCDE viviam em cidades com mais de 50.000 habitantes⁵. Quase metade da população total da OCDE (48,2%) vivia em regiões predominantemente urbanas,

⁴Países membros da OCDE em 2011: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República da Eslováquia, República Tcheca, Suécia, Suíça, Turquia.

⁵No entanto, a experiência urbana é muito diferente de país para país. Na Coreia, 83% da população nacional estavam concentradas nas cidades (mais de 45 milhões de pessoas).

Quadro 1 - Critérios predominantes utilizados na definição de áreas rurais e urbanas em países e organizações selecionadas

País/Organização	Critérios predominantes utilizados na definição de áreas rurais e urbanas					
	Tamanho da população	Densidade demográfica	Oferta de serviços	Participação da agricultura	Divisão administrativa	Aglomerações de habitações
Argentina	X					
Austrália		X	X			X
Bolívia	X					
Brasil					X	
Chile	X			X		
Colômbia					X	
Costa Rica					X	
Cuba	X		X			
República Dominicana					X	
Equador					X	
El Salvador					X	
Estados Unidos	X					
França	X					
Guatemala					X	
Haiti					X	
Honduras	X		X			
Inglaterra						X
México	X					
Nicarágua	X		X			
País de Gales						X
Panamá	X		X			
Paraguai					X	
Peru						X
Uruguai			X		X	
Venezuela	X					
OCDE		X				
União Européia		X				

Fonte: IBGE (2017), com base em dados de Bibby e Brindley (2013); Brezziet, Dijkstra e Ruiz (2011); Eurostat (2015); Ferranti et al. (2005); IICA (2013).

o que representava cerca de 6% da área total. Foram consideradas localidades rurais aquelas que apresentam uma densidade populacional inferior a 150 hab/Km² (exceto o Japão e Coréia que é de 500 hab/Km²). Dessa forma, em 2014, as regiões rurais representavam um quarto (25,1%) da população da OCDE e viviam em espaços rurais que cobrem 83% da área terrestre⁶.

O quarto restante da população da OCDE (26%) vive nas regiões de categoria intermediária que são chamadas de significativamente ou relativamente rurais. Em todas as três tipos de regiões (urbana, intermediária, rural) encontram-se comunidades rurais e urbanas, só que em diferentes graus. Dessa forma, a OCDE (2011) utiliza uma tricotomia a nível microrregional formada por áreas essencialmente urbanas, essencialmente rurais e uma área ambivalente ou intermediária.

A principal característica da metodologia proposta pela OCDE (2011) é que ela cobre todos os territórios dos países estudados e não apenas suas áreas rurais. Essa metodologia de classificação permite organizar os dados em dois níveis hierárquicos: em unidades locais e a nível regional. Ao realizar essa classificação, é possível estabelecer um critério do que é rural e urbano e assim, ampliam-se as condições de analisar a dimensão territorial do desenvolvimento e suas consequências sobre as políticas públicas.

Para a OCDE (2011), localmente as pequenas unidades administrativas podem ser urbanas ou rurais de acordo com sua densidade populacional. Sendo rural quando a densidade populacional for inferior a 150 hab/Km². O critério de densidade demográfica apresenta como vantagens: a sua fácil operacionalização e compreensão; as áreas rurais sempre serão caracterizadas por apresentar menor densidade habitacional; a densidade populacional é um critério neutro desvinculando a ruralidade da pobreza e do despovoamento.

Regionalmente, segundo a OCDE (2011), basta agregar as unidades locais e classificar a região como predominantemente urbana, intermediária ou predominantemente rural usando a porcentagem da população que vive em unidades locais rurais. Dessa forma, as regiões são classificadas em: predominantemente urbanas (se a participação da população que vive em unidades locais rurais for inferior a 15%); intermediárias (se a participação da população que vive em unidades locais rurais estiver entre 15% e 50%); predominantemente rural (se a participação da população que vive em unidades locais rurais é superior a 50%).

A OCDE (2011) também realiza uma classificação secundária das regiões levando em consideração a presença ou não de centros urbanos. Uma região predominantemente rural torna-se intermediária se contiver um centro urbano

⁶Essas participações variam conforme o país considerado. Na Irlanda, Finlândia e Eslovênia, a participação da população nacional nas regiões rurais foi duas vezes maior que a média da OCDE.

de mais de 200.000 habitantes (500.000 para o Japão e a Coréia) representando pelo menos 25% da população regional. Uma região intermediária torna-se predominantemente urbana se contiver um centro urbano com mais de 500.000 habitantes (1.000.000 para o Japão e a Coréia) representando pelo menos 25% da população regional.

O trabalho da OCDE (2011) apresenta uma preocupação recorrente para todos aqueles que lidam com o planejamento do território, que é criar uma definição de rural e urbano por meio de critérios ou indicadores (demográficos e sociais) que permitam analisar diferentes espaços em bases homogêneas.

De acordo com o IBGE (2017), houve um esforço nas últimas décadas para o estabelecimento de critérios padrões para a delimitação de áreas rurais e urbanas em escala global e regional. Mas não foi possível essa homogeneização devido à falta de informações a respeito dos territórios dos diferentes países do mundo.

O que é o espaço rural e urbano para a Itália, França e Estados Unidos

Segundo Cazella, Bonnal e Maluf (2009), a agricultura familiar italiana apresenta uma trajetória de sucesso que comprova o efeito das ações públicas na promoção do desenvolvimento rural. O desenvolvimento rural italiano se dissocia da busca de economia de escala por meio de ganhos de produtividade na atividade agrícola e se aproxima da economia de escopo, ou seja, uma produção de qualidade para atender a um consumidor mais exigente com sua alimentação. Assim, espera-se que o Brasil possa desenvolver políticas públicas para que o espaço territorial brasileiro ocupado pela pequena unidade de produção rural seja capaz de induzir um desenvolvimento rural mais sustentável gerador de novas oportunidades.

Na Itália, de acordo com o Istituto Nazionale di Economia Agraria (INEA, 2000), foram utilizados indicadores que permitem definir o território como um conjunto de relações geográficas, econômicas, sociais e institucionais, entrelaçadas e que se complementam. Assim, a agricultura e os outros setores da atividade econômica passaram a representar os “sistemas territoriais” por grau de homogeneidade de desenvolvimento socioeconômico. Os “sistemas territoriais rurais” representam a integração do setor agrícola com outros setores da economia e com instituições representativas das políticas agrícolas.

Outra metodologia de definição de território utilizado na Itália foi desenvolvida pelo Istituto Nazionale di Statistica (ISTAT, 1986) em parceria com a Universidade de Newcastle e a Universidade de Leeds. Essa nova metodologia permite identificar os trabalhos locais e utiliza o crescimento da importância dos deslocamentos diários da população para trabalhar, chamado movimento “pendularismo”. O Istituto Nazionale di Statistica (ISTAT, 1986) denominou esse método de zoneamento

territorial como sistemas locais de trabalho (SLT). O SLT maximiza o número de pessoas que vivem e trabalham numa mesma área e minimiza o número de trabalhadores que saem diariamente dessa área para trabalhar; e, também, minimiza o número de trabalhadores residentes em outras áreas que entram diariamente para trabalhar. Portanto, o SLT é um sistema de interação local, envolvendo os moradores que trabalham no local, os trabalhadores que saem para trabalhar em outro local e entre os trabalhadores que veem de outra área para trabalhar.

De acordo com o INEA (2000), o SLT de trabalho acaba interferindo na localização de serviços, das atividades econômicas e sociais e na questão da infraestrutura do território. Para Kageyama (2008), os SLT fazem referências às interações entre as comunidades rurais e os centros urbanos. O objetivo do debate sobre a definição do espaço rural na Itália ajuda a identificar e desencadear as potencialidades de desenvolvimento endógeno dos diferentes sistemas locais de produção. O desenvolvimento rural italiano é o resultado da integração entre agricultura e outras atividades econômicas (artesanato, turismo, pequena empresa de fabricação) e também é a interação dos direitos econômicos, sociais e culturais unidos pela presença de um tecido social e institucional da cultura rural.

O INEA (p.131, 2000) também classificou cada local de trabalho como rural de acordo com os regulamentos da Comissão Europeia. Esse Regulamento utiliza-se da baixa densidade populacional e da elevada importância do setor agrícola. Essa tipologia apresentada pelo INEA (2000), de acordo com Kageyama (p. 46, 2008), resulta em três grandes categorias: os sistemas rurais em declínio; um grupo de áreas com características de ruralidade e com significativa presença de atividades manufatureiras, especialmente agroalimentares (o rural mais dinâmico); e, os sistemas urbanos ou não rurais, com elevada densidade populacional e marcada concentração de indústrias e serviços. Esta classificação constitui uma base para a análise das atividades produtivas em áreas rurais.

Com base nesses sistemas locais de trabalho e manufatura (SLTM), o INEA (p.146, 2000), propõe uma tipologia das áreas rurais italianas combinando seis indicadores econômicos: (1) percentual de empregados na agricultura sobre o emprego total; (2) percentual de empregados em serviços sobre o emprego total; (3) taxa de industrialização (empregados na indústria por 1000 habitantes); (4) presença de atividades comerciais (empregados no comércio por 1000 habitantes); (5) presença de atividades de hospedagem (empregados em hotéis e atividades complementares por 1000 habitantes); e, (6) desenvolvimento do setor bancário (número de agências bancárias por 1000 habitantes).

Por meio de uma análise de clusters, esses indicadores possibilitaram a

identificação de seis grupos de sistemas econômicos locais para descrever o território: sistema manufatureiro (local com elevada especialização manufatureira, presença significativa de pequenas empresas); sistema turístico (atividades turísticas e recreativas ambientais); sistema agrícola marginal (forte dependência da agricultura e agroindústria de pequeno porte); sistema periurbano (forte presença do setor terciário); sistema agrícola em transição (sistemas rurais do sul da Itália e presença do setor público); sistemas de economia integrada (local com alta taxa de industrialização, forte atividades terciárias, sistema de crédito desenvolvido, áreas urbanas e industriais inseridas em áreas rurais).

No caso italiano, segundo Cazella, Bonnal e Maluf (2009), houve um processo de industrialização difusa

na qual os espaços rurais deixam, de forma gradual, de ser predominantemente agrícolas para evoluírem em direção a um modelo de desenvolvimento regional, estruturado por uma rede urbana de pequenas e médias cidades especializadas na produção de bens e serviços específicos (...). Os espaços rurais, nesse estilo de desenvolvimento, não se reduzem às atividades agrícolas (...), mas são espaços sociais plurissetoriais estruturados por redes produtivas, familiares, profissionais, etc. (CAZELLA, BONNAL E MALUF, p.34. 2009).

A conclusão do estudo do INEA sobre a caracterização da produção nas zonas rurais italianas é de que essas regiões são espaços não somente para a prática da agricultura, mas para o crescimento no número de empregos na indústria manufatureira e nos serviços cada vez mais interagindo com os centros urbanos. Dessa forma, o INEA (2000, p. 154) pode identificar que nas áreas rurais do Centro-Norte apresentaram uma interação maior com os centros urbanos e uma progressiva perda de identidade agrícola, pois apresentaram uma ligação mais forte entre o emprego rural e manufatureiro. Nas áreas rurais do sul da Itália (mais pobres e menos desenvolvidas) há uma especialização nas produções agroindustriais e, portanto, apresenta uma forte conotação agrícola que impacta na estrutura econômica desta região.

Com a finalidade de tornar mais claro o que é rural o Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos e o Instituto Nacional de Pesquisa Agronômica (Insee/Inra, 1998) da França, realizaram uma nova divisão do que eles chamam de zoneamento em áreas urbanas (ZAU). Assim, foi possível dividir parte do território francês em: *pólos urbanos* (locais que oferecem ao menos 5 mil empregos e têm uma população entre 8 mil e 10 mil habitantes); e, *coroa periurbana* (*comunas* constituídas por ao menos 40% de pessoas empregadas nos pólos urbanos ou nas

comunas periurbanas que sofrem influencia destes pólos). De acordo com o Insee/Inra (1998) 76% da população francesa vivem nesses espaços de predominância urbana constituído pelos pólos urbanos e *comunas* periurbanas.

O zoneamento em áreas urbanas realizado pelo Insee/Inra (1998) possibilitou dividir o território francês em quatro categorias de espaços predominantemente rurais: o *rural sob fraca influencia urbana* (são as bordas em torno dos espaços urbanos constituídos por *comunas* que tem ao menos 20% de seus habitantes trabalhando nos centros urbanos); os *pólos rurais* (são unidades urbanas que oferecem entre 2 mil e 5 mil empregos e possuem mais postos de trabalho do que a população residente. São locais de atração e exercem a função de estruturar o espaço circundante); a *periferia dos pólos rurais* (são *comunas* onde menos de 20% da população ativa trabalha nos pólos rurais); o *rural isolado* (categoria residual que ainda representa mais de 1/3 do território e 10% da população francesa).

Este tipo de classificação, desenvolvida pelo Insee/Inra (1998) e utilizada na França, permite uma visão mais assertiva das dinâmicas territoriais, tais como: o seu crescimento demográfico; quais são as áreas de maior atração e repulsão populacional; como ocorrem as relações de confiança entre os habitantes locais e as instituições públicas e privadas; quais os locais que apresentam maiores crescimentos comerciais e industriais; quais as novas atividades econômicas desenvolvidas localmente e no interior das propriedades agrícolas; quais são as atividades que contribuem para a geração de renda em cada território. Dessa forma, é possível acabar com a dicotomia entre cidade e campo ou entre o rural e o urbano, sem abandonar ou deixar de lado as especificidades das áreas rurais.

Ao revisar o desenvolvimento rural **norte americano** a partir dos anos de 1980, Abramovay (2000) observou que as vantagens comparativas das localidades rurais estavam cada vez mais dependentes da localização destas em relação aos centros metropolitanos. Essa vantagem comparativa cria a possibilidade de uma maior atratividade para atividades de recreação, de um novo local para aposentados e/ou para o estabelecimento de novas residências em locais mais tranquilos que os centros urbanos.

Visto que a maioria dos domicílios rurais não se ocupa com atividades agrícolas, a ideia de *continuum* rural-urbano de Pahl (1966) passa a fazer sentido nos EUA, uma vez que não há diferenças nos modos de vida, na organização social e na cultura determinados pelos limites espaciais. Também com a redução da agricultura na ocupação produtiva e da dificuldade em separar o que é urbano e rural, fez com que os estatísticos do Serviço de Economia Rural do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (ERS/USDA)⁷ utilizem atualmente a

⁷UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). **What is Rural?** Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/topics/rural-economy-population/rural-classifications/what-is-rural.aspx>>. Acesso em: 6 out. 2017.

classificação dos territórios em áreas metropolitanas e não metropolitanas.

Segundo Veiga (2004), ao final do século XX surgiu no mundo outras opções mais relevantes para a abordagem demográfica dos territórios. Os Estados Unidos da América (EUA) utilizam duas formas de classificação oficial, o *United States Census Bureau (U.S. Census Bureau)* e a do *Office of Mangement and Budget (OMB)*.

O *U.S. Census Bureau* (2010) classifica as áreas urbanas como aquelas mais adensadas e não segue a divisão político-administrativa. A classificação segue a denominação de áreas urbanizadas ou “clusters” urbanos. Uma área urbanizada caracteriza-se por ter mais de 50 mil pessoas e um núcleo com densidade superior a 386 hab/Km², podendo ter uma zona adjacente com uma densidade mínima de 193 hab/Km². Para ser uma área urbanizada não há a necessidade de haver uma cidade com 50 mil habitantes. A partir do censo de 2000 adotou-se o conceito de “clusters” urbanos para aquelas localidades com população ente 50 mil e 2,5 mil habitantes, mas que atinjam os mesmos níveis de densidade demográfica. Dessa forma, para o *U.S. Census Bureau* (2010), a população rural é aquela que não está classificada como áreas urbanizadas ou “clusters” urbanos. Em 2010, 71,2% da população americana viviam em 486 áreas urbanizadas (219.922.123 habitantes), 9,5% em 3.087 “clusters” urbanos (29.331.123 habitantes) e os 19,3% restantes nas imensas áreas rurais (59.492.267 habitantes).

O *Office of Mangement and Budget (OMB, 2003)* é um órgão do governo americano com finalidades políticas e administrativas. O *OMB* (2003) utilizou das estimativas anuais de população, emprego e renda para classificar o território dos EUA em condados metropolitanos (*metropolitan counties*) e condados não metropolitanos (*nonmetropolitan counties*). Um condado que contém a maior cidade torna-se o condado central, juntamente com todos os municípios adjacentes que tenham pelo menos 50% da população na área urbanizada cercado a maior cidade. Um município periférico deve se qualificar com base na porcentagem de residentes empregados do município que trabalham no condado ou condado central. Deve ter um limite mínimo de 25% dos trabalhadores residentes trabalhando no condado central ou 25% dos empregados fazendo “padrão de deslocamento reverso” ou pendular reverso onde os trabalhadores se deslocam para locais de trabalho fora de seus municípios de residência. Além disso, os condados não metropolitanos são subdivididos em “micropolitan áreas”, centradas em núcleos urbanos com mais de 10 mil habitantes, e “noncore” para o restante dos condados.

O Serviço de Economia Rural do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (ERS/USDA, 2013) utiliza uma mescla das duas classificações normativas oficiais, onde foi possível classificar em “metro” e “nonmetro” os residentes das

áreas rurais e urbanas dos EUA, de acordo com os dados do censo de 2000. Para o ERS/USDA (2013), a população “nonmetro” divide-se em 58,9% rural e 41,1% em urbana. Já a população “metro” está constituída por 21% rural e 79% urbana.

Nos EUA a dicotomia urbano-rural foi substituída pelo *U.S. Census Bureau* por uma tricotomia em “áreas urbanizadas”, “clusters urbanos” e “áreas rurais”. A OMB (2000) preferiu uma nova dicotomia “metro” e “nonmetro”. E, para efeitos analíticos, o ERS/USDA optou pela classificação dicotômica dos dados do *U. S. Census Bureau*. Ou seja, os formuladores de políticas públicas dos EUA, muitas vezes, acabam por criar suas próprias definições do que é rural e não rural.

O QUE É RURAL OU URBANO PARA O BRASIL

Para determinar o que é rural e urbano no Brasil, Veiga (2004), utilizou-se das estatísticas demográficas e procurou entender porque ainda existe essa contradição urbano-rural no Brasil no início do século XXI. Os indicadores demográficos que mais confirmam a atualidade da dicotomia rural e urbano é o número de homens serem persistentemente maior ao número de mulheres e a fertilidade entre as mulheres ser superior nas regiões rurais do Brasil. No entanto, para Veiga (2004) a maior fertilidade entre as mulheres e a predominância masculina não são razões suficientes para se pensar que esta seja a principal fronteira espacial entre o urbano e o rural.

Segundo Abramovay (1999), o fluxo migratório de jovens do meio rural tem causado problemas de masculinização do campo; inserção no mercado de trabalho urbano de baixa qualificação; desertificação social, econômica e cultural das áreas de pequena concentração populacional; e, aumento do custo social e ambiental para os centros urbanos. Para reverter este fluxo migratório dos jovens do meio rural para o meio urbano o Brasil tem que criar condições para que os jovens permaneçam na atividade produtiva por meio do desenvolvimento do espaço rural, respeitando as particularidades de cada território. Com a promoção do desenvolvimento do espaço rural, haverá ampliação da relação campo e cidade, tendo como consequência o surgimento de novas oportunidades para a melhoria nas condições de vida no meio rural.

Para Veiga (2004), o Brasil é mais rural do que oficialmente se divulga, pois cerca de 80% dos municípios brasileiros e 30% da população estão em ambiente rural. Essa observação reforça que ainda existe uma contradição urbano-rural no Brasil, principalmente se forem consideradas as diferentes atividades desenvolvidas em muitas áreas rurais e que não tem relação direta com as atividades agropecuárias. Outro ponto que deve ser considerado é o tamanho do território brasileiro e as desigualdades apresentadas pelas diferentes regiões rurais do país, localizadas na

região amazônica, da mata atlântica, dos campos e das florestas meridionais.

Segundo Veiga (2004), o conceito brasileiro de urbano como sendo toda a área sede município (cidade) e de distrito (vila), independente de suas características estruturais ou funcionais, é uma forma simples e equivocada de classificação que deixa o Brasil com 81,2% de urbanização. Para o autor, devem ser estabelecidos critérios mais objetivos e assertivos de classificação em urbano e rural. Um critério seria adotar o número de habitantes, a densidade demográfica e a localização do município analisado, que pode ser próximo a regiões metropolitanas e outras aglomerações urbanas regionais.

Partindo desses critérios (população, densidade e localização) o desafio foi classificar a população dos 5.507 municípios brasileiros pesquisados pelo Censo de 2000. Como apoio para seu trabalho, Veiga (2004) adotou como urbana a população da pesquisa apresentada na *Série Caracterização e Tendência da Rede Urbana do Brasil (1999 e 2002)* desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)/ Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur) onde foram identificados 455 municípios (12 aglomerações metropolitanas, 37 demais aglomerações e 77 centros urbanos) urbanos e que representavam 57% da população do Brasil no ano de 2000.

O desafio era classificar os 5.052 municípios que não foram englobados pelas aglomerações urbanas da *Série Caracterização e Tendência da Rede Urbana do Brasil (1999 e 2002)*. Para resolver este problema, Veiga (2004) utilizou como critério decisivo a densidade demográfica⁸. Veiga (2004) estabeleceu que uma densidade de 80 hab/Km² como o limite em que um território deixaria de pertencer a categoria rural e passaria a categoria de urbano. Essa densidade de 80 hab/Km² justifica-se pela observação da evolução da densidade demográfica conforme diminui o tamanho da população do município. Segundo Veiga (2004),

enquanto nos municípios com mais de 100 mil habitantes, considerados centros urbanos pela citada pesquisa Ipea/IBGE//Unicamp, a densidade média é superior a 80 hab/Km², na classe imediatamente inferior (entre 75 e 100 mil habitantes) ela desaba para menos de 20 hab/km². Fenômeno semelhante ocorre entre as classes superior e inferior a 50 mil habitantes (50-75 mil e 20-50 mil), quando a densidade média torna a cair, desta vez para 10 hab/Km². (VEIGA, p. 79, 2004).

⁸Segundo Veiga (2004), a densidade demográfica é o melhor indicador para demonstrar as modificações promovidas pelo homem no ambiente natural. Ou seja, a “pressão antrópica” e o grau de artificialização dos ecossistemas.

Assim, Veiga (2004) considerou município de pequeno porte os municípios que apresentaram menos que 50.000 habitantes e menos que 80 hab/Km²; e de médio porte aqueles municípios entre 50 e 100 mil habitantes cuja densidade seja maior que 80 hab/Km², mesmo que tenham uma população inferior a 50 mil habitantes.

Por meio da análise desses resultados foi que Veiga (2004) concluiu que o Brasil rural é formado por 80% dos municípios brasileiros, nos quais reside 30% da população brasileira. Também foi possível constatar que 13% da população brasileira que vive em 10% dos municípios não se enquadra como essencialmente urbano e nem essencialmente rural. Portanto, o Brasil urbano é constituído por 455 municípios. Os demais 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes dos 567 municípios intermédios são vilas, que poderão se transformar em cidades.

Dessa forma, Veiga (2004) separou os municípios brasileiros em cinco grupos: três grupos (aglomerações metropolitanas; demais aglomerações; centros urbanos) constituintes da rede urbana do Ipea/IBGE/Unicamp e os outros municípios foram separados em dois grupos pelos critérios de localização, tamanho e densidade em “ambivalentes” e “rurais”. Por meio desse critério, Veiga (2004) estimou que em média 4.502 sedes de municípios brasileiros são “cidades imaginárias”⁹, por não apresentarem indicadores de serviços urbanos, alguns essenciais.

Outro critério utilizado por Veiga (2004) foi à análise da distribuição populacional das microrregiões. Para tanto, utilizou-se o critério da densidade demográfica (80 hab/Km²) para classificar as microrregiões de governo brasileiras. Constatou que das 558 microrregiões brasileiras: 388 apresentam menos que 80 hab/Km² e 32 apresentam mais de 80 hab/Km². As demais microrregiões foram classificadas em metropolitanas (22) e não-metropolitanas (41). As 32 microrregiões com mais de 80 hab/Km² apresentam um significativo grau de urbanização, mesmo sem a presença de um município com mais de 100 mil habitantes como se utilizou o Ipea/IBGE/Nesur-IE/Unicamp para definir o que é um centro urbano.

Para refinar mais ainda o que é rural e o que é urbano no Brasil, Veiga (2004), agrupou os cinco tipos de microrregiões em três grandes categorias: microrregiões marcadas por aglomerações urbanas (metropolitanas e não-metropolitanas); microrregiões significativamente urbanizadas (com centros urbanos ou com mais de 80 hab/Km²); e, microrregiões predominantemente rurais (sem aglomerações, sem centro urbano e com menos de 80 hab/Km²). Das 558 microrregiões brasileiras: 388 apresentaram-se como predominantemente rurais (30,9% da população brasileira);

⁹Veiga (2004) classificou 4.502 sedes de municípios como “cidades imaginárias” por não disporem das seguintes funções urbanas: sem serviço de esgotamento sanitário terceirizado; sem manutenção e estradas e vias terceirizadas; sem varredura de ruas e limpeza terceirizada; sem museu; sem plano diretor; sem guarda municipal; sem teatro ou casa de espetáculo; sem IPTU progressivo; sem instituição de ensino superior; sem estação de Rádio AM; sem coleta de lixo domiciliar terceirizada; sem provedor de internet; sem lei de zoneamento ou equivalente; sem página na internet.

107 como significativamente urbanizadas (20,1% da população brasileira); e, 63 marcadas por aglomerações (63% da população brasileira).

Assim, Veiga (2004) conclui que o peso relativo da população rural no Brasil, no ano de 2000, era de aproximadamente 30% ou o equivalente aos 4.500 municípios que não dispõem de funções que indicam grau de urbanização. Ficou demonstrado pelas duas metodologias, a de análise municipal e pela de microrregiões, que o Brasil apresenta 30% de sua população rural.

Por meio de suas observações e configurações, Veiga (2004) comprovou sua hipótese de que o Brasil é mais rural do que os dados populacionais apresentados pelo IBGE, onde se considera urbano toda a sede de município. Dessa forma foi possível chegar a um resumo da hierarquia urbano-rural sobre o Brasil: 50% da população brasileira é urbana; 20% é ambivalente; e, 30% é rural.

O Brasil é mais rural do que oficialmente se calcula pelo simples método de se considerar urbano toda a sede de município. O mundo rural brasileiro está constituído por aproximadamente 80% dos municípios, 70% das microrregiões, 60% do território nacional e por 30% da população do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou apresentar um levantamento de quais critérios o Brasil e o mundo utilizam para definir o que é um espaço rural e um espaço urbano, com a finalidade de ajudar os elaboradores de políticas públicas específicas para cada território. Nesse sentido tanto os trabalhos da OCDE (2011), do ERS/USDA (2010) e do Insee/Inra (1998) procuraram pensar o espaço rural como um local para o desenvolvimento social. Em todos esses estudos houve a preocupação em elaborar uma definição espacial para o que é rural e urbano e não apenas setorial. Os resultados desses trabalhos mostram que há uma preocupação em detalhar melhor os espaços e, isso resultou numa reclassificação do rural nos EUA, na França e em alguns países membros da OCDE. Todos esses trabalhos destacam a importância das cidades rurais e a integração dos diferentes setores econômicos para o desenvolvimento do território. Também se torna difícil estabelecer um padrão de classificação para o que é rural, devido à grande diversidade que é característica desse espaço territorial.

O desenvolvimento rural tem que ser concebido de forma mais intensa no espaço territorial por meio de uma maior integração entre a agricultura e as atividades econômicas urbanas (indústria, comércio, serviços). Devem-se criar condições para que os habitantes daquele espaço territorial passem a valorizar mais a diversidade de atividades e mercados possíveis de serem constituídos de

forma integrada. Para que isso aconteça, pressupõe-se a aprovação de políticas públicas que estimulem projetos que valorizam o local dentro de um processo de desenvolvimento econômico e social. Nos EUA, Itália e França e nos países desenvolvidos da OCDE, os empregos agrícolas estão em declínio, mas quando analisados os domicílios rurais constatou-se que mais de 90% dos domicílios não são unidades de produção agropecuária. Ou seja, a maioria dos empregos de quem mora no meio rural está em outros setores da economia, como o industrial e de serviços (OCDE, 2011).

Em quase todo o mundo, as estatísticas nacionais definem o rural como oposição, complemento ou resíduo do urbano. Para o Brasil, o problema de classificação do que é rural e urbano sofre influências desde 1938, onde se definiu “cidade” como a sede do município, e, ainda possibilita-se aos municípios determinar o que é rural e urbano pela Lei do Perímetro Urbano Municipal. A consequência de a liberdade dos municípios determinarem o que é urbano causou um exagero sobre o grau de urbanização dos territórios, sendo considerados urbanas todas as sedes municipais, distritos e vilas (KAGEYAMA, 2008).

O Brasil é uma nação em que tantas pessoas vivem em áreas que não são claramente rurais ou urbanas. Mudanças aparentemente pequenas na forma como as áreas rurais são definidas podem ter grandes impactos sobre quem e o que são considerados rurais. Os pesquisadores e os formuladores de políticas públicas compartilham a tarefa de escolher adequadamente entre as definições rurais alternativas atualmente disponíveis ou criar suas próprias definições do que é rural e não rural (VEIGA, 2004).

Ao contrário do que se pensa no Brasil, o crescimento dos centros urbanos não leva necessariamente a uma melhor distribuição de renda e a redução do nível de pobreza da população que neles vivem. Nesse aspecto, o espaço rural permite uma série de oportunidades de geração de renda (produção primária, processamento dos produtos, serviços e comércio) capazes de promover uma maior integração das populações e a um custo de investimento menor que o setor industrial. Transformar essa possibilidade de melhorias nas condições de vida das pessoas desse espaço territorial em realidade passa pelo processo de valorização do meio rural através de políticas públicas que favoreçam a um maior entrelaçamento do rural com o urbano (ABRAMOVAY, 1999).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial.

Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, v.28, n.1, 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)**: Rio de Janeiro, 2000. Texto para discussão n.72.

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. In: CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (Org.). **Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p.47-70.

DIRVEN, Martine. El empleo rural no agrícola y la diversidad rural en América Latina. **Revista de la CEPAL**, v.83, ago. 2004, p.49-69.

ECONOMIC RESEARCH SERVICE OF UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (ERS/USDA). **Nonmetro Counties are Commonly Used to Depict Rural and Small-Town Trends**. 2013. Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/topics/rural-economy-population/rural-classifications/what-is-rural.aspx>>. Acesso em: 08 mar 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas do Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 12 out 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. (IBGE - Coordenação de Geografia). Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 94p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília: Ipea, 2002. 206p. v.6

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS ECONÔMICOS/ INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA AGRONÔMICA – INSEE/INRA. **Les campagnes et leurs villes: contours et caracteres**. Insee/Inra: Paris, n.4 1998, p. 885-886.

ISTITUTO NAZIONALE DI ECONOMIA AGRÁRIA – INEA. **Tipologie di aree rural in Italia**. Roma: Studi & Ricerche. INEA, 2000. 175p.

ISTITUTO NAZIONALE DI STATISTICA - ISTAT. **Classificazione dei comuni secondo le caratteristiche urbane e rurali, Note e Relazioni**. Roma, 1986. Disponível em: <<http://www.istat.it/it/archivio/6789>>. Acesso em 22 out. 2017.
KAGEYAMA, Ângela. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.21, n.3, p.379-408, set./dez. 2004.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

OCAÑA-RIOLA, Ricardo; SÁNCHEZ-CANTELEJO, Carmen. Rurality Index for small áreas in Spain. **Social Indicators Research**, n.73, 2005, p. 247-266.

OFFICE OF MANAGEMENT OF BUDGET (OMB). Final Report and Recommendations From the Metropolitan Area Standards Review Committee to the Office of Management and Budget Concerning Changes to the Standards for Defining Metropolitan Areas - 2000. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/omb/inforeg/metro2000.pdf>>. Acesso em: 11 out 2017.

OFFICE OF MANAGEMENT OF BUDGET (OMB). Metropolitan Statistical Areas; Micropolitan Statistical Areas; Combined Statistical Areas; New England City and Town Areas; Combined New England City and Town Areas – 2003. **OMB Bulletin** 3-4, 2003. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/sites/whitehouse.gov/files/omb/assets/OMB/bulletins/b03-04_attach.pdf>. Acesso em: 4 out 2017.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). **OCDE regional typology**. Directorate for Public Governance and Territorial Development. Paris: OECD, 2011. 16 p. Disponível em: <http://www.oecd.org/gov/regional-policy/OECD_regional_typology_Nov2012.pdf>. Acesso em: 2 out. 2017.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Territorial Grids of OECD Member Countries**. Directorate of Public

Governance and Territorial Development. 2011. Disponível em: <<http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/d/3015041e.2&id=id&accname=guest&checksum=B7607BB29437C0D399C9A8768BC631E9>>. Acesso em: out 2017.

PAHL, Ray E. The rural-urban continuum. **Sociologia Ruralis**, v.6, n.3-4, p.229-329, 1966.

QADEER, Mohammad. A. Ruralopolises: The Spatial Organization and Residential Land Economy of High-density Rural Regions in South Asia. **Urban Studies**, v.37, n.9, 2000, p.1583-1603.

UNITED STATES CENSUS BUREAU (U.S. CENSUS BUREAU). **2010 Census Urban and Rural Classification and Urban Area Criteria**. Disponível em: <<https://www.census.gov/geo/reference/ua/urban-rural-2010.html>>. Acesso em: 1 out 2017.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). **What is Rural?** Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/topics/rural-economy-population/rural-classifications/what-is-rural.aspx>>. Acesso em: 6 out. 2017.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas/SP: Autores Associados, 2002. 304p.

VEIGA, José Eli da. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.12, n.1, 2004, p.71-94.

WIGGINS, Steve; PROCTOR, Sharon. How special are rural áreas? The economic implications of location for rural. **Development Policy Review**, v.19, n.4, 2001.



Projetos agroecológicos no Pontal do Paranapanema: a visão de agricultores assentados e o papel das políticas públicas

Otávio Gadiani Ferrarini¹

Paulo Eduardo Moruzzi Marques²

RESUMO: A implantação de arranjos produtivos agroecológicos em assentamentos rurais tem sido uma aposta de diferentes atores visando à construção de um modelo agrícola que consiga gerar renda ao agricultor, manter o equilíbrio ambiental e garantir a coesão social. O presente artigo apresenta as motivações, reflexões e críticas de agricultores engajados em projetos agroecológicos desenvolvidos em assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP. A metodologia utilizada na pesquisa baseou-se, sobretudo, na realização de entrevistas semiestruturadas com 11 agricultores assentados beneficiários de projetos agroecológicos. Entretanto, de maneira complementar, também foram entrevistados outros atores relevantes à pesquisa como os técnicos e coordenadores dos projetos, pesquisadores e lideranças do MST. Os resultados sugerem que os projetos conseguiram modificar a dinâmica de produção das famílias beneficiárias para sistemas produtivos mais ecológicos. Em termos de política pública, a pesquisa evidenciou que estas desempenham um papel contraditório no que diz respeito ao estímulo a sistemas agroecológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia; Assentamentos Rurais; Sistemas Agroflorestais; Multifuncionalidade da Agricultura.

ABSTRACT: The implementation of agroecological productive systems in rural settlements has been carried out by different stakeholders who seek to establish an agricultural model that can generate income for the farmer, maintain the environmental balance and ensure social cohesion. This paper presents the motivations, reflections and criticisms of farmers engaged in agroecological projects developed in rural settlements in Pontal do Paranapanema - SP. The methodology used in the research was mainly based on semi-structured interviews with 11 settled farmers engaged in agroecological projects. However, as a complement, other relevant stakeholders were also interviewed, such as project technicians, project coordinators, researchers and MST leaders. The results suggest that the projects succeeded in modifying the production dynamics of the beneficiary families to more ecological production systems. In terms of public policy, the research showed that it plays a contradictory role in the promotion of agroecological systems.

KEYWORDS: Agroecology; Rural settlements; Agroforestry Systems; Multifunctionality of agriculture.

¹Engenheiro Florestal formado na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo - ESALQ/USP (2010), possui mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades de Ecologia Aplicada - ESALQ/USP e CENA (2014). Atualmente trabalha como Analista Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, dentro do Departamento de Conservação de Ecossistemas na Secretaria de Biodiversidade. E-mail: otavioferrarini@hotmail.com

²Professor associado de Sociologia na Universidade de São Paulo (com ênfase em Sociologia Rural). Atua no Programa de Pós-Graduação Interunidades (CENA-ESALQ) em Ecologia Aplicada. E-Mail: pmarques@usp.br

INTRODUÇÃO

O processo de modernização da agricultura e a difusão de um modelo agropecuário produtivista tomaram proporções globais. A visão de agricultura moderna sob um padrão fundado em insumos químico, moto-mecanização e modificação genética, transformada em um “pacote tecnológico” a ser reproduzido, foi difundida em todo mundo, criando uma nova racionalidade produtiva (ARL, 2009). Sob a justificativa de lidar com os problemas de insegurança alimentar agravados no período do pós-guerra, essa racionalidade produtivista da Revolução Verde tornou-se de fato o modelo hegemônico agrícola a nível mundial após a segunda metade do século XX.

Entretanto, no início do século XXI, dados alarmantes da FAO/ONU (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) de que aproximadamente 815 milhões de pessoas no mundo ainda sofrem com a fome (FAO, 2017) reforçam as críticas contra o modelo agrícola industrial. O insucesso deste último diz respeito aos diversos impactos ambientais e sociais, como a erosão de solos, a contaminação por agrotóxicos e a eutrofização pelo uso de adubos químicos dos cursos d'água, o aumento do número de pragas e doenças dos cultivos, a destruição de habitats naturais da fauna, a erosão genética e o aumento da instabilidade socioeconômica das comunidades de agricultores familiares (CROUCH, 1995 apud. SANTOS, 2012).

Essa situação alarmante coloca na ordem do dia propostas de construção de modelos de agricultura libertos dessa lógica industrial simplificadora, avançando para práticas ancoradas em dimensões socioambientais da agricultura. Segundo Ehlers (1996), esses novos modelos construídos na concepção de uma agricultura ecológica emergem para reduzir os problemas sociais, bem como a degradação da biodiversidade e dos recursos naturais do planeta, como solo, água, ar, fauna e flora. Efetivamente, os danos ao meio ambiente e ao homem provocados pelos sistemas convencionais de produção de alimentos são consideráveis. Essa constatação leva não somente ao debate e reflexão sobre uma reformulação tecnológica das práticas agrícolas, mas também sobre um completo redesenho dos princípios e das orientações da agricultura (ALTIERI, 1998). Nesta última ótica, um enfoque baseado unicamente na substituição de insumos seria uma visão restrita, que não superaria as verdadeiras limitações do atual modelo agrícola. Para autores engajados no debate por mudanças acentuadas da agricultura, a consolidação de novos agroecossistemas mais ecológicos não poderia acontecer sem uma mudança profunda das lógicas socioeconômicas que governam a produção agrícola (ALTIERI, 1998).

Dentre os fatores que podem induzir esta mudança, convém realçar o papel das políticas públicas enquanto força catalisadora de transformação ou manutenção

do *status quo*. No Brasil, as políticas agrícolas foram adequadas e funcionais ao desenvolvimento urbano-industrial ligado de forma mais ou menos dependente ao mercado internacional (NETTO, 2011). Desse modo, o modelo de agricultura industrial, produtivista e de larga escala foi privilegiado, recebendo sustentação considerável por parte dos sucessivos governos. As políticas direcionadas à diversificação da produção, ao fortalecimento da agricultura familiar e a realização da reforma agrária não estiveram na pauta das diretrizes para a transformação agrícola.

Todavia, políticas públicas democráticas devem ser vistas como um processo de construção social que mobiliza atores distintos que disputam, dentro das estruturas de poder, espaço para defender seus interesses (BONNAL; LEITE, 2011). Efetivamente, desde o fim da ditadura militar, em meio a fortes disputas, o Estado torna-se pouco a pouco mais permeável a novas ideias e projetos políticos.

A criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1995-96, é certamente um marco dessas mudanças. A formatação deste programa, o primeiro voltado especificamente para a agricultura familiar, ocorre graças à atuação intensa dos movimentos sociais e sindicais que, encampando lutas em favor da reforma agrária e do auxílio específico à agricultura familiar, exigiram uma ação pública efetiva em favor de suas reivindicações (LEITE, 2001).

De lá para cá mudanças no cenário político e no papel dos movimentos sociais levaram à consolidação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), um dos principais marcos legais voltados à agricultura ecológica atualmente no país. Instituída pelo Decreto n° 7.794 de 20 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), essa política inclui a participação da sociedade civil em sua Comissão Nacional e tem como principal instrumento para sua implementação o Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica (PLANAPO).

Contudo, mesmo com avanços no sentido de construir um desenvolvimento rural diferenciado, essas mudanças nas políticas públicas têm encontrado diversos obstáculos que muitas vezes distanciam a concepção dos programas de sua execução e implementação real. Até que ponto as intenções de estímulo ao desenvolvimento de sistemas produtivos agroecológicos se concretizam constitui uma questão que precisa ser melhor discutida.

Um exemplo de incongruência se refere à execução orçamentária do PLANAPO 2013-2015. As ações previstas no Plano somavam uma previsão orçamentária de R\$ 8,8 bilhões (CIAPO, 2013). Entretanto, o valor de fato aplicado neste período para execução do PLANAPO foi de R\$ 2,9 bilhões, ou seja, apenas 33% do montante inicialmente previsto (CANDIOTTO, 2018). Os impactos desta baixa execução orçamentária podem interferir diretamente em projetos engajados com a transição

agroecológica evidenciando a relação direta entre políticas públicas e projetos.

OBJETIVO

Nesse sentido, o presente artigo analisa dois projetos agroecológicos que foram implementados em assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, com o objetivo de analisar seus impactos a partir da visão dos atores envolvidos, sobretudo dos agricultores beneficiados. O estudo buscou avaliar o caráter multifacetado dos impactos (positivos e negativos) dos sistemas de produção, atentando para a simultaneidade entre a produção de bens materiais (produtos e geração de renda) e não materiais (coesão social, equilíbrio ambiental) na agricultura.

Ademais, a pesquisa também buscou discutir em que medida os resultados desses sistemas produtivos foram potencializados ou limitados por diferentes políticas públicas. Nesse aspecto o estudo teve por objetivo analisar os reflexos dessas políticas públicas na dinâmica do território estudado, buscando verificar em que medida elas reconhecem e conferem legitimidade as iniciativas.

PROJETOS AGROECOLÓGICOS NO CONTEXTO DO PONTAL DO PARANAPANEMA

A região do Pontal do Paranapanema está localizada no Planalto Ocidental do estado de São Paulo, na confluência entre os rios Paraná e Paranapanema. Até o início do século XX, esta região era inteiramente coberta por florestas tropicais de grande valor biótico. No entanto, a ocupação territorial dessas áreas, até então “selvagens”, ocorreu com base em intensa derrubada da mata nativa, na expulsão das populações indígenas Caiuás e Caingangues e em massivo processo de grilagem de terras (LEITE, 1998).

Exemplo emblemático dessa ocupação foi o ataque permanente às reservas florestais implantadas na região: a “Reserva Florestal do Morro do Diabo”³, a “Reserva da Lagoa São Paulo”⁴ e a “Grande Reserva do Pontal”⁵. No total, essas três reservas abrangiam uma área de 297.340 ha quando estabelecidas (LEITE, 1998). Desde então, devido à forte influência dos grandes latifundiários sobre o poder público local, sobretudo durante o período da ditadura militar, essas áreas de reservas foram sendo ocupadas e desmatadas, gerando enorme redução das florestas da região. Atualmente, essa área florestal se limita sobretudo ao Parque Estadual do Morro do Diabo (PEMD), criado em 1986, que hoje apresenta uma área de 33.845,33 ha (IF/SMA/SP, 2006), e aos pequenos fragmentos florestais, em sua maioria menores do que 2.000 ha, dispersos ao longo da paisagem (DITT, 2002)

³Criada pelo Decreto Lei nº 12.279 de 29 de outubro de 1941.

⁴Criada pelo Decreto Lei nº 13.049, de 06 de novembro 1942.

⁵Criada pelo Decreto Lei nº 13.075 de 25 de novembro 1942.

Com esse histórico de ocupação, a região passou por ciclos econômicos diversos, como a exploração madeireira, o café, o algodão e, nas décadas de 70 e 80, ocorre um avanço intenso da atividade pecuária, o que gerou um novo processo de concentração fundiária, com extinção de muitos postos de trabalho. Sobre esse processo, Feliciano (2009) sugere que as tentativas forçadas pelo Estado, desde o início do século XX, através de leis, decretos e procedimentos administrativos de discriminação de terras, foram mais para legitimar o desenvolvimento capitalista na região do que para resolver seus conflitos fundiários.

Esse contexto territorial, em panorama nacional de bloqueio da reforma agrária e de inexistência de uma política agrícola destinada ao apoio à agricultura camponesa durante as décadas de 70 e 80 (FERNANDES; RAMALHO, 2001), levaram milhares de sem terra da região a intensificarem sua organização social, consolidando movimentos sociais de luta pela terra, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Graças a uma forte ação política e social desses movimentos em meio a violentos conflitos, o território passa a abrigar diversos assentamentos rurais a partir da década de 90, o que, de certa forma, reconfigurou a ocupação territorial e abriu novas perspectivas produtivas.

Essas novas perspectivas concebem a Reforma Agrária além de seus objetivos óbvios de distribuição de terras e de desenvolvimento de classes médias no campo, também desempenhando um papel essencial no resgate de uma ocupação humana respeitosa da natureza (WHITAKER, 2009). Essa leitura é reforçada pela ideia segundo a qual os assentamentos abrem portas para o desenvolvimento de uma agricultura diferente dessa preconizada pela modernização conservadora, pois, mesmo que o assentado também seja “obrigado” a usar pacotes tecnológicos devido às pressões da racionalidade instrumental produtivista, sua dinâmica produtiva é fundada frequentemente em mosaicos complexos de diversidade agrícola, que, diferente das grandes propriedades com monoculturas, favorece maior preocupação e cuidado com o meio ambiente (WHITAKER, 2009)

Como exemplo evidente dessa reconfiguração de perspectiva, o discurso do MST, movimento social de luta pela terra mais representativo na região em estudo, migra de um enfoque com forte viés produtivista para outro mais aderente à visão agroecológica, incorporando ideias como respeito e resgate da agricultura camponesa sob modelo produtivo agroecológico (BORSATTO; CARMO, 2013). A partir de seu IV Congresso Nacional, realizado em 2000, o MST passa a integrar de forma explícita a agroecologia como base para a realização da reforma agrária no país, tratando-a não apenas como uma prática agrícola de contorno ecológico, mas envolvendo-a em um debate político e social de questionamento ao modelo

produtivista da agricultura convencional (larga escala, altamente mecanizada, dependente de insumos agroquímicos e atrelada aos complexos agroindustriais) (BORSATTO; CARMO, 2013).

Nesse quadro, foram desenvolvidos muitos projetos produtivos de bases agroecológicas em assentamentos rurais da região com o intuito de fomentar a perspectiva de uma produção agrícola diversificada e multifuncional. Em nossa pesquisa, foram avaliados projetos que utilizaram os Sistemas Agroflorestais (SAFs) como modelo para a implantação de unidades de produção agroecológicas.

A aposta nos SAFs parte da ideia de que esses sistemas podem responder a um grande desafio dos assentamentos que consiste na possibilidade de harmonizar a relação entre produção e conservação. Ainda que muitos assentados reconheçam a importância ambiental, existem barreiras culturais, normativas, técnicas e econômicas para que tais exigências legais sejam cumpridas pelos agricultores (RODRIGUES et. al. 2007). Nesse sentido, os SAFs podem representar uma alternativa de estímulo econômico à recuperação florestal, levando à incorporação do componente arbóreo em estabelecimentos rurais (RODRIGUES et. al. 2007).

BREVE DESCRIÇÃO DOS PROJETOS ESTUDADOS

Neste estudo, foram escolhidos para análise dois projetos já consolidados de implantação de SAFs agroecológicos biodiversos e sucessionais: 1) o “Projeto Bioenergia com Biodiversidade e Segurança Alimentar” e, 2) o “Projeto Café com Floresta”. Esses projetos foram desenvolvidos no mesmo território e contexto sócio-político. No entanto, foram executados por entidades diferentes, com métodos diversos e em períodos distintos, resultando SAFs com diferentes idades e objetivos, o que nos fornece um rico cenário para os objetivos de nossa pesquisa.

O Projeto “**Bioenergia com Biodiversidade e Segurança Alimentar**” foi desenvolvido pelo Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento de Assentamentos Rurais e Agricultura Familiar (PPDARAF), do Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental da USP (NACE – PTECA/ESALQ/USP), com financiamento do então Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA⁶ através da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) como parte do “Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel” (PNPB)⁷. Esse projeto,

⁶A partir da publicação da Lei nº 13.502/2017 que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, o Ministério do Desenvolvimento Agrário deixou de existir e hoje esse assunto é tratado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, ligada à Casa Civil da Presidência da República.

⁷PNPB, segundo site oficial da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, é um programa interministerial do Governo Federal, criado em 2004, que objetiva a implementação de forma sustentável, tanto técnica como econômica, da produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda.

assinado no final de 2008, teve, segundo seu documento base, o objetivo geral de contribuir com o desenvolvimento de novos sistemas produtivos no campo, com foco na produção de biocombustíveis, na diversificação da produção, nos sistemas agroflorestais, no manejo da biodiversidade e na segurança alimentar, com base na participação social e na construção da autonomia dos agricultores.

Para atingir este objetivo, a equipe executora implantou unidades de Sistemas Agroflorestais biodiversos em assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema, utilizando a Macaúba (*Acrocomia sp.*) como espécie chave visando a produção de biodiesel e geração de renda. Além desta palmeira, foram plantadas frutíferas diversas e culturas anuais com o intuito de promover a geração de renda e a segurança alimentar das famílias, junto com árvores de espécies nativas com o intuito de recompor a biodiversidade no sistema.

O projeto foi executado a partir de meados 2009 até o início de 2012, totalizando um período de quase dois anos e meio de atividades. Ao longo desse tempo, foram realizadas diversas atividades de formação, viagens técnicas e capacitação dos agricultores em temas relevantes, com o intuito de promover a implantação de dez (10) Áreas Experimentais Demonstrativas com SAFs, para a produção de “Bioenergia com Biodiversidade e Segurança Alimentar”.

A implantação dessas áreas de SAFs ocorreu nos lotes de 10 famílias assentadas em quatro assentamentos localizados no município de Mirante do Paranapanema. Desse modo, foram implantados SAFs em lotes de famílias dos seguintes Projetos de Assentamentos (PA): Margarida Alves (4), Roseli Nunes (3), Antônio Conselheiro (2) e Paulo Freire (1).

O **Projeto “Café com Floresta”** foi desenvolvido pela ONG Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE) que, desde 1992, tem grande atuação na região do Pontal com projetos socioambientais. O “Café com Floresta” teve seu início no ano de 2001 visando a implantação de Sistemas Agroflorestais diversificados, que associam a produção cafeeira com cultivos anuais diversos e com o plantio de espécies de árvores nativas da Mata Atlântica.

As áreas de café com floresta foram implementadas principalmente em assentamentos próximos a fragmentos florestais (sobretudo nos arredores do Parque Estadual do Morro do Diabo), objetivando desempenhar o papel de “trampolins ecológicos” (GANDARA; KAGEYAMA, 2001), ou seja, formando uma paisagem de bosques florestais que permitiriam o trânsito de algumas espécies da fauna e flora entre um fragmento e outro, com vistas a favorecer o fluxo gênico e aumentar a diversidade genética nestes locais (IPE, 2018). Além desse aspecto ecológico, o projeto também objetivou contribuir para a

geração de renda das famílias assentadas a partir de atividades produtivas mais sustentáveis, consolidando práticas que permitam a otimização do uso dos recursos naturais disponíveis no estabelecimento dos assentados. Suas ações foram fundadas em atividades de formação, com método que visou tanto o debate dos temas nas comunidades quanto maior independência do agricultor.

A opção pela utilização do café como espécie chave destes SAFs objetivou garantir consequente geração de renda a fim de promover um incentivo financeiro ao agricultor inserido no projeto. Nesse sentido, o café representa efetivamente uma boa alternativa de renda, uma vez que esse produto possui um mercado já muito bem estabelecido. Além deste aspecto, estudos indicam que o plantio de café em associação com árvores proporciona condições microclimáticas mais amenas, favorecendo o desenvolvimento e a produção das plantas, promovendo proteção contra geadas, reduzindo a bienalidade produtiva, podendo também reduzir os custos de produção e aumentar a diversidade, resiliência e auto-suficiência dos agroecossistemas (LOPES et. al. 2014).

É difícil precisar o número de agricultores que implantaram sistemas de “Café com Floresta” na região, entretanto, segundo Lima e colaboradores (2007), no referido ano existiam 38 famílias participantes do projeto, distribuídas em sete assentamentos, que implantaram em média um hectare de “café com floresta” cada uma.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Conforme mencionado, a pesquisa optou por analisar dois projetos distintos de implementação de SAFs. Esta opção permitiu construir uma análise mais abrangente, de modo a não restringir as interpretações do estudo às singularidades de um único projeto.

Para a construção da análise sob a perspectiva dos agricultores assentados, foram entrevistados ao todo 11 agricultores, dos quais 5 participaram do projeto “Bioenergia com Biodiversidade e Segurança Alimentar” e 6 participaram do projeto “Café com Floresta”. Como a intenção do estudo não foi avaliar os projetos em si, mas sim os SAFs implantados pelos projetos e seus reflexos na vida dos agricultores, foram escolhidas para serem entrevistadas as famílias nas quais os SAFs tiveram um resultado positivo, e não todas as famílias envolvidas nos projetos.

A escolha das famílias fundou-se no cruzamento das informações de diferentes técnicos executores dos projetos. A partir das respostas sobre quais agricultores tiveram bons resultados nos projetos, foram escolhidos para a pesquisa aqueles melhores situados segundo as indicações dos técnicos. Essa metodologia se repetiu

com os agricultores durante as entrevistas, através de perguntas a cada um deles sobre os resultados de outros agricultores que participaram do projeto. Por fim, essa triangulação de informações levou às 11 famílias consideradas nessa pesquisa.

As entrevistas, de modo geral, foram feitas com o chefe da família, na maioria dos casos o pai. Entretanto, a participação das mulheres e dos jovens era sempre estimulada. Assim, em alguns casos, esta presença ocorreu, o que foi de grande valia para o enriquecimento da pesquisa. Após a entrevista, foi realizada uma visita às áreas onde foram implantados os SAFs com o intuito de verificar *in loco* elementos que pudessem enriquecer ou confrontar os dados levantados nas entrevistas.

No âmbito do projeto “Bioenergia com Biodiversidade e Segurança Alimentar” as 5 famílias entrevistadas estavam localizadas nos Projetos de Assentamento do município de Mirante do Paranapanema da seguinte forma: 2 famílias no PA Roseli Nunes; 1 família no PA Margarida Alves; 1 família no PA Antônio Conselheiro; 1 família no PA Paulo Freire.

Já no contexto do projeto “Café com Floresta” as 6 famílias entrevistadas estavam localizadas nos Projetos de Assentamento da seguinte forma: 1 família no PA São Bento IV, localizado em Mirante do Paranapanema; 2 famílias no PA Santa Rita da Serra; 2 famílias no PA Vale Verde; 1 família no PA Santa Teresinha da Água Sumida, localizados no município de Teodoro Sampaio.

Por fim, para complementar a análise, foram realizadas entrevistas com outros atores locais envolvidos de forma direta ou indireta com os projetos. Foram realizadas no total mais 9 entrevistas sendo elas: com dois técnicos do ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) envolvidos com projetos dessa natureza; com um antigo técnico do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) engajado nos dois projetos estudados; com um pesquisador da APTA (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios) de Presidente Prudente; com um dirigente regional do MST; com dois técnicos da ESALQ/USP que atuaram no projeto “Bioenergia com Biodiversidade e Segurança Alimentar” e com dois técnicos do IPE que atuaram no projeto “Café com Floresta”.

MOTIVAÇÕES E CRÍTICAS EM TORNO DOS PROJETOS AGROECOLÓGICOS: O OLHAR DOS AGRICULTORES ASSENTADOS

A partir das entrevistas com as onze famílias assentadas buscou-se construir uma análise sobre suas motivações para se inserirem nos referidos projetos, bem como as suas críticas ao desenvolvimento das atividades. Foram solicitadas aos agricultores informações sobre experiências anteriores com produção agroecológica, motivações e expectativas em relação ao projeto, opiniões sobre a condução do projeto por

parte da equipe técnica e um balanço dos resultados alcançados.

No universo deste estudo, todos os onze os agricultores manifestaram que não tinham nenhuma **experiência anterior** com produção agroecológica. Foram os técnicos que apresentaram concepções sobre esta última que era uma novidade para nossos entrevistados. Assim, os motivos que levaram esses agricultores a se interessarem por participar dos projetos não se associam com um conhecimento prévio incorporado sobre a agroecologia.

De fato, em quatro casos, os agricultores mencionaram que suas **motivações iniciais** se associavam à ausência de gastos financeiros na implantação dos SAFs, uma vez que todos os insumos utilizados foram fornecidos graças aos fundos dos projetos. Como não teriam gastos financeiros, consideraram que eram poucas as chances de terem perdas caso o projeto não oferecesse bons resultados. Outros três agricultores afirmaram que a principal motivação foi o fato de já terem trabalhado com a produção de café, desejando retomar essa atividade. Os demais agricultores apresentaram outras motivações: o projeto seria uma boa oportunidade para produzir frutas no lote, o que era uma vontade antiga de um dos assentados; em dois casos, o sistema agroflorestal poderia recompor com árvores a área ao redor da casa, para cumprir a legislação e proteger o local e; a experiência apresentada em vídeo estimulou outro assentado a decidir tentar algo parecido em seu sítio.

Por outro lado, sete agricultores dos onze entrevistados alegaram que estavam receosos com relação às ideias previstas nos projetos, pois eram relativamente céticos *vis-à-vis* a agroecologia. Apenas quatro assentados desde o início consideravam a ideia interessante e estimulante.

Esse quadro revela que, na maioria dos casos, os agricultores se inseriram no projeto por motivos não diretamente relacionados ao interesse por desenvolver uma produção agroecológica. Dos quatro que consideravam a ideia interessante, apenas três agricultores apresentaram motivos mais relacionados ao desejo de desenvolver sistemas que pudessem conciliar as esferas produtivas e ecológicas.

Essa interpretação de certa forma foi reforçada pelas respostas dos agricultores quando indagados sobre suas **expectativas com o projeto**. Dos onze agricultores, seis declararam que esperavam produzir bem para vender (sejam culturas anuais, frutas, café ou leite). Outros dois assentados manifestavam expectativas modestas: “qualquer resultado positivo já seria satisfatório” e o desejo de “mais o aprendizado do que a produção em si”.

Apenas três agricultores mencionaram esperar como resultado a composição de um sistema produtivo que ao mesmo tempo servisse para recuperar a mata na região. A partir dessas respostas, é possível observar que os principais resultados

esperados com os projetos giravam em torno de um retorno produtivo e econômico a partir da implantação dos SAFs, o que demonstra a grande relevância dessa questão no universo destes agricultores assentados nesse estudo. Efetivamente, estes últimos possuem pouca margem de manobra para a realização de experiências cujos resultados não contribuam com meios para melhorar suas condições frequentemente precárias de vida.

Como apresentado anteriormente, a atuação dos técnicos em ambos os casos foi o suporte fundamental para o desenvolvimento dos projetos visando tanto construção de conhecimento agroecológico, teórico e prático, junto aos agricultores, quanto a implantação das áreas de SAF. A mobilização de metodologias participativas foi assim essencial. Desse modo, a pesquisa procurou levantar junto aos agricultores suas impressões com relação ao acompanhamento técnico nos projetos e seus reflexos.

Quando questionados sobre este **acompanhamento durante a execução** dos projetos, seis agricultores consideraram ter havido um bom desempenho, tanto na frequência de visitas técnicas quanto em sua participação em atividades chaves de implantação dos SAFs. Já quatro agricultores avaliaram o acompanhamento técnico bom apenas no começo, mas, após o estabelecimento inicial dos SAFs, os técnicos se ausentaram por longos períodos, o que dificultou o desenvolvimento destas áreas de produção agroflorestal. Apenas um agricultor julgou como ruim o acompanhamento, considerando que os técnicos quase nunca estiveram em seu sítio, o que, em sua opinião, prejudicou a implantação e consolidação de seu sistema.

Quanto ao **planejamento das áreas** no que diz respeito à escolha das espécies, espaçamento entre plantas, arranjos do sistema, local e métodos de plantio, nove agricultores avaliaram que principalmente os técnicos tomaram as decisões. Apenas dois agricultores estimaram que o planejamento foi realizado de forma conjunta, a partir do diálogo entre técnicos e agricultores. Essa avaliação revela um distanciamento entre a proposta metodológica dos projetos, que ressaltava a construção participativa, e sua execução. Efetivamente, a partir do ponto de vista dos agricultores, é possível inferir que essa construção não foi tão participativa como pretendia ser.

Com relação ao **acompanhamento na implantação dos sistemas agroflorestais**, seis agricultores consideraram que esse período foi muito bom, ressaltando o envolvimento técnico tanto na organização das tarefas, como também em sua execução, inclusive em termos de contribuições nos trabalhos braçais de plantio. Os outros cinco agricultores avaliaram que a participação dos técnicos na fase de implantação foi boa, mas pouco voltada para a execução, sendo mais uma

contribuição organizativa e teórica, do que prática.

Nota-se que, na fase mais inicial dos sistemas, o acompanhamento técnico em ambos os casos foi bem presente. Entretanto no que diz respeito ao **acompanhamento técnico após o estabelecimento das áreas**, as avaliações foram em outro sentido. Cinco agricultores consideraram esse acompanhamento como ruim, estimando que houve uma total ausência dos técnicos nessa fase. Outros quatro avaliaram como regular, pois tiveram um acompanhamento muito pontual. Apenas dois julgaram que tiveram um bom apoio técnico na fase de manejo e condução dos sistemas. Essas ausências de suporte na visão dos agricultores evidenciam uma das principais dificuldades na execução de projetos agroecológicos pontuais, ou seja, a descontinuidade das ações. Na maioria dos casos, os projetos preveem apenas a implantação dos sistemas, não garantindo um acompanhamento no longo prazo.

Por fim, quando interrogados sobre o **alcance dos resultados esperados**, três agricultores manifestaram positivamente, pois os consideram integralmente alcançados, estando satisfeitos. Apenas um agricultor estimou que o projeto não atingiu os resultados esperados, o que foi associado à interrupção de sua implantação em razão de ter sido abandonado pelos técnicos no seu ponto de vista. Os sete outros agricultores avaliaram que o projeto atingiu parcialmente os resultados na medida em que esperavam obter uma produção melhor do que aquela alcançada com o sistema. As principais razões consideradas para explicar este resultado parcial foram: problemas climáticos (como geadas e estiagem), dificuldade de manejo (notadamente com eventos de ataque de pragas e falta de acompanhamento técnico quando necessário) e; insuficiência do trabalho destinado aos SAFs pela própria família, uma vez que estes sistemas demandam muita mão de obra.

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DOS PROJETOS

Como já apresentado, os projetos agroecológicos em questão representam ações pontuais dentro de um quadro territorial em que prevalece o modelo de agricultura industrial produtivista. Assim, tratam-se de projetos-piloto servindo de referências para agriculturas emergentes no território.

Nesse contexto, podemos considerar que, para ganhar escala e tornar essas experiências um modelo de produção, é imprescindível que as políticas públicas relacionadas à produção agrícola na região desempenhem um papel de alavancagem dos resultados desses projetos. De fato, uma das definições mais gerais de políticas públicas considera que sua função é solucionar os problemas e desafios existentes em determinado momento histórico, através de um conjunto de ações que produzirão um efeito específico (SOUZA, 2006).

Nossa investigação buscou levantar elementos sobre políticas públicas aplicadas nos assentamentos da região em três esferas: o crédito, a comercialização e a assistência técnica. A partir desses elementos, foi analisado em que medida essas políticas conseguem realmente impulsionar a promoção de um modelo de desenvolvimento rural que incorpore novos temas, como a agroecologia, na região.

Dentre os agricultores entrevistados, sete relataram que pelo menos durante algum momento de suas trajetórias, já estiveram inadimplentes por não conseguirem quitar os **contratos de crédito estabelecidos**. Os motivos que explicam esses resultados são os mais diversos, o que foi analisado por Guanziroli (2007) considerando o PRONAF (principal linha de crédito acessada por assentados rurais). Este autor enfatiza aspectos como a falta de assistência técnica e sua baixa qualidade; a dificuldade de gerenciamento dos recursos do crédito por parte dos agricultores; a falta de visão sistêmica dos técnicos que muitas vezes apostam em projetos restritivos e pouco dinâmicos; as dificuldades de integração ao mercado e a falta de estruturas que contribuam na comercialização.

O histórico de tomada de financiamentos para desenvolver a produção leiteira, o que ocorre ou ocorreu com todos os agricultores entrevistados, deve ser profundamente considerado. Trata-se de refletir sobre os motivos da consolidação da produção leiteira como principal atividade na região. Alguns dos entrevistados relataram que essa atividade era “recomendada” pelos técnicos, diagnosticando que os lotes só serviam para pastagem e não para agricultura. Outros reforçam este argumento evocando que, em nenhum momento, sobretudo no início da ocupação dos lotes, outra alternativa produtiva lhes foi apresentada como possível de ser financiada. Portanto, o leite acabou sendo a única proposta em discussão.

Esse fenômeno pode ser interpretado com o apoio no que Guanziroli (2007) define como “falta de visão sistêmica dos técnicos”, evidenciando muitas vezes divergências entre as propostas dos técnicos e as aspirações dos agricultores. Esta postura dos técnicos tende a padronizar um modelo produtivo da reforma agrária no Pontal do Paranapanema a partir de um mito segundo o qual a região naturalmente possui uma aptidão para a produção leiteira. Essa aptidão, mesmo que fundamentada nas características agrícolas da região, foi também construída a partir de diretrizes que norteavam a assistência técnica no início da implantação dos assentamentos na região. Estas últimas eram reflexo de uma visão ancorada nas facilidades de enquadramento e aceitação dos projetos de crédito para a produção leiteira.

A pesquisa de Oliveira e Bergamasco (2014) revelou situação similar em que a pecuária leiteira se consolidou como principal atividade produtiva de assentamentos em um município do norte do estado do Mato Grosso. A razão se refere ao papel

desempenhado pelos projetos de créditos do PRONAF elaborados pelos técnicos de ATER, mesmo que boa parte dos agricultores não tivesse experiência com esse tipo de produção.

Independente dos motivos que levaram a essa situação nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, o estabelecimento dessa matriz produtiva de leite levou à consolidação da ideia de que para viver em um sítio na região é preciso produzir leite, uma vez que sua venda é garantida. Como os assentados mesmo mencionam “é um dinheiro pouco, mas que todo mês pinga”. Produzir leite não é um problema em si, mas as representações em torno desta produção representam sem dúvida um entrave na aceitação de outras propostas produtivas para os assentados da região.

A partir de 2003, foram criadas **novas linhas de financiamento** no PRONAF, sobretudo as linhas Floresta e Agroecologia, que abriram possibilidades de utilização do crédito agrícola para o desenvolvimento de sistemas produtivos mais ecológicos. No entanto, avaliações apontam que o montante de recursos destinados para essas linhas foi muito reduzido quando comparado ao montante geral do recurso do programa. Segundo Sambuichi e Oliveira (2011), o PRONAF Agroecologia financiou, ao longo de cinco safras (2005-2006 a 2009-2010), um total de R\$ 11,4 milhões em 979 contratos, enquanto o total financiado pelo PRONAF Floresta, em seis safras analisadas (2004-2005 a 2009-2010), foi de R\$ 75,0 milhões, em 14.927 contratos. A tabela 1 evidencia o quão pouco foi o recurso destinado às linhas Agroecologia e Floresta, em comparação ao montante gerido pelo PRONAF nesse mesmo período (R\$ 20,1 bilhões).

Tabela 1 – Montante de recursos PRONAF (safras 2004/05 – 2009/10).

PRONAF - TOTAL	R\$ 20,1 bilhões	100%
PRONAF Agroecologia	R\$ 11,4 milhões	0,06%
PRONAF Floresta	R\$ 75,0 milhões	0,37%

Fonte: Adaptado de Sambuichi e Oliveira (2011).

Esses dados relacionados ao recurso destinado a essas linhas do programa nos permitem inferir sobre a pouca efetividade do PRONAF na consolidação de sistemas produtivos de base agroecológica, principalmente os SAFs. Técnicos entrevistados alegaram que a complexidade desse tipo de sistema (SAFs) torna muito difícil tanto a elaboração de projetos desse tipo, como a sua apreciação e aprovação pelo banco, cujos critérios de análise se fundam prioritariamente em aspectos econômicos. Logo quanto mais simplificado o sistema, mais simplificada a elaboração do projeto com seus custos e projeções de retorno.

Exemplo disso, o PRONAF Florestal que, até a safra de 2006-2007 permitia o financiamento para o cultivo de espécies exóticas e monocultivos florestais em geral, apresentou um orçamento de R\$ 25,3 milhões na safra 2006-2007. Porém, a partir de 2007 passou a direcionar os financiamentos principalmente para Sistemas Agroflorestais e com essa mudança, o volume de recursos destinados a essa linha também se alterou chegando na safra 2009-2010, ao montante de R\$ 5,9 milhões. Esta redução no volume de recurso nos permite pensar que, no primeiro período mencionado, a maior parte dos financiamentos foi utilizada para implantação de monoculturas e não para o desenvolvimento de sistemas florestais mais biodiversos (SAMBUICHI; OLIVEIRA, 2011).

Com relação ao PRONAF Agroecologia, também não foi possível, ao longo da pesquisa de campo concluída em 2014, mapear nenhuma experiência regional de desenvolvimento de sistemas desse tipo a partir dessa linha de financiamento. Efetivamente, a pouca quantidade de contratos em todo o Brasil nessa linha explica tal ausência, ainda mais que as regiões Centro-Oeste, Sul, Norte e Nordeste foram as que receberam os maiores volumes de recursos nas safras de 2005-2006 a 2009-2010. O destaque cabe à região Norte, que recebeu o maior volume de recursos no total do período (40% do total financiado), sendo a maior parte apenas para o estado do Pará (R\$ 4,4 milhões) (SAMBUICHI e OLIVEIRA, 2011).

Segundo Fávero (2007), os principais desafios do acesso ao PRONAF agroecologia, considerando estudo de caso mineiro, foram: i) a resistência por parte dos agentes estatais em aceitar um financiamento focado em sistemas de produção de modo mais integral e não de modo restrito a uma única cultura, como é o mais comum; ii) o formato do sistema de crédito onde os itens financiáveis estão voltados para produtos e se restringem a determinados insumos e equipamentos e; iii) o limite de crédito que não está adequado a projetos mais complexos e de mais longo prazo, como aqueles de base agroecológica.

Com a falta de efetivação dessa linha de financiamento na região em estudo, os poucos sistemas de base agroecológica desenvolvidos em assentamentos do Pontal só foram possíveis devido à execução de projetos como aqueles analisados nesse trabalho. Portanto, tratam-se de experiências pioneiras muito interessantes, porém pontuais em termos de representatividade na realidade agropecuária regional devido a carência de políticas estruturantes que permitam avançar para soluções mais ajustadas à realidade de vida dos agricultores.

Como já abordado, as políticas de crédito destinadas especificamente para esses sistemas produtivos têm gerado poucos frutos na região. No entanto, quando indagados sobre a existência de políticas atuais que contribuam de alguma forma

para a ampliação dessas iniciativas, todos os atores entrevistados identificaram lacunas nas políticas de crédito, mas mencionaram como muito promissoras as **políticas de comercialização** para mercados institucionais, sobretudo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Mesmo que direcionadas apenas à questão da comercialização, essas políticas permitiram aos agricultores um escoamento de produtos muito vantajoso, possibilitando a venda de produtos antes tidos como marginais dentro da organização produtiva dos lotes. Na opinião de um dos técnicos executores do Projeto Café com Floresta, atualmente o PAA e PNAE têm contribuído muito pois dão uma resposta de mercado para a produção em SAFs, onde normalmente se produz em grande diversidade mas em pequena escala, dificultando o escoamento da produção. Nota-se com essa afirmação que os programas contribuíram na superação dos investimentos exclusivos em produção em escala, o que sempre representou um entrave na comercialização desses assentados, e também indiretamente estimulou a diversificação produtiva do lote, pois o agricultor passou a valorizar essa diversidade a partir da possibilidade de venda dos produtos que antes eram encarados de maneira marginal dentro de seus lotes (quintais, pequenos pomares e hortas para autoconsumo) (LE MOAL, 2013).

No estado de São Paulo, dados de Le Moal (2013), indicam que no ano de 2008, os assentados do estado corresponderam a 46% dos fornecedores do Programa PAA na modalidade doação simultânea, valor bem acima da média nacional de apenas 14%. Especificamente no caso dos assentados do Pontal do Paranapanema, entre os anos de 2008 e 2011, os acessos ao PAA giraram em torno de 10% do número de assentados no Pontal, ou seja, por volta de 625 famílias. O ano de 2009 se destaca pois cerca de 25% das famílias assentadas na região (por volta de 1560 famílias) foram atendidas (LE MOAL, 2013). No grupo de assentados considerados aqui, apenas três agricultores, dentre os onze entrevistados, acessaram esse programa, revelando que mesmo estimulando ações em prol da diversificação produtiva e da produção agroecológica, essa política ainda não é acessada por boa parte dos agricultores locais.

O papel desses programas de compras públicas como catalisador de sistemas de produção mais ecológicos, além de seu estímulo à diversificação produtiva, também se refere a seu incentivo à produção orgânica e agroecológica através do aumento do preço de aquisição desses produtos em até 30 % sobre os convencionais, de acordo com a Resolução nº 12 de 21 de maio de 2004 (BRASIL, 2004). Esse estímulo tem sido visto com bons olhos pelos diferentes atores e motiva os agricultores a desenvolver esses modelos produtivos.

Convém insistir que essas políticas preveem apoio apenas à etapa final da produção que é a comercialização dos produtos. Logo, estão, em grande medida, desvinculadas de aspectos mais técnicos ligados ao desenvolvimento dos sistemas produtivos. Assim, tais programas possuem uma capacidade limitada de promover mudanças estratégicas em termos de favorecer modelos de produção alternativos.

Nesse ponto, é oportuno voltar o olhar para o papel desempenhado pela **assistência técnica pública**, considerando nesta análise o órgão estadual (ITESP) e federal (INCRA) responsável pela ATER na região. Dentre os agricultores entrevistados, nove avaliaram de maneira negativa a assistência técnica em seus lotes, afirmando que as visitas sempre foram muito pontuais e descontínuas. Deste ponto de vista, os técnicos contribuíram pouco com o desenvolvimento do lote como um todo e, em diversos casos, apareciam quando “já era tarde demais”, acarretando perdas produtivas. A mudança frequente de técnicos dos assentamentos também foi avaliada como um fator negativo. Apenas dois agricultores afirmaram que recebiam visitas frequentes dos técnicos e consideravam a assistência técnica positiva, pois tinham suas demandas atendidas.

Quando indagados a respeito da participação dos técnicos dos órgãos de ATER nas atividades voltadas para a implantação e condução dos projetos de SAFs aqui estudados, bem como no auxílio aos agricultores com relação a esses projetos, todos os onze entrevistados estimam que os técnicos não contribuíram em nenhum momento para a condução dos projetos. Em alguns casos, os agricultores manifestaram que os técnicos nem sabiam da existência do projeto, mas em outros, eles afirmaram que os técnicos mesmo não auxiliando na condução das áreas de SAFs, muitas vezes levavam pessoas para visitar as áreas e as consideravam como um exemplo a ser seguido.

Esses aspectos refletem as dificuldades estruturais existentes dentro das políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural. Essas questões foram também evidenciadas em entrevista com um dirigente regional do MST que afirmou que a ATER feita com base em chamadas públicas é deficiente pois: i) as agências que prestam serviço estão desvinculada da realidade em que vão atuar, ii) os contratos tem data para começar e terminar e normalmente esses prazos são curtos, iii) existem as metas institucionais que devem ser cumpridas e comprovadas, o que fazem os técnicos ficarem mais preocupados em cumpri-las do que em elaborar uma proposta que leve em consideração elementos estratégicos para desenvolver a agroecologia nos assentamentos.

A crítica ao mecanismo de chamadas públicas para a realização da assistência técnica nos assentamentos rurais também foi reforçada, ao longo do período do

estudo, nos espaços coletivos de discussão sobre essa temática no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Pontal do Paranapanema (CODETER). Este tipo de manifestação ocorreu sobretudo no I Fórum de Avaliação dos Programas de Assistência Técnica e Extensão Rural do Território do Pontal do Paranapanema, realizado no dia 13 de março de 2013 no auditório da UNESP de Presidente Prudente.

Voltando ao foco sobre o papel da ATER na consolidação da agroecologia no território, para além da falta de uma assistência técnica mais atuante sentida pela maior parte dos agricultores, a falta de formação dos técnicos nessa área também foi um problema considerado tanto pelos próprios técnicos como pelos demais atores envolvidos com o desenvolvimento rural na região.

Essas críticas são apresentadas também em outros estudos sobre essa temática. Moraes e colaboradores (2013), estudando a realidade da aplicação da PNATER na região de Andradina/SP, revelaram, a partir da avaliação dos assentados locais, que a assistência técnica regional era caracterizada por processos de formação descontínuos; pela dificuldade de acesso aos profissionais, sobretudo, pela falta de visitas aos lotes de forma individualizada e por sua atuação fiscalizadora que muitas vezes se sobrepunham a suas ações de assistência técnica. Além destas insuficiências, também foram evidenciados os limites de atuação dos profissionais para a proposição de uma agricultura de base ecológica (como prevê a PNATER) uma vez que, na maioria dos casos, têm sua atuação e formação voltada para as formas convencionais de produção.

Os estudos de Taveira e Oliveira (2008) apresentaram análises similares. Os autores, estudando o atendimento as expectativas de assentados rurais do Pontal do Paranapanema com relação à assistência técnica local, levantaram como principais críticas endereçadas aos técnicos e órgãos de ATER: a ênfase na fiscalização, a realização de tarefas burocráticas ou somente de assistência técnica específica e pontual; o tamanho reduzido e instável da equipe e; a qualificação profissional insuficiente, com vistas a uma atitude compreensiva e compromissada dos técnicos com os assentados.

Esses estudos, inclusive o nosso, revelam a distância entre o discurso renovador existente na PNATER, elaborada inicialmente em 2004 a partir de um processo participativo de construção e instituída pela Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010), e seus mecanismos de execução prática ainda presos aos velhos dogmas difusionistas (TAVEIRA; OLIVEIRA, 2008). Essa lógica difusionista, que historicamente fundamentou as ações de assistência técnica no Brasil, funda-se, de maneira resumida, na ideia de que a inovação tecnológica produzida nos centros de

pesquisa deveria ser levada aos agricultores de maneira clara e eficaz pela atuação dos profissionais da ATER (MORAES et. al., 2013). Buscando se afastar dessa lógica, em sua descrição, a PNATER propõe a adoção de um paradigma baseado na produção ecológica, com abordagem multidisciplinar e enfoques metodológicos participativos. Entretanto, como indicado nos estudos mencionados, essa política ainda herda toda a estrutura e processo formativo de seus quadros que justamente colocam em xeque essa intenção (VALENTE, 2009).

Mesmo com essas dificuldades estruturais, os técnicos dos órgãos de assistência técnica que foram entrevistados nesse estudo demonstraram grande interesse pessoal em se qualificarem nessas temáticas propostas pela PNATER. A propósito, relatam a participação voluntária em diversos cursos, projetos e experiências que abordem esses temas e encaram essa formação como um grande desafio em suas profissões. Portanto, a agroecologia e produção orgânica não são tratadas como elementos fundamentais no âmbito dos órgãos executores das políticas de ATER, sendo executadas pontualmente apenas por técnicos mais pré-dispostos e motivados no sentido de construção de uma agricultura ecológica diferenciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modelos agroecológicos de produção são em princípio capazes de conciliar as funções ambientais, econômicas e sociais da agricultura. Entretanto, a partir dos resultados apresentados em nossa pesquisa, são realçados diversos problemas a serem superados na implantação de SAFs através de projetos, representando uma série de desafios.

O primeiro consiste em garantir que estes sistemas possam atender as expectativas dos agricultores envolvidos. Foi apresentado nos casos estudados que poucos agricultores se inserem em projetos desse tipo com uma clareza a respeito da agroecologia. Assim, na maioria dos casos, suas expectativas giram, sobretudo, em torno dos resultados produtivos e econômicos do sistema, o que é obviamente esperado ainda mais quando se trata de famílias com muitas dificuldades. Logo, o desenvolvimento de projetos desta natureza requer equalizar seus resultados ambientais e sociais com aqueles produtivos e econômicos.

Ademais, é grande a importância atribuída à criação de espaços de construção coletiva do conhecimento agroecológico nesses projetos. Como examinado, nenhum agricultor considerado no estudo tinha conhecimento anterior sobre o tema, mas a maioria adotou as ideias apresentadas desde o início do projeto e buscou executá-las da melhor maneira possível. Porém, ainda foram identificadas insuficiências no estímulo à participação dos assentados.

Nos casos estudados, uma limitação intrínseca aos projetos se encontra na ausência de uma perspectiva de longo prazo, uma vez que sua duração é relativamente curta e seu financiamento pontual. Essas características prejudicam a continuidade desses projetos e conseqüentemente seu alcance enquanto uma proposta alternativa de produção para a região. Nesse contexto, as políticas públicas podem tanto desempenhar um importante papel no estímulo e continuidade a essas propostas ou então representar entraves a esse desenvolvimento.

Como proposto, as experiências estudadas estão em boa medida desconectadas de uma proposta mais ampla e estruturante de mudanças orientadas pelas políticas públicas. A princípio, é visível a dependência dos agricultores com relação aos executores dos projetos para que ofereçam uma consolidada proposta produtiva dos lotes.

Nossa interpretação é de que as atuais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e sua configuração na região apresentam limitações para sustentar o desenvolvimento desses sistemas agroecológicos, mesmo com algumas sinalizações favoráveis, como no caso das políticas de compras institucionais (PAA e PNAE).

Desse modo, é possível pensar que as limitações das políticas públicas susceptíveis de sustentar esses modelos a longo prazo representam uma grande lacuna para sua consolidação. Os agricultores envolvidos manifestam uma sensação de “abandono” após o final dos projetos, pois não vislumbram perspectiva de continuidade seja em termos de assistência técnica, seja em termos de incentivos financeiros ou de comercialização de seus produtos. Esse sentimento pode refletir, mais ou menos intensamente, também no abandono dessas áreas produtivas por parte dos agricultores.

Analisar o papel das políticas públicas nesse contexto evita interpretações sobre limitações e avanços para a concretização da agroecologia nos assentamentos rurais ancoradas apenas no quesito das técnicas produtivas. Sem negar esse aspecto fundamental, que consiste no saber-fazer em torno desses sistemas e no papel decisivo do agricultor enquanto responsável pela produção em seu estabelecimento, é preciso evidenciar também que muitas condições para o sucesso ou insucesso de projetos desse tipo estão enraizadas em processos mais macroestruturais.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 1^o ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998. P. 110.

ARL, V. “Agroecologia: desafios para uma condição de interação positiva e co-

evolução humana na natureza”. In: ALVES, A. F; CARRIJO, B, R; CANDIOTTO, L, Z, P. (Org.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular. 2008. p. 155 – 168.

BONNAL, P.; LEITE, S. P. (Org.) **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: MauadX, 2011 p. 387.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. “A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)”. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 51, n. 4, p. 645-660, Out/Dez, 2013.

BRASIL. **Resolução nº12 do MDS de 21 de maio de 2004**. Dispõe sobre preços de referência para aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei no 10.696, de 02 de julho de 2003. Brasília: Diário Oficial. 24 de mai. 2004.

BRASIL. **Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial. 12 de jan. 2010.

BRASIL, **Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília: Diário Oficial. 21 de ago. 2012.

CANDIOTTO, L. Z. P. “Organic products policy in Brazil”. **Land Use Policy**, v. 71, p. 422–430, Feb. 2018.

CIAPO - Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO**. Brasília: MDS/ CIAPO, 2013. p.96.

DITT, E. H. **Fragmentos florestais no Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Annablume, 2002. 140p.

EHLERS, Ed. **Agricultura Sustentável – origem e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996. p 178.

FAO/ONU – Food and Agriculture Organization of United Nations. **The State of food and agriculture**. Rome: FAO/ONU 2017.

FÁVERO, C. “Elaboração participativa do Plano Safra do território da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais”. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v.2, n.2, p. 19 – 22. out. 2007.

FELICIANO, C. A. **Territórios em disputa: Terras (re)tomadas. Estado, propriedade de terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema**. 2009. p. 575. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). São Paulo, 2009.

FERNANDES, B. M.; RAMALHO, Cristiane Barbosa. “Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP)”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43. p. 239 - 254, set/dez. 2001.

GANDARA, F. B.; KAGEYAMA, P. Y. **Biodiversidade e dinâmica em Sistemas Agroflorestais**. In: MACÊDO, J.L.V.; WANDELLI, E.V.; SILVA JÚNIOR, J.P. (Ed.) - III Congresso Brasileiro De Sistemas Agroflorestais (Documentos). 2000. Manaus-AM. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2001. p. 25-32.

GUANZIROLI, C. E. “PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural”. **Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr / jun, 2007.

IF/SMA/SP - Instituto Florestal, Secretaria do Meio Ambiente, Governo do Estado de São Paulo – **Plano de Manejo: Parque Estadual do Morro do Diabo**. Helder Henrique de Faria (coordenador), Santa Cruz do Rio Pardo-SP : Ed. Viena, 2006, 312 p.

IPE – **Instituto de Pesquisas Ecológicas**. Disponível em: <http://www.ipe.org.br/saf/cafe-com-floresta>. Acesso em: 10/jul.2018.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998. 202p.

LEITE, S. P. “Apresentação”. In: _____ (Org.) **Políticas Públicas e Agricultura**

no **Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 7 – 14.

LE MOAL, M. F. **Programa de Aquisição de Alimentos nos assentamentos rurais da reforma agrária, análise sob as lentes da multifuncionalidade da agricultura**. 2013. 134p. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba. 2013.

LIMA, J. F. et al. “Café com floresta – criando suficiência alimentar e biodiversidade ecológica”. **Revista Brasileira de Agroecologia**. Porto Alegre, v.2, n.1, p. 301-305, Fev. 2007

LOPES, P. R.; KAGEYAMA, P. Y.; ARAÚJO LOPES, K.C.S. “Sistemas agroflorestais e produção agroecológica de café na região do Pontal do Paranapanema”. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, v.17, n.1, p. 261 – 292. Jan/Jun. 2014.

MORAES, M.D. et. al. “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e o caso da microrregião de Andradina – SP”. **Retratos de Assentamento**. Araraquara, v. 16, n. 2, p. 71 – 90, Jul/Dez. 2013.

NETTO, C. G. A. Mielitz. “A política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional”. In: BONNAL, P. e LEITE, S. P (Org.) **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: MauadX, 2011. p. 221 – 252.

OLIVEIRA, A.L. A.; BERGAMASCO, S.M. P. P. “Fortalecimento da agricultura familiar: uma análise do PRONAF no projeto de assentamento São Pedro, Paranaíta, MT”. **Retratos de Assentamento**, Araraquara. v. 17, n. 1, p. 205 – 224, Jan/Jun. 2014.

RODRIGUES, E. R. et. al. “Avaliação econômica de sistemas agroflorestais implantados para recuperação de reserva legal no Pontal do Paranapanema, São Paulo”. **Rev. Árvore**. Viçosa. v.31, n.5, p. 941-948, Set./Out. 2007

SAMBUICHI, R. H. R.; OLIVEIRA, M. A. Constantino. “Análise das linhas de crédito do PRONAF para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar”. **Cadernos de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, Dez. 2011. Disponível em:

<<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/11186>>. Acesso em 10 de julho de 2018.

SANTOS, J. D. **Desenvolvimento Rural, Biodiversidade e Políticas Públicas: Desafios e antagonismos no Pontal do Paranapanema – SP**. 2012, 295 p. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba. 2012.

SOUZA, C. “Políticas Públicas: uma revisão de literatura”. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, Jul/Dez. 2006.

TAVEIRA, L. R. S.; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. “A extensão rural na perspectiva de agricultores assentados do Pontal do Paranapanema – SP”. **Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 46, n. 1, p. 09 – 30, Jan/Mar. 2008.

VALENTE, A. L. “A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e seus desafios”. **Retratos de Assentamento**, Araraquara. v.12, n.1, p. 109 – 124, Jun/Dez. 2009.

WHITAKER, D. C. A. “Reforma Agrária e meio ambiente: Superando o preconceito contra o rural”. **Retratos de Assentamento**, Araraquara. v.12, n.1, p. 33-46, Jun/Dez. 2009.



Recebimento: 03/11/2018

Aceite: 08/01/2019

DOI: [10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22n1.349](https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22n1.349)

Mudanças climáticas nos assentamentos rurais: uma etnografia sobre a experiência de futuro¹

Alexsandro Elias Arbarotti²Rodrigo Constante Martins³

RESUMO: O objetivo do presente artigo é analisar como as mudanças climáticas são percebidas e impactam o modo de produção e a existência sócio cultural dos assentados rurais da reforma agrária, por meio de um estudo de caso no maior Assentamento do estado de São Paulo. Os dados empíricos foram coletados a partir de trabalhos de campo realizados entre os anos de 2014 e 2017 dentro da perspectiva da história oral. Foi tomado como evento balizador da análise a crise hídrica vivida no estado de São Paulo no ano de 2014, tida como o maior período de estiagem vivido no estado. Os resultados mostraram que esse evento foi tido como a expressão de um processo que é percebido pelos assentados há muito tempo. Segundo os relatos está cada vez mais difícil produzir, pois não é mais possível saber quando vai chover. Esse cenário produz uma situação de incertezas, medos e angústias em relação ao futuro pessoal e do planeta. A verificação desse ambiente de ausência de futuro é tomada no artigo como um elemento chave para a construção de uma nova ordem social e ambiental que leve em conta todos os viventes.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamentos Rurais; Mudanças Climáticas; Questão Ambiental; Sensibilidade Ambiental; Ruralidades.

ABSTRACT: The objective of this article is to analyze how climate change is perceived and impact the mode of production and socio - cultural existence of the rural settlers of agrarian reform, through a case study in the largest Settlement in the state of. Empirical data were collected from field studies conducted between 2014 and 2017 from the perspective of oral history. The water crisis experienced in the state of São Paulo in the year of 2014, taken as the largest period of drought experienced in the state, had been taken as the main event of the analysis. The results showed that this event was seen as the expression of a process that has long been perceived by the settlers. According to the reports it is increasingly difficult to produce, because it is no longer possible to know when it will rain. This scenario produces a situation of uncertainties, fears and anguish about the personal and planetary future. The verification of this environment of absence of future is taken in the article as a key element for the construction of a new social and environmental order that takes into account all living.

¹Esta pesquisa contou com apoios da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq).

²Graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista - Campus Marília, Mestrado e Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, com período sanduiche na Universidade de Paris Nanterre. Atualmente pós-doutorando no Laboratoire Eau, Environnement et Systèmes Urbains (Leesu) - École des Ponts Paris Tech. E-mail: arbarotti@gmail.com

³Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-Mail: constantemartins@gmail.com

KEYWORDS: Rural Settlements; Climate Change; Environmental Issue; Environmental Sensitivity; Ruralities.

INTRODUÇÃO

O 4º relatório do IPCC, lançado em 2007, fazia o prognóstico de que possivelmente até o fim deste século o gelo do Ártico poderá desaparecer. Já o 5º relatório, de 2013, coloca como provável a quase total ausência de gelo marinho no Ártico até meados deste século. Isso demonstra a velocidade das mudanças climáticas e a dificuldade de se realizar qualquer prognóstico. Esse cenário, abre um quadro de incertezas quanto ao futuro, e deixa uma única garantia, como afirmam Danowski e Viveiros de Castro (2014a, p.23), parafraseando o *Manifesto Comunista* de Karl Marx: “Tudo que é sólido – a começar pelo gelo mais antigo da Terra – desmancha no mar”. E para continuar nas paráfrases de Marx, François L’Yvonnet, no prefácio do livro de Anders (2007, p.10. Tradução nossa) diz: “Os filósofos não fizeram que interpretar e transformar o mundo. Doravante, é importante conservá-lo⁴⁷”.

De fato, segundo estudo realizado por pesquisadores das universidades de Stanford, Princeton e Berkeley, o número de desaparecimento de animais vertebrados está em um ritmo 114 vezes mais rápido que o normal. Ou seja, enquanto nas últimas décadas o número de humanos quase dobrou, o de insetos e de crustáceos diminuiu cerca de 45%. Isso significa, segundo o estudo, que cerca de 322 espécies desapareceram nos últimos cinco séculos (PLIMM et al, 2014).

Algo confirmado pelo relatório divulgado no dia seis de maio de 2019 pela Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos das Nações Unidas, que realizou o mais completo estudo sobre a conservação da natureza dos últimos 50 anos. Segundo o relatório estamos vivendo um período de destruição em massa da biodiversidade sem precedentes na história e que, por isso, mais de 1 milhão de seres vivos estão ameaçados de extinção. Segundo Manuela Carneiro da Cunha, que participou da cúpula trazendo o conhecimento dos povos indígenas sobre o tema, é urgente uma mudança no modo de fazer comércio e de explorar os recursos para fazer face a essa situação. Uma mudança estrutural e profunda para tentarmos evitar o pior (G1 NATUREZA, 2019).

Esse cenário ocorre porque a moderna sociedade capitalista se organiza como um sistema dependente do crescimento econômico permanente para continuar a existir. Harari (2016) observa que a falta de crescimento da economia, no capitalismo, significa seu colapso. E é essa base que faz com que o capitalismo seja um sistema perigoso para o planeta e para as próprias pessoas, pois esse crescimento está baseado na extração de minérios, de petróleo, da exploração da força de trabalho

⁴⁷No original: « Les philosophes n’ont fait qu’interpréter et transformer le monde. Désormais, il importe de le conserver ».

humana e da energia da natureza (LEFF, 2005). Assim, todas as vezes que se fala em busca de crescimento econômico se esquece de dizer que a solução dos problemas de crescimento se dá, no modelo capitalista, por meio do acúmulo de desigualdades sociais, poluição, envenenamento por pesticidas, esgotamento de recursos, baixa dos lençóis freáticos, uso de energias poluentes, extração de petróleo e etc. (STENGERS, 2013).

Fatores que interferem, diretamente, nos processos biofísicos do “Sistema Terra”, provocando acidificação dos oceanos, depleção do ozônio estratosférico, perda da diversidade, interferência nos ciclos globais de nitrogênio e fósforo, mudança no uso do solo e outras coisas mais que, segundo Danowski e Viveiros de Castro (2014a), não permitirão em um futuro próximo a vida de diversas espécies, inclusive a humana. Esse modelo de superdesenvolvimento e do crescimento a todo custo, portanto, está findando com o planeta.

Segundo Ceceña (2013), isso ocorre pelo fato de vivermos um período de produção industrial exagerada, que atrapalha o equilíbrio longamente constituído pela natureza. E a interferência nesse equilíbrio, por conta das atividades humanas (antrópicas) apontam para consequências reais de catástrofes e de uma crise no sistema do planeta. Em outras palavras, *o fim do mundo*, pelo menos como nós o conhecemos (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014a; 2014b).

Entretanto, não são somente os dados e pesquisas científicas que dão conta dessa transformação, e da conseqüente sensação de não futuro, uma vez que comunidades tradicionais e camponeses já apontam para a percepção da alteração climática em seus cotidianos de caça, pesca e plantio, com a aguda mudança nos hábitos dos animais, dos regimes de chuvas e do desenvolvimento das plantas. Assim, se um grupo de pessoas continua agindo como se nada estivesse acontecendo, para muitas outras pessoas e grupos sociais, as mudanças climáticas já são um fato, uma experiência concreta e cotidiana, como pode-se observar na fala a seguir:

Entrevistador: *E a senhora acha que vai chover hoje?*

Dona Aparecida: *Não está com cara de chuva não. Apesar que hoje em dia está tudo mudado. O tempo está igual à gente. Naquele tempo [de quando ela era jovem], eu fui criada na roça com meu pai, chovia dezembro, janeiro, fevereiro e março e depois parava [a chuva]. Ai ele sabia o dia certo de plantar: - “Vamos plantar que vai chover!” Hoje não, ninguém sabe o dia que vai chover, está tudo mudado, como a gente. Do jeito que não está chovendo uma hora não vai ter nem a*

água dos poços que usam para irrigar as plantas.

Era agosto de 2015, quando Dona Aparecida, 82 anos, da varanda da sua casa, em um dos lotes do Assentamento Reunidas, em Promissão (São Paulo), proferiu essas palavras em tom de lamentação. E o evento que baliza este momento é a crise hídrica vivida no estado de São Paulo no ano de 2013, agravada em 2014 e que se arrastou por 2015, tido como o maior período de estiagem vivido no estado. Seca que impactou os reservatórios de abastecimento das cidades e afetou a produção agrícola. No assentamento como um todo o clima era de desolação, preocupação e medo, pois muitas famílias estavam perdendo toda as suas produções e a água dos poços mal dava para o abastecimento doméstico.

Todos esses sentimentos não eram oriundos somente do evento da seca, mais sim da percepção de que estava tudo mudado e já havia algum tempo. Dona Aparecida, que no momento da entrevista tinha oitenta e dois anos, trabalhou grande parte da sua vida na lida do campo com seus familiares. A partir da sua experiência de vida como trabalhadora rural e camponesa ela rememora um tempo em que o clima era conhecido e ordenado, assim como as pessoas que ela conhecia. Mas o correr da vida embaralhou tudo, as pessoas mudaram, o clima mudou e não é mais possível se confiar nem nas pessoas e nem no clima.

Em razão dessa alteração no clima, o agricultor experimenta uma existência ameaçada, pois ele já não tem mais a segurança de dizer como o pai de Dona Aparecida dizia: “*Vamos plantar que vai chover!*”. O que resta hoje ao agricultor é arriscar, colocar as sementes na terra sem saber se elas vão “vingar”, se o tempo vai ajudar, ou elaborar outro tipo de estratégia como a irrigação, com água retirada do poço. Entretanto, Dona Aparecida também tem dúvidas sobre até quando isso poderá ser feito, pois como a chuva tem diminuído, as águas desses poços também estão secando. Ela diz isso não por mera especulação, mas por experiência, pois no lote onde mora o poço que vertia sete mil litros de água por hora, hoje verte somente 500 litros, o que impactou diretamente a produção de legumes que seus netos possuíam no lote.

Nesse contexto, a proposta do presente artigo é tratar como as mudanças climáticas são sentidas, vividas e experimentadas por esse grupo de assentados do Assentamento Reunidas. Além da presente introdução, o artigo conta com três tópicos. O primeiro tópico é dedicado a perceber como essas mudanças são sentidas dentro dos processos produtivos dos assentados. Em seguida, no segundo tópico, serão abordados os impactos dessas mudanças na estrutura de sentimentos desses assentados, ou seja, o quanto esse cenário é responsável por perturbações não somente materiais, mas subjetivas e existenciais. Se observará como essas

angústias levam à descrença enquanto ao futuro e ao surgimento de discursos sobre o fim do mundo – ou, pelo menos, do mundo tal como se conhece hoje. Em seguida serão reunidas observações finais e indícios para que, sob a ótica dos assentados, se possa pensar na construção de um mundo social e ambientalmente inclusivo.

Os dados empíricos presentes no texto são resultado de pesquisa de campo qualitativa realizada no Assentamento Reunidas entre os anos de 2014 e 2017. Nesse período foram feitas incursões no campo em que foram realizadas visitas a quinze lotes, com o objetivo de estabelecer uma aproximação com os assentados. A partir de meados de 2015 foram realizadas coletas de depoimentos com 21 assentados e assentadas, por meio de roteiros semiestruturados, dentro da perspectiva da história oral. Como as incursões a campo tinham por objetivo adentrar na vida social e cultural dos assentados, o uso do caderno de campo foi imprescindível para o registro de conversas, situações e impressões ocorridas no cotidiano.

AGRICULTURA EM TEMPOS DE INCERTEZAS

O Assentamento Reunidas é o maior assentamento do estado, com área total de pouco mais de 17 mil hectares. Deste total, cerca de 12 mil hectares são destinados à produção e os outros 5 mil hectares perfazem áreas de preservação ambiental. O assentamento está dividido em 629 lotes com média de pouco mais de 19 hectares, alocados em dez agrovilas. Essas agrovilas foram elaboradas de modo a facilitar a organização das famílias e a convivência. Todas contam com uma igreja, um campo de futebol e um salão para reuniões e atividades da comunidade (ARBAROTTI, 2018).

Logo no início do Assentamento Reunidas, quando as famílias foram assentadas após um longo processo de luta, que perdurou de 1983 a 1987, algumas famílias elaboraram estratégias de irrigação para efetuar seus primeiros cultivos, mesmo sem a disponibilidade de energia elétrica (ARBAROTTI, 2018, NORDER, 2004, BORGES, 1997). Outras famílias, entretanto, preferiram não adotar esse tipo de estratégia produtiva. Como é possível identificar na fala de Carla, 29 anos, a seguir, *naquele tempo*, o clima era muito bom e os agricultores podiam escolher entre fazer roças com irrigação (na maioria das vezes verduras) ou realizar o plantio de culturas que não precisavam de irrigação, como o milho.

Entrevistador: *E como fazia para irrigar na época que tinha “sariu⁵”? Por que não tinha bomba para puxar, vocês puxavam na mão e saíam regando?*

⁵ Esse instrumento consiste em uma base que ficava fixa, na chama boca do poço, com uma base horizontal, geralmente em madeira, por onde passava-se a corda que erguia o balde com água, acionado por uma manivela. Esse instrumento visava diminuir o peso do balde. Esse dispositivo é importante, pois alguns poços poderiam chegar a 30 metros de profundidade.

Carla: *Mas aí o clima era muito bom, muito bom mesmo, nunca naquele tempo eu ouvi falar que alguém perdeu uma roça de milho. Dava muito milho, só não tinha muito preço, mas era muito linda as roças de milho.*

Entrevistador: *Aí não precisava regar?*

Carla: *Não, era só a data de plantar e a data de colher certinho, a época de colher estava um sol maravilhoso. O pessoal colhia, arroz dava muito bom.*

Entrevistador: *Então a necessidade de irrigar veio da mudança do clima?*

Carla: *Do clima.*

Na fala de Carla vale destacar a frase, “*nunca naquele tempo eu ouvi falar que alguém perdeu uma roça de milho*”. Um tempo pretérito, em que o clima era bom e se podia contar com ele. Nesse sentido, o clima no passado, proporcionava a segurança de que lançar a semente ao chão era sinônimo de uma boa colheita, como fora possível observar na fala de Dona Aparecida, quando esta dizia que seu pai sabia o dia certo para plantar, porque naquele tempo se conhecia o regime das chuvas. O tempo pretérito refere-se, portanto, a um período em que o clima era parceiro no processo produtivo, quase como um compadre com quem poderia se contar para realizar um trabalho difícil na roça. Assim, os agricultores, há algum tempo atrás, conheciam as datas certas em que se realizava a semeadura e o tempo que seria o da colheita.

O clima atual já não é mais o mesmo. O clima não é mais o portador daquilo que o agricultor necessita – a chuva na semeadura e o sol na colheita. Como afirma Stengers (2013; 2015), vivemos tempos estranhos, um pouco como se tivéssemos suspensos entre duas histórias. Uma, que é o mundo que conhecemos, marcado pela lei do mercado e do crescimento; e outra, desconhecida, pois não entendemos ainda o que nos espera no futuro. Este ambiente produz o que Benjamin (1989) chamara de espetáculo de uma multidão doentia, que traga poeiras das fábricas, inspira partículas de algodão e se contamina com os venenos usados na produção de obras primas. Contaminação e exploração que produzem também o espetáculo de uma natureza degradada, que começa a dar algumas respostas diante de tanta

exploração.

E a resposta sentida pelos agricultores é de um clima descontrolado, fora do eixo. Assim, ao contrário do que fora afirmado por Carla, de que ela nunca havia ouvido falar de alguém que tinha perdido uma roça de milho, o contexto agora é de perdas sucessivas de roças, que muitas vezes não chegam nem mesmo a nascer. Conforme afirma Seu Chico 78 anos,, em prosa com seu filho Simão, 41 anos:

Seu Chico: *O milho aquele tempo era setembro, outubro, né [para plantar]? Há trinta anos atrás, né? Povo ia lá tentando, né? Até em agosto o povo plantava milho, naquele tempo, plantava e dava bom hein...*

Entrevistador: *Agora mudou isso, o mês do milho?*

Seu Chico: *Agora ninguém, tem que falar a verdade, ninguém tá entendendo...*

Simão: *Descontrolou.*

Seu Chico: *Descontrolou tudo agora. Que nem nós agora plantamos milho em fevereiro, né?*

Simão: *Março...*

Seu Chico: *O ano passado mesmo, vou falar uma coisa para você, nós e muitas pessoas perdeu tudo a safra de milho. Teve lugar que nem chegou a nascer uma espiga. Tem mudado muito a chuva.*

O que se nota neste diálogo é a percepção de um clima descontrolado e, justamente por isso, um clima que ninguém consegue entender. É muito forte a afirmação de Seu Chico de que ninguém está entendendo mais o que se passa com o clima. Isso porque a profissão de camponês por séculos foi marcada pelo grande domínio das técnicas de plantio e sobretudo um grande conhecimento dos ciclos climáticos que lhe permitiam plantar no momento certo a cultura mais apropriada para aquele período e boas condições para realizar a colheita, como disse Carla, ao contar que naquele tempo no momento da colheita havia um sol maravilhoso.

É muito comum os camponeses atribuírem aos fenômenos climáticos qualidades como chuva boa e sol lindo. Isso demonstra uma ligação com esse fenômenos e,

sobretudo, o que significam essas fenômenos para suas vidas. Uma chuva boa vem mansinha e faz bem para a plantação. Uma chuva brava ou feia, destrói toda a plantação, causa enchentes. Um sol maravilhoso ajuda a planta se desenvolver e é bom para a colheita. Um sol bravo mata a plantação e faz sofrer homens, mulheres e animais.

Mas voltando ao contexto da falta de entendimento dos camponeses quando ao clima, esse fato os levam a fazer a agricultura dentro de um sistema de aposta. Um sistema que busca dar uma resposta à falta de compreensão pela mudança dos meses em que se lança as sementes ao solo. Dentro desse contexto de aposta, a boa colheita é incerta. O espaço entre a aposta, semeadura, e o resultado, a colheita, é carregado de angústias e de incertezas. E essa angústia vem crescendo sistematicamente, pois essas mudanças no sistema climático vem acontecendo de forma tão rápida que os camponeses não estão conseguindo acompanhar. Exemplo flagrante é a fala de Seu Chico, que dizia que os meses de plantio do milho mudaram tanto que atualmente eles plantam em fevereiro, porém, em seguida ele foi corrigido pelo seu filho que disse que na verdade atualmente é em março.

É fato que as mudanças fazem parte da lógica do planeta, porém a velocidade e a amplitude com que essas mudanças estão acontecendo não permitem às populações ligadas aos ciclos climáticos do planeta a se adaptarem de forma satisfatória e a cumprirem com suas atividades profissionais. E por não entenderem mais o clima, a atividade agrícola passa a ser um desafio a ser superado. Foi com uma voz de lamento que Seu Chico disse que ele e muitos outros companheiros haviam perdido todas suas roças de milho no ano de 2014, por conta da seca. E ele ainda precisa que em alguns lugares nem mesmo uma espiga havia nascido. Uma aridez, uma esterilidade que esses camponeses desconheciam, no tempo em que o clima era conhecido.

Seu Chico termina sua fala dizendo que a chuva tem mudado muito, ou seja, essa fala revela a importância para a sua atividade de um ciclo regular e conhecido dos regimes de chuvas. Nesse sentido é possível perceber que a chuva é vista como elemento central no processo de produção para os camponeses. E justamente o descontrole do clima, ou melhor, a falta de conhecimento e compreensão desse regime de chuvas atual é que leva à perda das lavouras e impede que as plantações nasçam, segundo a fala de Seu Chico e Simão.

E a dificuldade de se compreender esse regime de chuvas atual deve-se ao fato dele mudar em uma velocidade muito grande, como já visto. Porém, a fala de seu José, 66 anos, a seguir, ajuda a precisar um pouco mais a velocidade e a percepção das mudanças no Assentamento em um curto espaço de tempo:

Seu José: *Porque quando nós chegamos aqui no comecinho em*

2001/2005, chovia que essas caixa de água [curvas de nível que evita o assoreamento do solo], tem 7 no meu sítio, todas lotavam [de água]. Dava até paturi, esses passarinho aqui. [...] Depois nunca mais encheu, até hoje, a chuva tá vindo mais parcialmente, mas tá vindo pouca, só que ela tá vindo, mas antes chovia assim direto, 15, 20 dias direto. Lotava essas caixa de água tudo aí, agora...

Na fala, é possível perceber a mudança nos regimes de chuvas em um espaço de tempo muito pequeno, pois a sua referência foi de 2001 a 2005. Com isso, em pouco mais de 10 anos já são significativas as mudanças percebidas. E essas mudanças são percebidas levando em conta os elementos geográficos que fazem parte do lote. Os parâmetros usados para mensurar as transformações nos regimes de chuvas, portanto, não são meras especulações subjetivas, mas sim parâmetros que levam em conta elementos externos, e por que não objetivos, a partir de um método comparativo. Se outrora as caixas de retenção ficavam cheias e hoje elas não enchem mais, significa que a quantidade de chuvas tem sido menor, nos cálculos feitos por Seu José. Os elementos que formulam a sua constatação é o resultado da sua experiência em seu sentido largo, em que os elementos físicos externos compõem a formulação de sua memória e experiência (BENJAMIM, 1989; HALBWACHS, 2006).

As caixas de retenção que há dez anos ficavam repletas de água, a ponto de os passarinhos virem nadar, em 2015 *já não enchiam* mais. Não enchiam porque a chuva diminuiu. E o fato das chuvas diminuírem não afeta somente as curvas de nível que não ficam mais cheias, mas toca em um outro sistema hídrico, que é a disponibilidade de água dos poços que muitas famílias usam como fonte de água potável e para irrigação de suas plantações. Neste contexto, as famílias do Assentamento, que dependem do poço para a produção e para o uso doméstico, passaram a enfrentar nítida situação de insegurança hídrica. Um drama que é possível perceber nas falas de Lara, 33 anos, e de seu pai, Seu João, 65 anos, que estavam acostumados com um poço que vertia cerca de sete mil litros de água por hora e que quase secou em 2014:

Seu João: *Um ano inteirinho de seca, ano passado [2014], foi o ano todinho...*

Entrevistador: *Primeira vez que baixou assim ou sempre baixa [o poço]?*

Seu João: Não, foi a primeira vez. Aí nós limpamos e ramificamos.

Lara: *Esse poço abastecia o tanque aqui né, pai?*

Seu João: *É, o tanque.*

Entrevistador: *Esse tanque era pra quê?*

Seu João: *Para irrigação.*

Entrevistador: *E vocês irrigavam o quê?*

Seu João: *Quiabo, berinjela.*

Entrevistador: *E o senhor parou com o quiabo?*

Seu João: *Parei por causa da falta de água do ano, aí baixou o poço, aí...*

Entrevistador: *Porque o quiabo se não irrigar, não vai?*

Seu João: Não dá, né.

Lara: *Abobrinha tá aí sofreno, mas tá produzindo. A seca foi feia.*

O primeiro ponto que merece ser destacado na fala é a precisão feita por Seu João de que foi a primeira vez, desde que ele chegou ao seu lote, há trinta anos, que o poço teve uma baixa tão significativa a ponto de impactar a produção. E nem mesmo a estratégia elaborada pela própria comunidade do Assentamento de ramificar o poço, para acessar maior quantidade de água, é capaz de surtir resultado, como visto na fala⁶. Isso demonstra que essa situação tem levado vários agricultores a terem dificuldades para dar continuidade em suas produções.

E continuando com as falas de Seu João e de Lara, em um outro ponto, é possível perceber que ambos mencionam um tanque que outrora era usado como reserva de água para a irrigação de quiabo, mas que havia sido abandonado por falta de água do poço. A plantação de quiabo requer uma quantidade grande de água, por isso,

⁶A ramificação do poço é uma técnica desenvolvida pela comunidade do Assentamento Reunidas que consiste em fazer, com tubos de ferro, alguns buracos na parede do poço para que ele verta mais água. A aplicação dessa técnica nos anos noventa poderia garantir um volume de água até dez vezes maior que o inicial. Para maiores detalhes ver ARBAROTTI, 2018.

uma estratégia usada pelos assentados era fazer tanques que reservavam a água do poço e que eram posteriormente usadas para a irrigação.

Esses tanques, em sua grande maioria, eram construídos com máquinas da prefeitura, ou a partir do pagamento de alguém que possuía um trator para cavar o buraco, que posteriormente era recoberto com uma lona, para a água não infiltrar na terra. Entretanto, com a pouca disponibilidade hídrica dos poços, Seu João, bem como tantos outros que dependiam do poço para fazer a irrigação, tiveram que abandonar as culturas irrigadas. Assim, à medida que a seca aumentou e os poços passaram a secar, os agricultores que poderiam contar somente com o poço tiveram que mudar suas estratégias de produção, se reinventando, pois a água que abastecia o tanque de água já não era mais capaz de fazê-lo.

Cabe destacar, nesse contexto, que o processo de mudanças no clima do planeta, conforme é possível observar a partir da sensibilidade dos assentados, acaba por transformar não só os estilos e os modos de vida, mas provoca o apagamento de saberes e de técnicas. E isso ocorre na medida em que as técnicas tradicionais de produção passam a não mais surtir efeito a tendência é a busca de novas estratégias produtivas que muitas vezes podem não respeitarem seus modos de vida e suas relações históricas com a terra.

Este cenário, de uma terra e de uma vida mais seca, representa um reposicionamento nas estratégias produtivas, como dito, mas, também, leva muitos dos assentados a uma situação de maior vulnerabilidade e, por consequência, ao aumento nas desigualdades. Martins (2008; 2013) chama atenção para esses elementos ao afirmar que as questões em torno do acesso a água devem ser consideradas para além do discurso de escassez e serem pensados no que tange aos usos práticos e significados culturais. As desigualdades de acesso a água, portanto, podem apontar para um processo de produção de diferenciações sociais e culturais entre os assentados e os grandes produtores, que possuem meios econômicos para acessarem água a partir de poços de grande profundidade.

Nesse sentido, como dizem Danowski e Viveiros de Castro (2014a; 2014b), as mudanças climáticas, têm como características de serem como um vírus, que no momento de uma crise maior atingirá a todos, ricos e pobres. Entretanto, é sabido que os primeiros e maiores impactados, diante de um cenário de crise, serão os pobres, “os condenados da terra”, que receberão o *status* de excluídos socialmente, politicamente, economicamente e, também, ambientalmente.

VIDA CAMPONESA EM TEMPOS DE INCERTEZAS

As mudanças climáticas deixam marcas na terra e *são sentidas no cotidiano, na*

paisagem e na produção. As mudanças climáticas tocam diretamente na estrutura de sentimentos dos agricultores, provocando insegurança ontológica, pois já não se pode contar com o companheiro clima. A mudança nos regimes de chuvas faz com que os agricultores se sintam perdidos no tempo. E, como bem destaca Elias (1998), a perda das referências espaço-temporais é decisiva nas estratégias e ordenamento da vida dos agentes.

Era uma tarde quente do atípico ano de 2015, que ainda assolava com uma forte seca os assentados. Conversando com Lara e Seu João sobre esta situação, a prosa tocou em um ponto que revela o quanto as mudanças no clima provocam um ambiente de sofrimento para muitas famílias de agricultores:

Entrevistador: *Esse poço dá quantos litros?*

Seu João: *Esse daí tem... Estava com mais de 1 metro de água, por 1. Um metro de altura por 1,10 de...*

Lara: *Ramificou mais... Final do ano teve dia que ligou a bomba e não tinha mais água... Aí entrei em desespero, imagina...*

Nesta fala observa-se que o poço que outrora vertia cerca de sete mil litros de água por hora, chegou a secar no auge da seca. O suposto de que o poço era uma fonte segura de água ficou no passado. Nem mesmo a técnica de ramificação permaneceu capaz de fazer o poço verter água. Nesse contexto, a certeza de que se poderia contar com a água do poço foi substituída pelo desespero da falta de água. E o desespero surge em situações inesperadas. A suspensão do cotidiano surge no momento em que um ato corriqueiro e feito muitas vezes sem pensar não surte mais efeito. Lara conta que surgiu o desespero no momento em que a bomba de água já não havia o que bombear. “*Imagina uma vida sem água*”, questiona Lara, prevendo a possibilidade da necessidade da errância, experimentada, conhecida e retratada, como no romance *Vidas Secas* (RAMOS, 2008) e que faz parte da história de muitas famílias do Assentamento Reunidas. As mudanças climáticas já produzem seus desesperados (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014a). As mudanças climáticas já provocam muito medo, como pode ser visto na fala de Maria, 32 anos:

Entrevistador: *Por conta dessa falta de chuva o pessoal que tem irrigação não teve problemas no ano passado?*

Maria: É, tiveram porque assim, o nível da água baixava muito rápido.
Entrevistador: *Do poço?*

Maria: *Tanto do poço, quanto do rio, baixava muito rápido, quem irrigava ali estava intercalando, umas duas vezes só por semana porque baixava muito a água, e não chovia, não chovia. E o medo, vai todo mundo ficar sem água.*

E o medo! É o sentimento expressado por Maria ao relatar aquele contexto. Esta expressão é importante de ser cuidadosamente compreendida. Ela aparece depois do relato do desespero de perceber que a chuva não vinha. O fato de a chuva não aparecer fez com que os agricultores passassem momentos de medo, incertezas e desespero. Olhar para o céu e não ver as nuvens de chuva passou a ser um pesadelo para estes agricultores, pois suas plantações estavam todas esturricadas, morrendo por falta de água e por causa do sol rigoroso.

O medo! O medo tem como base a retirada das referências que até então faziam parte do cotidiano. O que será do futuro? *Há futuro por vir?* (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014a). O medo é a ausência de futuro. E se a chuva nunca mais cair? O medo da guerra leva pessoas a deixarem seus países, ou a pegarem em armas. O medo do clima já causou e ainda causa muitas migrações e imigrações. Muitos são os que passaram a ter medo do clima, o mesmo clima que outrora era um companheiro bem conhecido.

Não se constrói um futuro com medo, com insegurança, com incertezas. *Como agir em um mundo incerto?*, é a pertinente pergunta feita por Callon et al, (2001), para tentar entender um mundo onde a ciência e a política não conseguem mais dar boas respostas. “*E o medo, vai ficar todo mundo sem água?*”, se perguntava Maria, angustiada a olhar para o céu em busca de um sinal de esperança em uma nuvem escura.

Mas, enfim, a água tombou dos céus, vindo de São Pedro, da procissão que lavou o cruzeiro com água, das promessas de Dona Catarina à Padim Cícero, ou porque simplesmente a chuva tinha mesmo que chegar em algum momento. Mas a experiência do medo deixa marcas na alma: quando o terror voltará, se perguntavam todos ressabiados? Como o clima é incompreensível, o que esperar do futuro? Como faremos para plantar? Em que mês lançar as sementes ao solo? Chegará o dia em que as chuvas não mais cairão do céu? Segundo Dona Aparecida essa é uma possibilidade plausível.

Dona Aparecida: (...) *Eu acredito que Deus vai fazer isso, vai acabar*

tudo seco, porque tem tanta poluição e veneno no céu que a chuva não consegue cair do céu. Porque até hoje ninguém descobriu como que a chuva cai do céu, é um mistério.

O trauma surgido do medo produz pessoas inseguras, angustiadas e cheias de perguntas. As poucas ou quase nenhuma resposta causam ainda mais medo e insegurança, como pode-se notar na fala de Dona Aparecida, que baseada em suas crenças, formula uma ideia de futuro onde a chuva não mais cairá dos céus. Não cairá, pois existe muito veneno no céu, fruto da poluição humana.

Conforme indaga Tarde (2013) em seu ensaio *Fragmentos de uma história futura*, seremos obrigados a adentrar a terra e vivermos de minerais? Ou seguiremos para as estrelas, como no filme *Interestelar*, que retrata justamente um contexto climático que impede a produção agrícola (INTERESTELAR, 2014)? De fato, não há respostas, somente uma constatação: a de que as mudanças climáticas já produzem subjetividades voltadas ao medo e ao desespero. A constatação é de que as mudanças climáticas já alteraram as estratégias de vida e o modo de ser e estar no mundo dos assentados.

É isso que pode ser percebido, pois são vários os relatos dos assentados que dão conta de que atualmente não é mais possível saber quando lançar as sementes ao chão. O clima, que antes era um companheiro fiel, com o qual podia-se contar, hoje é *um desconhecido*. O olhar para o céu do agricultor, hoje, é com desconfiança. O que resta, nesse contexto é buscar um ponto de apoio, uma esperança na tradição religiosa, como mostra Seu Luiz, 67 anos: “*Rapaz, olha, sinceramente, eu vou falar pra você, tudo depende daquele Homem que tá lá em cima [Deus], porque se ele não mandar chuva, pode plantar do jeito que você plantar, se não tiver a chuva... Quem produz com um sol desse, moço?*”

Dentro do universo simbólico da cosmologia religiosa que perpassa a cultura dos assentados, uma boa plantação está ligada à vontade e à graça divina, pois, segundo a fala de Seu Luiz, quem faz chover, ou melhor, “manda a chuva”, é uma entidade que está fora do alcance dos agricultores. A fala anterior de Dona Aparecida também tocava nesse tema, ao dizer que ninguém sabe como faz chover. A chuva, portanto, é um mistério reservado à divindade e um elemento central no processo produtivo e no universo sociocultural dos assentados, visto que é ela que garante uma boa produção e abastece os poços que garantem a água para a casa e para a irrigação.

Outrossim, a propósito das cosmologias religiosas que tentam dar um alívio às angustias causadas pelas mudanças climáticas, vale trazer a fala de Dona Catarina, 81 anos, que diz que as mudanças no clima acontecem por conta da própria ambição

do ser humano.

Dona Catarina: *É menino, só sei dizer que está escrito na palavra, o dia que os homens quiserem mexer no tempo Deus ia mudar o tempo. E é o que está acontecendo. As plantas estão tudo mudada. O tempo, o tempo está tudo mudado que a gente não sabe quando é que chove e quando que não chove. Quando planta e quando não planta...*

Entrevistador: *E a senhora acha que vai melhorar ou piorar isso?*

Dona Catarina: *Só vai é piorar! E você não sabe da história de Sodoma e Gomorra? Deus mandou um anjo para achar dez justos que fosse e o anjo não achou. E mandou outra vez. Até que sobrou só uma família e pronto, Deus acabou com a cidade todinha. E é isso que vai acontecer. Deus está mandando sinal, mas a gente não respeita. Ai o que vai acontecer?*

Como visto, os assentados já sentem alterações no sistema climático do planeta. E os sinais aos quais Dona Catarina se refere são os impactos experimentados pelos agricultores em suas vidas cotidianas. O homem mexer no tempo, leia-se aqui, no clima, remete-se a todas as interferências humanas no que, para Dona Catarina, e tantos outros assentados, é criação e a obra de Deus. E o castigo de Deus, dentro desta chave de leitura do mundo, é a transformação de todo esse sistema climático, o que levaria e tem levado o ser humano a muitas dificuldades.

Dona Catarina afirma ainda que esse cenário vai se tornar cada vez mais difícil, se mostrando pessimista quanto ao futuro. E para mostrar esse pessimismo uma passagem bíblica é *mobilizada* para expressar o seu sentimento em relação ao futuro e esse sentimento é de que assim como Deus destruiu a cidade de Sodoma e Gomorra, Ele destruirá o planeta. “*E é isso que vai acontecer*”, diz ela. Com essas palavras é possível perceber que, assim como Dona Aparecida, as expectativas de futuro além de serem incertas, elas se anunciam catastróficas.

As duas falas precedentes mostram que esse é o resultado da relação estabelecida entre homem e mulher e natureza na era capitalista industrial. E como apontou Willians (2011), a maneira como tratamos a nossa relação com a natureza está nos conduzindo a uma realidade de consequências imprevisíveis e, ainda, em grande medida, negligenciadas. Entretanto, é possível perceber que existem populações que já percebem os efeitos dessa relação predadora com a natureza, resultado de

um modo de produção e modelo econômico, que não escapa aos olhos de Dona Júlia, 67 anos. Um modelo que apaga a diversidade de experiências em prol de uma experiência sintética e técnica, a semente da Monsanto, *versus* as sementes crioulas, tradicionais e plurais.

Entrevistador: A senhora tem percebido uma mudança no clima?

Dona Júlia: *Sem dúvida mudou e muito, se não, não tava aí o povo tudo doente. Essa mudança de clima somos nós que somos culpado, né filho, infelizmente. A cabeça do povo, o capitalismo, ele tem uma estratégia de mudar a mente. Que nem o transgênico, a Monsanto, essas outras indústrias, eles já produz essas semente pra depender do agrotóxico, uma coisa puxa a outra. Se você vai modificar as sementes, mas precisa do adubo, do veneno, tá entendendo? A não ser que, onde você vai achar uma semente crioula hoje? Não tem!*

A fala de Dona Julia traz alguns pontos que podem ser tomados como o resumo dos problemas enfrentados dentro deste contexto de alterações no clima discutidos até aqui. A sua percepção das mudanças climáticas está ligada ao aumento no número de doenças, a tecnificação, à perda de sementes tradicionais e à dependência da agricultura de agrotóxicos e adubos químicos dentro de um modelo de economia capitalista. Como ela mesmo disse, uma coisa puxa a outra, ou seja, um sistema interligado que causa danos ao planeta e as pessoas. E na sua leitura, os culpados somos todos nós, ou seja, as mudanças não são resultado de algo sobrenatural, mas sim da ação humana. Essa fala é importante por dois motivos.

Primeiro, ela mostra que a interpretação feita pelos assentados das mudanças climáticas não se restringem somente aos elementos religiosos. De fato, existe uma leitura de mundo, por parte dos assentados, que sabem identificar as questões econômicas e sociais que estão envolvidas nesse processo de degradação do planeta. O discurso religioso, nesse sentido, deve ser lido como uma expressão discursiva entremeada de componentes políticos, sociais e econômicos que compõem a percepção das mudanças climáticas.

Segundo, ao dizer que “*nós que somos culpado*”, Dona Julia assume sua parte na culpa. E é importante que todos assumamos nossa parcela na catástrofe do clima, pois o limite do respeito foi ultrapassado. Todavia, não se pode eximir de culpa maior os que contribuem de forma mais decisiva para que vivamos em um período de ausência de futuro ou em um futuro “cada vez pior”. Stengers (2013;

2015) nomeia de “nossos responsáveis” a estes que deve-se colocar a maior parte da culpa pelas mudanças climáticas. Esses responsáveis, em grande medida, surgem da articulação entre política e ciência. Ou, como na nomeação de Callon et All (2001), esses são os “responsáveis políticos”. Pensando sobre esse ponto, Anders (2007) será ainda mais radical do que essas proposições ao dizer que a humanidade, no caso dos meios que produzem os *tempos ausentes de futuro*, está dividida entre aqueles que são os culpados e os que são vítimas. Para o autor, é falso pensar que esse momento histórico é resultado da ação de todos os homens, pois são as decisões político-econômicas de parte da humanidade que provocou essa situação.

Essa dualidade, portanto, não é mobilizada somente para retirar a responsabilidade de parte das pessoas, mas sim como um instrumento de reação: “Temos que ter em conta essa dualidade na nossa reação: nosso trabalho tem por nome ‘combate’” (ANDERS, 2007, p.33. Tradução nossa)⁷. Para Anders (2007), portanto, essa dualidade é um instrumento político de ação, visto que a concretização da sensação de ausência de futuro produzirá uma única humanidade vencida. Isso é, o fim da humanidade ou o fim do mundo.

É nessa mesma esteia que Michael Foessel (2012), afirma que a constatação e a formulação de discursos sobre o fim do mundo devem ultrapassar os sentimentos de angústia, medo e de falta de lugar no mundo para a ocupação de espaços de ação para pensar a fundação de uma nova ordem cosmopolita. Os elementos que formam, portanto, a interpretação da existência social dos assentados mesclando a constatação das alterações no clima com angústias acerca da vida futura, quer passando por leituras religiosas, quer por constatações socioeconômicas, podem ser a base para a construção de uma nova ordem social.

OBSERVAÇÕES FINAIS (OU EM BUSCA DE UM LUGAR NO MUNDO)

Para sair da simples constatação do eminente desastre, Anders (2007) procura uma alternativa ao afirmar que as antigas gerações não poderiam ter percebido o tamanho do problema em que estávamos inseridos e as próximas gerações, talvez, não terão oportunidade de transformação, pois é muito provável que seja tarde demais. Por isso, para o referido autor, diferente dos apocaliptistas judeus e cristãos que esperam e sonham com o apocalipse que irá estabelecer o reino da paz e harmonia, o objetivo da geração presente é o de impedir o apocalipse, pois o que nos aguarda não é algo positivo, mas sim uma ameaça real em meio ao cotidiano da técnica, que poderá por fim a experiência humana no planeta.

Nossa geração é apocaliptistas por uma questão de erro e, assim, para continuarmos

⁷No original: « Nous devons tenir compte de cette dualité dans notre réaction : notre travail a pour nom ‘combat’ ».

a gozar da existência do *ser* é imprescindível frear o apocalipse com uma resposta tão real quanto a ameaça. A conservação do mundo, portanto, só será possível em um mundo diferente do atual, por isso a única certeza que deve guiar as ações humanas é que temos que correr mais rápido que as gerações anteriores e mais rápidos que o curso do próprio tempo para mitigar “o tempo do fim” (ANDERS, 2007).

E partir da constatação dos problemas para pensar as possibilidades é algo incontornável, segundo Benjamin (2012), pois somente a partir do momento em que são identificados os princípios que fundamentam a tradição cultural da dominação, para saber dizer os horrores e as destruições, é que se torna possível trazer a tona outras possibilidades de vidas vividas, de relação com a natureza e de ser e estar no mundo. Assim, para Leff (2005, 2010), ao se elaborar críticas ao modelo de racionalidade e de produção hegemônicos, é importante propor a construção de outro modelo, que seja baseado em uma racionalidade ambiental e que leve em consideração as dependências e as diferentes formas de indeterminação na relação sociedade e natureza. Essa proposta aponta para um conceito de socialismo e racionalidade ambiental, diante do totalitarismo político e científico, que se funde na “[...] apropriação social e na gestão democrática e participativa do ambiente, concebido este como um sistema de recursos, de meios de produção, de potenciais produtivos e de condições de existência” (LEFF, 2010, p.126).

O que é também ponderado por Marcuse (1973), ao afirmar que só é possível construir uma alternativa ao modelo hegemônico da ciência e da técnica desde que surja resistência por parte das populações onde o processo de industrialização e introdução de tecnologias ainda não ocorreu ou não se consolidou. Como, por exemplo, no Assentamento, que vive uma realidade no entremeio da tradição e do modelo hegemônico, e que, por isso, tem a potencialidade de mostrar alternativas criativas ao modelo puro. Essa proposta seria a de realizar uma política planejada que não sobreporia a industrialização e a tecnologia hegemônicas aos estilos de vida, trabalho e modo de produção dessas comunidades, mas colocaria essas bases técnicas para ampliar e melhorar as bases já existentes. Garantindo, assim, o desenvolvimento de uma existência humana integrada a natureza e respeitando todos os viventes, quebrando, definitivamente, a redoma que separa e eleva as pessoas acima da natureza (DANOWSKI; VIEIROS DE CASTRO, 2014b).

Assim, pensando em ações concretas, Jollivet (2015) afirma que diante de um futuro pleno de incertezas, o mínimo que temos a fazer é pensar sobre um novo modelo de sociedade, um modelo cidadão, e ter esse modelo como algo a seguir. Um modelo que, segundo o autor, supere a noção dos Estados Nacionais, visto que as mudanças climáticas não podem ser retidas nas fronteiras dos países. É

necessário, portanto, pensar soluções dentro de uma chave político social que compreenda a relação da vida das espécies como um todo. Segundo Ceceña (2013) a alternativa passaria pela constituição de *Territórios da natureza* como o primeiro caminho para pensar uma mudança civilizacional onde a “Madre Tierra” voltaria a ser sujeito da história.

Essas propostas significariam um pacto de paz com o planeta Terra e a formulação de uma proposta de vida mais lenta (desacelerada), como diria Stengers (2013; 2015), fugindo do crescimento a todo custo do capitalismo financeiro e criando uma possibilidade de futuro que não seja a barbárie. O mal estar causado pelas mudanças climáticas em nossas vidas é, de fato, um chamado à resistência a esse modelo de crescimento a todo custo. Um modelo no qual nós estamos compreendidos, o que significa uma luta contra nós mesmos. Uma luta que significa

[...] criar uma vida “depois do crescimento”, uma vida que explore as conexões com novas potências de agir, sentir, imaginar e pensar (...) de aprender concretamente a reinventar modos de produção e de cooperação que escapem as evidências de crescimento e de competição (STENGERS, 2013, p. 14. Tradução nossa)⁸.

E justamente por isso Ceceña (2013) defende a necessidade de uma refundação do mundo por meio de uma profunda transformação cultural, onde possam surgir visões de mundo não capitalistas. Isso implicaria mais que uma tomada de governo, mas sim a geração de uma cultura de mundo em que caibam todos os mundos (“mundo-en-el-que-caben-todos-los-mundos”).

Também Danowski e Viveiros de Castro (2014b) chamam atenção para a necessidade de fugir desse modelo capitalista baseado no crescimento e desenvolvimento para escapar dos dramas sociais e ambientais atuais. Para os autores, portanto, é necessário deslocar esse conceito de desenvolvimento e crescimento a todo custo dirigindo os olhares para os países *superdesenvolvidos* ou *excessivamente desenvolvidos*. Os Estados Unidos, com seu modelo “*American way of life*”, é a expressão máxima desse superdesenvolvimento, consumindo quatro vezes mais que o restante da população do planeta, ou seja, “há gente de menos com mundo demais e gente demais com mundo de menos” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014a, p.129).

A ideia, assim, consistiria em elaborar um fundamento econômico cujo objetivo

⁸ No original: « (...) créer une vie « après la croissance », une vie que explore des connexions avec de nouvelles puissances d’agir, de sentir, d’imaginer et de penser (...) d’apprendre concrètement à réinventer des modes de production et de coopération qui échappent aux évidences de la croissance et de la compétition ».

principal seria efetuar a distribuição da riqueza existente e não, somente, em produção de riqueza. Essa “*des-economia*”, ou simplesmente a partilha do que é produzido levando em conta todos os viventes, segundo os autores, além de provocar uma libertação no que tange ao crescimento econômico contínuo, provocaria uma certa insurreição cultural no processo de “*zumbificação do cidadão-consumidor*”. Cidadão-consumidor que tem incutido em sua existência certa angústia que faz os luxos de ontem se tornarem as necessidades de hoje. Assim, esse deslocamento permitiria trazer à tona um modelo de desenvolvimento não ligado estritamente ao binômio: crescimento econômico igual à saída da pobreza.

Stengers (2013) possui uma posição mais radical diante dessa proposta de Danowski e Viveiros de Castro (2014a) ao lançar a noção de “*Slow Science*”. Para autora, diante da barbárie anunciada urge a aceleração da desaceleração das ciências e da civilização. Vendo a ciência como uma das bases do processo de desenvolvimento e crescimento, a chave alternativa seria diminuir de forma rápida todos os ritmos. Esse movimento “*slow*” na ciência e em vários outros setores, para a autora, tem a capacidade de refutar a racionalidade do capitalismo.

Deste modo, a alternativa mostra-se para Danowski e Viveiros de Castro (2014a, 2014b), a partir da organização social das comunidades do mundo que ainda conservam uma relação com o mundo material em outros moldes – onde o Estado é dispensado, a terra é vista como parte integrante da vida social e tida como local de onde emana a autonomia política, econômica e social, a despeito da megamáquina do capitalismo de consumo e da produção 24 horas por dia. Sociedades que não se preocupam com a possibilidade de um futuro melhor, mas que se baseiam no presente, e tentam fazer dele o melhor possível.

Nesse sentido, Ceceña (2013) defende que os povos Mesoamericanos, Mayas e outros têm muito a contribuir a respeito da recuperação de modos alternativos e mais comunitários de organização, em que estão incluídos geografia, natureza e cosmos. Para a autora, esses elementos clamam para uma transformação radical da vida em que a “*Madre Tierra*” não é vista como nossa, mas sim que nós pertencemos ao planeta.

As profecias do fim do mundo, neste sentido, são anunciadas para que haja uma possibilidade de que elas não ocorram. Identificar os grupos sociais que já sofrem com as mudanças climáticas, servem para pensar caminhos para que elas parem. A palavra de ordem, portanto, é de que *temos o dever de sermos pessimistas*. Essa é a única via, segundo Danowski e Viveiros de Castro (2014a, p.115) citando Anders, de se fazer “[...] um combate travado no ‘tempo do fim’ para recuar ‘o fim dos tempos’”. Isso porque, continuam os autores, “falar no *fim* do mundo é falar da

necessidade de imaginar, antes que um *novo mundo* em lugar deste nosso mundo presente, um *novo povo*; o povo que falta” (p.159). Em outras palavras, como estava grafitado na entrada da Universidade de Paris X, como sendo um lema de esperança a se seguir: “*Um outro fim do mundo é possível*”.

REFERÊNCIAS

ANDERS, G. **Les temps de la fin**. Paris: L’Herne, 2007.

ARBAROTTI, A. E. **Disputas e hierarquias no acesso à água em assentamentos de reforma agrária**. Tese (Doutorado em Sociologia). São Carlos: UFSCar, 2018.

BENJAMIM, W. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. 1ª. Ed. São Paulo; Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas v.3)

_____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras escolhidas v.1)

BORGES, M. S. L. **Terra. Ponto de partida, ponto de chegada: Identidade e luta pela terra**. São Paulo: Anita, 1997.

CALLON, M. LASCOUMES, P. BARTHE, Y. **Agir dans un monde incertain : essai sur la démocratie technique**, 2001.

CECEÑA, A. E. **La Madre tierra como sujeto de la historia**. Observatório Latino Americano de Geopolítica. Revista ALASRU, 2013. Disponível em: <http://www.geopolitica.ws/media/uploads/alaru.pdf>

DANOWSKI, D. VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir? Ensaios sobre os medos e os fins**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2014a.

_____. **Diálogos sobre o fim do mundo**. Entrevista. Jornal El País, 2014b. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/29/opinion/1412000283_365191.html

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FOESSEL, M. **Après la fin du monde : critique de la raison apocalyptique**. Paris : SEUIL, 2012.

G1 NATUREZA. “**Será que estamos entrando na sexta grande extinção?**”, **diz brasileira sobre estudo da ONU de espécies ameaçadas**, 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/05/06/sera-que-estamos-entrando-na-sexta-grande-extincao-diz-brasileira-sobre-estudo-da-onu-de-especies-ameacadas.ghtml>

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARARI, Y. N. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

INTERESTELAR. Direção: Christopher Nolan: Warner Bros Pictures, 2014.

JOLLIVET, M. **Pour une transition écologique citoyenne**. Paris : Charles Léopold Mayer, 2015.

LEFF, E. **Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. México: Siglo Veintiuno Editores, 2005.

_____. **Epistemologia ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**. O homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1973.

MARTINS, R. C. **Sociologia da governança francesa das águas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, p. 83-100, 2008.

_____. **A construção social da economia política da água**. Sociologia (Lisboa), v. 2013, p. 111-130, 2013.

NORDER, L. A. C. **Políticas de Assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil**. 2004.

PIMM, S. L. et all. **The biodiversity of species and their rates of extinction, distribution, and protection**. Revista Science Vol. 334, Issue 6187, 1246752, 2014.

RAMOS, G. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

STENGERS, I. **Au temps des catastrophes** : résister à la barbarie qui vient. Paris : La Découverte, 2013.

_____. **“Le prix du progrès”** : discussion avec Isabelle Stengers sur les sorcières néopaiennes et la science moderne. Revista Jef Klak(on line). Abril, 2015.

TARDE, G. **Fragmentos de história futura**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2013.

WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Unesp, 2011.

the dynamics of deforestation in the settlements located in the Portal is essential to be sought to implement perhaps a more sustainable model-able to reconcile the forest conservation and still improve the settlers living condition as well as reducing conflicts and rural poverty.

KEYWORDS: Deforestation; Agrarian reform settlements; Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Os assentamentos na Amazônia são fundamentais para a distribuição de terras, porém sua implementação ainda traz muitos problemas ambientais e sociais, o que tem levado a críticas sobre as condições de sustentabilidade dos mesmos. Dados apontam por exemplo, que os assentamentos são responsáveis por parcela significativa do desmatamento no bioma amazônico. Segundo o IPAM (2016) no ano de 2016 o fenômeno aconteceu prioritariamente em terras privadas (35,4%), seguidas por assentamentos (28,6%) e terras públicas não destinadas e áreas sem informação cadastral (24%).

Então, em se tratando dos assentamentos rurais, avaliar o impacto ambiental ocasionado por este grupo local, está se tornando um dos empregos mais frequentes da utilização de indicadores. Em 2009, Guimarães e Feichas discorrem sobre os desafios na construção de indicadores de sustentabilidade e, a partir de pesquisa bibliográfica analisaram cinco propostas de indicadores a fim de identificar alguns desafios a serem superados em sua construção, para que sejam capazes de promover mudanças de comportamentos e subsidiar decisões.

Alcorinte et al (2013) avaliaram as variáveis ambientais de assentamentos beneficiados pelos programas de reforma agrária da Região Central do estado de São Paulo utilizando métricas como Score Ambiental por unidade produtiva (SA) e Análise Individual de Variáveis (AI). Ainda em 2013, Leite Júnior et al (2013), buscaram - em três assentamentos de reforma agrária - localizados no Município de Goiás, mensurar a sustentabilidade dos assentamentos beneficiados pelos projetos de reforma agrária pelas políticas de governo federal e estadual considerando-se os aspectos ambientais a fim diagnosticar possíveis entraves que possam ser superados para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Silva e Vieira em 2014, selecionaram 28 indicadores extraídos de um diagnóstico socioambiental efetuado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA e testou a ferramenta conhecida como Barometro da Sustentabilidade em 12 assentamentos localizados no Pará, a fim de analisar o nível de sustentabilidade destes. O autor identificou que os principais passos na análise da sustentabilidade

dos assentamentos são a identificação dos temas, o estabelecimento dos indicadores, a definição dos limites dos indicadores e a avaliação dos mesmos na construção do índice de sustentabilidade e concluiu que em relação a dimensão ambiental a maioria dos assentamentos classificaram-se como potencialmente insustentáveis.

Mais recentemente Ribeiro et al (2016), ao entenderem que os indicadores ambientais vêm se consolidando como ferramenta de subsídio às políticas públicas em assentamentos rurais, se propuseram através de um levantamento realizado nas bases de dados Scopus, Scielo e Portal de Periódicos CAPES, entre 2000 a 2014, e utilizando palavras-chave como indicadores ambientais e assentamentos rurais, a analisar indicadores e metodologias utilizadas pelos autores da área e a investigar laços de citação entre os mesmos.

É sensível a percepção de que indicadores demandam diferentes características para alcançarem suas finalidades e, no âmbito dos assentamentos rurais, constata-se que estes referem-se à dimensão social, econômica, institucional e incipientemente a ambiental no que diz respeito a avaliar os impactos causados pelos assentamentos. O objetivo deste texto então, foi caracterizar a dinâmica do desmatamento em assentamentos localizados no Território Portal da Amazônia, localizado no norte do estado do Mato Grosso.

DESENVOLVIMENTO

Indicadores são variáveis definidas para medir um conceito abstrato, relacionado a um significado social, econômico ou ambiental, com a intenção de orientar decisões sobre um determinado fenômeno de interesse. Permitem balizar o entendimento e o andamento das ações e são fundamentais para avaliar objetivos, metas e resultados propostos.

Existem muitas definições e justificativas para o uso de indicadores. Para Kayano e Caldas (2002, p. 02), os indicadores são a descrição por meio de números de um determinado aspecto da realidade, ou números que apresentam uma relação entre vários aspectos, já para Cannavó (1999), citado em Leporace, (1999, p.48) são uma construção conceitual que utiliza fenômenos ou comportamentos observáveis, os quais podem ser postos em evidência, aprendidos indiretamente mediante simbologias, medidas padronizadas singulares ou compostas, que dá ausência, presença ou intensidade de tais fenômenos ou comportamentos, deduz a dimensão de um conceito (CANNAVÓ, 1999, p.7 apud LEPORACE, 1999).

Como a sua utilização torna possível acompanhar e caracterizar as diferentes dimensões em seus vários espaços, sua aplicabilidade vem crescendo em diversas áreas de conhecimento entre as quais estão as áreas ambientais e agrárias. Assim,

Ramos (1997) coloca que “com a necessidade em se simplificar objetos de estudo” surge a necessidade de se aplicar indicadores capazes de “representar distintos constituintes de um sistema e que ainda sejam relevantes para tal”.

Os indicadores são classificados em quatro dimensões: a **dimensão social**: desdobrada em população, trabalho e rendimento, saúde, educação, segurança social e habitação, a **dimensão econômica** onde analisam-se índices relacionados a quadro econômico, energia e transportes, a **dimensão institucional**, que busca estudar temas relacionados ao quadro e a capacidade institucional do objeto de estudo e finalmente a **dimensão ambiental** que diz respeito ao uso dos recursos naturais e a degradação e se desdobra em temas relativos a terra, água doce, biodiversidade e saneamento.

Corroborando então, com as de definições de McQueen e Noak (1988) que tratam um indicador como “uma medida que resume informações relevantes de um fenômeno particular”, de Holling (1978) de que um indicador é “uma medida do comportamento do sistema, em termos de atributos expressivos e perceptíveis” e da OCDE (1993), Cooperação e Desenvolvimento Econômico de que um indicador “deve ser entendido como um parâmetro -ou valor derivado de parâmetros -que aponta e fornece informações sobre o estado de um fenômeno com uma extensão significativa” (OECD, 1993) e, sendo os mais desejáveis, aqueles que resumam ou simplifiquem as informações relevantes, façam com que certos fenômenos que ocorrem na realidade se tornem mais aparentes (GALLOPIN, 1996).

METODOLOGIA

O recorte espacial - Território Portal da Amazônia (TPA)¹ - abrange uma área de 111.167,50 Km², área de fronteira agrícola onde a discussão entre preservação ambiental e abertura de novas áreas para produção agropecuária é marcante. É composto por 16 municípios: Alta Floresta, Apicás, Carlinda, Colíder, Guarantã do Norte, Marcelândia, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Monte verde, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte e Nova Santa Helena (SIT/MDA, 2010) e trata-se de uma região localizada em pleno arco do desmatamento da floresta amazônica, na qual os conflitos socioambientais ocasionados pelo avanço da fronteira agrícola estão ainda muito presentes.

Optou-se pela realização de uma pesquisa exploratória, muito utilizada para

¹Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL).

realizar um estudo preliminar do principal objetivo da pesquisa que será realizada, ou seja, familiarizar-se com o fenômeno que está sendo investigado, de modo que uma pesquisa subsequente possa ser concebida com uma maior compreensão e precisão. Para a coleta dos dados trabalhou-se com dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária para obter a caracterização dos assentamentos (tamanho e número de famílias assentadas), bem como indicadores (para caracterizar o desmatamento) disponibilizados por:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Neste acesso, foi possível obtenção de dados sobre o crescimento populacional (entre os anos de 2008 a 2016), da evolução da área plantada com soja das cidades que compõem objeto de estudo (2000 a 2015) e também da evolução do efetivo bovino nos últimos 15 anos na região estudada.

- Imazon: Acesso (através de dados gerados pelo SAD) a números relativos ao desmatamento no território entre 2014 e 2016.

- Inpe: Acesso aos focos de queimada entre 2014 e 2016.

RESULTADOS

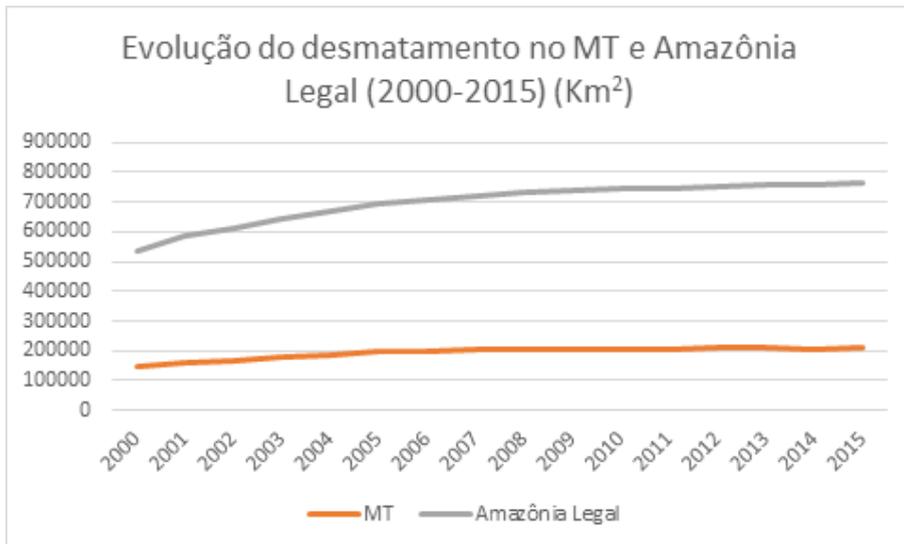
O Gráfico 1 ilustra a evolução do desmatamento no Mato Grosso no período de 2000 a 2015 e permite visualizar o contínuo crescimento do desmatamento no estado, fenômeno acompanhado pelo TPA. As taxas mais intensas são registradas até o ano de 2005 quando o processo se estabiliza em taxas menos acentuadas.

A dinâmica do desmatamento na região do estudo é apresentada nas Figuras 01 e 02 abaixo. No primeiro mapa visualiza-se o desmatamento até o ano 2000 e na figura seguinte, o desmatamento acumulado até o ano de 2015. A evolução dos dados permite observar que o desmatamento possui crescimento em direção a região norte e noroeste do estado.

Os assentamentos de reforma agrária têm entrado de forma efetiva no debate sobre o desmatamento da Amazônia nos últimos anos (IMAZON, 2016). Entretanto, esse processo de criminalização ambiental dos assentamentos tem acontecido sem uma análise mais profunda da dinâmica do desmatamento dentro dos mesmos, sem levar em consideração outros aspectos além daqueles referentes à proporção da área desmatada e o percentual de contribuição anual para a perda de florestas (2016, p. 15) na região de estudo.

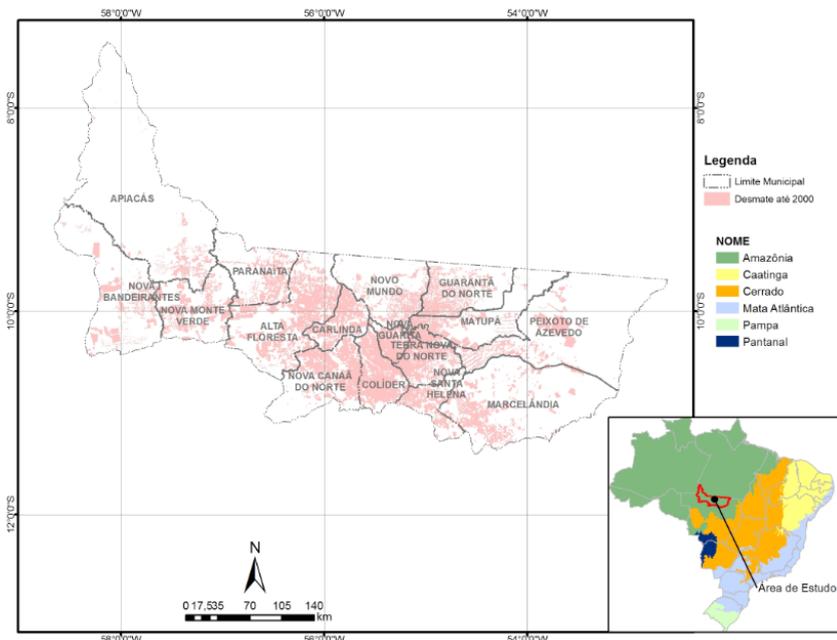
Existem no Brasil 9.128 mil assentamentos de reforma agrária, com 956.543 famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No Mato Grosso, são aproximadamente 549 assentamentos e cerca de 80 mil famílias assentadas.

Gráfico 1 - Evolução do desmatamento no MT e Amazônia Legal entre 2000 e 2015.



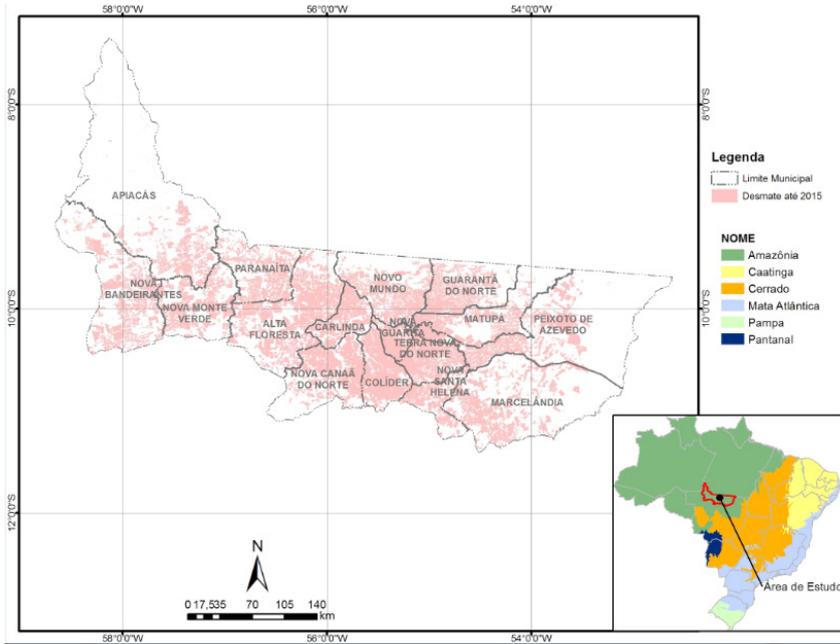
Fonte: www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodes.php.

Figura 01- Desmate até 2000 no TPA.



Fonte: www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodes.php.

Figura 02 - Desmate até 2015 no TPA.



Fonte: www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodes.php.

Considerando especificamente o objeto de estudo, o Portal da Amazônia possui 76 Projetos de Assentamento convencionais (PAs), o que corresponde a mais de 13% dos projetos do estado. Estes projetos ocupam cerca de 26% da área total destinada a reforma agrária dentro do Mato Grosso, sendo que foram assentadas mais de 19.400 famílias na região (cerca de 24% do total de assentados do estado). O quadro abaixo buscou fazer um retrato do número de assentamentos no Território, bem como o número de famílias assentadas e da área destinada (em hectares) a sua ocupação.

No estado do MT 96% dos assentamentos são convencionais e apenas 4% diferenciados² (como PDS, PAF, PAE). No Portal da Amazônia, os PAs (projetos de assentamentos convencionais) são quase a totalidade e suas dinâmicas migram da lógica de colonização do território para uma lógica de apoio à produção no campo e de redistribuição de terras. Os PAs reinaram quase que absolutos até 1988, quando a categoria de assentamento ambientalmente diferenciado, inaugurada pela modalidade PAE, foi criada, quebrando o paradigma produtivo de base não florestal praticado na maioria dos PAs, e acolhendo uma lógica

²Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projetos de Assentamentos Florestais (PAF) e Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE).

produtiva que valorizava a floresta em pé (IMAZON, 2016). Entretanto, apenas dois PDS (Projetos de Desenvolvimento Sustentável) existem no Portal.

Tabela 01 - Assentamentos - Informações Gerais.

MUNICÍPIO	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ÁREA PA
ALTA FLORESTA	1603	92765,9497
APIACÁS	273	14843,1715
CARLINDA	115	5359,4885
COLÍDER	1867	68071,6024
GUARANTÃ DO NORTE	2455	155664,0094
MARCELÂNDIA	359	11749,1643
MATUPÁ	1294	90472,8988
NOVA BANDEIRANTES	1200	106918,6469
NOVA CANAÃ DO NORTE	983	63733,0507
NOVA GUARITA	491	27092,472
NOVA MONTE VERDE	123	8098,645
NOVO MUNDO	2973	496504,1625
PARANAÍTA	818	35092,8204
PEIXOTO DE AZEVEDO	2404	196365,9089
TERRA NOVA DO NORTE	2515	279527,9871
Total Geral	19473	1652259,978

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2016.

Quatro municípios do TPA (Guarantã do Norte, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte) respondem por 68% das áreas de assentamento no Território e 53% das famílias instaladas nos assentamentos.

Os assentamentos da reforma agrária têm despontado como um dos principais focos de desmatamento na Amazônia nos últimos anos. Este fato tem sido ressaltado principalmente pela mudança no perfil do tamanho do desmatamento na região, de grande para pequenos polígonos (ALENCAR et al., 2013 apud IMAZON, 2016, p. 41). Padrão este que tem se repetido dentro dos assentamentos, e que tem impactado as suas taxas anuais de conversão florestal.

Dados retirados do PRODES/INPE e Projeto Radis-UnB demonstram que os assentamentos do TPA contribuem com taxas de até 50% do desmatamento municipal. A Tabela 02 ilustra esses dados.

Ressalta-se que o Projeto Radis-UnB em sua fase atual não atua em todos os

municípios do TPA e, portanto, as informações são restritas aos dez municípios de atuação do projeto. Ainda assim, é possível identificar aspectos relevantes da dinâmica e correlação entre assentamentos e desmatamento na região.

O município de Guarantã do Norte, com área de 471.300 hectares é o mais destacado neste processo. Cerca de 46% de sua área está destinada a assentamentos de reforma agrária e foi identificado pelas imagens de satélite analisadas pelo Projeto Radis-UnB que 122.546,44 hectares foram desmatados em assentamentos até 2015, correspondendo a 50% do desmatamento total (243.190 hectares) acumulado no município.

No caso de Matupá, 33% do desmatamento municipal ocorre em áreas de assentamentos e em Peixoto de Azevedo esta taxa é de 30%. Já os assentamentos do município de Novo Mundo respondem por 27% do desmatamento total da cidade até o ano de 2015.

Tabela 02 - Contribuição dos assentamentos ao desmatamento em municípios do TPA.

Municípios	Área Assentamentos ¹	Área município ²	Desmate até 2008 ¹	Desmate após 2008 ¹	desmate total nos assentamentos ¹	Desmate até 2015 município ²	área assent/município	desmate assent/desmate município
	(hectares)						%	%
CARLINDA	5.383,31	241.700,00	2.334,03	494,39	2.828,42	172.400,00	2%	2%
GUARANTA DO NORTE	215.597,10	471.300,00	118.074,31	4.472,13	122.546,44	243.190,00	46%	50%
MARCELANDIA	11.814,94	1.229.500,00	10.703,10	194,03	10.897,13	357.260,00	1%	3%
MATUPA	91.388,60	515.100,00	53.854,99	11.452,18	65.307,17	198.250,00	18%	33%
NOVA GUARITA	24.350,75	108.700,00	15.920,45	1.542,04	17.462,49	93.240,00	22%	19%
NOVA MONTE VERDE	3.044,97	527.700,00	2.336,35	15,46	2.351,81	237.500,00	1%	1%
NOVO MUNDO	91.717,47	580.300,00	62.233,85	6.543,77	68.777,62	254.690,00	16%	27%
PEIXOTO DE AZEVEDO	142.917,81	1.440.000,00	95.156,66	9.162,50	104.319,16	352.170,00	10%	30%
TERRA NOVA DO NORTE	34.930,02	255.100,00	31.230,37	1.172,47	32.402,84	214.160,00	14%	15%
TOTAL	621.144,97	5.369.400,00	391.844,11	35.048,97	426.893,08	2.122.860,00		

Fontes: ¹Projeto Radis ²PRODES/INPE ³Projeto Radis ⁴Projeto Radis ⁵Projeto Radis

Fonte: Prodes/INPE e Projeto RADIS, 2016.

Para Leite et al (2004, p.45), os impactos dos assentamentos são representados pelas “mudanças que ocorrem na relação do assentamento com o seu entorno” e podem ser consolidados em oito eixos temáticos: poder local, participação política e políticas públicas, organização social, configuração produtiva, meio ambiente e ordenamento territorial, demografia, condições de vida e percepção dos próprios sujeitos do processo. Conforme Herédia et al (2003), essas mudanças ocorrem principalmente em função de possibilitar a ampliação de demandas de infraestrutura, como estradas, escolas, postos de saúde, energia elétrica, crédito, etc., derivadas da pressão sobre os poderes públicos locais e estaduais responsáveis pela prestação de serviços.

Como principais influenciadores diretos de desmatamento dentro dos assentamentos (IMAZON, 2016), pode-se colocar a pecuária extensiva e a extração

madeira ilegal, seguidas pela prática de agricultura de corte e queima, resultando em derrubada da cobertura vegetal nativa. Constata-se que, entre outros pontos, donos de terras se desfazem de suas propriedades, entregando-as a comerciantes locais, madeireiros etc., que nelas empregam suas próprias normas de exploração econômica.

A pecuária é uma atividade presente na grande maioria dos assentamentos, pois é uma atividade de baixo custo, fácil implantação e mercado seguro (WALKER, MORAN, ANSELIN, 2000). O Gráfico 02, apresenta como se deu a evolução do rebanho bovino nos últimos quinze anos, tanto no estado do Mato Grosso, como no Território Portal da Amazônia.

A criação de animais de grande porte é a atividade que mais cresceu no TPA nos últimos 15 anos. Enquanto no Brasil o crescimento do rebanho foi da ordem de 27%, no MT foi de 55% e no Portal da Amazônia, este crescimento foi de 98%. A presença dos principais frigoríficos na região (Alta Floresta, Matupá e Nova Canaã do Norte) contribuem para este crescimento.

Já a exploração ilegal de madeira, mesmo gerando renda e infraestrutura de acesso para as famílias, é realizada sem plano de manejo e planejamento adequado. A agricultura convencional (de corte e queima), apesar de ser uma estratégia de manejo tradicional do uso da terra, também demanda a incorporação anual de novas áreas de floresta para garantir uma melhor produtividade nos ciclos de produção agrícola, acarretando em desmatamento (IMAZON, 2016; projeto RADIS, 2016).

Importante colocar que no TPA o cultivo de soja também pode ser considerado como um propiciador de conversão florestal em alguns assentamentos, merecendo importância no contexto geral do desmatamento (Gráfico 03).

Observa-se que nos municípios selecionados e apresentados nos Gráficos 04 e 05 o efetivo bovino diminui, enquanto a área plantada com soja cresce significativamente.

Este fenômeno pode ser explicado pela conversão de áreas de pastagens em áreas de cultivo de soja, inclusive em assentamentos. A rentabilidade econômica da soja e o nível tecnológico da assistência técnica privada explicam a possível substituição de pastagens por essa cultura.

Vale destacar que os municípios de Marcelândia, Alta Floresta e Peixoto de Azevedo são listados como prioritários³ no combate ao desmatamento pelo Ministério do Meio Ambiente.

³Decreto nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007, MMA/Brasil

Gráfico 02 - Evolução do rebanho bovino 2000 – 2015.

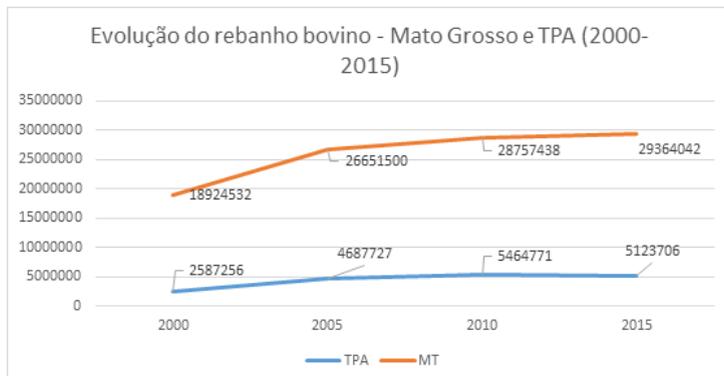
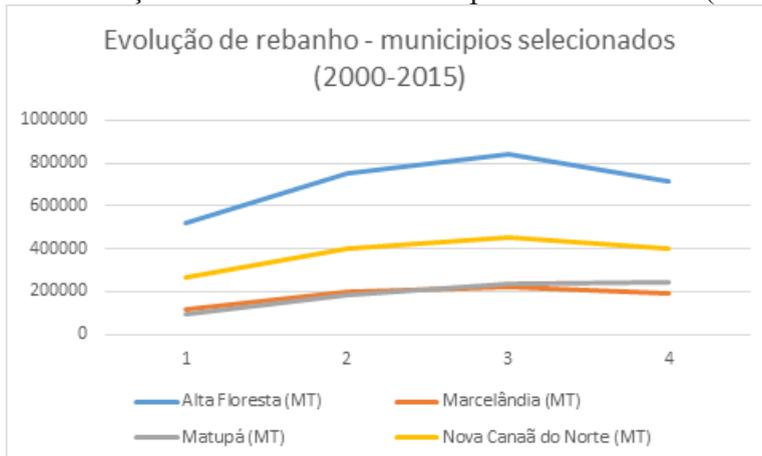


Gráfico 03 - Evolução da área plantada com soja (2000 – 2015).

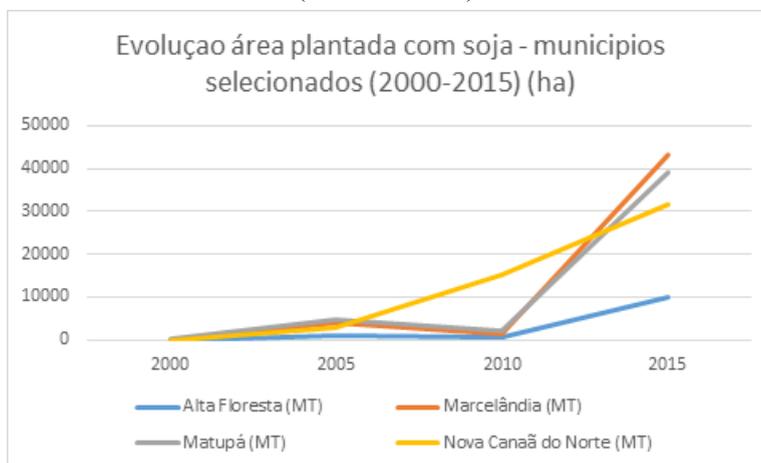


Gráfico 04 - Evolução de rebanho em municípios selecionados (2000 – 2015).



Fonte: IBGE - elaborado pelos autores.

Gráfico 05 - Evolução de área plantada com soja em municípios selecionados (2000 – 2015).



Fonte: IBGE - elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES

Dentre os modelos de assentamentos existentes, os projetos de assentamento convencionais (PA's) são a modalidade de assentamento de reforma agrária que mais converteu suas florestas em outros usos da terra, sendo que neste estudo, os que respondem por parcelas significativas de desmatamento estão nos municípios de Garantã do Norte, Novo Mundo e Peixoto de Azevedo.

Na prática, está bem evidente a dinâmica de desmatamento ocasionado pela ocupação para pastagens, criação de bovinos seguido de culturas anuais (soja) em regiões selecionadas e migração para novas áreas para reiniciar o ciclo apresentado. A pecuária é uma atividade presente na grande maioria dos assentamentos, pois é uma atividade de baixo custo, fácil implantação e mercado seguro, porém, demanda a incorporação permanente de novas áreas, causando desmatamento. Já a soja é responsável pelo desmatamento em assentamentos cujas cidades estão ao longo da BR153 e, além de deslocar a pecuária para novas áreas, é caracterizada pelo intenso uso de agrotóxicos e por alimentar intensos conflitos fundiários.

Vale lembrar que esses vetores são também potencializados pela dificuldade de acesso a políticas públicas, principalmente aquelas ligadas à Assistência Técnica e Extensão Rural qualificada e adaptada às condições regionais, resultando num círculo vicioso - baixa produtividade dos assentamentos - incremento de novas áreas de floresta ao modelo produtivo e consequente aumento do desmatamento.

Entender a dinâmica do desmatamento nos assentamentos localizados no

Território Portal da Amazônia é essencial para que se busque implementar talvez, um modelo mais sustentável - capaz de conciliar a conservação da floresta e ainda melhorar a condição de vida dos assentados - bem como reduzir conflitos e pobreza rural.

REFERÊNCIAS

ALCORINTE, M. G., et al. Avaliação ambiental de assentamentos rurais: uma abordagem comparativa multivariada. **Retratos de assentamentos**, v.16, n.2, 2013.

GALLOPIN, G. C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A system approach. **Environmental Modelling & Assessment**, v.1, p.101-117, 1996.

GUIMARÃES, R.P.; FEICHAS, S.A.Q. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, v.12, n.2, p.307-323, 2009.

HOLLING, C. S. (Ed.) **Adaptive environmental assessment and management**. Chichester: John Wiley & Sons Ltd., 1978.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e estatística**. Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_EN. Acesso em: 02/01/2019.

IMAZON – **Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia**: histórico, tendências e oportunidades. Instituto de pesquisa ambiental da Amazônia. IPAM, Brasília, DF, 2016. 93p.

INCRA – **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Assentamentos. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 17/11/2018.

INPE – **Instituto Nacional de pesquisas espaciais**. Projeto prodes: monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>. Acesso em 02/01/2019.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

KAYANO, J.; CALDAS, E. L. Indicadores para o diálogo. In: CACCIA-BAVA, S. (coord.) **Novos contornos da gestão local**: conceitos em construção. São Pau-

lo: Polis, 2002.

LEITE JÚNIOR, C. B. et al. Indicadores social-econômico e ambiental em **Retratos de assentamentos**, v.16, n.2, 2013 125 assentamentos de reforma agrária no cerrado goiano. *Campo-território: revista de geografia agrária*, v. 8, n. 16, p. 342-378, Ago. 2013.

LEPORACE, M. Indicadores sociopopulacionais: conceito, construção e utilização (notas introdutórias), texto base do II Curso de Construção de indicadores sociopopulacionais para o planejamento. Brasília: CODEPLAN, 1999.

OECD. Organization for Economic Cooperation and Development: core set of indicators for environmental performance reviews; a synthesis report by the group on the State of the environment. Paris, 1993.

RAMOS, T. B. Sistemas de indicadores e índices ambientais. **Congresso nacional dos engenheiros do ambiente**, 4, 1997,

RIBEIRO, M. L. et al. Indicadores ambientais em assentamentos rurais: uma análise citacional. **Retratos de assentamentos**, v.19, n.2, 2016.

SILVA, V. C. S.; VIEIRA, I. C. G. Barômetro da Sustentabilidade aplicado a assentamentos rurais do leste do Estado do Pará, Brasil. **Sistema eletrônico de revistas**, SER/UFPR. Vol. 36, abril 2016, DOI: 10.5380/dma.v36i0.39957.



Contradições entre a legislação ambiental e a legislação indigenista no Brasil contemporâneo: o protagonismo *Mbyá Guarani* na autodemarcação da terra indígena *Tekoá Mirim*

Fábio do Espírito Santo Martins¹

Paulo José Brando Santilli²

RESUMO: Propôs-se neste trabalho evidenciar o protagonismo *Mbyá Guarani*, concretizado no processo de luta pela autodemarcação da Terra Indígena *Tekoá Mirim*, cuja localização no interior do Parque Estadual da Serra do Mar, circunscrita pelo município de Praia Grande no litoral do estado de São Paulo, fez com que as instâncias do Poder Executivo Municipal passassem a percebê-los como invasores, e mais, corroborou para que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, assumisse a postura de considerar a permanência dos *Mbyá Guarani* que vivem na *Tekoá Mirim*, contrária ao '*corpus legal*' que legisla sobre a ocupação humana nas Unidades de Conservação Ambiental. Diante de tal contexto, pretende-se dar visibilidade às motivações sociocosmológicas e etnohistóricas que justificam a dinâmica de deslocamento e ocupação espacial dos *Mbyá Guarani* nesta autodemarcação territorial.

PALAVRAS-CHAVE: Terra indígena; Protagonismo político; Resistência; Democracia.

ABSTRACT: It was proposed in this work to highlight the *Mbyá Guarani* protagonism, concretized in the process of struggle for the autodemarcation of the *Tekoá Mirim* Indigenous Land, whose location within the Serra do Mar State Park, circumscribed by the municipality of Praia Grande on the coast of the state of São Paulo, caused that the instances of the Municipal Executive Power happened to perceive them as invaders, and more, corroborated so that the State Secretary of Environment, assumed the posture to consider the permanence of the *Mbyá Guarani* that live in *Tekoá Mirim*, contrary to the legal corpus which legislates on the human occupation in the Units of Environmental Conservation. In view of this context, it is intended to give visibility to the sociocosmological and ethnohistorical motivations that justify the displacement dynamics and spatial occupation of the *Mbyá Guarani* in this territorial self-demarcation.

KEYWORDS: Indigenous Agency; Territorialities; Resistance.

¹Doutorando do PPGCS da UNESP/FCLAr. Membro do CEIMAM (Centro de Estudos Indígenas Miguel A. Menéndez - UNESP/FCLAr). E-mail: epiritomartins@bol.com.br

²Professor Orientador junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na linha de pesquisa Diversidade, Identidades e Direitos. Universidade Estadual Paulista - UNESP/FCLAr. E-mail: santilli@fclar.unesp.br

INTRODUÇÃO

Quanto à causa indígena no Brasil contemporâneo, as temáticas concernentes à espacialidade e à noção de território vêm sendo alguns dos principais pontos de discussão entre os especialistas nas áreas antropológicas, jurídicas e afins. O direito fundiário tem remetido à discussão de uma série de conceitos e perspectivas antropológicas e jurídicas, a fim de contemplar as peculiaridades daqueles povos, tanto num plano mais amplo (abordando-os como um todo na categoria de índios), quanto de forma mais específica (quando se trata de cada sociedade indígena).

Assim, a articulação Mbyá³ com estas questões está diretamente ligada ao

³A partir de meados do século XX, os estudos etnográficos permitiram maior conhecimento sobre as especificidades linguísticas, religiosas, políticas e sobre a cultura material guarani, definindo as bases para a classificação ainda vigente dos subgrupos. Recentemente, a localização dos grupos e centros de “origem” e “dispersão” são critérios considerados nas classificações e subdivisões desse grupo indígena. Embora esta classificação não corresponda às definições de grupo, origem e situação vivida pelos Guarani, ela não deve ser entendida apenas como um “formalismo classificatório” pois aponta uma definição de diferença explícita e vivenciada pelos próprios índios. O território atualmente ocupado pelos Mbya, Ñandeva (Xiripa) e Kaiowa, grupos Guarani que se encontram hoje no Brasil, compreende partes do Brasil, do Paraguai, da Argentina e do Uruguai. Na região oriental do Paraguai, os Kaiowa e os Ñandeva/Xiripa são conhecidos respectivamente por Pai Tavyterã e Ava-Xiripa. Outros grupos Guarani – Guajaki, Tapiete e os conhecidos por Guarayos, Chiriguano também são encontrados no Paraguai e na Bolívia. As aldeias Kaiowa / Pai Tavyterã concentram-se na região oriental do Paraguai e região sul do Mato Grosso do Sul. Algumas famílias kaiowa vivem, atualmente, em aldeias próximas às Mbya no litoral do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Diferentemente dos Mbya e Ñandeva que se apresentam como Guarani, os Kaiowa se apresentam como Kaiowa. Os Ñandeva/Xiripa, no Paraguai, concentram-se na região compreendida entre os rios Jejui Guazu, Corrientes e Acaray e, no Brasil, vivem em aldeias situadas no Mato Grosso do Sul, no interior dos estados de São Paulo (Posto Indígena de Araribá), Paraná e Rio Grande do Sul e no litoral dos estados de São Paulo e Santa Catarina. O termo “ñandeva” significa “nós”, “todos nós” ou “nossa gente” e é empregado por todos os Guarani. Contudo, é a única forma de apresentação daqueles que falam o dialeto que o etnógrafo Kurt Nimuendaju levantou com o nome de Apapukuva ou pelos descendentes dos grupos Tanigua, Apapukuva e Oguauiva). No Mato Grosso do Sul, os Ñandeva são conhecidos como Guarani, distinguindo-se dos Kaiowa, e no Paraguai como Ava-Chiripa, em referência à sua vestimenta tradicional. Os Mbya estão presentes em várias aldeias na região oriental do Paraguai, no nordeste da Argentina (provincia de Misiones) e no do Uruguai (nas proximidades de Montevideo). No Brasil encontram-se em aldeias situadas no interior e no litoral dos estados do sul – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul – e em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo em várias aldeias junto à Mata Atlântica. Também na região norte do país encontram-se famílias Mbya originárias de um mesmo grande grupo e que vieram ao Brasil após a Guerra do Paraguai. No litoral brasileiro suas comunidades são compostas por grupos familiares que, historicamente, procuram formar suas aldeias nas regiões montanhosas da Mata Atlântica - Serra do Mar, da Bocaina, do Tabuleiro. O nome mbya foi traduzido por “gente”. A população Guarani no litoral é salva exceções, composta pelos Mbya e Ñandeva. Segundo alguns registros (documentos do arquivo do Estado), até as primeiras décadas do século XX, os Ñandeva constituíam a maioria da população Guarani no litoral de São Paulo. Levantamentos realizados a partir das décadas de 1960 e 1970, e a crescente visibilidade das aldeias, na atualidade, comprovam que os Mbya passaram a predominar numericamente, em toda a faixa litorânea do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo. Vale realçar que algumas aldeias apresentam contingente populacional composto por descendentes de casamentos mistos entre Ñandeva e Mbya (assim como no Mato Grosso do Sul, entre os Ñandeva e Kaiowa). A organização social e as atividades desempenhadas em cada comunidade dependerão sobretudo da orientação religiosa que absorve os modos, representações e experiências, de origens ou de subgrupos diversos, criando um perfil próprio. Em aldeias onde há indivíduos de outro subgrupo, estes passam a respeitar as regras (sociais, políticas) e a adotar costumes e rituais do grupo local dominante. Mesmo se tratando de uma aldeia composta por famílias do mesmo subgrupo, nem sempre há uma autodenominação geral e consensual. Perante as instituições da sociedade nacional, identificam-se como Guarani (Ñandeva e Mbya) e Kaiowa. São os Mbya, dentre os grupos Guarani, que vêm ocupando com continuidade áreas no litoral Atlântico. Além do motivo comum – a busca da terra sem mal (vyv maräcy), da terra perfeita (vyvju miri), o paraíso aonde para se chegar é preciso atravessar a ‘grande água’ -, o modo como os grupos familiares traçam sua história através das caminhadas, recriando e recuperando sua tradição num ‘novo’ lugar, faz com que sejam portadores de uma experiência de vida e de sobrevivência também comuns. Assim como

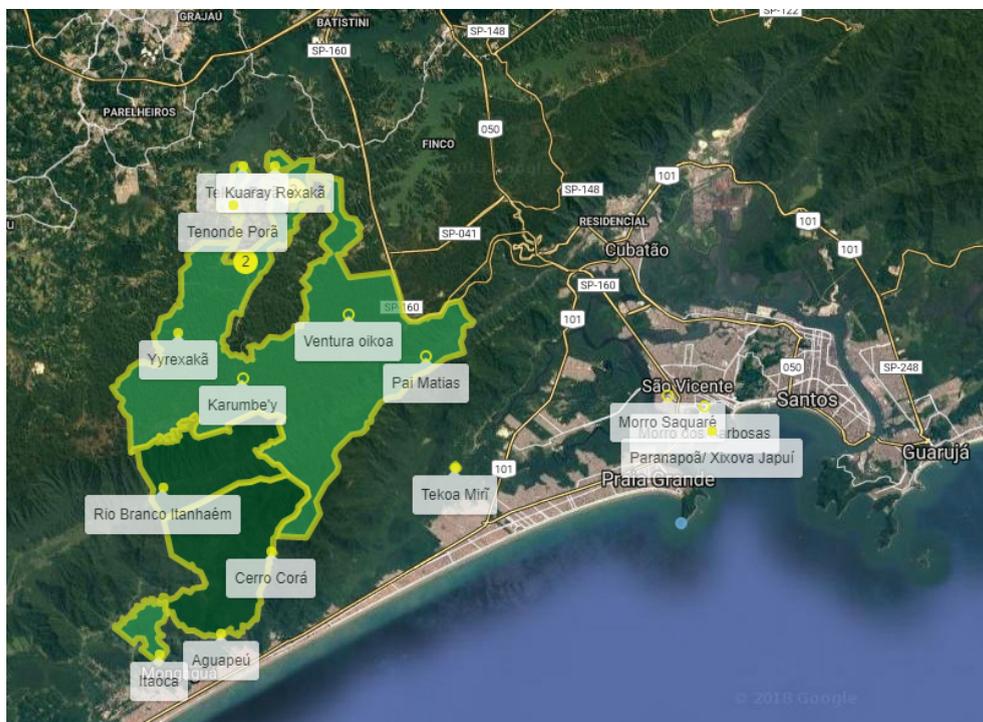
acentuado interesse das populações *Guarani*, em concretizar seu direito de posse territorial, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988 (CF 1988), em particular, no Art. 231 e 232. Portanto, ao relacionar-se os *Mbyá Guarani* com esse tema, observa-se a necessidade de uma análise que priorize tanto os aspectos teóricos que envolvem o peculiar conceito de território deste povo, quanto a história de contato dessa população com a sociedade envolvente. Enfocar ambos os elementos, é imprescindível, pois, que os problemas relacionados à saúde, organização social e demografia estão imbricados e subsumidos na questão fundiária.

Desta forma, pretendeu-se analisar neste trabalho, a partir das concepções nativas dos *Mbyá Guarani* que vivem na Terra Indígena (TI) *Tekoá Mirim*, as suas relações com o espaço e com a sociedade envolvente, além de como elas forjaram mudanças históricas que influenciaram a sua configuração sociocultural contemporânea. Mas, sobretudo, como esses aspectos convergem para uma compreensão acerca da sua agência e protagonismo na questão fundiária que os afeta.

Neste sentido, é preciso inicialmente, evidenciar a perspectiva de espacialidade concebida pelos *Guarani*. Devendo então, ser considerado que eles, ao se fixar em uma área específica, tradicionalmente se estabelecem sem a preocupação de definir limites precisos. Entretanto, o processo histórico de constante contato com a sociedade envolvente impôs mudanças nesse aspecto. Desta maneira, pretende-se evidenciar a luta dos *Mbyá* no contexto de autodemarcação da TI *Tekoá Mirim*, no município de Praia Grande no litoral do estado de São Paulo. TI esta, exatamente localizada no interior da Unidade de Conservação (UC) ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM). Contexto, que fez com que as instâncias do Poder Executivo Municipal passassem a considerar os *Mbyá* que lá se instalaram, como invasores; e mais, situação que corroborou para que os órgãos ambientais estaduais, sobretudo, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo (SEMA – SP) responsável administrativo do PESH, assumisse a postura de considerar a permanência indígena na *Tekoá Mirim* contrária ao “*corpus*” legal que legisla sobre a ocupação humana nas UC ambientais, dando início portanto, a uma articulação político-administrativa para impossibilitar a sua permanência naquele território. Permanência esta, que remonta a uma posse que secularmente está assegurada pela concretização sócioespacial do modo de vida próprio dos *Mbyá*,

o sistema de reciprocidade e as vivências comuns são aspectos integradores dos *Mbya*, os fatores atuais de diferenciação destes com os outros subgrupos guarani residem nas divisões espaciais, em expressões linguísticas, em elementos da cultura material (adornos, artefatos de uso ritual) e nos rituais nos quais há músicas e cantos específicos. (BRASIL/INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2019).

Mapa 1 - Terras Indígenas na Baixada Santista. Tekoá Mirim, TI localizada no município de Praia Grande, e ainda não demarcada.



Fonte: Mapa Guarani Digital.

culturalmente peculiar, ou seja, o seu *Nhanderekó*⁴, completamente ignorado e desprezado pelas representatividades do Estado brasileiro.

Assim, diante de tal contexto, pretendeu-se dar visibilidade às motivações sociocossmológicas, culturais, portanto, que justificam a dinâmica de ocupação espacial dos *Mbyá*. Problematizando também, os processos etnohistóricos que justificam a sua autenticidade. Por isso, as reflexões contidas nesta discussão, irão se referir às análises executadas sobre o fato de que os *Mbyá Guarani* ao estabelecerem a *Tekoá Mirim*, o fizeram em execução plena de concretização e consonância de sua cosmologia com a sua práxis dialógica derivada das relações estabelecidas com a sociedade envolvente. O que possibilitou verificar a atuação do Estado diante desta situação, e assim, constatar que a legislação que a norteia,

⁴*Nhanderekó* é como nós, *Guarani M'bya*, chamamos o que o *jurúá* (não índio) chama de cultura. Mas *Nhanderekó* para nós é mais do que isso. É todo o nosso modo de ser, o nosso modo de viver, o jeito como nós educamos nossos filhos e nossas filhas, como enxergamos o mundo, como nos relacionamos com a nossa espiritualidade. É impossível para o *jurúá* entender o que é o *Nhanderekó*, porque somente vivendo é que se compreende o que ele é" (COMISSÃO GUARANI YVYRUPA).

padece de uma profunda e ininteligível contradição, sobretudo, quando se relaciona diretamente à garantia dos direitos dos povos indígenas. E, de maneira mais específica, quando define as questões relacionadas às TIs e a posse das mesmas pelos respectivos povos que secularmente as utilizam.

Sendo assim, fica evidenciado que no decorrer dos séculos, as relações de contato pouco mudaram, frutos da recusa em se admitir que povos com outras visões de mundo, de espaço e de tempo e com outros costumes e tradições possam coexistir em espaços compreendidos e classificados de maneiras diferentes em relação àquelas padronizadas pela sociedade envolvente ou hegemônica.

O NHANDERKÓ COMO CONDIÇÃO DETERMINANTE PARA A CONCRETIZAÇÃO DA TEKÓÁ MIRIM

O cotidiano vivenciado pelos *Mbyá Guarani* da TI *Tekoá Mirim* passa a ser apresentado e problematizado em relação àquilo que se refere às dificuldades enfrentadas por eles para poderem estabelecer-se e se manter de acordo com o seu modo tradicional de existência cultural, ou seja, o seu *Nhanderekó* o que, influenciado por sua cosmologia, se materializa na ocupação e utilização do espaço social. Assim, é a partir da análise deste material que se problematizará o processo de fixação do mencionado grupo indígena na *Tekoá Mirim*. Portanto, discutir-se-ão as complexas composições culturais *Mbyá* que atestam, tratar-se como seu território ancestral, a área escolhida para se fixarem e concretizarem a sua *Tekoá*. Desta forma, invalidando a compreensão e posteriores ações de várias esferas do poder público municipal e estadual, que passaram a considera-los como invasores do seu próprio território. Situação, pretensamente avalizada, segundo o Estado, pelo fato de que a TI em questão, se localiza circunscrita pelas delimitações espaciais do PESH, classificado de acordo com a legislação ambiental como uma UC, o que por definição, exclui completamente dos povos indígenas os seus direitos originais de permanecerem a habitá-las. Desconsiderando-se, portanto, o fato de que aquelas terras são ocupadas por eles desde remotos períodos, quando história e mito se permeavam na elaboração de uma realidade particular.

Neste sentido, a proposição deste trabalho compõe-se justamente, a partir do inédito acompanhamento antropológico nesta TI, simultaneamente, ao processo de fixação do grupo indígena em questão. Priorizando assim, a apreensão etnográfica das relações sociais, políticas, econômicas, rituais e religiosas estabelecidas. Além, é claro, daquelas que são mantidas com elementos pontuais da sociedade envolvente.

Então, a análise desenvolvida deriva principalmente, da interlocução junto aos *Mbyá*, sendo inestimáveis as contribuições que o *Xeramo*⁵ *Karai Mirim*, tanto

⁵Liderança espiritual, religiosa e de grande influência política na cultura *Mbyá Guarani*, detendo além destas categorias, os saberes mitológicos, históricos e da memória deste povo.

quanto o cacique *Karai Ñee're* disponibilizaram incondicionalmente.

Sendo cabível, portanto, a clara percepção que o local exato em que se dera a concretização desta aldeia, em hipótese nenhuma, se materializou motivado por circunstâncias aleatórias. Ao contrário, concretizou-se a partir das complexas premissas culturais que influenciaram a lúcida e consciente opção. Evidenciando, que sob a óptica *Mbyá* Guarani, toda a espacialidade geográfica que abriga a Serra do Mar, e, por consequência, que circunscreve a área escolhida como aquela a conter a *Tekoá Mirim*, trata-se de território indígena (*Mbyá*) ancestral. Já, que os Guarani se movimentam numa ampla geografia, com migrações eventuais a regiões bastante específicas.

Destarte, como afirma LADEIRA (2007, p.87), “A noção de terra está, pois, inserida no conceito mais amplo de território que sabidamente pelos *Mbyá* se insere num contexto histórico (mítico) cíclico, e, portanto, permanentemente recriado e ressignificado, pois ele é o próprio mundo *Mbyá*”.

O *tekoá* é traduzido como o lugar onde é possível realizar o modo de ser Guarani. *Tekó*, “o modo de ser”, abrange a cultura, as normas, o comportamento, os costumes. O *tekoá* com toda a sua materialidade terrena, é, sobretudo uma interrelação de espaços culturais, econômicos, sociais, religiosas e políticos. Na verdade, “fundar” um *tekoá*, ou recuperá-lo ou reconstruí-lo mediante as unidades familiares, é realizar o projeto coletivo de reconstrução do mundo *Mbyá* por meio da reprodução, nos diversos *tekoá*, dos elementos originais existentes em *yvy apy* (LADEIRA, 2007, p.93-94).

Então, a predileção dos *Mbyá* por fixar-se no território compreendido pela Serra do Mar se justifica por aspectos culturais que tangenciam o plano das concepções mitológicas, principalmente, encontrando fundamento no mito “da origem da terra sem males (*yvÿ pyaú*)”, como foi registrado por CLASTRES (1978). Assim como também, fatores de ordem práticas relativa a práxis destes indígenas em relação à espacialidade que ocupam, corroboram por justificar a sua preferência pelas regiões serranas do litoral. Por isso, “quando os *Mbyá* definem a Serra do Mar como “terra boa” (*tekoá porã*), isso significa que ali ainda é possível reproduzir as normas tradicionais em termos do uso da terra e da relação com os parentes” (AZANHA; LADEIRA, 1988, p.24). O que essas informações significam? De acordo com as afirmações de Azanha e Ladeira (1988): “Isso quer dizer que a escolha do lugar não é gratuita: ela segue a tradição, seja ela histórica e/ou cosmológica”. Portanto, graças a sua experiência religiosa e a seu sistema de vida, os *Guarani* vêm resistindo e mantendo o seu existir circunscrito às *Tekoá*, o lugar do seu modo de ser. Assim,

a possibilidade de prática do *Nhanderekó*, é a concretização de se reproduzir a manutenção da terra em seu próprio suporte.

Por isso, insistir na perspectiva conservacionista radical, significa associar-se a permissividade da exclusão do direito *Mbyá Guarani* de permanecer habitando sua espacialidade territorial cosmologicamente constituída. E mais, desse modo, mantendo essas práticas autoritárias, em benefício das populações urbanizadas o Estado contribui para a perda de enormes potencialidades de etnoconhecimentos e etnociência, de sistemas criativos de manejo de recursos naturais e da própria diversidade cultural.

Devendo então, ficar bastante claro como a concepção sociocosmológica, portanto, culturalmente ancestral, preconizou tanto a seleção e fixação territorial, quanto à contextualização das dinâmicas de estabelecimento da *Tekoá Mirim*. Desta maneira, com relação às prerrogativas socioculturais *Mbyá* que concretizaram suas significações e subjetividades cosmológicas através de motivações práticas para a constituição de sua “nova” *Tekoá*, um importante exemplo, manifestado pelo grupo indígena em questão, e etnografado no trabalho de campo, se refere à memória sobre o uso ritual que os ancestrais dos *Mbyá* contemporâneos executavam na territorialidade que atualmente circunscreve a área de instalação da *Tekoá Mirim*. Memórias estas, que evidenciam algumas das considerações que compõem o entendimento *Mbyá* a respeito da posse mítica (histórica) de seu território, que, somada ao ordenamento jurídico ocidental que reconhece o “direito originário” dos povos indígenas sobre os seus territórios, por si só, deveriam se caracterizar como a justificativa legal para a inquestionável fixação e utilização culturalmente peculiares, que os *Mbyá* reivindicam para a sua *Tekoá Mirim*.

ALGUMAS INCOERÊNCIAS E CONTRADIÇÕES ENTRE AS LEGISLAÇÕES AMBIENTAL E INDIGENISTA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A atualidade que caracteriza e concretiza as mitigações para apropriação, gestão e utilização dos recursos naturais das áreas *Mbyá* situadas no litoral de São Paulo, impõe uma definição cada vez mais precisa de papéis, direitos e competências, dadas as transformações sucessivas dessa região, provocadas pela sua ocupação crescente e desordenada. Haja vista, os claros e permanentes impactos que incidem de modo incessante sobre as comunidades *Mbyá* que tradicionalmente habitam a territorialidade supracitada. Sendo estas consequências, relativas à articulação de aplicabilidade entre as legislações ambiental e indigenista sobre o cotidiano e práxis destas comunidades.

Assim, a Lei Federal nº 9.985/00, responsável por reformular a gestão e

usos das áreas ambientalmente protegidas, denominadas desde então como UC ambientais, ignora de maneira total as populações tradicionais, entre elas, os povos indígenas, que habitam ancestralmente estas áreas. Desta forma, sob a égide do conservacionismo ecológico, que desconsidera as interações e os processos de interferência das populações humanas sobre o meio natural em que se encontram inseridos há séculos, exclui de modo enfático, os *Mbyá* de permanecerem ocupando seus territórios.

Mas, para uma análise mais aprofundada deste contexto, convém evidenciar que a incumbência de garantir os direitos indígenas, inclusive os territoriais, deriva da CF de 1988, em seu art. 231, cap. VIII, § 1º, regulamentados pelo Decreto nº 1.775 e pela Portaria nº14 de 1996. Devendo também ser destacado, que, em 2003, ao ratificar a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes (C169) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil comprometeu-se juridicamente, perante a comunidade internacional a proteger a identidade dos povos indígenas, respeitando suas terras, tradições e formas próprias de organização social. Já que, “A C169 estabeleceu normas específicas para a proteção das terras indígenas e tribais” (FIGUEROA, 2009, p.20).

Deste modo, diante do contexto de conflito existente na *Tekoá Mirim*, as reivindicações *Mbyá* quanto à legitimidade da sua ocupação e usos próprios, amparam-se, sobretudo, no Art.14, §§ 1º, 2º e 3º daquela Convenção. Situação esta, que é corroborada pelo Decreto nº 6.040/07, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Portanto, de que maneira compreender este antagonismo que coloca em oposição direta estas legislações? Situação constatada nos exemplos que “em muitos casos, se têm acarretado a expulsão dos moradores tradicionais de seus territórios ancestrais, como exige a legislação referente às unidades de conservação” (DIEGUES, 2000, p. 11). Contexto este, em que estão incluídos os *Mbyá* da *Tekoá Mirim*.

Desta forma, concretiza-se uma contradição legal que opõe a legislação que determina sobre a gestão das UC ambientais, e a CF de 1988, que, por sua vez, legisla a respeito da prevalência dos direitos territoriais indígenas, inclusive dos que tradicionalmente ocupam as territorialidades das UC. Destarte, tal dissonância se caracteriza por um processo alienado e alienante de importação/composição da legislação ambiental, que regulamenta a gestão das UC no país. E que reproduziu, quase que literalmente, a concepção de áreas protegidas que provém do século retrasado, criadas nos EUA. Que, segundo DIEGUES (2000, p.13) “mais do que a criação de um espaço físico, existe uma concepção específica de relação homem/natureza” que compreende o ser humano, inevitavelmente, como destruidor. Assim, pressupõe que poderiam existir pedaços do mundo natural em seu estado primitivo,

anterior à intervenção humana. Pois, sob a argumentação preservacionista, se posicionam justificativas contra a existência das populações tradicionais em áreas naturais protegidas, já que consideram incompatível a presença destas populações e a proteção da biodiversidade naquelas áreas. O que atesta o desconhecimento de estudos recentes que afirmam que a manutenção, e mesmo o aumento da diversidade biológica nas florestas tropicais, está relacionada intimamente com as práticas tradicionais da agricultura itinerante dos povos indígenas. Apontando desta forma, para a desmistificação das “florestas intocadas” e para a importância das populações indígenas e tradicionais na conservação da biodiversidade, já que, “a natureza em *estado puro* não existe, e as *regiões naturais* usualmente correspondem a áreas extensivamente manipuladas pelos homens” (DIEGUES, 2000, p.13).

Contudo, no Brasil, no plano da administração federal e de algumas ONGs, a questão da presença de povos indígenas, e demais populações tradicionais em UC tem sido pensada e articulada a partir de uma visão conservadora e reacionária, influenciada por percepções urbanas do que significa o “mundo natural” e a “natureza selvagem”. Fala-se em interferência humana negativa sobre as áreas naturais protegidas sem nenhuma distinção entre os interesses econômicos que prevalecem no contexto externo dessas áreas e as atividades daquelas populações em grande parte responsáveis pela manutenção da diversidade biológica.

ALGUNS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO PARA NOVAS POSSIBILIDADES NA *TEKOÁ MIRIM*

Quanto às aproximações e os distanciamentos políticos estabelecidos entre a *Tekoá Mirim* e as demais aldeias *Mbyá* que se encontram ao seu redor, percebe-se que a partir das constantes e mútuas visitas entre os habitantes das aldeias vizinhas e vice-versa, mantêm-se uma identidade política comum. Sobretudo, quando se veem frente a problemas que compreendem a oposição da sociedade envolvente em relação a qualquer uma das aldeias Guarani no litoral sul paulista. Imediatamente, todas elas assumem uma posição de união e unicidade quanto à postura de defesa do posicionamento indígena. Reafirmando assim, a identidade comum a todos eles, de serem Guarani, indígenas, portanto, que lutam pelo reconhecimento e acessibilidade à especificidade dos seus direitos, legalmente reconhecidos pela CF de 1988.

Entretanto, ao que se refere ao relacionamento entre as aldeias do litoral sul de São Paulo, principalmente, aquelas localizadas em São Vicente, Mongaguá, Itanhaém e Pariquera-açú, a construção da *Opy'i*, a Casa de Rezas da *Tekoá Mirim*, tal qual se concretizara, passou a assumir um caráter de elemento cultural comunicador, que expressa o entendimento próprio que os *Mbyá* da *Tekoá Mirim* assumem sobre si em relação aos seus parentes das demais aldeias que se localizam em regiões

circunvizinhas. Ou seja, segundo os registros etnográficos que foram coletados em interlocução com o *Xeramo'i Karai Mirim*, que era naquele momento o detentor dos conhecimentos relativos às técnicas e aos procedimentos de construção da nova *Opy'i*, a configuração que ela passaria a assumir, mediante aos procedimentos e técnicas a serem utilizados na sua confecção, expressariam a maneira com que os “verdadeiros” *Mbyá* realizavam tal processo de construção. Assim, estando nas entrelinhas, a afirmação sobre os *Mbyá* da *Tekoá Mirim*, que seriam eles, étnica e culturalmente falando, os “verdadeiros” *Mbyá*, em oposição aos outros *Guarani* das demais aldeias⁶. E mais ainda, já que além da criação de um contexto de distinção étnico cultural, os procedimentos e técnicas de construção da sua nova *Opy'i*, ao estar concluída, expressaria também a opção e as preferências para a concretização das articulações políticas a se materializarem entre eles e outras *Tekoá Mbyá*, que não aquelas que os circunscrevem no litoral sul paulista. Tratava-se, portanto, das aldeias *Mbyá* localizadas ao norte da Argentina, local de nascimento do *Xeramo'i Karai Mirim* e onde ainda hoje mantém estreito relacionamento com os seus parentes que lá vivem, seja pelo fato de que algumas de suas filhas encontram-se casadas naquela localidade, ou pela situação de que regularmente o *Xeramo'i* o visita com a sua família; mas principalmente, devido a ter se concretizado um deslocamento do *Xeramo'i* à região mencionada, não para uma visita regular, mas sim, para que fosse trazido por ele até a *Tekoá Mirim*, um de seus genros (Martim), que segundo o xamã, apesar de ele deter os conhecimentos necessários à construção, apenas Martim é que saberia executá-los. Assim, como há muito já consta na literatura antropológica, e havia sido destacado por Lévi-Strauss, pode-se notar no contexto acima indicado, a existência de um fluxo de trocas, de conhecimentos (*bens subjetivos*) e indivíduos, para o estabelecimento de alianças. A estruturação de um processo consciente de articulação seletiva para o estabelecimento de determinados conjuntos de relações políticas, em detrimento de outras.

Já, quanto à conclusão dos trabalhos de construção da Casa de Rezas, para além das significações cosmológicas e culturais que ela expressa, significa também, a materialização de um complexo conjunto de conhecimentos ecológicos e de uso e manejo sustentável do ambiente que os *Mbyá* ocupam, atribuem significações e o utilizam de maneira integral, concebendo-se a si mesmos como parte constituinte, e não como elementos externos a este mesmo complexo sistema ambiental.

⁶ Tal contexto, explicitado pela análise etnográfica que o registrou e complementado pelas discussões teóricas propostas por autores como Oliveira Filho (1995) e (1998), Souza (2000) e Carneiro da Cunha (2014), diz respeito a agência que os *Mbyá Guarani* concebem e manipulam sobre a sua condição identitária. Assim, de modo consciente, os indígenas articulam sua identidade entre as seguintes polaridades: “índios” ou “*Mbyás*”. Decisão está, que será determinada por uma específica situação política, ou seja, relações circunscritas pelo contato com os demais grupos indígenas ou com setores diversos da sociedade envolvente hegemônica.

Deste modo, portanto, alguns registros referentes ao processo de construção da nova *Opy'i* levado a cabo pelos *Mbyá* na *Tekoá Mirim*, podem contribuir perfeitamente para que ele seja compreendido como uma clara analogia a outros importantes processos de construção que a referida população indígena está desenvolvendo em seu contexto cotidiano de relações com a sociedade envolvente na contemporaneidade. Mas, sobretudo, com o Estado, seja nas suas esferas municipais, estadual e federal.

Assim, a reflexão a seguir, que deriva da etnografia concretizada ao longo do trabalho de campo, virá exemplificar alguns daqueles processos. Como a articulação das lideranças da aldeia junto à Câmara Municipal de Praia Grande, para que através destes contatos, passasse a estar ampliado o potencial de pressão que os representantes da *Tekoá Mirim*, viessem a executar sobre o Poder Executivo Municipal. Por exemplo, sobre a Secretaria Municipal de Saúde, no sentido que os seus direitos constitucionais que garantem o pleno atendimento dos serviços municipais de saúde a todos os cidadãos, fossem efetivamente garantidos quanto à sua acessibilidade.

Portanto, frente à ineficiência do Estado, os *Mbyá* da *Tekoá Mirim* se mobilizam, assumindo-se enquanto portadores de agência, e, desta forma, construtores do protagonismo diante da necessidade de enfrentarem situações de mitigação junto aos órgãos representativos do Estado, sobretudo, quando a inoperância deste, passa a comprometer diretamente as suas condições de vida.

Outro processo de luta que vem sendo construído pelos *Mbyá* da *Tekoá Mirim* se caracteriza pela ação das lideranças da aldeia, principalmente do cacique e dos professores, diz respeito à pressão que estes vêm exercendo sobre uma esfera estadual de representação do Estado, a saber, a Diretoria de Educação de São Vicente, representante direta da Secretaria Estadual de Educação, sobre os assuntos relativos às escolas e a educação indígena. É justamente em oposição a precariedade que se dirige a ação das lideranças *Mbyá*, que em perfeita consonância com o contexto contemporâneo de luta dos povos indígenas pela valorização de seus conhecimentos, saberes e processos educacionais próprios, elaboram a construção de projetos e propostas pedagógicas e curriculares propriamente ditas, que não apenas valorizem, mas que sejam pautados pelo “sistema pedagógico” peculiar a cultura *Mbyá*.

Entretanto, nenhum processo de luta que está contemporaneamente, sendo construído pelos *Mbyá* da *Tekoá Mirim*, é mais difícil do que aquele que se refere ao enfrentamento à morosidade característica aos processos legais de reconhecimento, homologação e demarcação da TI *Tekoá Mirim*. Dificuldade esta, que se concretiza, sobretudo, pelo fato de que o objetivo final desta luta, ou seja, a demarcação legal

submete os *Mbyá* que lá vivem, a “*fronts*” múltiplos e simultâneos de construção desta luta.

Desta forma, os *Mbyá* da *Tekoá Mirim* veem-se frente à necessidade de construir estratégias de luta para poderem concretizar o enfrentamento, para além dos preconceitos históricos que a sociedade envolvente mantém em relação aos povos indígenas, principalmente quando se trata da relação estabelecida entre estas populações e a posse de suas terras. Haja vista, especificamente, ao que se refere aos *Mbyá* da *Tekoá Mirim*, as dificuldades criadas e impostas pelo Poder Executivo Municipal de Praia Grande, tanto quanto, pelo Poder Executivo Estadual, na sua ação através da SEMA-SP, cuja atuação junto a esta comunidade indígena, imediatamente após a sua fixação na área correspondente a *Tekoá Mirim*, dirigiu-se sempre em sentido de dificultar, e mesmo de impedir o seu estabelecimento naquele território.

Entretanto, há ainda maiores e piores dificuldades de enfrentamento a serem superadas pelos *Mbyá* da TI *Tekoá Mirim* naquilo que se refere ao processo de construção de sua luta pela demarcação fundiária de seu território tradicional. E, que na contemporaneidade, diz respeito à elaboração da estrutura institucional do país, haja vista, portanto, todos os processos legais relacionados à demarcação das TIs em território nacional estarem completamente paralisados. Situação esta, que se deve as discussões institucionais, que envolvem diretamente o Poder Executivo e o Poder Legislativo federais, e indiretamente, os nefastos e, economicamente falando, vultosos interesses dos lobistas que atuam em consonância com específicos representantes daqueles poderes, que, por sua vez, pretendem alterar todo o contexto institucional, jurídico e legal, àquilo que se refere às demarcações das terras indígenas, isto por meio do Projeto de Emenda Constitucional nº215, ou simplesmente, a PEC 215. Que de maneira sumária, pretende anular as atribuições atuais do Poder Executivo Federal, que por meio das atuações da FUNAI e do Ministério da Justiça, são os responsáveis pela execução de todas as etapas relativas aos processos de reconhecimento, homologação e, por conseguinte, de demarcação das terras indígenas no país, para então transferi-las, em sua integridade, direta e unicamente, para o Poder Legislativo Federal, isto é, para o Congresso Nacional.

Contudo, para uma real e crítica percepção deste contexto, é necessário que seja considerada a composição histórica da bancada de maior influência daquela casa, e, que na maioria das vezes, define a direção a qual são encaminhadas a maior parte das discussões que opõe diretamente, os seus interesses aos de outros grupos da sociedade, sobretudo, quando se trata de grupos marginalizados. Neste sentido, observamos no contexto político e social contemporâneo no Brasil, o Congresso

Nacional, composto de uma maneira fragmentada ao extremo, politicamente falando, além de definir-se a partir de um caráter essencialmente conservador, com a clara predominância dos interesses econômicos e, portanto, políticos, da bancada ruralista, representante do agronegócio, que assume claro, interesses e prioridades diametralmente opostas àquelas manifestadas pelos povos indígenas, principalmente, quando tais interesses se referem à propriedade e usos de terras em território nacional.

Assim, de maneira geral, a luta dos povos indígenas no Brasil, pelo reconhecimento e demarcação legal de seus territórios tradicionais, e especificamente, de modo semelhante, a construção da luta dos *Mbyá* da *Tekoá Mirim*, passam a se caracterizar na contemporaneidade, como um complexo processo, cujas dificuldades se multiplicam quando se passa a considerar o cenário político institucional do país na atualidade, o que imediatamente, causa a necessidade de que múltiplos setores da sociedade civil organizada passem a reconhecer verdadeiramente, o contexto que circunscreve as problemáticas relacionadas às questões das demarcações das Terras Indígenas. É, portanto, nesta perspectiva, que este trabalho propõe se constituir como uma colaboração, ao apresentar, a partir de evidências etnográficas e antropológicas⁷ a ancestral relação sociocultural e cosmológica, que une o grupo indígena *Mbyá* aqui pesquisado com o referido território da *Tekoá Mirim*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclusivamente, a realização deste trabalho pretendeu caracterizá-lo como um elemento auxiliar às demandas dos povos indígenas e demais interessados, por instrumentos teóricos e metodológicos que ajudem a efetivar ações concretas em contextos que circunscrevem os processos de luta pela demarcação das TIs no país. Para tanto, tratou-se aqui de maneira específica, das condições que caracterizam a realidade contemporânea do grupo indígena *Mbyá* Guarani no processo de ocupação territorial e constituição da sua *Tekoá Mirim*.

Neste sentido, as principais contribuições deste trabalho estão circunscritas ao contexto de que, inicialmente, esta é a primeira investigação etnográfica realizada junto aos *Mbyá* da *Tekoá Mirim*, portanto, o ineditismo destas análises poderiam explicar suas possíveis limitações, porém, é este mesmo ineditismo que garante os primeiros registros acerca de todo o complexo processo de ocupação territorial que realizaram; do estabelecimento de sua nova *Tekoá* e dos usos que efetuam sobre o ambiente ocupado. Situação esta, que pode vir a colaborar em grande medida com os novos trabalhos a serem desenvolvidos junto a esta população.

⁷Detalhes metodológicos relacionados ao desenvolvimento desta pesquisa podem ser acessados em Martins (2015).

Outra contribuição específica deste trabalho se caracteriza pelo fato de que, fica revelado o constante e ininterrupto processo de manutenção e reprodução sociocultural dos *Mbyá Guarani* do litoral sul de São Paulo, sobretudo da baixada santista, àquilo que se refere a sua mobilidade espaço-territorial, processo este que garante a reprodução de sua forma própria de viver, e que, portanto, contrapõe-se a predominância do senso comum, que insiste na manutenção da errônea concepção de que a referida região, já não é mais habitada por povos indígenas na atualidade.

Assim, pode-se considerar que algumas das contribuições que este trabalho pretende concretizar, referem-se a articulação entre as complexas realidades étnicas, cosmológicas, legislativas, de interesses políticos e econômicos efetuadas entre os *Mbyá* da *Tekoá Mirim* e a sociedade envolvente, o que, por sua vez, possibilitou alguns apontamentos sobre o contexto de luta dos *Mbyá*. Apontamentos estes, que pretendem auxiliá-los a garantir o reconhecimento legal sobre a ocupação que realizaram em seu território ancestral.

Para tanto, se faz extremamente necessário em relação às análises e considerações aqui propostas, que seja evidenciada a inércia quanto às concepções e aplicação dos direitos fundiários dos povos indígenas no país. Principalmente, quando se sobrepõem a territórios ancestrais, cultural e cosmológicamente já definidos quanto à posse e utilização, leis alienígenas a estas culturas, que de modo ignorante, egoísta e violento lhes são outorgadas pela sociedade ocidental pretensamente civilizada. Pois, sob a argumentação preservacionista, se posicionam justificativas contra a existência das populações tradicionais em áreas naturais protegidas, já que consideram incompatíveis a presença e manutenção destas populações com a proteção da biodiversidade naquelas áreas. O que atesta o desconhecimento de estudos recentes que afirmam que a manutenção, e mesmo o aumento, da diversidade biológica nas florestas tropicais, está relacionada intimamente, com as práticas tradicionais da agricultura itinerante dos povos indígenas. Apontando desta forma, como indicara Diegues (2000), à desmistificação das “florestas intocadas” e à importância das populações indígenas e tradicionais na conservação da biodiversidade.

Enfim, considera-se conclusivamente, que mesmo sob a afirmativa da necessidade da reparação histórica e jurídica aos povos indígenas, quanto ao reconhecimento territorial e acesso aos seus direitos de posse e usos tradicionais permanentes, estes procedimentos devem se submeter as concepções e usos tradicionais, previamente estabelecidos por cosmologias peculiares a cada uma das populações indígenas reparadas pelas políticas fundiárias do Estado.

Já, quanto aos *Mbya* da *Tekoá Mirim*, apesar das dificuldades decorrentes da

luta pelo reconhecimento e demarcação de sua *Tekoá*, e, portanto, de poderem concretizar de maneira integral a sua existência, circunscrita pela materialização e subjetivação de seu *Tekó*, se expressa claramente nas entrelinhas do conceitual exposto acima, mas principalmente, na prática e na fala dirigida ao autor pelo cacique *Karai Ñee're*, o entendimento e a percepção deste povo sobre as limitações da composição cosmológica e cultural, que tal demarcação territorial assumirá, quando dinamicamente estiver submetida ao uso tradicional que os *Mbyá* lhe atribuírem. Assim, de modo bastante evidente, é perfeitamente claro para eles que a sua espacialidade, culturalmente compreendida, extrapola os limites físicos que a demarcação territorial da TI *Tekoá Mirim* lhes oferecerá, entretanto, necessidades elementares inclusive, fazem com que eles, também de modo consciente, passem a considerá-la, mobilizarem-se e articularem-se politicamente, para que este processo político - administrativo se efetue o mais breve possível.

Porém, de maneira também consciente, os *Mbyá* articulam novas ações políticas, para subverterem as limitações cosmológicas que a demarcação de sua *tekoá* lhes imputará quanto à concretização de seu *Nhanderekó*, isto é, concebem conscientemente, a rearticulação política de sua espacialidade, evidenciada pela tangência física das unidades: aldeias, quando legalmente já não podem contar com a existência de um único e vasto território *Guarani*. Esta proposição se evidencia na referida fala do cacique ao pesquisador, sobretudo, ao mostrar-lhe os limites de sua terra:

(...) lá, em cima da serra, vai acabar *Tekoá Mirim*. Mas, é onde começa a *Tekoá Tenondé Porã*. É a casa dos nossos parentes (...) vai dar para ir e voltar caminhando, *Oguatá*; sabe". (*Karai Ñee're*, entrevista, 15/07/2015, *Tekoá Mirim*).

Assim, constata-se de modo bastante claro, toda a vitalidade da percepção e entendimentos contemporâneos dos *Mbyá* que habitam o litoral paulista, acerca da territorialidade que concretiza e circunscribe suas aldeias. Portanto, para eles, suas *Tekoá*, são compreendidas como devendo existir, não como áreas isoladas e estanques - como quer decidir o Estado através dos procedimentos administrativos de demarcação de TIs - mas como um complexo geográfico, ambiental, social e econômico que compreende as aldeias do planalto, caminho de ligação e trilhas de coleta e caça às aldeias do litoral. Manter a integridade desse complexo é fundamental quando se observa que as áreas *Guarani* possuem exígua extensão territorial em seus limites decorrentes das demarcações realizadas pelas agências estatais responsáveis.

REFERÊNCIAS

AZANHA, Gilberto e LADEIRA, Maria Inês. **Os índios da serra do mar**. São Paulo: Nova Stella, 1988. 178ps.

BRASIL. **Decreto nº 1.775 de 08 de janeiro de 1996**. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm. Acesso em: 18 ago. 2018.

_____. **Portaria FUNAI nº14 de 09 de janeiro de 1996**. Estabelece regras sobre a elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas a que se refere o parágrafo 6º do artigo 2º, do Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996. Disponível em: http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/legislacao/legislacao-docs/demarcacao/portaria_funai_14.pdf/view. Acesso em: 18 ago. 2018.

_____. **Projeto de Emenda Constitucional nº215 de 2000**. Inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>. Acesso em: 18 ago. 2018.

_____. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>. Acesso em: 17 set. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal, 2005. 283ps.

_____. **Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 17 set. 2018

_____. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais**. Resolução referente

à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. 317ps.

CTI. Centro de Trabalho Indigenista. **Mapa Guarani Digital**. Disponível em: <https://guarani.map.as/#/>. Acesso em 6 jun. 2019.

COMISSÃO *GUARANI YVYRUPA*. **A Comissão Guarani Yvy Rupa**. Disponível em: <http://videos.yvyrupa.org.br/a-cgy/>. Acesso em: 17 set. 2018.

CLASTRES, Helene. **A Terra Sem Mal**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978. 217ps.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB – USP, 2000. 273ps.

FIGUEROA, Isabela e GARZON, Bivyani (Org.) **Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais: oportunidades e desafios para sua implementação no Brasil**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009. 376ps.

ISA. Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Mbya. Acesso em 6 jun. 2019.

LADEIRA, Maria Inês. **O Caminhar sob a Luz: território Mbyá à beira do oceano**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2007. 201ps.

MARTINS, Fábio do Espírito Santo. **Tekoá Mirim: terra indígena Mbyá Guarani**. 2015. 127 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/127809>>. Acesso em 17 set. 2018.

MONTEIRO, John e CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/ SMC/ Cia. das Letras, 1992. 574ps.

NIMUENDAJU, Curt. **As Lendas de Criação e Destruição do Mundo como Fundamentos da Religião dos Apapocúva Guarani**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC

– EDUSP, 1987. 223ps.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco e GRUPIONI, Luís. (Org.) **A Temática Indígena na Escola**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. 407ps.

_____ Introdução. (In): _____ (org.)
Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998. ps. 204-259.

PISSOLATO, Elisabeth. **A Duração da Pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani)**. São Paulo: UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NuTI, 2007. 275ps.

SOUZA, Carlos de. Indigenismo e Territorialização. **Horizontes Antropológicos**. Ano 6, nº. 14, p. 311-316, nov. 2000.



Da luta pela terra ao reconhecimento: considerações sobre a trajetória das famílias assentadas no PDS Santa Helena e o acesso a políticas públicas

Bárbara El Khalil¹

Joelson Gonçalves de Carvalho²

RESUMO: A expansão do capitalismo no meio rural tem como consequência histórica o conflito entre o capital e as populações camponesas. Esse conflito se materializa, não somente, mas em grande parte, na luta pela terra e na dificuldade que as populações camponesas têm em acessar políticas públicas voltadas para um desenvolvimento rural compatível com a diversidade dos sujeitos e de suas formas de organização social presentes no rural brasileiro. Neste contexto, o presente trabalho pretende analisar a conflitualidade inerente à questão agrária brasileira a partir de um estudo de caso, a saber: o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Santa Helena, localizado no município de São Carlos, interior do estado de São Paulo. Nosso objetivo é reconstruir a trajetória de luta pela terra dos assentados, bem como compreender como se dá o acesso da comunidade assentada a outras políticas públicas. Nossa hipótese é a de que os agricultores do Santa Helena enfrentam dificuldades para serem reconhecidos como sujeitos que podem acessar políticas públicas, o que limita, por seu turno, a capacidade de produção e reprodução social e material desses assentados.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Agrária; Assentamentos Rurais; Luta Pela Terra; Reforma Agrária; Políticas Públicas.

ABSTRACT: The expansion of capitalism in rural brings as a historical consequence the conflict between capital and peasant populations. This conflict is materialized, not only, but in large part, by struggle for land and in difficulty that peasants have to access rural development policies compatible with the diversity of subjects and their forms of social organization presents in Brazilian rural. In this context, the present work intends to analyze the conflict inherent to the Brazilian agrarian question from a case study, namely the Sustainable Development Project (PDS) Santa Helena, located in São Carlos, an up-country city in São Paulo's state. Our objective is to reconstruct the settlers' struggle for land trajectory, as well as to understand how the settled community access other policies. Our hypothesis sustains that the farmers of Santa Helena face difficulties to be recognized as subjects that can access public policies, which limits, in turn, the production capacity and social and material reproduction of these settlers.

KEYWORDS: Agrarian Issue; Rural Settlements; Struggle for Land; Agrarian Reform; Policies.

¹Mestra em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: babiskhalil@hotmail.com

²Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: joelsonjoe@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

As políticas públicas voltadas para desenvolvimento rural brasileiro operam uma lógica produtivista diretamente ligada aos interesses do capitalismo e, sendo assim, são parte integrante do processo de expansão do capitalismo no meio rural, trazendo consequências à toda a estrutura agrária brasileira. Essas consequências podem ser observadas ao acompanharmos as históricas transformações ocorridas no meio rural, especialmente aquelas que modificaram modos de vida e produção de determinados sujeitos sociais, notadamente os camponeses, culminando, mais recentemente, no desenvolvimento do agronegócio. Observar o desenvolvimento capitalista no campo e suas idiosincrasias é uma tarefa essencial àqueles que querem apreender a complexidade da questão agrária brasileira. Outra tarefa importante consiste em analisar as consequências geradas por tal desenvolvimento. Se, por um lado, os interesses do capital operam a maior parte das políticas de desenvolvimento, por outro, a população camponesa, marginalizada nas configurações assumidas pela estrutura agrária brasileira passa a desenvolver estratégias sociais, econômicas e políticas que tem permitido a reprodução do modo de vida camponês.

Duas estratégias adotadas pelo campesinato são: i) a luta pela terra e, a partir desta, ii) a disputa por políticas e fundos públicos. Dito isso, o presente trabalho se propõe a analisar esses dois elementos, a partir de um estudo de caso, o assentamento rural Santa Helena, localizado no município de São Carlos, em São Paulo. O objetivo é reconstruir a trajetória de luta das famílias assentadas no Sana Helena, fazendo uma análise crítica do como acontece o acesso a outras políticas públicas. Partimos da hipótese de que os agricultores do assentamento enfrentam dificuldades para serem reconhecidos como sujeitos sociais portadores de direitos e, por tanto, possíveis beneficiários de políticas públicas criadas e destinadas à população rural.

Para cumprir os objetivos propostos, organizamos o trabalho em quatro partes, para além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte trazemos considerações sobre questão agrária e redistribuição de terras. Em seguida, fazemos uma caracterização do assentamento foco de nosso estudo. A terceira parte traz considerações sobre a memória das famílias e a trajetória de luta dos assentados do Santa Helena, trabalhando três chaves analíticas, a saber: motivos da luta pela terra, origem e trajetória das famílias e a importância da luta pela terra. Na quarta parte trazemos considerações sobre a territorialização do assentamento em São Carlos e o acesso a outras políticas públicas posteriores à redistribuição de terras. Por fim, nas considerações finais, sintetizamos nossos objetivos de modo a comprovar nossas hipóteses.

QUESTÃO AGRÁRIA E REDISTRIBUIÇÃO DE TERRAS

A tese do desenvolvimento rural – e sua promoção, por meio de políticas públicas –, nos moldes capitalistas, está presente na trajetória brasileira, notadamente, pelo menos desde a primeira metade do século XX. Sabe-se, nesse ínterim, que as políticas públicas que visaram implementá-lo impactaram (e continuam impactando) diretamente a estrutura agrária do país. A esse contexto mais geral, marcado pelas idiossincrasias da penetração do capitalismo no campo, é patente a necessidade de se compreender as consequências desse tipo de desenvolvimento para as populações camponesas. À essa tentativa de compreensão do conjunto de problemas do rural brasileiro, para além do “o que se produz”, avançando no “como se produz”, entendendo a produção como um amálgama da organização social, política e econômica, convencionou-se chamar, em sentido *lato sensu*, questão agrária (CARVALHO, 2015). Neste sentido, na busca por dar densidade analítica e horizonte metodológico a este trabalho, buscaremos observá-la a partir de um processo duplo: o processo de expansão do capitalismo no campo e a conflitualidade que é dele derivada (FERNANDES, 2008).

Reiteramos que o processo de penetração do capitalismo no campo brasileiro é visível na recuperação da trajetória das políticas públicas voltadas para desenvolvimento rural. Sabemos que as décadas de 1960 e 1970 são marcadas por forte intervenção do Estado na área rural, por meio de políticas públicas voltadas ao campo que se preocuparam em alterar o padrão produtivo e tecnológico dos agricultores, a fim de incrementar e maximizar a produtividade, além da tentativa de construir dinâmicas produtivas e econômicas que relacionassem a agricultura com indústria, sob o controle desta última. Estas iniciativas fazem parte de um conjunto de projetos de desenvolvimento rural integrado, que apostaram na modernização da agricultura e na sua integração a outros setores da economia como possibilidade de superar, em tese, o dito atraso do campo. A partir dos anos 1980 e 1990, após a redemocratização e o avanço da lógica neoliberal, as políticas públicas voltadas ao rural passaram por modificações, dentre as quais, a maior presença do capital financeiro na articulação entre produção agrícola, de um lado, e mercado consumidor, de outro (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Mais contemporaneamente, a partir dos anos 2000, no Brasil, os dilemas que marcam o processo de modernização da agricultura ainda estão presentes com o agronegócio³ hegemônico, cada vez mais, a agenda e o espaço na política e na economia. De maneira dialética, é neste contexto que os sujeitos sociais que dão forma e concretude ao campesinato brasileiro, com toda a sua diversidade social, cultural e econômica, intensificam suas reivindicações por reconhecimento político

³Assim como outros autores, entendemos o agronegócio como uma associação entre o capital agroindustrial, o latifúndio exportador e o capital financeiro, sob o controle deste último. Assim, os avanços (ou não) do agronegócio ficam ao largo da melhoria das condições de vida das populações camponesas (CARVALHO, 2015, p. 137).

e institucional, por meio de grupos sociais organizados que passam a demandar, além de políticas públicas, o cumprimento de direitos (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

A expansão do capitalismo no campo, fortemente financiada pelas políticas públicas, modifica drasticamente modos de vida e engendra um processo de modernização do rural brasileiro altamente conflituoso. Essas mudanças criam, territorializam e legitimam o agronegócio, e atribuem ao campesinato uma situação de marginalidade. Nesse contexto, para que o modo de vida e a agricultura camponesa consigam se reproduzir social e materialmente, com dignidade, o campesinato, no bojo de suas estratégias de luta, passa a se opor aos avanços do capital, o que o leva a se organizar ações em diferentes esferas da vida pública brasileira (FERNANDES, 2008). Neste sentido, uma das principais ações é a luta pela terra e reforma agrária, que tem como tática principal a ocupação de terras públicas e privadas.

Fica claro, portanto, que, ocupar terras, lutar por reforma agrária e disputar fundos públicos é condição *sine qua non* para a existência e permanência da condição camponesa. Deste modo, a questão agrária brasileira tem como uma de suas condições estruturantes a luta entre o capital e o campesinato, que se expressa tanto pela violência que amedronta, exclui, expropria e mata, como pela dualidade incompatível entre duas lógicas distintas de desenvolvimento.

A trajetória contraditória dessa luta pode ser exemplificada pela própria Constituição Federal de 1988, que mesmo considerando o direito fundamental à propriedade privada no Brasil, instituiu que a União pode desapropriar imóveis rurais que não estejam cumprindo sua função social, e destiná-los para fins de reforma agrária. Ademais, reforça o exemplo o fato de ser da competência do Estado, garantir:

I – os instrumentos creditícios e fiscais; II – os preços compatíveis com os custos de produção e garantia de comercialização; III – o incentivo à pesquisa e à tecnologia; IV – a assistência técnica e extensão rural; V – o seguro agrícola; VI – o cooperativismo; VII – a eletrificação rural e irrigação; VIII – a habitação para o trabalhador rural (BRASIL, 1988, art. 187).

Por outro lado, também é ilustrativo as diversas reorganizações institucionais pelas quais passaram os órgãos do executivo federal direta ou indiretamente ligados à questão agrária. Focando nossa análise nas mudanças mais recentes, cabe lembrar que até maio de 2016, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) era o responsável por implementar as políticas públicas de reforma agrária. Com a sua extinção, suas atribuições passaram a ser realizadas pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), vinculada à Casa

Civil. A Secretaria tinha como competências a realização da reforma agrária; a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar; a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras tradicionais, e a regularização fundiária da Amazônia (BRASIL, 2016). Todavia, já em 2019, as competências da SEAD são novamente transferidas, desta vez para a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

As recorrentes mudanças institucionais, na verdade, materializam uma certeza: as ações voltadas à reforma agrária deixaram, notadamente a partir de 2016, de serem pautadas pelo governo federal. A SAF, em sua última configuração, passou a se articular em torno de quatro eixos: assistência técnica, acesso da agricultura familiar a mercados, estruturação produtiva e crédito fundiário. A reforma agrária, objetivamente, foi substituída por uma política de crédito que, quando muito, financia a compra de terra de forma individual por cada trabalhador rural (BRASIL, 2019).

Esta situação recente de instabilidade institucional corrobora com o debate sobre a existência ou não de uma política voltada à reforma agrária no país. O fato é que, mesmo existindo instituições, e políticas nacionais voltadas à temática, podemos afirmar categoricamente que, mesmo tendo sido pauta na agenda governamental, a efetividade real dessas políticas foi nula. Um dos muitos fatores explicativos para isso é a persistência histórica de um desinteresse por parte do executivo federal em desapropriar os grandes latifúndios improdutivos para não desestabilizar os interesses do agronegócio (OLIVEIRA, 2007).

Nesse sentido, o que se convencionou chamar de reforma agrária no Brasil está muito mais ligado à uma política de criação de assentamentos rurais nos quais terras são distribuídas às famílias de camponeses, através de programas limitados e que não afetaram a estrutura fundiária brasileira, no sentido de reduzir sua desigualdade (CARVALHO, 2015). As políticas de redistribuição fundiária ficaram muito mais restritas e relacionadas à resolução de problemas localizados, notadamente focalizadas no atendimento a populações que se organizaram para pressionar o governo, do que políticas massivas, com o objetivo de impactar a concentração de terras e riquezas no campo (STÉDILE, 2012).

O assentamento rural Santa Helena é uma dessas iniciativas. Situado no município de São Carlos, interior de São Paulo, ele – em conjunto com o assentamento rural Nova São Carlos e o acampamento Capão das Antas – materializa e dá conformidade à questão agrária na capital nacional da tecnologia⁴. Assim como em diversos outros assentamentos rurais no país, a trajetória de luta das famílias do Santa Helena, desde o acampamento até a redistribuição de terras e o acesso a outras políticas públicas,

⁴O deputado Lobbe Neto apresentou um projeto de lei que conferia a São Carlos o título de Capital Nacional da Tecnologia. Em outubro de 2011 a lei foi aprovada pela presidenta Dilma Rousseff (EPTV, 2011).

é marcada pelo conflito inerente à questão agrária brasileira.

CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO RURAL SANTA HELENA

No final de 2005, doze famílias foram assentadas em uma área rural de São Carlos, interior de São Paulo. Nasceu assim o Plano de Desenvolvimento Sustentável Santa Helena, com uma área total de 102,5 hectares, à quatorze quilômetros do perímetro urbano do município. Atualmente, o assentamento é composto por 14 famílias que possuem lotes com cerca de 7,2 hectares cada (MENEZES; ANDRADE; CARVALHO, 2017). O assentamento é administrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e por ser um PDS⁵ tem uma lógica de produção diferenciada, com o intuito de que seja um território modelo para o desenvolvimento sustentável.

Em sua concepção inicial, o assentamento deveria ser capaz de se desenvolver social, cultural e territorialmente, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável, mas, concretamente, existem muitos desafios que dificultam a produção sob a lógica da sustentabilidade: acesso a créditos e recursos financeiros, falta de integração entre os grupos parceiros do assentamento, dificuldades na comercialização dos produtos, problemas com trâmites burocráticos, dificuldades com o abastecimento de água para as atividades agrícolas e fomento da produção, além de dificuldades com a assistência técnica (LOPES, et al, 2014).

Alguns núcleos universitários e organizações da sociedade civil possuem iniciativas de extensão em conjunto com o assentamento, pelo menos, desde 2014 (CARVALHO et al, 2014). Núcleos ligados à extensão rural universitária, economia solidária e planejamento e gestão ambiental desenvolvem projetos com as famílias assentadas. Os assentados, apoiados por esses grupos parceiros ligados à extensão rural técnica e, também, à universitária, estão tentando trabalhar as dificuldades, a fim de melhorar a qualidade de vida e a produção das famílias do Santa Helena. O trabalho tem consistido em desenvolver iniciativas em conjunto com os assentados que possibilitem o acesso à recursos financeiros, principalmente através de editais de financiamento. Também em associação, ações visando melhorar a comercialização da produção assentada passaram a ser construídas. Na atualidade, as famílias assentadas no Santa Helena comercializam sua produção através de cestas de consumo, compras institucionais, além de feiras, organizadas pela prefeitura ou por grupos de economia solidária, e espaços de comercialização coletiva.

Internamente, as famílias assentadas se organizam através da Associação Santa Helena, caracterizada por disputas e dificuldades, inerentes à lógica da cooperação

⁵Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) é um plano de assentamento diferenciado que visa o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas com o intuito da compatibilidade entre sustentabilidade econômica e ambiental (BRASIL, 2016b).

e do cooperativismo no meio rural. Em 2014, as dificuldades giraram em torno do cargo da presidência da associação. Já no ano seguinte, com a situação resolvida, novas eleições foram realizadas e a Associação Santa Helena não só se regularizou, como também conseguiu reviver um projeto de certificação de produtos orgânicos, através de constituição de uma Organização de Controle Social (OCS)⁶.

Mesmo com a presença de grupos de apoio, uma dificuldade presente no assentamento é a falta de assistência técnica e extensão rural (ATER) adequada à realidade camponesa, pois “(...) Fica patente a necessidade de assistência técnica, notadamente com o viés da agroecológica, objetivando a aplicação de novas técnicas agrícolas, de manejo e cultivo, auxílio organizacional, tanto popular quanto administrativo” (CARVALHO, et al, 2014, p. 4). Até o final de 2018, as ações de ATER, no Santa Helena, eram realizadas pelo SENAR⁷ e pelo SEBRAE⁸, intermediadas pelo Sindicato Rural Patronal de São Carlos, e pelo Instituto BioSistêmico⁹ (IBS). Desde o início de 2019, as famílias deixaram de receber visitas dos técnicos do IBS e para suprir essa dificuldade adicional, o assentamento passou a ser assistido por uma cooperativa de ATER particular, por meio de um contrato privado de prestação de serviços.

Entre todos os problemas identificados, o principal está relacionado à água. São duas as fontes de captação de água do assentamento: a água destinada à produção agropecuária que é captada do lago, e a água destinada ao consumo doméstico que é captada por poço artesiano. Em 2016, por exemplo, um dos principais problemas era relativo à captação da água do lago:

Há aproximadamente dois anos atrás [2012], houve um problema mecânico na roda d'água que bombeava a água do lago para todos os lotes. Após a sua manutenção, a pressão nunca mais foi suficiente para atender todos os lotes do assentamento, sendo que desde então, a falta de água para produção tornou-se a principal dificuldade dos assentados. (LOPES, et al, 2014, p. 6)

As famílias mais próximas do lago realizavam a captação com por pequenas bombas, mas as famílias mais distantes continuavam não tendo acesso à água, e a alternativa passava a ser a implementação de reservatórios que armazenam

⁶Organização de Controle Social (OCS) é uma associação que permite a certificação da produção orgânica de maneira colaborativa. A garantia da qualidade orgânica é feita pelo produtor e pela sociedade conjuntamente (BRASIL, MAPA, 2016).

⁷O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) é uma entidade paraestatal mantida pela classe patronal rural e vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que tem como função promover cursos e capacitações para desenvolver competências profissionais e sociais em diversas profissões do meio rural (SENAR, 2016).

⁸O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada sem fins lucrativos, voltada à capacitação e promoção do desenvolvimento, criada para dar apoio a pequenos negócios de todo o país (SEBRAE, 2016).

⁹Empresa de assistência técnica e extensão rural, contratada pelo INCRA, para realizar que serviços de ATER no assentamento.

água da chuva conhecidos como cisternas?. No início de 2019, a captação do lago foi resolvida, e o problema passou a ser o sistema de bombas do poço artesiano. As famílias por conta própria refizeram todo o sistema de encanamento que leva água até as casas, e estão aguardando que o INCRA retome as atividades, para realizar a manutenção no sistema de abastecimento do assentamento. Até nossa última visita as famílias precisavam ir até a cidade coletar água para utilizar nas atividades domésticas.

Enquanto breve caracterização, os problemas enfrentados nesse assentamento não diferem muito dos problemas de outros assentamentos. Do mesmo modo, as suas potencialidades, pois mesmo com patentes dificuldades na geração de renda, a luta pela terra e, posteriormente, a luta pela produção agrícola e reprodução social camponesa permitem que o assentamento seja, ao mesmo tempo, um território e um lócus de identidade, no qual o assentado produz, consome e vende, mas também vive, interage e se reconhece, como pode ser percebido quando observadas as trajetórias de luta desses camponeses em particular.

RECUPERANDO A MEMÓRIA: TRAJETÓRIAS DE LUTA

Lutar pela terra é um processo histórico de resistência que marcou o campesinato brasileiro em termos gerais e os assentados de reforma agrária, de maneira mais específica. Desde as resistências indígenas como a Confederação de Tamoios e a Guerra dos Potiguara, passando pelas resistências negras com os quilombos, as lutas de Canudos e Contestado, a formação das Ligas Camponesas, do MASTER, da ULTAB e da CPT, a luta pela terra está presente (MORISSAWA, 2001). Cabe registro que segundo os dados do Banco de Dados da Luta pela Terra, além do MST, o Brasil registrou em 2017 outros 136 movimentos de luta pela terra?, demonstrando a atualidade do tema e do problema (NERA, 2017).

As famílias assentadas no PDS Santa Helena têm origens diferentes: Paraná, Bahia, Minas Gerais e São Paulo, mas existe algo que está presente na trajetória de todos: a dificuldade de viver no urbano e o desejo de voltar para o campo, de conseguir um “pedaço de terra”. Esse desejo é o que mobilizou essas famílias.

A resistência do campesinato brasileiro é uma lição admirável. Em todos os períodos da história, os camponeses lutaram para entrar na terra. Lutaram contra o cativo, pela liberdade humana. Lutaram pela terra das mais diferentes formas, construindo organizações históricas. (FERNANDES, 2001).

A trajetória das famílias assentadas no Santa Helena faz parte desta resistência histórica. Organizadas pela FERAESP, as famílias passaram anos acampadas em

diversos municípios do Estado de São Paulo¹⁰. Para compreender melhor a história e a luta dos agricultores, fizemos entrevistas com nove das quatorze famílias que compõem o assentamento. Essas entrevistas foram parte de um projeto de extensão realizado pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER), intitulado “Encurtando Distâncias: a conexão da produção rural assentada ao consumo consciente em São Carlos”. Este projeto teve como objetivo principal fomentar a comercialização dos produtos orgânicos do Assentamento Rural Santa Helena, por meio da produção de um material audiovisual, buscando recuperar e apresentar, aos potenciais consumidores, a trajetória de luta dessas famílias, e a importância da reforma agrária para elas.

As entrevistas nos forneceram três tipos de dados essenciais para recuperar o histórico das famílias. O primeiro conjunto de dados nos permitiu compreender porque as famílias decidiram lutar pela terra. O segundo conjunto de dados nos permitiu compreender por onde as famílias passaram antes de chegarem à ocupação que originou o PDS. O terceiro conjunto de dados coletados nos permitiu compreender a importância da reforma agrária para essas famílias.

POR QUE LUTAR PELA TERRA?

Apesar de cada família possuir sua própria trajetória, foi possível notar que a vontade de retornar às suas origens, ao campo, é algo comum a todas. Quando perguntadas sobre por que lutar pela terra, as respostas convergiram na dificuldade de viver na cidade e a esperança de conquistar um pedacinho de terra.

A entrevistada 1 aponta para uma questão central: a concentração de terras nas mãos do agronegócio:

Tantos coitados que estão debaixo da ponte, aquilo me dói o coração, tantos coitados que estão precisando de um pedaço de terra pra fazer um rancho, um barraquinho, não é? Eu vejo tanta terra aí, estragada, [nas mãos de] usinas, só cana, cana mais cana e os coitadinhos estão precisando. Sabe que isso aí [a cana] puxa mais água que eucalipto [...] A cana puxa mais água que o eucalipto, agora meu filho quantos coitadinhos que estão precisando de um pedacinho de terra pra plantar [...]. E o governo não dá. Por que saiu da terra? Porque não teve uma oportunidade uma força que nem eu tenho agora (ENTREVISTADA DA FAMÍLIA 1, 28/08/2015).

¹⁰A organização responsável pela articulação política que possibilitou a redistribuição de terra às famílias do Santa Helena foi a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), entidade que surge na década de 1980, visando contribuir com o processo de constituição da identidade dos trabalhadores assalariados rurais enquanto classe (ALVES, 1991).

Além de apontar as dificuldades da vida na cidade, principalmente relacionadas à saúde:

Mas eu vou falar uma coisa pra você, [quando] eu estava na cidade eu tinha um problema muito sério, eu tinha pressão alta, eu tinha não sei o que. Hoje eu não tenho nada. Fui fazer exame de rotina, exame de sangue, meu sangue não deu nada, graças a deus. (ENTREVISTADA DA FAMÍLIA 1, 28/08/2015)

O entrevistado 3 também apontou a dificuldade em conseguir se adaptar na cidade:

Eu vim do Paraná, fui criado na roça mesmo, na agricultura, e depois como foi ficando difícil o serviço pra lá, pouco, então eu opinei vir pra cidade. Mas não acostumei muito na cidade não e uns amigos meus [me] convidaram pra fazer a ocupação. (ENTREVISTADO DA FAMÍLIA 3, 28/08/2015)

Tanto a entrevistada 9, quanto a entrevistada 10 apontaram outro problema estruturante da questão agrária brasileira: as dificuldades encontradas pelos trabalhadores rurais – que tiveram que migrar do campo para a cidade – em conseguir garantir sua produção e reprodução social.

Nós saímos de lá da Bahia, ele é mais velho aqui do que eu. Ele veio primeiro e eu fiquei com a “molecada” lá. Eu trabalhava em casa de família, lavava, passava e ele veio trabalhar aqui em busca de uma vida melhor. [...] Lá na Bahia a gente trabalha, mas a gente ganha muito pouco. A gente sobrevive, porque em todo lugar a gente tem que lutar pra viver. Mas o ganho lá é pouco então não tinha como a gente ficar batalhando ali (ENTREVISTADA DA FAMÍLIA 8, 11/09/2015).

[...] não adianta ficar todo mundo enfiado dentro da cidade, principalmente a classe pobre, passando praticamente fome, dependente de cesta básica da prefeitura. Dependente do cartãozinho da prefeitura, [que é atribuído] quando eles querem, tem uma escolha grande ali. [...] Às vezes a maioria das pessoas que precisam não estão pegando, não estão recebendo. [...] Ficar ali todo dia na porta da assistência social pedindo um quilo de feijão, pedindo um quilo de arroz enquanto [tem] tanta terra parada que você podia estar plantando e comendo, colhendo seu próprio arroz e ainda ajudando pessoas, vendendo, doando (ENTREVISTADA DA FAMÍLIA 9, 23/09/2015).

Para os assentados no Santa Helena a luta pela terra e a conquista de um lote foi essencial para garantir não só o pedaço de terra, mas também saúde, qualidade de vida, trabalho e renda. Para essas famílias, a luta pela terra foi o instrumento que garantiu e garante sua produção e reprodução social fora da lógica do capital, ou seja, é a garantia do modo de vida camponês.

ORIGEM CAMPONESA E CONVERGÊNCIA NA LUTA

Todos os assentados entrevistados apontam algo em comum, a origem camponesa:

[...] Filha, eu nasci na terra, meu pai tinha 15 alqueires de terra em Santa Fé do Sul. Nós ainda temos um casarão lá. [Mas como] é muito filho e ele morreu, minha mãe [também] morreu, nós tivemos que vender. Nós vendemos [e] agora estamos esperando o juiz chamar pra dividir. Aquela coisa de justiça, agora tem que esperar juiz. (ENTREVISTADA DA FAMÍLIA 1, 28/08/2015)

Aqui nós entramos há 11 anos, quer dizer, entre essa batalha toda vai pra 21 a 22 anos, então foi difícil. [Mas sempre tive] a esperança, a expectativa de um dia adquirir um lugar. Porque eu fui nascido no meio do campo, ela também, o pessoal da família dela na Bahia tinha terra, enfim, e do lado do meu pai a gente foi criado no meio da terra, no meio do sítio, tínhamos [um] sítio no município de Guanambi. Inclusive fui nascido na casa que tinha no sítio que meu pai comprou na beira do rio das Carnaíbas. (...) (ENTREVISTADO DA FAMÍLIA 2, 28/08/2015)

E é isso a trajetória, a gente já é da terra, fui nascido em sítio então a gente gosta mesmo de paixão da terra. A gente gosta de plantar, gosta de estar mexendo com a terra. Já tive várias oportunidades de serviço na cidade também, minha profissão na cidade na verdade é vigilante, mas não resisti ao convite do pessoal para poder estar fazendo a tentativa de conseguir a terra. (ENTREVISTADO DA FAMÍLIA 3, 28/08/2015)

Eu vou te falar o seguinte: quando nós entramos nessa terra eram 36 famílias. Sobraram 13, hoje são 14, [as pessoas desistiram] porque passaram uma peneira. Aqueles mais interessados, que sonhavam em ter uma terra e plantar, uma lembrança antiga dos pais que queriam [é que conseguiram]. É pouco, não é qualquer um não. (ENTREVISTADO DA FAMÍLIA 9, 23/09/2015)

Outro ponto comum sobre a trajetória das famílias é a adesão, mesmo que inconsciente, à princípios agroecológicos:

A gente já plantava assim, a gente nunca foi de trabalhar com veneno. Aqui no meu lote vou falar pra vocês que não somos muito de ficar passando veneno nas coisas. A não ser de formiga, que não tem como. (ENTREVISTADA DA FAMÍLIA 4, 11/09/2015).

Eu fui criada num sítio no Paraná com o meu pai. Sempre a gente plantou todas as coisas sem veneno. A única coisa que meu pai passava veneno era o algodão que plantava naquela época. Que ele plantava era só. O resto, mandioca, horta, essas coisas eram todas sem veneno. Feijão, arroz, tudo sem, não tinha veneno! Então a gente nem conhecia o que era veneno. A gente já veio nesse costume (ENTREVISTADA DA FAMÍLIA 5, 11/09/2015).

Sobre a produção, os assentados também continuavam (e continuam) trabalhando na perspectiva agroecológica:

Praticamente comecei a mexer com horta agora. Antes eu plantava mais arroz, feijão, milho, não mexia com verdura. Mas eu já comecei a plantar sem o veneno, inclusive fiz o curso de produção orgânica, pra [saber] como plantar, como cuidar. Não é difícil não. Dá um pouco de trabalho. Você sabe que os produtos orgânicos dão mais trabalho que os convencionais, porque os convencionais você prepara a terra e passa o veneno, [e] o mato não sai. Então as plantas ficam no limpinho, você pode ir numa horta de planta convencional aí e você vê, está limpinha. Na produção orgânica já é diferente, você tem que plantar, meter a enxada e carpir se não... (ENTREVISTADO DA FAMÍLIA DA FAMÍLIA 5, 11/09/2015)

Em sua trajetória de luta, as 9 famílias passaram por diferentes ocupações e acampamentos. Organizamos os dados levantados no quadro abaixo, que nos mostra os municípios pelos quais passaram e, quando informado, o tempo total da jornada até serem assentados no Santa Helena:

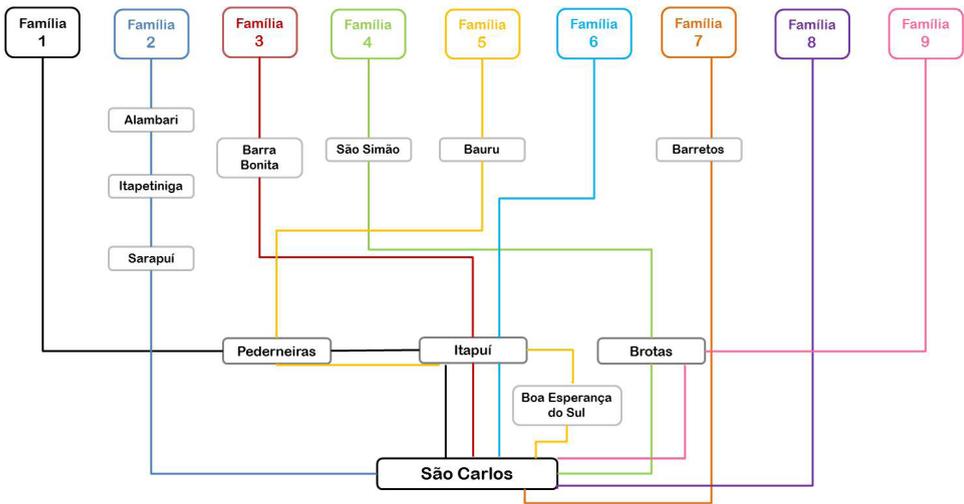
Quadro 1 - Municípios em que os assentados do Santa Helena participaram de ocupações

FAMÍLIA	CIDADES	TEMPO EM OCUPAÇÕES
1	Pederneiras/SP; Itapuí/SP; São Carlos/SP	Não informado
2	Alambari/SP; Itapetininga/SP; Sarapuí/SP; São Carlos/SP	11 anos
3	Itapuí/SP; Barra Bonita/SP; São Carlos/SP	2 anos
4	São Simão/SP; Brotas/SP; São Carlos/SP	Não informado
5	Bauru/SP; Itapuí/SP; Boa Esperança do Sul/SP; São Carlos/SP	5 anos
6	Itapuí/SP; São Carlos/SP	Não informado
7	Barretos/SP; São Carlos/SP	7 anos
8	São Carlos/SP	2 anos
9	Brotas/SP; São Carlos/SP	Não informado

Fonte: Elaboração própria, a partir de trabalho de campo.

Entre as idas e vindas das lutas, existem alguns pontos de encontro entre as diferentes famílias que hoje compõem o Santa Helena:

Figura 1 - A convergência da trajetória de luta dos assentados rurais do Santa Helena.



Fonte: Elaboração própria, a partir de trabalho de campo.

É possível perceber que em determinados momentos das trajetórias essas famílias se encontraram. A figura acima nos aponta os principais pontos de convergência na luta pela terra dessas famílias, os municípios de Pederneiras, Itapuí e Brotas. Mas além da convergência entre ocupações, outro elemento fundamental é a similaridade na trajetória de vida. Na grande maioria, a origem das famílias assentadas no Santa Helena é camponesa e, mesmo que de forma involuntária, essas pessoas mobilizaram princípios agroecológicos, quando falaram sobre saúde e o uso de agrotóxicos relacionando ao passado de cada um dos entrevistados.

A IMPORTÂNCIA DA LUTA PELA TERRA E POR REFORMA AGRÁRIA

Quando perguntamos às famílias sobre a importância da reforma agrária, as respostas foram similares. Mesmo que esses relatos estejam mais relacionados às políticas de redistribuição fundiária do que a um processo de reforma agrária propriamente dito, percebemos a necessidade de sua realização. Algumas informações importantes foram coletadas.

A primeira diz respeito à necessidade de se realizar a reforma agrária para fortalecer a produção e a reprodução social camponesa:

A reforma agrária é importante porque temos muito. O nosso Brasil é rico, é poderoso, é podre de rico, só que os brasileiros aceitam tudo que vem de fora. Vamos nós para o Estados Unidos de qualquer jeito pra ver se nós entramos lá, você entendeu? Então aqui o nosso Brasil aceita tudo. Tantos coitados que estão debaixo da ponte, aquilo me dói o coração, tantos coitados que estão precisando de um pedaço de terra pra fazer um rancho, um barraquinho, não é? Eu vejo tanta terra aí, estragada, [nas mãos de] usina só cana, cana mais cana e os coitadinhos estão precisando. (ENTREVISTADA DA FAMÍLIA 1, 28/08/2015)

A reforma agrária parte mais para o campo em defesa do alimento, da comida, do arroz, do feijão, da batata, do pezinho de couve, do pezinho de banana. É a produção do campo, que é o alimento do homem, sem isso o homem não vive. Você pode estudar o que quiser, mas sempre no pratinho tem que ter a comida. Se não tiver, olha o corpo não fica de pé não, ele tomba! Então a reforma agrária, a agricultura, ela é em primeiro lugar em tudo, até nas árvores fruto do campo. (...) Eu adoro o campo. (...) Eu concordo e aprovo o campo, seja o campo cultivando pra plantar o arroz, o feijão, a melancia, o milho ou plantar as árvores frutíferas tanto pra nós como pros animaizinhos do campo. (ENTREVISTADO DA FAMÍLIA 2, 28/08/2015)

A reforma agrária, pra quem gosta da terra é importante, porque as pessoas

que vem da lavoura tem uma certa dificuldade pra viver na cidade. [Eles] tem poucos estudos então não conseguem emprego, só conseguem se um emprego mais bruto. [Você pensa] eu vim da terra, que é mexer num serviço mais bruto, se for para ir pra cidade fazer um serviço quase igual, acaba desanimando, e você sabe que acaba indo para outro lado. Então eu acho que a reforma agrária, se fosse feita, bem-feita mesmo, resgata esse povo que vem [para a cidade]. [Por exemplo] na minha região, sitiante era bem pouco. Os grandes fazendeiros vêm apertando o pessoal e vão comprando aquelas áreas pequenas. [...] Então para eles, vende uma grande quantidade, então para eles é negócio [é fácil pois possuem muita terra], agora a gente que tinha pouca terra, a gente colhia pouco e era até difícil pra vender. [...] Do meu ponto de vista a reforma agrária é muito importante, porque o pessoal tem chance de retornar para terra e tocar a vida que gosta mesmo, mexer com a terra. (ENTREVISTADO DA FAMÍLIA 3, 28/08/2015)

É que é um processo muito doloroso o processo da reforma agrária. É assim uma coisa que só mesmo quem passou, que está nisso, entende perfeitamente o que a gente está falando. Primeiro a gente esteve numa ocupação em Brotas, o processo não deu certo, voltamos para casa e depois houve a oportunidade da gente vir aqui para o 29. [Essas terras] já eram da união, então tinha facilidade porque já estavam há muito tempo atrás destinadas para a reforma agrária. [Hoje] a maioria das pessoas já teve mais entendimento de como funciona uma reforma agrária, que não é vagabundo, que não é ladrão de terras, não é nada disso. A terra quando se destina para reforma agrária é porque já houve um processo atrás, aquela terra já foi pra união e precisa ser devolvida para os produtores plantarem. Tirar o alimento, tirar o pão de cada dia, porque não adianta ficar todo mundo enfiado dentro da cidade, principalmente a classe pobre. [...] Então você ficar ali todo dia na porta da assistência social pedindo um quilo de feijão, pedindo um quilo de arroz, enquanto [tem] tanta terra parada que você podia estar ali plantando e comendo, colhendo seu próprio arroz e ainda ajudando pessoas, vendendo, doando. (ENTREVISTADA DA FAMÍLIA 9, 23/9/2015)

A segunda diz respeito às dificuldades encontradas ao longo do processo de redistribuição das terras:

[...] a reforma agrária só tem nome. O INCRA te coloca na terra e diz se vira. Muitas vezes eles nem te dão oportunidade. Nós temos as coisas aqui porque a gente foi bem-vindo em São Carlos, pela prefeitura, pelas faculdades, principalmente a Federal, que desde o começo está aqui conosco.

(ENTREVISTADA DA FAMÍLIA 5, 11/09/2015)

A reforma agrária eu não sei nada não viu. Eu venho lá de Barretos, agora a fazenda que eu fiquei lá tá saindo. (ENTREVISTADA DA FAMÍLIA 7, 23/09/2015)

É que a gente aqui ficou um pouco abandonado pra falar a verdade, [porque o apoio] é sempre algo mais afastado. Não era uma coisa certa, [o prefeito não falava] eu vou fazer alguma coisa para o Santa Helena. Então quando a gente entrou, e olha que estamos com 10 anos aqui, a gente praticamente não tinha nada, se precisasse fazer alguma coisa, nem um fundinho de reserva não tinha. A gente levantou tudo por a gente mesmo. Não teve o INCRA, não teve nada pra ajudar a gente. Só deram a terra e largaram nós abandonados aqui. A gente [que] chegou e já tomou dinheiro do banco, 20 mil do PRONAF. A gente aplicou em umas vacas, uns carneiros, uns porcos, fez uma casa de pinheirinho ali pra botar o paiol do gado. A gente foi fazendo, a gente está aqui porque a gente lutou e está lutando contra a gente. Porque ajuda do INCRA não teve nada, nada, nada. (ENTREVISTADO DA FAMÍLIA 8, 23/09/2015)

A percepção das famílias assentadas no Santa Helena é evidente: a reforma agrária é essencial para defender o modo de vida camponês. A cidade é, para os entrevistados, um local que remete a sofrimento e dificuldades. Que remete à perda de autonomia da própria vida e sujeição à uma lógica capitalista que não permite a garantia nem da própria subsistência. Nesse sentido, o campo é entendido como o espaço onde as famílias conseguiriam certa autonomia para garantir produção, e reprodução social e material, leia-se, sobrevivência. Mas, para que o campo se torne de fato esse espaço, as políticas públicas que atuam nele precisam ser eficientes também para a população camponesa. Os relatos sobre as dificuldades e falta de auxílio do principal órgão responsável pela reforma agrária nos indicam a distância entre o idealizado pela política e sua aplicação na prática.

A TERRITORIALIZAÇÃO NA CAPITAL DA TECNOLOGIA

Apresentamos até agora um panorama que nos permite compreender como foi a trajetória da luta pela terra das famílias assentadas no Santa Helena. É necessário agora compreender como se deu o processo de territorialização dessas famílias na fazenda hoje conhecida como PDS Santa Helena, processo esse que apresenta uma característica singular: a territorialização de trabalhadores rurais em um município

que tem uma lógica econômica ligada às atividades na área tecnológica.

O município de São Carlos, conhecido como Capital da Tecnologia, tem duas universidades públicas, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade de São Paulo (USP). O município conta também com um polo de desenvolvimento científico e tecnológico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Fundação ParqTec, uma organização não-governamental que gerencia e promove, o desenvolvimento do Polo Tecnológico de São Carlos. Essas características acabam por contribuir com a inviabilização? da questão agrária, e com os conflitos entre assentados e o agronegócio presentes no município e região.

Se, para a maioria das pessoas, São Carlos é sinônimo de fomento à tecnologia, para os assentados do Santa Helena, São Carlos é sinônimo de resistência. As famílias do assentamento encontraram muitas dificuldades ao longo do seu processo de territorialização. A principal delas foi a própria chegada à terra: mesmo com as terras confiscadas pela união, os ex-proprietários insistiam em utilizá-las.

O pessoal estava acampado numa chácara [no Condomínio 29], eles não estavam dentro daquelas terras, [pois] era pura cana aquela área. Entramos de madrugada [na fazenda], [mas] o dono, o cara que era arrendatário, o dono das canas, no outro dia umas oito da manhã já estava lá com a polícia para nos tirar. [Ele] veio, conversou com nós normalmente, [mas] tivemos que sair de vez, saímos e voltamos pra chácara. [Depois] o cara o INCRA falou assim: “essa terra aqui que é terra da união, vocês aguardem aqui na chácara que depois vocês vão e não vão sair mais”. Nós ficamos na chácara mais um tempo, e quando foi dia 22 de dezembro nós entramos lá outra vez. (ENTREVISTADO DA FAMÍLIA 5, 11/09/2015)

[A fazenda] era uma terra que já era da união, então tinha a facilidade porque já estava há muito tempo atrás destinada para a reforma agrária. Só que ela estava parada, quieta, com o proprietário usufruindo, plantando [mesmo que] ela já tivesse sido confiscada há muito tempo atrás. Mas como a terra não é um automóvel, que foi confiscado e você [consegue mudar de lugar]. A terra foi confiscada, mas ela continua lá, e a justiça não está todo dia ali olhando, vigiando. Confiçou só no papel, [mas eles] eles continuavam plantando cana, arrendando e fazendo. (ENTREVISTADA DA FAMÍLIA 9, 23/09/2015)

Com o avançar das coisas, as pessoas vão tendo mais entendimento e vão

sabendo que a nossa luta não é fácil, muitas pessoas que não estão aqui, [mas] que estiveram com nós não conseguiram passar por essa peneira que é dolorida mesmo. Lona preta, sem banheiro, vela, lamparina, tudo isso nós passamos. E polícia toda hora entrando, falando que nós tínhamos que sair, pressionando, ameaçando. Às vezes nós tínhamos medo de sair, até no bar tínhamos que ir em dois ou três porque nós corríamos riscos pelos ex-proprietários, arrendatários que entravam com a caminhonete carregada de peões armados para nos ameaçar na entrada. Enquanto isso eles falam que os marginais somos nós. As coisas [estavam] na mão da justiça, para a justiça decidir, porque é um processo demorado. A justiça pede para eles esperarem e eles não [esperavam], eles queriam fazer tudo à força bruta, toda hora entrando aqui na porta da entrada da fazenda para nos ameaçar. (ENTREVISTADA DA FAMÍLIA 9, 23/09/2015)

Outra dificuldade estava relacionada às condições de produção e reprodução social dessas famílias. Já apresentamos alguns relatos apontando obstáculos após o processo de entrada na terra. Ademais, esse quadro foi agravado pela falta de respaldo institucional por parte do INCRA, falta de acesso adequado à créditos e pouco apoio, por parte da Prefeitura Municipal, que, juntos, dificultaram ainda mais a territorialização das famílias na região. A terceira dificuldade foi relacionada à recepção que essas famílias tiveram no município. A credibilidade das famílias foi questionada constantemente por parte das elites locais, e elas tiveram dificuldades até mesmo para se relacionar com os outros moradores da área rural de São Carlos:

[Precisamos ir] acostumando as pessoas. A vizinhança foi acostumando com nós, vendo que nós não éramos saqueadores de carga, [nem] saqueadores de fazenda, [nem] saqueadores de pomar dos outros. Não era nada disso. [...] Porque um são-carlense assaltou não significa que todos os são-carlenses são assaltantes, não é verdade? Então é assim a reforma agrária. Então veja, passa lá [na televisão], quanto mais a coisa é pior, mais é mostrada. “Olha lá os sem-terra”, até hoje as pessoas não falam “nós do assentamento”. Elas falam os sem-terra. Só que nós não somos mais sem-terra, nós somos assentados, moradores do assentamento, e não moradores dos sem-terra. É um assentamento, um lugar que nós apropriamos, já foi documentado, registrado e tudo certinho. Nós temos CNPJ, nós temos firma aberta, temos tudo o que precisar. Temos DAP de produtor rural, temos a certificação da OCS, que é a certificação orgânica. Tá no site da receita federal, onde [você procurar] no site vai encontrar que nós somos certificados orgânicos. Não é uma coisa só nossa aqui dentro não. Nós estamos na federação como produtor

orgânico. Aí a grande maioria [das pessoas] ainda não entendem, mas mais pra frente vão entender. (ENTREVISTADA DA FAMÍLIA 9, 23/09/2015)

Deste modo, fica patente que o processo de territorialização do PDS Santa Helena foi permeado por uma série distinta de conflitos. Conflitos esses que estruturam as relações entre camponeses e capital. Importante deixar claro que a noção de conflitualidade extrapola o enfrentamento físico, ela é compreendida como um processo constantemente alimentado pelas contradições inerentes ao capitalismo, especialmente, com as consequentes alterações econômicas e sociais que o capitalismo traz ao campo. Nesse sentido, ela é um movimento de embate de diferentes atores sociais que participam dos processos de desenvolvimento rural (FERNANDES, 2008). A luta pela terra é uma das formas de expressão direta da conflitualidade, pois evidencia de forma nítida a desigualdade presente em processos de desenvolvimento capitalista. Mas essa conflitualidade pode se expressar em outras etapas do processo de desenvolvimento rural, em especial no acesso, por parte das populações camponesas, a políticas públicas. Se durante o processo de territorialização das famílias, as dificuldades de reconhecimento por parte da comunidade são-carlense e do próprio poder público municipal eram evidentes, mais recentemente, após 14 anos, a questão do não reconhecimento continua.

O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

As famílias do assentamento rural Santa Helena apresentam dificuldades constantes de escoamento de sua produção. Desde 2015, momento em que essa dificuldade é externalizada aos parceiros do assentamento, algumas iniciativas se desenvolveram para solucionar o problema: as famílias passaram a participar de feiras, as cestas de alimentos da Rede Agroecológica do Santa Helena começaram a ser entregues semanalmente para um grupo de consumidores registrados, e o assentamento pressionou o poder público municipal por sua inserção efetiva nos programas de compra pública.

As queixas sobre o acesso às políticas públicas são recorrentes no assentamento rural. Problemas com as políticas de reforma agrária, com as políticas de crédito, com as políticas de ATER e, especialmente, com as compras públicas da agricultura familiar são sempre apontados. Os próprios assentados reconhecem que essas queixas, em muitos casos, estão relacionadas aos impasses entre o assentamento e a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SMAA) de São Carlos. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) configuram as políticas de compras públicas da agricultura familiar, e no município são geridos pela mesma secretaria municipal, a SMAA.

Mesmo que esses programas já tenham sido implementados há algum tempo no município, desde de 2006, as famílias assentadas só começam a acessá-los em

2016. É nesse ano que o assentamento Santa Helena passa a entregar seus produtos para o Programa de Aquisição e Alimentos. A partir de 2017, as famílias passam a participar, também, do PNAE. Das 14 famílias que compõem o assentamento, 10 delas entregam alimentos à SMAA.

Até 2016, o envolvimento do poder público municipal com as políticas de compra pública da agricultura familiar se restringiam ao diálogo com uma parcela específica dos agricultores familiares do município, aqueles que são compreendidos como “tradicionais”, que adquiriram suas terras por heranças ou compra, que na maior parte das vezes são especializados, e reproduzem uma lógica produtivista extremamente agrícola e tecnicista. Para parte da população que vive nos acampamentos e assentamentos rurais de São Carlos, o diálogo com a prefeitura é, no mínimo, turbulento e, por muitas vezes, inexistente. A comunidade assentada percebe que só quando o diálogo é exercido por outros mediadores, a prefeitura acaba sendo menos resistente às suas necessidades e demandas.

O acesso ao PNAE só aconteceu em 2017, em caráter temporário, pois, segundo o poder público municipal, seria um “teste” para verificar se as famílias dariam ou não conta das demandas do programa. Desde então, o Assentamento Rural Santa Helena entrega seus produtos anualmente, tanto ao Programa de Aquisição de Alimentos, quanto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Mas a relação entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e as famílias assentadas se desgastou, tanto que foi preciso que um corpo técnico passasse a atuar como mediador dos conflitos, e assim surgiu, por meio de um contrato privado, a entrada de uma empresa de ATER para auxiliar os assentados, notadamente nas vendas para mercados institucionais.

O poder público municipal tende a dificultar o acesso das famílias assentadas às políticas que são formuladas, em escala federal, para a categoria camponesa. Nesse sentido, a conflitualidade está presente, não só na existência da luta pela terra no município, como também pelas dificuldades enfrentadas pelos assentados para dialogar com a SMAA. O poder público municipal dificulta o processo de implementação de políticas federais que visam amenizar as dificuldades de produção e reprodução social do campesinato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que o assentamento já tenha 14 anos, e que as famílias participem de diversas iniciativas de comercialização diferentes, e seus representantes ocupem espaços públicos de diálogo, existe, por parte da Secretaria Municipal dificuldade de reconhecer as demandas e as próprias famílias do Santa Helena como agricultores familiares, portadores de direitos e, ao mesmo tempo, parte do público-alvo de determinadas políticas públicas. Apontamos que as principais dificuldades enfrentadas pelos assentados, na atualidade, estão relacionadas ao acesso à crédito, acesso às políticas públicas de comercialização, falta de assistência

técnica e extensão rural adequada, e, por consequência, dificuldades em produzir e se reproduzir socialmente, dificuldades essas não restritas à esfera federal, como fizemos questão de salientar.

Para as famílias assentadas a luta pela terra é o que garantiu o lote e a condição de assentado, mas a luta também foi pela busca por melhores condições de acesso à saúde, qualidade de vida, possibilidade de trabalho e geração de renda. A luta pela terra é o que tem garantido condições mínimas de manter o modo de vida camponês por parte dos sem-terra. Mas, ao mesmo tempo, a luta pela terra é uma das formas de se evidenciar a conflitualidade da questão agrária no Brasil. As dificuldades de acesso às outras políticas públicas posteriores à redistribuição de terras, que, em tese são desenvolvidas para as populações camponesas, são outras. É justamente quando os assentados do Santa Helena tentam acessar as políticas de crédito ou de compras públicas, quando a dificuldade em ter acesso à água é constante, quando a ATER não chega de forma adequada à comunidade que podemos perceber como essas famílias não são reconhecidas como camponesas e portadoras de direitos.

Em seu processo de territorialização, o não reconhecimento esteve evidenciado: na falta de amparo institucional, especialmente por parte do INCRA; na falta de apoio da Prefeitura Municipal de São Carlos; na insistência no uso da terra pelos ex-proprietários da área, respaldados pelos próprios agentes institucionais responsáveis pela segurança pública e, até mesmo, na recepção das famílias por parte da vizinhança.

Atualmente, passados 14 anos da constituição do assentamento, algumas formas de não reconhecimento se mantêm constantes, em especial as relacionadas ao poder público municipal. A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento continua, por meio da burocratização, obstaculizando o acesso dos assentados às políticas públicas voltadas para o campesinato.

Quando os próprios assentados reconhecem a necessidade de que outros grupos e entidades intervenham no diálogo com a prefeitura municipal, podemos categoricamente apontar, por parte do poder público, um não reconhecimento dessas famílias como capazes de representar suas próprias demandas. Quando observamos a posição adotada pelo poder público municipal em relação às compras públicas, de fortalecimento daqueles agricultores familiares “tradicionais” que mais se aproximam das grandes produções convencionais, em detrimento das famílias assentadas que produzem a partir de bases agroecológicas, observamos outra forma de não reconhecimento. O poder público não reconhece as capacidades produtivas das famílias assentadas, e de forma indireta, a própria forma de produção agroecológica escolhida pelas famílias.

Por fim, esperamos ter levantado alguns elementos que configuram a questão agrária em São Carlos, um município em que, como em tantos outros espalhados pelo Brasil, os camponeses existem e resistem às dificuldades impostas pelo capital, e pelo poder público. O estudo de caso realizado no Plano de Desenvolvimento Sustentável Santa Helena nos evidencia esse processo. Todavia, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, mesmo que o país não tenha passado por uma efetiva reforma agrária, mesmo com as dificuldades de acesso às políticas públicas posteriores a redistribuição de terras, as famílias do Santa Helena evidenciam motivos do porquê continuar lutando pela terra e do porquê lutar ainda mais por reforma agrária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. H. C. **Ciclos curtos de comercialização: uma revisão dos ciclos curtos de comercialização e a percepção do projeto Encurtando Distâncias através da Feira EcoSolidária da UFSCar/SP. 2015.** 50 p. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – UFSCar, São Carlos, 2015.

ALVES, F. J. C. **Modernização da Agricultura e Sindicalismo: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região de Ribeirão Preto.** 1991. 2 v. Tese (Doutorado em Economia) - UNICAMP, Campinas, 1991.

BRASIL, Governo Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm . Acessado em: 10 set. 2016.

BRASIL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Criação e Modalidades de Assentamentos.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao> . Acessado em: 10 set. 2016b.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Crédito Fundiário.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/sobre-o-programa>. Acessado em: 14 mai. 2019.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Controle Social.** Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/controle->

[social-rpo](#) . Acessado em: 05 set. 2016.

BRASIL, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Missão e Valores**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/miss%C3%A3o-vis%C3%A3o-e-valores> . Acessado em: 03 set. 2016.

CARVALHO, J.G. et al. Limites, contradições e possibilidades da Extensão Rural em um PDS: o caso do assentamento Santa Helena. In: **Simpósio Sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**, VI, 2014, Araraquara. Disponível em: http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Sessoes.html . Acessado em 03 set. 2016.

CARVALHO, J. G. **Economia Agrária**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015. 246 p.

DATALUTA, Banco de Dados da Luta Pela Terra. **Relatório Brasil 2014**. Presidente Prudente, 2015. 70 p.

EPTV. Dilma aprova título de capital nacional da tecnologia a São Carlos. 2011. **Investe São Paulo**, São Paulo, 14, out. 2011. Disponível em: <http://www.investe.sp.gov.br/noticia/dilma-aprova-titulo-de-capital-nacional-da-tecnologia-a-sao-carlos/> . Acessado em 03 set. 2016.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**. 9 p. mar. 2001. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_.pdf . Acessado em: set. 2016.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (ed). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. Cap. III, 173 -230.

GRISA, Catia. SCHNEIDER, Sergio. (orgs.) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 625 p.

LOPES, P. R. et al. Problematização participativa da realidade local do assentamento agroecológico PDS SANTA HELENA – São Carlos / SP. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4. fev. 2015.

MENEZES, L.; ANDRADE, T. H.; CARVALHO, J. G.. Disputas entre conhecimento científico e saber local: o caso do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Santa Helena em São Carlos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 1, p. 128 – 151, jan.-abr. 2017.

MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.

OLIVEIRA, A.U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. 1 ed. São Paulo: Labur Edições, 2007. 185 p.

SEBRAE. **O que fazemos**. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos . Acessado em: 05 set 2016.

SENAR. **Quem Somos**. Disponível em: <http://www.senar.org.br/quem-somos> . Acessado em: 05 set 2016.

STÉDILE, J. P. (org). **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 304 p.

STÉDILE, J. P. Reforma Agrária. In: CALDART et al. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. 1 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 659 – 668.